

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA

**DINÂMICA ESPACIAL DA INTERMEDIACÃO
FINANCEIRA: a difusão reticular das
corporações Policard e Valecard**

UBERLÂNDIA

2013

FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA

**DINÂMICA ESPACIAL DA INTERMEDIACÃO
FINANCEIRA: a difusão reticular das
corporações Policard e Valecard**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão dos Espaços Rural e Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Geisa Daise Gumiero Cleps.

UBERLÂNDIA

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

O48d
2013 Oliveira, Fernando Fernandes de, 1982 -
Dinâmica espacial da intermediação financeira: a difusão reticular das
corporações Policard e Valecard / Fernando Fernandes de Oliveira.-- 2013.
203 f. : il.

Orientadora: Geisa Daise Gumiero Cleps.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Geografia econômica - Uberlândia, MG - Teses.
3. Sociedades comerciais - Uberlândia, MG - Teses. I. Cleps, Geisa Daise
Gumiero. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia



FERNANDO FERNANDES DE OLIVEIRA

DINÂMICA ESPACIAL DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA: A
DIFUSÃO RETICULAR DAS CORPORAÇÕES POLICARD E
VALECARD

Professora Dr^a. Geisa Daise Gumiero Cleps - UFU

Professor Dr. Júlio Cesar de Lima Ramires – UFU

Professora Dr^a. Magda Valéria da Silva - UEG

Data: 23 / 01 de 2013

Resultado: aprovado com distinção

AGRADECIMENTOS

À professora Geisa Daise Gumiero Cleps, pela valiosa orientação e pela consideração com a qual me acompanhou durante esses mais de dois anos de importante convivência acadêmica.

Às minhas irmãs Menissa e Kelly Bessa, pelo apoio ante as dificuldades e inseguranças surgidas durante a confecção da presente dissertação. À Kelly, minha irmã orientadora pelo tema, contribuições e instigante convívio acadêmico. Aos meus sobrinhos, Heitor e Miguel.

Aos meus pais Gilvander e Silvia, pelo apoio incontestado e pelo esforço amoroso que me fizeram vencer mais uma etapa de minha vida acadêmica. Sem o resgate e a determinação deles, certamente, a conquista não seria possível.

À minha namorada Daniela Giacomelli, pela ajuda na exaustiva busca de dados para mapeamento, pelo apoio e carinho nos momentos da complicada fase de qualificação e confecção final da dissertação e pela compreensão nos momentos em que estive ausente por causa das solicitações do trabalho.

Ao amigo Humberto Gonzaga, parceiro de graduação, pelo companheirismo e ajuda com mapas, gráficos e pela revisão do abstract. À Lais Naiara, pela preciosa contribuição com a digitalização dos mapas. À Ione, pela criteriosa revisão da redação final.

Aos amigos Vinícius Teixeira, Kárita Araújo e Luciana Carvalho, companheiros de academia, pela parceria e bons momentos.

Ao professor Carlos Alberto Franco da Silva, da Universidade Federal Fluminense, pela impressão e disponibilização de sua tese de doutorado, referencial teórico indispensável ao desenvolvimento da presente pesquisa.

Ao Sr. João Rodrigues da Valecard e ao Sr. Humberto Carneiro da Policard, que com muita consideração, me receberam e contribuíram forma decisiva para elaboração do presente estudo.

Aos irmãos da III Igreja Presbiteriana de Uberlândia, especialmente, meu primo Wilson Jr., Geraldo, Guilherme, Geison, dentre outros, pelo apoio e amizade.

Aos colegas do Futuro pré-vestibular alternativo e da Escola Municipal Profa. Maria Regina Arantes Lemes, pela importante convivência profissional, pela força e pela compreensão nos momentos de dúvidas e ausências.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, pelas possibilidades de realização deste trabalho. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio com a bolsa.

A Deus, pela vida, sustento e graça.

A todos que, direta ou indiretamente, me auxiliaram nessa empreitada, expresso a minha gratidão.

RESUMO

A presente pesquisa analisa a dimensão espacial reticular de duas operadoras de cartões eletrônicos de pagamento - Policard e Valecard, cujos capitais são uberlandenses -, no sentido de evidenciar como essas organizam, por meio das localizações (nós da rede) e das interações resultantes, o seu espaço de atuação a partir de suas horizontalidades, verticalidades e o processo de territorialização, resgatando a difusão espacial das referidas corporações. O escopo do estudo parte da apreciação do quadro financeiro nacional, sua evolução normativa e técnica, com ênfase ao imperativo do conjunto de normas que possibilitaram, aos caminhos da financeirização do território nacional, a marcante tendência à concentração-dispersão dos intermediadores financeiros. No que tange às novas técnicas e fazeres financeiros, tornou-se indispensável ao setor financeiro o desenvolvimento de um meio técnico-científico-informacional, cujas técnicas reticulares foram amplamente assimiladas pelas corporações financeiras, atores sequiosos por instantaneidade e simultaneidade. As técnicas informacionais fizeram expandir o mercado de cartões eletrônicos de pagamento, a ponto desse mecanismo se tornar banalizado e extremamente presente no cotidiano das populações. O mercado de cartões eletrônicos de pagamento no Brasil atesta a tendência oligopolista das finanças nacionais, a partir da forte concentração do mercado sob uns poucos atores hegemônicos nacionais e globais, que acabam por ditar as tendências gerais desse segmento. A concentração do comando das atividades acerca dos cartões eletrônicos de pagamento é notória, atestando a condição da metrópole paulista como o grande centro de gestão territorial das atividades financeiras no país. Ante o quadro de concentração dos atores e do comando espacial das atividades financeiras, destaca-se, no segmento dos cartões eletrônicos de pagamento, a atuação das corporações multilocalizadas Policard e Valecard, que, por meio da operação de convênios com empresas parceiras, disponibilizam cartões eletrônicos no formato de benefícios aos funcionários ou à organização interna dos gastos das empresas conveniadas. Mormente, a consolidação da cidade de Uberlândia como um polo empresarial, no que tange à instalação de indústrias e à diversificação do seu setor terciário e suas empresas, é elemento chave à firmação das horizontalidades das corporações Policard e Valecard. O diversificado mercado uberlandense representou ainda a base à configuração de suas verticalidades, que passaram a ocorrer por meio das interações espaciais, vista a natureza da prestação de

seus serviços de intermediação financeira e os vínculos estabelecidos com um amplo leque de agentes econômicos.

Palavras-chave: Policard, Valecard, corporação multilocalizada, redes, horizontalidades, verticalidades.

ABSTRACT

This research analyzes the spatial reticular dimension of the two operators of electronic payment cards – Policard and Valecard, whose capitals are ‘uberlandenses’, to show how these organize, by means of the locations (network nodes) and the resulting interactions, their performance space from their horizontality, verticality and the process of territorialization, rescuing the spatial diffusion of these corporations. The scope of the study starts from the appreciation of the national financial framework, its technical and regulatory evolution emphasizing the imperative of the set of rules that made it possible paths to the financialization of the national territory, the marked trend towards concentration-dispersion of financial intermediaries. Regarding the new financial techniques and practices, it has become essential to the financial sector the development of a technical-scientific-informational, whose reticular techniques were largely assimilated by the financial corporations, actors eager for immediacy and simultaneity. The informational techniques did expand the market for electronic payment cards, to the point of this mechanism become trivialized and extremely present in the daily lives of people. The market for electronic payment cards in Brazil confirms the trend oligopolistic of the national finances, from the strong market concentration in a few national and global hegemonic actors that end up dictating the general trends of this segment. The concentration of the control activities regarding the electronic payment card is notorious, stating the condition of the city of São Paulo as the great center of territorial management of financial activities in the country. In the face of the box concentration of the actors and the space command financial activities stands out, in the segment of electronic payment cards, the actuation of multilocalized corporations Policard and Valecard, that by the operation agreements with partner companies, provides electronic cards in format for employee benefits or the internal organization of business spending convened. Mainly, the consolidation of the city of Uberlândia as a business pole, regarding the installation of industries and diversifying its tertiary sector and its companies, is the key element of horizontality firmation of corporations Policard and Valecard. The diverse market ‘uberlandense’ also represented the basis for setting their verticality, which began to occur through the spatial interactions, in view of the nature of its service rendered of financial intermediation and established links with a wide range of economic agents.

Keywords: Policard, Valecard, multilocation corporation, horizontality, verticality, networks.

LISTA DE MAPAS

1 - Brasil: concentração espacial das sedes das 20 maiores corporações financeiras, 2012	74
2 - Brasil: distribuição dos terminais POS por Região, 2013	105
3 - Brasil: concentração dos fluxos financeiros operados pelos terminais POS na região metropolitana de São Paulo, 2010	106
4 - Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: rede viária e ferroviária, 2007	123
5 - Uberlândia: localização das agências bancárias, 2013	145
6 - Uberlândia: capilaridade bancária - postos de atendimento bancário, 2013	146
7 - Uberlândia: hipercapilaridade da rede credenciada pela Valecard, 2013	151
8 - Valecard: verticalidades das sucursais a partir da sede em Uberlândia, 2013	156
9 - Valecard: concentração da rede de estabelecimentos credenciados, 2013	160
10 - Uberlândia: hipercapilaridade da rede credenciada pela Policard, 2013	163
11 - Policard: verticalidades das filiais a partir da sede em Uberlândia, 2013	166
12 - Policard: concentração da rede de estabelecimentos credenciados, 2013	169
13 - Valecard: interações espaciais realizadas entre a sede e as filiais, 2013	175
14 - Policard: interações espaciais realizadas entre a sede e as filiais, 2013	176
15 - Valecard: fluxos verticais ordenados de acordo com o total de estabelecimentos credenciado por estado, 2013	178
16 - Policard: fluxos verticais ordenados de acordo com o total de estabelecimentos credenciado por estado, 2013	179

LISTA DE FIGURAS

1 - Modelo de Hakanson para o crescimento de uma corporação	37
2 - Interações espaciais: o ciclo de reprodução do capital, do espaço e a circulação dos investimentos	41
3 - Interações espaciais: a circulação da força de trabalho e os meios de produção	42
4 - Interações espaciais: a circulação de publicidade e de produtos industriais	43
5 - Interações espaciais: a circulação de lucros	44
6 - Cartões de pagamento: modelo de quatro partes	89
7 - Cartões de pagamento: modelo de três partes	89
8 - Cartões de pagamento: tarifação praticada pelo mercado	90
9 - Brasil: cartões emitidos por função, primeiro trimestre de 2012	98
10 - Policard e Valecard: esquema da intermediação financeira, 2013	110
11 - Estação da Cia. Mogiana em Uberlândia, ano de 1895	119
12 - Uberlândia: obras de duplicação da BR-365, sentido Ituiutaba	124
13 - Uberlândia trecho concluído da duplicação da BR-365, sentido Ituiutaba	124
14 - Uberlândia: obras de duplicação da BR-050, sentido Araguari	124
15 - Uberlândia: obras de duplicação da BR-050, sentido Araguari	124
16 - Uberlândia: Usina Hidrelétrica Amador Aguiar I	126
17 - Uberlândia: Usina Hidrelétrica Amador Aguiar II	126
18 - Modelo de crescimento das corporações Policard e Valecard, 2013	171

LISTA DE TABELAS

1 - Brasil: evolução do número de matrizes e agências de bancos, 1941 e 1961	62
2 - Brasil: distribuição dos ativos e passivos regionais, 1945-1965 (em %)	63
3 - Brasil: processo de concentração-dispersão dos intermediários financeiros, 1941-1980	66
4 - Brasil: privatizações de bancos estaduais no âmbito do PROES, 1997-2002	70
5 - Brasil: evolução do número de cartões emitidos, transações realizadas e valores em Reais transacionados, 2000-2011	93
6 - Composição acionária dos credenciadores Redecard e Cielo, 2010	98
7 - Brasil: distribuição dos terminais POS por Unidade da Federação, 2010	104
8 - Brasil: evolução da posse de cartões de pagamento segundo as classes sociais, 2009-2012	107
9 - Uberlândia: número de empresas formais do setor secundário por ramo de atividade, 2003-2008	132
10 - Uberlândia: capacidade de armazenamento de grãos na rede pública, 2011	133
11 - Uberlândia: capacidade de armazenamento de grãos na rede privada, 2011	133
12 - Uberlândia: número de empresas por subsetores do setor terciário, 2003-2008	137
13 - Uberlândia: participação de pessoal ocupado por setor da economia, 2009	137
14 - Uberlândia: evolução do número de agências e das operações de crédito, 2006-2010	142
15 - Uberlândia: total de agências instaladas por banco, 2012	143
16 - Uberlândia: localização das agências bancárias segundo o zoneamento, 2012	144
17 - Uberlândia: postos de atendimento bancário segundo o zoneamento, 2013	147

18 - Valecard: rede credenciada por município da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - acima de 10 estabelecimentos, 2013	153
19 - Valecard: rede credenciada por município da Mesorregião Sul Goiano - acima de 10 estabelecimentos, 2013	155
20 - Valecard: rede credenciada por unidade da federação, 2013	158
21 - Policard: rede credenciada por município da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - acima de 10 estabelecimentos, 2013	164
22 - Policard: rede credenciada por unidade da federação, 2013	168

LISTA DE QUADROS

1 - Brasil: principais fusões/aquisições de corporações financeiras, 1995-2011	72
2 - Brasil: <i>ranking</i> das 20 maiores corporações financeiras, 2012	73
3 - Bandeiras vinculadas ao credenciador Redecard, 2013	95
4 - Bandeiras vinculadas ao credenciador Cielo, 2013	95
5 - Brasil: cidades-sede dos cinco maiores credenciadores, 2013	104
6 - - Policard: serviços financeiros destinados à gestão interna das empresas conveniadas, 2013	111
7 - Policard: serviços financeiros destinados aos funcionários das empresas parceiras, 2013	112
8 - Valecard: serviços financeiros destinados aos funcionários das empresas parceiras, 2013	113
9 - Valecard: serviços financeiros destinados à gestão interna das empresas conveniadas, 2013	114
10 - Triângulo Mineiro/Auto Paranaíba: implantação e evolução da malha viária rodoviária 1958-2010	122
11 - Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: usinas hidrelétricas instaladas, 2010	127
12 - Uberlândia: principais corporações multinacionais instaladas, 2011	131
13 - Uberlândia: principais agroindústrias instaladas, 2006	135
14 - Valecard: sucursais a partir da sede em Uberlândia, 2013	159
15 - Policard: escritórios regionais a partir da sede em Uberlândia, 2013	167

LISTA DE GRÁFICOS

1 - Brasil: valor médio da tarifa de anuidade por bandeira, 2005-2011	90
2 - Brasil: evolução da tarifa de intercâmbio média na modalidade crédito, 2005-2011	91
3 - Brasil: evolução da tarifa de intercâmbio média na modalidade débito, 2005-2011	91
4 - Brasil: taxa de desconto média por credenciador na modalidade crédito, 2005-2011	92
5 - Brasil: taxa de desconto média por credenciador na modalidade débito, 2005-2011	92
6 - Brasil: evolução do número de cartões de pagamento e valores das transações, 2000-2011	96
7 - Brasil: evolução do valor transacionado nas operações de cartões de pagamento, 2000-2011	96
8 - Brasil: participação dos dois maiores credenciadores na modalidade crédito (em quantidade de transações), considerando todas as bandeiras, 2005-2011	97
9 - Brasil: participação dos dois maiores credenciadores na modalidade débito (em quantidade de transações), considerando todas as bandeiras, 2005-2011	97
10 - Brasil: percentual das transações por forma de captura dos cartões de débito, 2005-2011	101
11 - Brasil: evolução dos fixos POS dos credenciadores Cielo, Redecard, Hipercard e Santander/GetNet, 2005-2011	102
12 - Evolução no número de telefones, 1919-1970	128
13 - Uberlândia: distribuição do PIB por setor da economia, 2008	138

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABAD - Associação Brasileira dos Atacadistas e Distribuidores

ABECS - Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito

AMEX - *American Express Card*

Banespa - Banco do Estado de São Paulo

BB - Banco do Brasil

BCB - Banco Central do Brasil

BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento

CELG – Centrais Elétricas de Goiás

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CESP – Companhia de Energia de São Paulo

CCBE - Consórcio Capim Branco de Energia

CMN - Conselho Monetário Nacional

CPDs - Centros de Processamento de Dados

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CPqD - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento

CTBC - Companhia Telefônica do Brasil Central

EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações

FCA – Ferrovia Centro-Atlântica

FMI - Fundo Monetário Internacional

PAA - Posto Avançado de Atendimento

PAB - Posto de Atendimento Bancário

PAE - Posto de Atendimento Bancário Eletrônico

PAM - Posto de Atendimento ao Micro Crédito

PAP - Posto Bancário de Arrecadação e Pagamento

PAT - Posto de Atendimento Transitório

PCP - Posto de Câmbio Permanente

POS - *Point of Sale*

PROER - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional

PROES - Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária

RENPAc - Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SUMOC - Superintendência da Moeda Superintendência da Moeda e do Crédito

SWIFT - Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication

TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras S.A

TRANSDATA -

www - *World Wide Web*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	21
1 - CORPORAÇÃO MULTILocalizada: PERSPECTIVAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	26
1.1- Corporação multilocalizada e a constituição de espacialidades	27
1.2- Corporações, práticas de ordenamento territorial e recortes de interpretação	33
1.2.1 - Horizontalidades, verticalidades e o modelo espacial de Hakanson	34
1.2.2 - Interações espaciais e práticas de ordenamento territorial	39
1.2.3 - Corporação multilocalizada, redes e territorialidades	49
2- EVOLUÇÃO DO QUADRO FINANCEIRO NACIONAL E A FINANCEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	57
2.1 - A ação da SUMOC e a gênese normativa à concentração financeira	59
2.2 - Reforma Financeira de 1964: o Sistema Financeiro Nacional e os imperativos ao processo de concentração-dispersão das corporações financeiras	64
2.3 - Novos conteúdos normativos e a reestruturação dos anos de 1990	67
2.4 - Telecomunicações e finanças: automação dos fazeres e difusão das atividades creditícias	76
3 - EVOLUÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO- INFORMACIONAL	85
3.1 - Primórdios dos cartões de pagamento no Brasil	87
3.2 - Estrutura, atores e tarifação do esquema de cartões de pagamento no Brasil	88
3.3 - Aspectos recentes à evolução dos cartões de pagamento no Brasil	93
3.4 - A consolidação de um meio técnico-científico-informacional como	

condição indispensável à difusão dos cartões eletrônicos de pagamento	99
3.5 - Os cartões de benefícios e a caracterização dos serviços das corporações Policard e Valecard	108
4 - EVOLUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS RETICULARES E DINÂMICA ECONÔMICA EM UBERLÂNDIA	116
4.1 - Uberlândia e a evolução das redes de transportes, energia e telecomunicações	117
4.1.1 - Evolução da malha viária no Triângulo Mineiro	118
4.1.2 - Evolução das redes de transmissão de energia e a oferta de eletricidade	125
4.1.3 - Evolução das redes de comunicações	127
4.2 - Atividade industrial e agroindustrial	130
4.3 - Consolidação e expansão do setor terciário	135
4.4 - Evolução da intermediação financeira em Uberlândia	139
5 - GÊNESE E EVOLUÇÃO DAS ESPACIALIDADES DAS CORPORações POLICARD E VALECARD	148
5.1 - <i>As horizontalidades e as verticalidades</i> da corporação Valecard	149
5.2 - <i>As horizontalidades e as verticalidades</i> da Policard	161
5.3 - <i>As interações espaciais</i> das corporações Valecard e Policard	173
5.4 - A configuração das territorialidades da Policard e Valecard e as articulações elencadas	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	190
REFERÊNCIAS	195

INTRODUÇÃO

No contexto da reestruturação técnico-científica-informacional da sociedade abordada por Santos (1996), destaca-se o amplo processo de construção e reconstrução de arranjos espaciais, caracterizados por transformações nos sistemas de objetos e ações, assim como pela interseção entre horizontalidades e verticalidades, expressando a natureza complexa dos fluxos e das interações espaciais capazes de articular diferentes contextos regionais sob demandas previamente orientadas. A essa dinâmica salienta-se, sobremaneira, o papel desempenhado pelas corporações multilocalizadas, pela sua capacidade de exercer notório papel ante a reorganização do espaço geográfico. A partir da articulação de suas múltiplas localizações, a corporação multifuncional e multilocalizada constitui agente fundamental à gestão do território, exercendo poderoso e decisivo controle sobre a dinâmica da organização espacial.

Os fluxos que animam o espaço resultam da complexa teia das interações espaciais, aprofundadas e veementemente dinamizadas pelas inovações tecnológicas geradas no âmbito das complexas redes técnicas em que se baseia o processo de globalização vigente. Estas são alvo de constante requalificação no ímpeto voraz de ainda mais fluidez, num processo dialético que representa, ao mesmo tempo, causa, condição e resultado, conforme exposto por Santos (1996). Ao envolver uma demanda crescente por multilocalização de suas escalas geográficas de atuação, a corporação multilocalizada constitui ator sequioso por velocidade e instantaneidade. Daí derivam as exigências de que o espaço seja dotado de uma nova funcionalidade e operacionalidade, sobretudo, a partir dos investimentos em transporte, geração e transmissão de energia nas telecomunicações (SILVA, 2003), de modo a viabilizar a implantação das redes promotoras das interações espaciais e, conseqüentemente, a função necessária aos caminhos da acumulação ampliada do capital.

A natureza peculiar da trama espacial de corporações multilocalizadas e a constante necessidade de integração espacial de suas áreas de atuação podem ser compreendidas como o esforço que busca alcançar o máximo proveito do espaço e das estruturas técnicas disponibilizadas, um movimento, que, para Silva (1997), é capaz de aprofundar e de condicionar as desigualdades socioespaciais. No contexto da abordagem geográfica acerca da multilocalização de empresas, é que se estabelece a problemática de investigação da presente dissertação: o resgate da dimensão espacial

reticular das corporações Policard e Valecard, duas administradoras de meios eletrônicos de pagamento oriundas do capital local, sediado em Uberlândia-MG.

No sentido de evidenciar a construção das espacialidades das referidas corporações financeiras, buscou-se tornar compreensíveis as suas práticas, abordando os seus espaços de horizontalidades e de verticalidades, a sua estruturação em forma de rede, que aprofundam, notadamente, as interações espaciais e propiciaram o processo de difusão de suas atividades pelo território brasileiro. A expansão vertical das referidas corporações é caracterizada por um notório processo de territorialização, dados os vínculos e associações erigidas pelas mencionadas corporações no tocante à natureza peculiar de sua atividade de acumulação. Nessa condição, objetivou-se compreender a importância das redes para as corporações, com destaque para a dimensão espacial de duas operadoras de cartões eletrônicos de pagamento - Policard e Valecard -, cujos capitais são uberlandenses, no sentido de evidenciar como essas organizam, por meio das localizações (nós da rede) e das interações resultantes, o seu espaço de atuação mediante da análise do processo de difusão espacial das referidas corporações.

Nessa óptica, tornou-se imprescindível analisar o contexto e as condições da gênese das corporações financeiras Policard e Valecard, no que concerne à sua atuação localizada que ocorreu no diversificado mercado da cidade sede, o palco de suas horizontalidades. A discussão de suas verticalidades e da intensificação das interações espaciais, verificadas no processo de difusão espacial das mencionadas corporações, não prescindiu de uma análise detalhada da evolução do quadro financeiro nacional a partir das prerrogativas técnicas e normativas. Ademais, foi indispensável investigar quem são os agentes que atuam no setor de cartões eletrônicos de pagamento, as técnicas utilizadas no contexto da expansão de um meio técnico-científico-informacional no país, assim como as perspectivas históricas e funcionais do estabelecimento desse setor no Brasil. Para tanto, a presente dissertação encontra-se dividida em quatro partes, que se complementam entre si.

O capítulo 1 aborda as perspectivas teórico-conceituais sobre a dinâmica espacial da corporação multilocalizada na economia capitalista, a evolução das análises sobre a temática e uma discussão acerca dos recortes de interpretação geográfica elencados como subsídio da análise do processo de difusão espacial de empresas multilocalizadas. Privilegiaram-se os recortes espaciais horizontalidades e verticalidades (SANTOS, 1996), associados ao modelo espacial de crescimento de uma corporação proposto por Hakanson (1979), as interações espaciais (CORRÊA, 1997), associadas às

práticas espaciais, identificadas também por Corrêa (1992), e as noções de rede e territorialidades na articulação de territórios-rede confeccionados a cargo dos processos de gestão do território impetrado por corporações multilocalizadas.

No capítulo 2, o escopo da análise parte do desenvolvimento do setor financeiro no Brasil, pontuando traços de sua evolução técnica e normativa. Destaca-se a reconfiguração das normas e das práticas que caracterizaram o processo de concentração das corporações financeiras nacionais, ao passo das medidas de dispersão dos agentes financeiros pelo território, salientando-se, ainda, a importância da reestruturação dos sistemas de engenharia capazes de promover a mobilidade e a circulação, fatores indispensáveis às práticas financeiras.

A mencionada reestruturação normativa e técnica constituem as medidas que marcaram um verdadeiro processo de financeirização/creditização do território, caracterizado tanto pelo imperativo de unificação dos fazeres e das técnicas financeiras quanto pelo enxugamento dos intermediadores financeiros, verificado a partir do ímpeto da concentração-dispersão (CORRÊA, 1989). Abordaram-se, ainda, o avanço e o desenvolvimento dos sistemas técnicos das telecomunicações, que, assimilados pelas finanças, foram responsáveis pela plena difusão dos fazeres creditícios, possibilitando a instalação de uma hipercapilaridade financeira (CONTEL, 2007) no território brasileiro, o imperativo que propiciou a banalização do acesso às finanças institucionalizadas no cotidiano da população.

O capítulo 3 enfatiza a gênese e a evolução do setor de cartões de pagamento no Brasil e a sua organização, os seus principais atores, as tarifações praticadas e a importância da instalação de um meio técnico-científico-informacional para a plena consolidação das práticas do setor, caracterizado pela demanda por fluidez e instantaneidade das suas operações creditícias. A marcante concentração oligopolista do mercado de meios eletrônicos de pagamento no país é evidenciada, assim como a concentração espacial das sedes dos principais credenciadores e da centralização dos fluxos gerados em todo país na região metropolitana de São Paulo, o grande centro da gestão do território da atividade financeira do país (CORRÊA, 1989).

Atesta-se, portanto, a iminência de monopolização à atividade financeira no território nacional, caracterizada, ainda, pela centralização da gestão dos fazeres creditícios. Apresentaram-se, ainda, a tipologia dos serviços financeiros disponibilizados por Policard e Valecard e as diferenciações funcionais que permitiram a essas operadoras de cartões de pagamento a definitiva consolidação e expansão

espacial num mercado marcado pela voraz competitividade e concentração dos atores atuantes. As análises erigidas nos Capítulos 3 e 4 buscam, em realidade, a inserção das corporações financeiras Policard e Valecard, oriundas do capital uberlandense, no amplo e concorrido contexto de evolução das finanças nacionais.

O Capítulo 4 aborda o desenvolvimento das atividades econômicas verificado em Uberlândia, que, com maior intensidade, a partir da década de 1970, causou profundas modificações socioespaciais, posto que ampliou a divisão social e territorial do trabalho, além de levar ao surgimento de novas centralidades no tecido urbano da referida cidade. Tal dinamismo transformou a estrutura demográfica e de emprego, intensificou as trocas e os fluxos internamente à região, bem como aumentou as possibilidades de maior integração com o território nacional, pois proporcionou o surgimento de especializações, sendo estas as bases para o aparecimento de complementaridades em múltiplas escalas.

Essas mudanças trouxeram como consequência uma diversificação do conteúdo urbano e uma redefinição dos papéis exercidos pela referida cidade, que fortaleceu sua polarização sobre as demais cidades da região e alcançou um lugar de destaque no cenário estadual e nacional. Diante da evolução e de diversificação das atividades econômicas evidenciadas em Uberlândia, tornou-se indispensável a difusão dos agentes financeiros que atendessem às demandas do empresariado, em razão da necessidade de um sistema financeiro inovador e moderno, que garantisse o atendimento das demandas dos setores econômicos, bem como proporcionasse suporte à massificação do consumo.

O capítulo 5 traz o eixo central da presente dissertação, na busca da construção textual acerca da questão central formulada, cujo esforço versa sobre o resgate das espacialidades das corporações Policard e Valecard, por meio da discussão teórica exposta e dos recortes espaciais arrolados. A estruturação da cidade de Uberlândia como um polo empresarial, no que diz respeito à instalação de indústrias e à diversificação do seu setor terciário e de suas empresas, é elemento chave para a consolidação das horizontalidades das corporações Policard e Valecard e a base da configuração de suas verticalidades, em virtude da natureza da prestação de seus serviços de intermediação financeira e os vínculos estabelecidos com os demais agentes econômicos. . No sentido de evidenciar a construção das espacialidades das referidas corporações financeiras, buscou-se tornar as suas práticas compreensíveis, abordando as suas horizontalidades e verticalidades, a sua estruturação em forma de rede que aprofundam, notadamente, as interações espaciais e propiciaram o processo de difusão de suas atividades pelo

território brasileiro. A expansão vertical das referidas corporações é caracterizada por um notório processo de territorialização, dados os vínculos e as associações erigidas pelas mencionadas corporações concernentes à natureza peculiar de sua atividade de acumulação.

A coleta dos dados e das informações organizou-se por meio de pesquisas estatísticas como fonte principal dos dados secundários, realizadas por meio do acesso aos sítios do Banco Central, do IBGE, da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS), o Banco de Dados Integrados (BDI) da Prefeitura Municipal de Uberlândia e dos sítios das empresas Policard e Valecard. A busca por informações primárias ocorreu mediante pesquisas diretas nas sedes das corporações Policard e Valecard, além da consulta e de entrevistas diretas aos demais agentes econômicos envolvidos.

Buscou-se, portanto, evidenciar como as mencionadas administradoras de cartões de eletrônicos de pagamento organizam, por meio das localizações e interações, o seu espaço de atuação, a sua atuação horizontal, a sua expansão vertical e de sua estruturação em rede, nos esforços de se contribuir no estudo da Geografia de Corporações. Trata-se, sobretudo, da análise das espacialidades das referidas corporações financeiras, do mapeamento de seus pontos de presença, da análise de suas práticas de gestão territorial e do ordenamento de seus fluxos e interações espaciais, salientando a importância da cidade de Uberlândia como um centro privilegiado do comando e da gestão de amplo espaço.

Cumpram-se, portanto, no contexto da forte concorrência entre as empresas, muitas foram as dificuldades encontradas no desenvolvimento da pesquisa de campo e da apreciação pontual de todos os agentes envolvidos na trama reticular das corporações Policard e Valecard, tratando-se, portanto, de uma aproximação da realidade. Mormente, admite-se que a natureza da organização espacial e das múltiplas associações orquestradas pelas mencionadas administradoras de cartões é muito mais complexa em relação ao apresentado na presente dissertação.

CAPÍTULO 1

CORPORAÇÃO MULTILocalizada: PERSPECTIVAS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Nos processos de ordenamento territorial e na construção de arranjos espaciais, emerge a importância de elementos de natureza política, econômica, temporal e cultural, que denotam as atitudes, as práticas e os investimentos atribuídos aos agentes sociais, seja por meio das intervenções estatais e dos atores políticos ou no que se refere aos atores da economia, sejam estes locais, nacionais ou globais, que comandam os diversos segmentos da economia.

Nessa óptica, no caminho de se compreender a dinâmica e evolução socioespacial empreendida por determinada sociedade, faz-se necessário conhecer

[...] o tamanho das elites, seu contingente, como elas se relacionam entre si e com os grupos detentores de poder político, o seu caráter aberto ou fechado, ou seja, a forma de recrutamento de seus membros e o consequente processo de mobilidade social [...] (BOTTOMORE 1965 p. 15).

Não obstante, é preciso entender como se organizam e se reorganizaram os antigos atores e como entraram em cena os novos atores, particularmente, aqueles associados às corporações, sejam estas oriundas dos capitais locais, ou provenientes dos capitais nacionais ou globais, e a sua notável importância nas reconfigurações espaciais, como resultado de suas práticas sociopolíticas e de suas complexas espacialidades.

Ante essa realidade, a grande corporação passou a constituir, no período pós Segunda Guerra Mundial, “[...] o mais importante agente da reorganização espacial capitalista [...]”, (CORRÊA, 1991, p. 137), e suas práticas traduzem-se, em escala mundial, no estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho, capaz de determinar o surgimento de complexas espacialidades e territorialidades, que resultam da “[...] crescente multifuncionalidade e multilocalização das escalas geográficas de operações [...]” (SILVA, 2003, p. 13), sendo responsáveis por significativas transformações no espaço geográfico e na divisão territorial do trabalho em nível nacional e internacional.

Nessa condição, este capítulo representa um esforço de análise acerca das concepções teórico-conceituais que norteiam a Geografia das Corporações¹, em que a organização espacial e as práticas de gestão territorial² pelas quais a corporação multilocalizada estabelece e gere as suas espacialidades são abordadas. Destacaram-se, nessa etapa da pesquisa, algumas perspectivas acerca da ação das corporações ante a estruturação espacial no capitalismo, além da inter-relação de recortes espaciais e concepções geográficas que subsidiassem a abordagem da difusão espacial³ erigida pelas corporações multilocalizadas. Tenciona-se, por meio da discussão teórico-metodológica desenvolvida no presente capítulo, articular as categorias e os recortes espaciais que abarquem a apreciação das espacialidades das corporações financeiras Policard e Valecard, cerne da presente dissertação.

1.1 - Corporação multilocalizada e a constituição de espacialidades

No atual período de estruturação espacial do sistema capitalista, as corporações multifuncionais e multilocalizadas aparecem como atores privilegiados, responsáveis por uma ampla reestruturação do espaço geográfico e da ordem preexistente no início de suas atividades, sendo capazes de exercer notório controle sobre vasto território, cujas atividades mantêm-se intimamente vinculadas ao estabelecimento, no espaço, de uma racionalidade capitalista, que busca a valorização, a ampliação e a reprodução de suas unidades e condições produtivas.

¹ Para Pires do Rio (1998, p. 56), a “[...] Geografia das Corporações constitui uma linha de investigação desenvolvida principalmente pelos geógrafos anglos saxões [...]”. Sob essa denominação, é possível verificar trabalhos de Geografia Econômica “[...] que se interessam pela análise do contexto e das trajetórias espaciais das empresas multinacionais, considerando estas como forma institucional e como manifestação particular do capital.” (PIRES DO RIO, 1998, p. 56).

² Segundo Corrêa (1992, p. 35), a gestão do território “[...] é a dimensão espacial do processo geral de gestão, confinando-se ao espaço sob controle de um Estado ou de uma dada empresa [...]”, constituindo, ainda, “[...] o conjunto de práticas que visa, no plano imediato, à criação e ao controle da organização espacial. Trata-se, da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos como concentração e dispersão espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. Em última instância, a gestão do território constitui poderoso meio que visa através da organização espacial, viabilizar a existência e reprodução da sociedade.”

³ Proposta de difusão espacial incorporada por Hagestrand (1967), desenvolvida para a apreciação de processos espaciais, a partir da elaboração de diversos modelos. Silva (1995), ao discutir as nuances do conceito de difusão espacial mediante análises de Hagestrand (1967), Santos (1979) e Bronw (1981), destaca a importância, para a análise de uma corporação financeira, dos modelos de difusão por contágio, hierarquia e relocação, associados às práticas espaciais de uma corporação identificadas por Corrêa (1992) e trabalhadas no presente estudo.

Pires do Rio (1998) volta-se à empresa como ator de primeira linha ante a especialização produtiva de determinadas regiões, abordando a evolução dos estudos referentes à corporação como objeto de análise, desde a teoria da firma neoclássica até os estudos que privilegiam a noção de grupo. Para a referida autora, a abordagem neoclássica conferia à iniciativa individual do proprietário a decisão na implementação de estratégias de localização, em que a empresa “[...] era considerada através da correspondência entre unidade fabril/ unidade gerencial/ única atividade” (PIRES DO RIO, 1998, p. 53). Do mesmo modo, a teoria da localização industrial privilegiou a empresa individual, tendo como base apenas a deliberação da melhor localização para determinada atividade e a escolha da melhor atividade para um dado local, que possuía limitada perspectiva geográfica.

Ramires (1989, p. 106), ao discutir o estabelecimento e a espacialidade das corporações multinacionais, admite que a gênese dos processos de estruturação organizacional da espacialidade da corporação está inserida na evolução e na consolidação do modo de produção capitalista, cuja substituição do capitalismo concorrencial pela fase monopolista, representa um marco no processo de reestruturação espacial das empresas, com a formação dos grandes trustes e cartéis, que emergiram, principalmente, nos Estados Unidos, a partir da segunda metade do Século XIX.

O referido autor analisa ainda o período de fusões e aquisições que fizeram alterar a estrutura empresarial estadunidense. Até a década de 70 do século XIX, a organização, caracterizada por pequenas corporações unifuncionais controladas por um só empresário ou por grupos familiares, deu lugar, sob a égide da expansão do mercado e da evolução tecnológica, a uma estrutura que levou à origem das corporações nacionais, resultado dos processos de fusão e aquisição entre pequenas empresas, que passaram a atuar em diferentes regiões do país, denotando o surgimento de uma nova ordem administrativa e espacial subordinada ao centro de comando da corporação (RAMIRES, 1989, p. 107). Nas palavras de Silva (1997, p. 11), “[...] a estrutura industrial americana passou de um tipo de firma marshalliano disperso pelo país para a consolidação da corporação nacional a partir da emergência de um processo de fusão e incorporação de firmas em várias regiões do país”.

Seguindo o processo da evolução de sua natureza organizacional, as corporações, após a I Guerra Mundial, passaram a se estruturar de forma multidivisional, em que “[...] cada divisão ficava encarregada de uma linha de produto, com um departamento de direção vinculado com mais flexibilidade ao escritório central

[...]” (RAMIRES, 1989, p. 107), arranjo que facilitava os processos de administração, alocação de capital, difusão de novos produtos e alcance de novos mercados. A partir da década de 1950, acentuava-se a transferência das grandes corporações aos mercados estrangeiros e a consolidação da corporação multinacional, que se lançou sobre as regiões produtoras de matéria-prima, fontes de mão de obra barata e mercados consumidores em potencial, tornando o objeto muito mais complexo, visto que “[...] o alargamento dos espaços de intervenção da grande corporação, o grau de concentração, o tamanho, a multilocalização e diversificação setorial introduziram modificações importantes no contexto internacional e regional” (PIRES DO RIO, 1998, p. 53).

Não negligenciando a relevância das bases conceituais estabelecidas no século XIX, Pires do Rio (1998) salienta a importância dos estudos relacionados à análise das estratégias das corporações, lançados nas décadas de 1960 e 1970, os quais ganharam pujança teórica, em que “[...] evidentemente, a razão principal encontra na transformação do próprio objeto que deixa de ser a firma neoclássica para tornar-se a corporação [...]” (PIRES DO RIO, 1998, p. 53), agora, multifuncional e multilocalizada.

Nessa perspectiva, a noção de grupo veio à tona como uma das principais inovações referentes aos trabalhos que tinham como objeto a diferenciação entre áreas mediante uma reestruturação produtiva, orientada pelas empresas mais proeminentes, disseminando-se, durante o século XX, dada uma nova condição de estruturação e organização das corporações em forma de redes complexas que se estabeleciam. Ao contrário da firma neoclássica, monoproduto e de limitada abrangência espacial, o grupo possui uma configuração complexa, ampla e articulada, em que a escala de operações, ações e práticas de gestão permitem a verificação de um processo de reestruturação produtiva, caracterizado, por uma vasta transformação que engloba

[...] microrregiões de eficiência técnico-produtiva, as diferentes formas de flexibilização da produção, a diversidade de estratégias de sistemas produtivos localizados, os diferentes contextos locais e regionais que permitem a alocação de investimentos com vias à exploração dos recursos construídos, as novas regulamentações e tantos outros elementos considerados passíveis de viabilizarem a competitividade mundial (PIRES DO RIO 1998, p. 54).

Perante essa evolução funcional da corporação, na qual o espaço está intrinsecamente inserido, posto que cada etapa de evolução obedece à estruturação de espacialidades correspondentes, o interesse da Geografia volta-se, segundo Silva (1997), à utilização do espaço, como parte incondicional à dinâmica da corporação multinacional, em que

As transformações no tamanho da empresa são acompanhadas pela ampliação de sua escala de operações. Disso resulta sua natureza multifuncional e multilocalizada. Na verdade, a mais importante mudança apresentada pela corporação é o crescimento da estrutura multi nodal, usualmente baseada na divisão de áreas de influência (SILVA, 1997, p. 11).

Chandler (1962) tece sua análise a partir da trajetória organizacional da corporação, que possui notória relevância geográfica, ante as estratégias de centralização, diversificação, integração, hierarquização e inovações estruturais no âmbito das atividades da empresa. Abordando o perfil e as características organizacionais das gigantes estadunidenses dos setores automobilístico e petrolífero, General Motors e Standard Oil, Chandler (1962) traduz a corporação multilocalizada como uma organização complexa, formada por unidades funcionais integradas a unidades administrativas hierarquizadas, privilegiando a noção de rede e organização reticular. Nessa óptica, os padrões organizacionais advêm do aprofundamento da divisão do trabalho interna à empresa, determinando uma trama espacial marcada por uma rede hierárquica entre unidades de produção e centros administrativos, conforme exposto por Silva (1997) e Pires do Rio (1998).

Ao analisar a divisão administrativa do trabalho em níveis intelectuais, própria da moderna corporação multinacional, Hymer (1978) expõe os reflexos dessa estrutura administrativa ante a organização espacial da corporação, buscando a relação existente entre “[...] a diferenciação vertical dentro da hierarquia empresarial com a distribuição espacial do emprego e as remunerações [...]” (HYMER, 1978, p. 81), em que um padrão hierárquico se estabelece entre cidades e regiões perante o processo de espacialização das corporações, fator resultante dessa divisão do trabalho intrínseca ao interior da empresa multinacional, com notório reflexo espacial.

Nessa óptica, o mencionado autor, apoiando-se no esquema de Chandler (1962), admite três níveis hierárquicos desse padrão organizacional. O nível III representa as atividades triviais da corporação, aquelas que menos exigem especialização e que, por esta razão, estão descentralizadas em escala global, munindo-se de vantagens perante fontes de matéria-prima, mercados promissores e mão de obra barata, mesmo que pouco qualificada. O nível II, em decorrência da necessidade de qualificação profissional, modernos sistemas de telecomunicações e informação concentram-se nas grandes cidades, estando, assim, geograficamente muito mais concentrado que o nível III. O nível de atividades I, representado pelas matrizes e escritórios centrais e por articularem as diretrizes dos níveis inferiores, busca localizar-se nas metrópoles globais, vistas

como “[...] áreas preñes de ciência, tecnologia e informação, onde a carga de racionalidade é maior, atraindo ações racionais de interesse global [...]” (SANTOS, 2008, p. 42).

Nas palavras de Hymer (1978, p.83), em

[...] nível internacional, as tendências centralizadoras do capital multinacional implicam uma hierarquia mundial de cidades. A tomada de decisões de alto nível estará centralizada em certo número de capitais - Nova York, Tóquio, Londres, Frankfurt, Paris. [...] As cidades menores em todo o mundo responderão pelas operações quotidianas de problemas locais específicos. Estes, por sua vez, serão resolvidos hierarquicamente: as maiores e mais importantes conterão sedes distritais das empresas, enquanto que as menores estarão confinadas a níveis inferiores.

Nota-se uma segregação espacial, do trabalho e, em consequência, de renda inerente a essa estruturação geográfica estabelecida por meio da organização do trabalho interna da corporação multinacional. Esta brota como o ator proeminente na produção de uma hierarquia mundial entre regiões e cidades, capaz de constituir interdependências universais, como exposto por Silva (1997), processo veementemente potencializado pela globalização. Segundo Santos (1996, p. 217),

São as cidades locais que exercem esse comando técnico, ligado ao que, na divisão territorial do trabalho, deve-se à produção propriamente dita. As cidades distantes, colocadas em posições superiores no sistema urbano (sobretudo as cidades globais), têm o comando político, mediante ordens, disposição da mais-valia, controle do movimento, tudo isso que guia a circulação, a distribuição e a regulação.

Esse sistema hierárquico “[...] não parece, pois, conceder ao mundo nem a independência nacional nem a igualdade [...]”, sendo responsável por manter “[...] muitos países como filiais produtivas, não só quanto às suas funções econômicas, mas recorrendo a toda a gama dos papéis sociais políticos e culturais [...]”, constituindo uma lógica perversa, pois, nesse sentido, “[...] dificilmente se pode esperar que, em tais países, desperte a imaginação criadora necessária para aplicar a ciência e a tecnologia aos problemas da miséria degradante”, segundo observa Hymer (1978, p. 84). Para Santos e Silveira (2011, p. 300),

Cada atividade constitui, no conjunto, um processo para as demais, um elo importante no sistema produtivo criado em determinado lugar ou área, constituindo a base socioespacial sobre a qual assenta uma determinada massa salarial, um determinado ritmo das atividades, um determinado movimento dos agentes, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro e da informação, uma determinada estrutura de ordens e um determinado sistema de poder fundado na economia e na política. Trata-se de um verdadeiro sistema coerente, cuja base é espacial.

Embora as análises de Chandler (1962) e Hymer (1978) partam da apreciação da influência de corporações multinacionais, é possível perceber a mesma dinâmica a cargo

de empresas multilocalizadas, cuja abrangência de suas espacialidades não rompe os limites territoriais de seu país. De modo semelhante, a corporação multilocalizada nacional articulará, em virtude de suas demandas, as diferentes regiões e cidades de seu Estado Nação, organizando as diferentes localidades mediante uma hierarquia que obedece, segundo a importância de cada lugar, às suas práticas de reprodução de capitais.

Em perspectiva semelhante às propostas de Chandler e Hymer, Corrêa (1996, p. 25), ao trabalhar a noção de centros de gestão do território⁴ como “[...] um centro onde se tomam decisões e fazem-se investimentos de capital que afetam direta e indiretamente amplo espaço”, admite o processo orientado pelas corporações multilocalizadas e sua notória capacidade em estabelecer hierarquias urbanas e o controle sobre amplas regiões, tendo por base, centros urbanos privilegiados. Tal controle encontra-se focalizado nas metrópoles que acumulam funções sofisticadas, diversidade de atividades, de papéis exercidos, concentrando as sedes sociais de grandes empresas e criando, assim, as condições concretas para o cumprimento de maneira clara da função de centro de gestão do território.

Nessa óptica, é possível observar o estabelecimento de proeminentes interações espaciais, orientadas pelas empresas ante a organização de suas espacialidades, perante o estabelecimento de redes, necessidade advinda “[...] de uma economia de mercado em expansão, de uma divisão territorial do trabalho e das trocas de bens e serviços produzidos localmente e comercializados em outras áreas”, conforme exposto por Silva (1997, p. 19). Segundo Corrêa (1997, p. 313), essa dinâmica é capaz de configurar “[...] padrões distintos e complexos de localização das diversas unidades da corporação, assim como a natureza, em parte complementar, das funções que cada unidade desempenha”. Ademais, a própria metrópole constitui, em sua máxima expressão, “[...] o ponto de intersecção entre verticalidades e horizontalidades” (SANTOS, 1996, p.226).

Ante a dinâmica das corporações assinalada, verifica-se que a expansão geográfica da empresa multilocalizada segue associada ao estabelecimento espacial do capital produtivo e as consecutivas reestruturações do padrão organizacional de suas espacialidades. Para Silva (1997, p. 13), a corporação “[...] assume uma espacialidade

⁴ Corrêa (1996, p. 26) enfatiza que, em essência, “[...] um centro de gestão do território é um centro de acumulação capitalista [...]”, e que, na esfera da sociedade capitalista, “[...] constitui-se em um poderoso conjunto de ações engendradas para conceber, planejar e dirigir o complexo ciclo de reprodução do capital das corporações multifacetadas e multilocalizadas sediadas predominantemente nas metrópoles”. A gestão do território, por meio do controle de diversos momentos e espaços, representa o aspecto espacial do ciclo de reprodução e acumulação capitalista.

proteiforme derivada dos processos de integração interna de sua organização geográfica e dos vínculos com a estrutura produtiva de uma determinada escala espacial [...]”.

Tal ordem resulta de sua natureza multifuncional e multilocalizada, dos reflexos da afirmação de uma divisão territorial do trabalho, da criação de subespaços especializados correspondentes à gestão territorial da corporação e do estabelecimento de uma rede hierarquicamente organizada de cidades, lugares e regiões no tocante às suas necessidades. Não obstante, a própria corporação multilocalizada se estrutura de forma reticular ante o estabelecimento de suas horizontalidades, verticalidades e no ordenamento das subseqüentes interações espaciais mantidas entre áreas próximas e longínquas.

1.2 - Corporações, práticas de ordenamento territorial e recortes de interpretação

A dinâmica espacial das corporações envolve processos que as conduzam à multilocalização de suas áreas de atuação, na busca de novas oportunidades para a acumulação. Tal conjunto de ações, que buscam a ampliação, o alargamento dos caminhos da reprodução e a concentração de capitais, se dão sob uma racionalidade oriunda do esforço das corporações multilocalizadas em ampliar seus espaços de atuação, que configuram concretas manifestações da dinâmica socioespacial do capital. Os esforços que caracterizam a difusão espacial das operações de uma empresa denotam uma série de práticas de gestão territorial e do estabelecimento dos sistemas técnicos que deem suporte a uma integração física que favoreça a circulação e permita à corporação o máximo proveito do espaço.

O caráter multilocalizado de uma corporação é resultado de processos que buscam a expansão territorial de suas atividades, práticas que denotam uma divisão socioespacial do trabalho própria à estrutura interna da empresa e uma hierarquização dos lugares de atuação. Ante a constituição da geografia de corporações multilocalizadas, suas práticas, caminhos adotados e aos vários aspectos associados à sua dimensão espacial, procurou-se mensurar, dentro de perspectivas teórico-conceituais da Geografia, um conjunto de categorias e recortes de interpretação que subsidiassem a análise da difusão espacial das atividades de empresas marcadas pela expansão de seus horizontes espaciais.

Nessa condição, no estudo das espacialidades de corporações multilocalizadas e suas práticas de gestão sob diversas escalas geográficas, privilegiaram-se os recortes espaciais *horizontalidades* e *verticalidades* (SANTOS, 1996, 2000) associados ao modelo espacial de crescimento concebido por Hakanson (1979), e as *interações espaciais* (CORRÊA, 1997), associadas às práticas espaciais de corporações multilocalizadas, também identificadas por Corrêa (1992). Ademais, elencaram-se as noções de *rede* e *territorialidade* adjuntas à formação de *territórios-rede*, organizados em função do ordenamento territorial e das demandas particularistas da corporação multilocalizada, abordando-se o território e a sua construção sob a óptica da constituição multiterritorialidades (HAESBAERT, 2011).

1.2.1 - Horizontalidades, verticalidades e o modelo espacial de Hakanson

A reestruturação técnico-científica-informacional da sociedade, abordada por Santos (1996), traduz-se em amplos processos de construção e reconstrução de arranjos espaciais, caracterizados por transformações nos sistemas de objetos e ações que expressam a natureza complexa dos fluxos, em que a hierarquia entre os lugares se cumpre por meio de ordens técnicas, políticas e financeiras que garantam as condições de funcionamento e perpetuação do grande capital. Segundo Santos (1996, p. 226), “[...] a informação, sobretudo ao serviço das forças econômicas hegemônicas e ao serviço do Estado, é o grande regedor das ações que definem as novas realidades espaciais”.

Nessa condição, não é possível que a realidade espacial se constitua apenas por meio de estruturas formadas por pontos ininterruptos que se encontrem inseparáveis, existindo, “[...] por sobre essas manchas, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores” (SANTOS, 1996, p. 225). *Horizontalidades* são superfícies formadas por pontos contínuos, “[...] o *locus* de uma cooperação mais limitada [...]” (SANTOS, 1996, p. 225). *Verticalidades* são pontos, que embora separados fisicamente uns dos outros, são capazes de assegurar de forma hierárquica, ante a solicitação dos atores proeminentes da economia, com destaque a corporação multifuncional e multilocalizada, uma lógica organizacional do espaço em nível nacional e global, obtida por novas formas de solidariedade, tecidas mediante a circulação, o intercâmbio, o controle e o poder, orientados por uma ordem reticular.

As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de

fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada (SANTOS, 1996, p. 227).

As horizontalidades, em sua extensão imediata, o lugar com suas vivências e práticas, representam os espaços de predomínio da produção localizada e contígua, de intrínseca relação entre tempos, atores e atividades, fruto do estabelecimento, em um espaço comum, de uma solidariedade orgânica marcada pela coexistência de múltiplos agentes e processos, em que “[...] tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local” (SANTOS, 2000, p. 109).

Assim, as solidariedades características das horizontalidades resultam de sua natureza geográfica, social, cultural e econômica que, para Santos (2000), não derivam, necessariamente, de pactos formais ou políticas abertamente orientados, sendo a sua existência assegurada pelo estabelecimento de contraracionalidades, ou

[...] formas de convivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantêm nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica típicas das verticalidades [...] (SANTOS, 2000, p. 110).

As verticalidades são ordenadas pela busca incessante da instituição de pontos adequados à multiplicação das áreas de atuação das grandes empresas multifacetadas e multilocalizadas, vistas como “atores do tempo rápido” e responsáveis por amplos processos de requalificação do espaço geográfico. Tal reestruturação espacial não prescinde do estabelecimento de uma hierarquia de fluxos orientados por redes, que acabam por impor ao lugar uma ordem estranha que obedece a solicitações e demandas distantes. Nessa óptica, interdependências entre os lugares são estabelecidas num movimento hierárquico que denota uma administração, um império orquestrado por forças dominantes que buscam uma união vertical entre os lugares sob o comando das *macroempresas*, responsáveis pela instauração, no território, desse “[...] conjunto de pontos adequados às tarefas produtivas hegemônicas, características das atividades econômicas que comandam este período histórico”, segundo Santos (2000, p. 106).

Assim, admite-se a relevância dos mencionados recortes espaciais para a análise da gênese, estruturação e histórico espaciais de uma corporação, ante a possibilidade de abordar os seus momentos de horizontalidades, buscando a importância das relações tecidas no seu espaço da contiguidade no início de suas atividades, os nexos e as associações com outros atores imediatos que denotam o estabelecimento de uma solidariedade orgânica. Mediante a ampliação das atividades, dos mercados e das espacialidades da empresa, que se tornam mais complexas e passam a ser ordenadas por

múltiplas relações, observa-se o estabelecimento das verticalidades, momento em que a corporação multilocalizada imprime a outras realidades espaciais a sua lógica particularista de acumulação, subordinação e demanda das estruturas técnicas indispensáveis à reprodução e acumulação de capitais.

Silva (1997), ao privilegiar as categorias rede, gestão do território e difusão espacial perante o estabelecimento das espacialidades de uma corporação, e no intuito de articular tais categorias, baseia-se no modelo de crescimento postulado por Hakanson (1979), considerando algumas estratégias intrínsecas à corporação ante a constituição de suas espacialidades: penetração de seus produtos no mercado imediato (estabelecimento horizontal); desenvolvimento de novos produtos (multifuncionalização); busca por novos mercados (expansão vertical); e diversificação da produção aliada aos novos mercados (associação da multifuncionalização às verticalidades), associando produto, desenvolvimento e expansão dos mercados de atuação, o que implica múltiplas funções e espacialidades.

A corporação, no início de suas atividades e do seu surgimento para o mercado, estabelece vínculos notadamente estreitos no seu espaço de contiguidade, formado por extensões contínuas, marcadas por relações imbricadas, que caracterizam as suas horizontalidades, espaços “[...] que sustentam e explicam um conjunto de produções localizadas, interdependentes, dentro de uma área cujas características constituem, também, um fator de produção [...]” (SANTOS, 2000, p. 109). No estágio I das estratégias postuladas por Hakanson (FIGURA 1), observa-se a concentração horizontal das atividades da empresa, que procura explorar todas as possibilidades verificadas nesse espaço da horizontalidade.

No estágio II, a corporação passa a investir em outras áreas, inserindo, gradualmente, as suas atividades no circuito regional à sua core-área, cujo estabelecimento desse novo arranjo espacial passa a ser controlado por meio de sua sede primordial e por escritórios regionais, além da posterior instalação de unidades produtivas que se encontrem além dos seus espaços da horizontalidade, expansão que constitui um primeiro momento no desenho das verticalidades. Para Silva (1997, p. 15), essa expansão geográfica “[...] deriva da busca ampliada de lucros face às baixas taxas de crescimento verificadas no mercado local”, restrição à acumulação do capital, que também pode ser o fator decisivo à configuração do estágio III, em que os investimentos realizados se consolidam em lugares distantes ainda no circuito nacional.

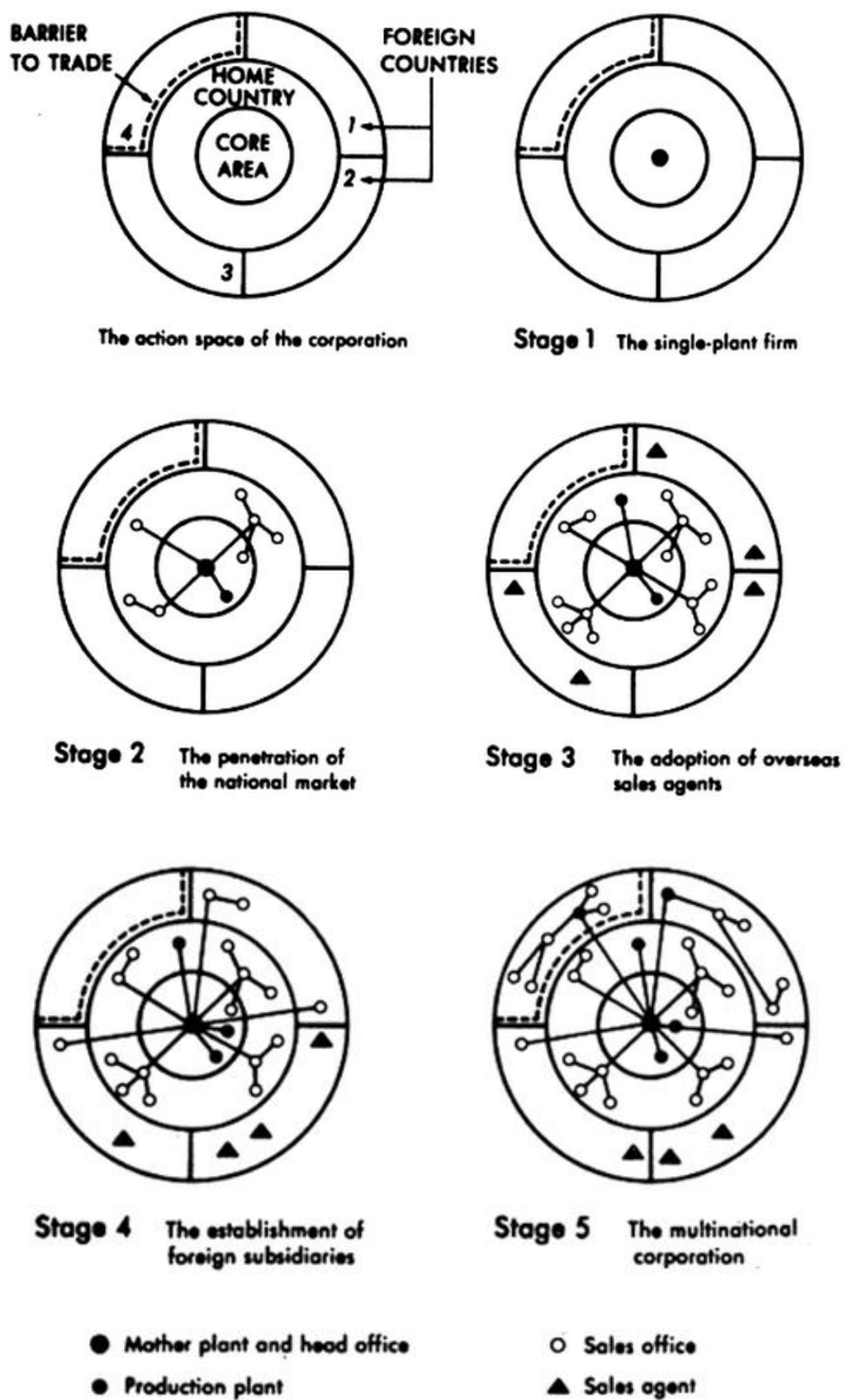


FIGURA 1 - Modelo de Hakanson para o crescimento de uma corporação.
 Fonte: HAKANSON (1979) *apud* SMIDT e WEVER (1990, p. 123).

A partir desse momento, em direção aos estágios subsequentes, verifica-se a condição de multifuncionalidade e multilocalização em sua máxima expressão, em que a corporação associa a diversificação de produtos e serviços à constituição de novos mercados distantes, correspondendo à configuração de um conjunto de ações verticais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Nessa condição, percebe-se a articulação de uma hierarquia estabelecida por meio de uma ordem técnica, financeira e política intrínseca às necessidades da empresa multifuncional e multilocalizada, ator capaz de definir a ordem espacial anterior ao início das suas atividades a mediante o estabelecimento de uma solidariedade do tipo organizacional e hegemônica, cujas decisões orientadas são estranhas ao lugar e obedecem ao interesse de atores distantes.

As verticalidades agrupam áreas ou pontos a serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São os vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada a distância. A dissociação geográfica entre produção, controle e consumo ocasiona a separação entre a escala da ação e a do ator. Esta é, com frequência, o mundo, transportado aos lugares pelas firmas transnacionais. (SANTOS, 2008, p. 51).

Nota-se, nessa estrutura de crescimento de uma corporação assinalada, a “[...] sequência histórico-espacial dos eventos na determinação da estrutura da corporação e, por conseguinte, de suas espacialidades [...]” (SILVA, 1997, p. 15), no tocante ao estabelecimento dessas múltiplas espacialidades associadas à diversificação do produto e das atividades da empresa.

Os primeiros estágios observados impõem-se à força das relações com o espaço imediato, marcante dependência da “[...] sociedade próxima e das virtualidades materiais e sociopolíticas de cada área, que permite certa horizontalização da atividade” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 291), caracterizando a intrínseca relação da incipiente corporação com o seu espaço imediato.

Nos estágios finais da estrutura em questão, emerge a importância das verticalidades, a partir do momento em que a expansão espacial das atividades da corporação multifuncional e multilocalizada passa a unir pontos distantes sob o seu ordenamento, que acabam por denotar as divisões territoriais do trabalho sob o comando da empresa multilocalizada.

1.2.2 - Interações espaciais e práticas de ordenamento territorial

As interações espaciais, como processo indissociável da existência, perpetuação e reprodução do modo de produção capitalista, afloram como recorte de interpretação imprescindível à análise do estabelecimento das espacialidades de uma corporação multilocalizada, ator demandante de instantaneidade, simultaneidade e do investimento, no espaço, de estruturas técnicas que possibilitem a fluidez, a rápida circulação das informações, do capital e que admitam o complexo conjunto dos deslocamentos que caracterizam as interações sobre o espaço geográfico. Para Corrêa (1997, p. 280), as interações espaciais “[...] devem ser vistas com parte integrante da existência (e reprodução) e do processo de transformação social e não como puros e simples deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço”, estando ancoradas nas sociedades e no seu movimento de transformação, cuja dinâmica “[...] somente são inteligíveis quando consideradas como parte da história do homem e de sua mutável geografia”.

No conjunto das interações espaciais como fator diferenciador entre os lugares e como processo inerente ao movimento de transformação das sociedades, Corrêa (1997) destaca, no capitalismo, a importância dos impactos gerados pela Revolução Industrial ante a modificação e a ampliação dessas interações, que ganharam densidade pela gama de informações, recursos e mercadorias em circulação, assim como pelos meios, pela velocidade e pelo poderio das novas e complexas redes geográficas, com sua crescente trama de nós e vias, que passaram a possibilitar toda uma ordem de fluxos.

Interações espaciais a curta e a longa distâncias, entre centros de magnitude semelhante ou distinta, envolvendo uma gama cada vez mais complexa de mercadorias, pessoas, capital e informação, são o resultado das transformações advindas com o capitalismo industrial (CORRÊA, 1997, p. 283).

Perante essa realidade, a evolução tecnológica, empreendida pelo modo de produção capitalista e pela demanda de fluidez das grandes corporações mediante a multilocalização dos seus mercados e processos produtivos, constitui fator determinante para a aceleração do ciclo de produção do capital e das empresas. Na constituição desse espaço de fluxos, orientado pela internacionalização do capital produtivo e financeiro, observa-se a distribuição mundial de uma série de unidades localizadas em vários lugares, em que a produção e a circulação de mercadorias, de serviços e de capital que compõem o comércio internacional, passaram a ser realizadas entre essas unidades

produtivas ao controle da sede social da corporação multilocalizada. Sobretudo, destacam-se o peso e a relevância da análise que considera as interações espaciais sob a lógica das ações empreendidas por corporações financeiras, que, desde o seu estabelecimento, constituem os atores mais demandantes de fluidez e de instantaneidade ante a iminente multilocalização das suas atividades.

Nessa condição, a reprodução de capitais implica a constituição de “[...] múltiplas localizações e suas necessárias articulações, em virtude dos processos produtivos e do consumo apresentarem ampla escala, envolvendo diferentes lugares” (CORRÊA, 1997, p. 285), notada a complexidade das estruturas, dos fluxos e dos processos de concentração e centralização do capital, que, na atualidade envolvem em múltiplas espacialidades, “[...] potencializadas com a constituição de poderosas corporações multifuncionais e multilocalizadas, envolvendo ampla gama de produtos e serviços e inúmeras localizações” (CORRÊA, 1997, p. 286).

No âmbito da sociedade capitalista, Corrêa (1997) aborda os diferentes padrões espaciais das interações, suas formas, sua configuração reticular e o ciclo de reprodução do capital postulado por Marx (1984) em sua perspectiva espacial, o responsável, direta ou indiretamente, pelo estabelecimento das interações espaciais. Para tanto, Corrêa (1997) institui uma hipotética corporação multifuncional e multilocalizada, a espacialidade de suas múltiplas unidades produtivas localizadas em diferentes centros urbanos e os momentos espaciais do ciclo de reprodução do capital dessa dada corporação, conforme exposto na Figura 2.

Os centros indicados de A a I representam lugares em que estão localizadas as unidades-filiais dessa hipotética corporação, com o centro A contendo a sede. Os subsequentes pontos diretos registram fábricas-filiais (B, C, e D), centros de coleta e beneficiamento de produtos agropastoris (E, F e G) e os centros de mineração (H e I). As demais localidades verificadas não possuem vínculo direto com a rede de lugares dessa corporação em questão. Para Corrêa (1997, p. 286), a trama exposta na figura 2 retrata o “[...] momento inicial do ciclo de reprodução do capital, no qual, através de decisões tomadas na sede social da corporação, verificam-se investimentos de capital-dinheiro nas oito unidades-filiais espacialmente dispersas”.

As interações espaciais verificadas nesse momento obedecem aos “[...] fluxos de informações e recursos financeiros via telefonia, fax, contatos face a face e através da telemática [...]” (CORRÊA, 1997, p. 286), cujo papel da rede bancária, diretamente

associada ou não ao círculo produtivo da corporação, exerce função primordial ao fluxo de investimentos.

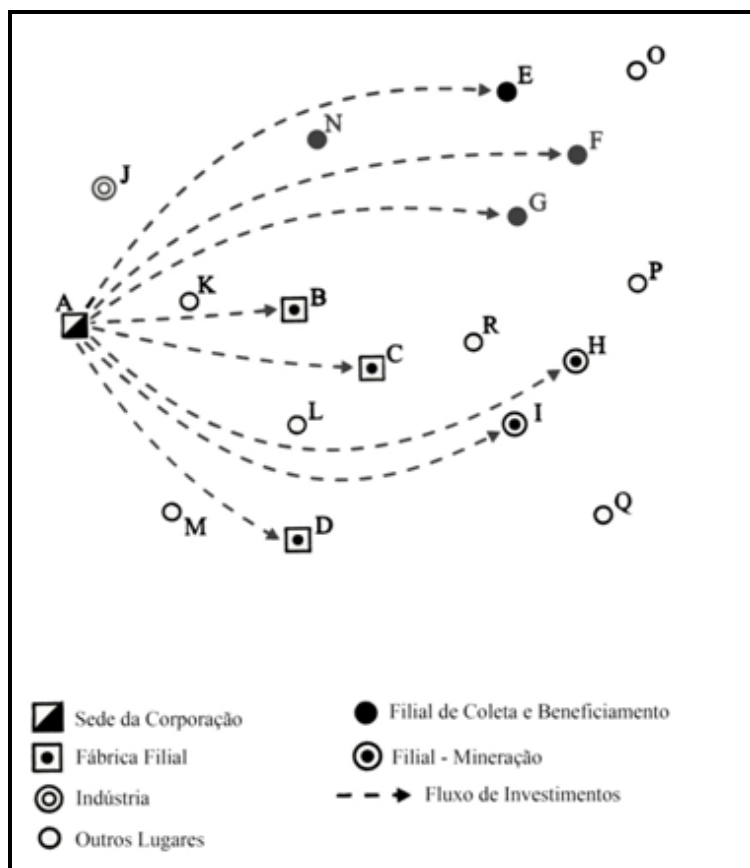


FIGURA 2 - Interações espaciais: o ciclo de reprodução do capital, do espaço e a circulação dos investimentos.

Fonte: CORRÊA (1997, p. 287).

Na Figura 3, mais complexa, é possível observar os momentos de circulação dos meios de produção e da força de trabalho, dessa vez, abarcando aquelas localidades que, no primeiro momento (FIGURA 2), não possuíam vínculo direto com a rede de lugares da corporação. Dos centros E, F, G e áreas próximas, direcionam os fluxos de matéria-prima em direção à fábrica-filial localizada em B. Da mesma forma, as unidades mineradoras de H e I remetem fluxos a de matéria bruta a serem processadas nas fábricas-filiais em B, C e D.

Constata-se, nesse momento, a efetivação dos outros centros na teia de interações espaciais dessa corporação hipotética. Uma possível indústria localizada em J passa a fornecer equipamentos demandantes pelas unidades B, C e D. Os centros N, L e suas respectivas hinterlândias constituem áreas de fluxo demográfico da força de trabalho e da população demandante de serviços e produtos, momento de efetivação do processo produtivo, de modo que

As interações envolvem, além de ordens de compra e venda de matérias-primas, maquinário e bens intermediários, contratos com força de trabalho. Envolvem, de maneira expressiva, fluxos de mercadorias via diversos meios de transporte, caminhão, trem e dutos.

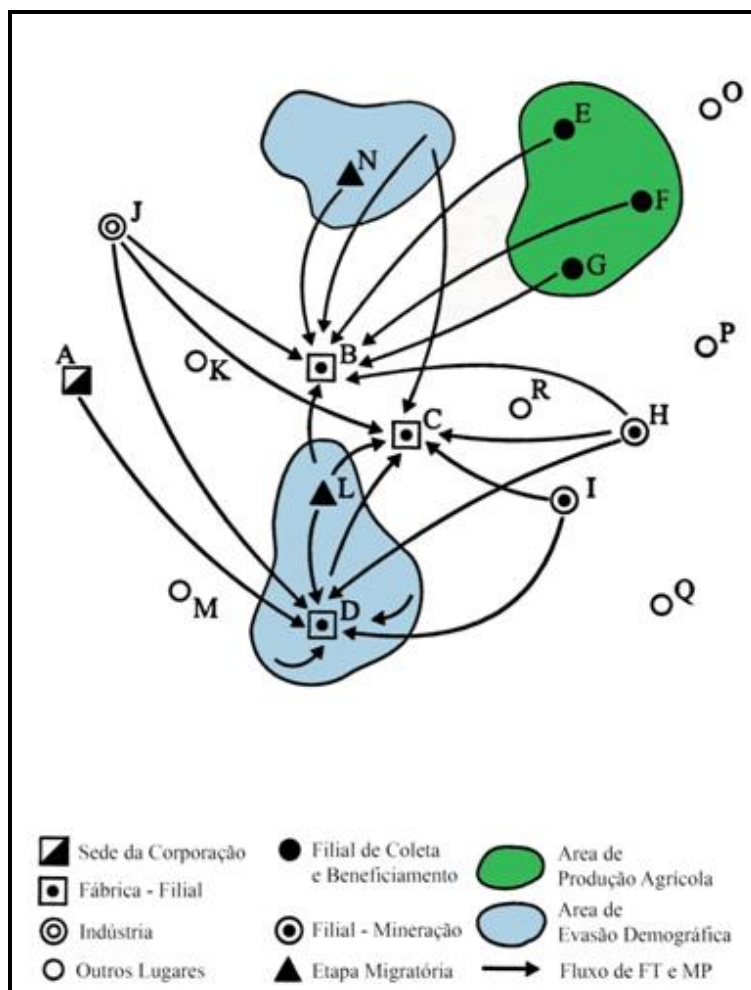


FIGURA 3 - Interações espaciais: a circulação da força de trabalho e os meios de produção. Fonte: CORRÊA (1997, p. 288).

Os momentos de distribuição de produtos industrializados e a efetivação do consumo são retratados na Figura 4, assim como o fluxo das estratégias publicitárias oriundas da sede da corporação que alcançam, com o auxílio dos meios de difusão da propaganda, centros que, até então, não participavam da teia de interações dessa empresa hipotética, representados por K, M e O. Por meio da ação dos atacadistas, filiais de venda e pelo trabalho de representantes comerciais, a corporação inclui, dentro de sua rede de interações, todos os centros indicados, a partir do estabelecimento de “[...] uma rede de localidades centrais caracterizada por uma hierarquia de lugares, atacadistas e varejistas [...]” (CORRÊA, 1997, p. 290). Para esse novo momento, emerge a importância das interações referentes aos deslocamentos intraurbanos, por

meio do transporte público e particular em direção às áreas centrais do comércio, serviços, shoppings, dentre outras centralidades.

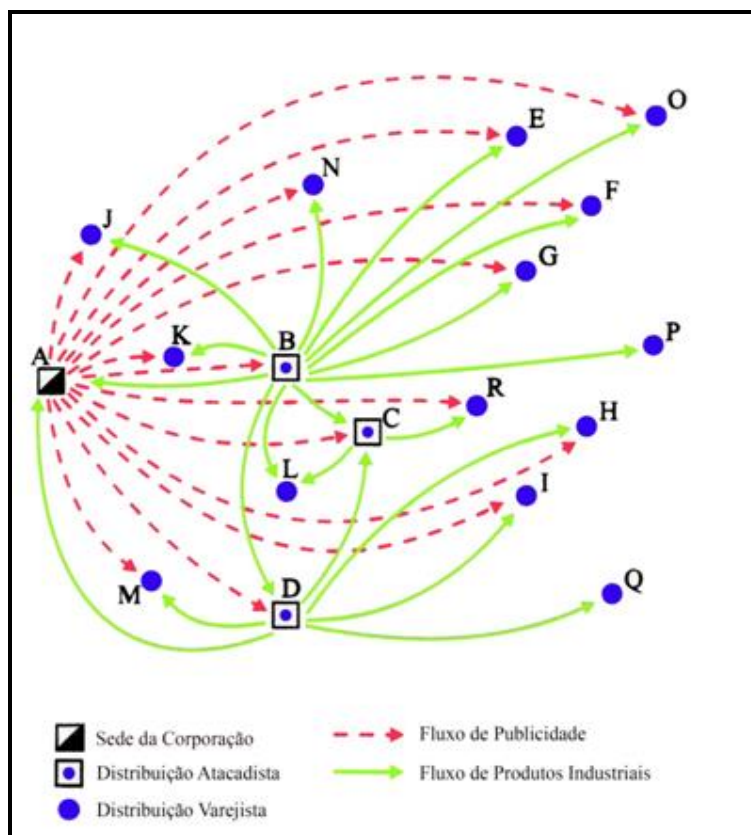


FIGURA 4 - Interações espaciais: a circulação de publicidade e de produtos industriais. Fonte: CORRÊA (1997, p. 291).

Sobre o ciclo espacial supracitado, o autor destaca o caráter didático e ilustrativo de sua abordagem, enfatizando que a reprodução do capital é muito mais complexa em relação à dinâmica assinalada. Evidencia-se, ainda, o estabelecimento de uma divisão territorial do trabalho referente ao estabelecimento do ciclo espacial da corporação multilocalizada, em perspectiva semelhante aos trabalhos já citados de Chandler (1962) e Hymer (1978). Nessa condição, cada centro destacado contribui com sua atividade específica para o ciclo de reprodução do capital da hipotética corporação em questão, na medida em que

A rede de centros envolvidos nesse momento do ciclo de reprodução do capital amplia-se. As interações envolvem, além de ordens de compra e venda de matérias-primas, maquinário e bens intermediários, contratos com força de trabalho. Envolvem, de maneira expressiva, fluxos de mercadorias via diversos meios de transporte, caminhão, trem e dutos (CORRÊA, 1997, p. 289).

Com a efetivação do consumo, concretiza-se o processo produtivo e, por meio da rede bancária previamente estabelecida, os lucros são despachados à sede da

hipotética corporação idealizada, como ilustrado pela Figura 5. Nesse contexto, de acordo com Harvey (1990), as grandes corporações multifacetadas utilizam extensamente os serviços disponibilizados pelas instituições financeiras, que anseiam grandemente em dirigir os fluxos de capital oriundos das atividades das empresas.

A mais-valia, concentrada na sede da corporação não apenas permite o reinício do ciclo como também o investimento e aplicação em outros setores, como o financeiro e o imobiliário, e no consumo pessoal daqueles que controlam o processo produtivo. Isso engendra novas localizações e interações espaciais (CORRÊA, 1997, p. 292).

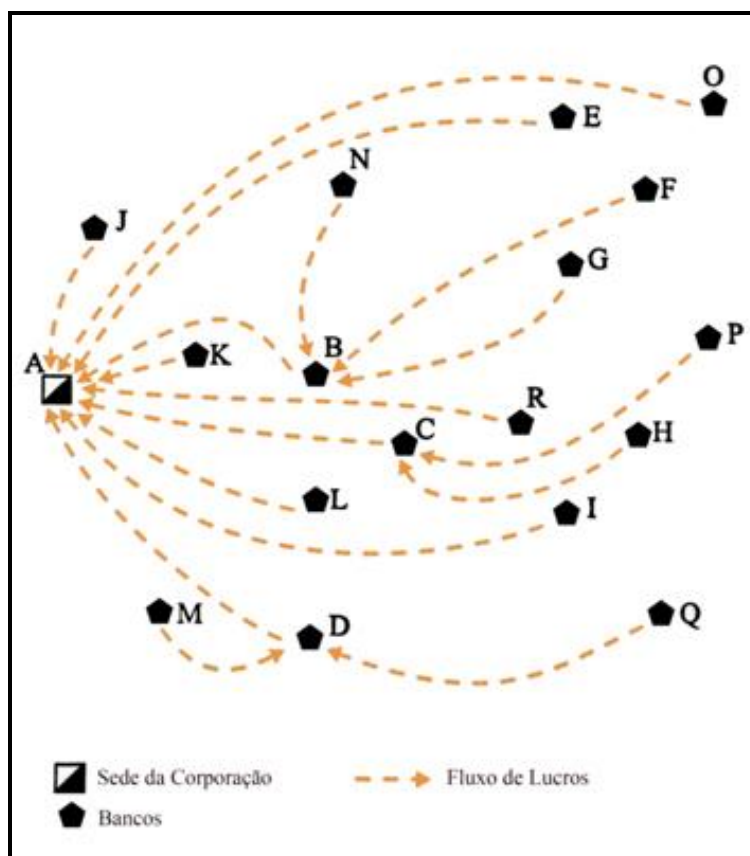


FIGURA 5 - Interações espaciais: a circulação de lucros.
Fonte: CORRÊA (1997, p. 293).

A condição de centro de gestão do território, já apontada, fica a cargo do centro assinalado por A, que, além de centralizar o capital (FIGURA 5), acumula as funções de controle, planejamento e execução do ordenamento que se faz sentir em áreas distantes. Nessa óptica, observa-se a constituição de centros de produção agrícola e industrial, de beneficiamento e de comercialização, uma hierarquia espacial estabelecida pelas necessidades produtivas da corporação que imprime, aos lugares, o estabelecimento de especializações funcionais diferenciadas associadas à sua demanda particularista. No que tange ao conjunto de práticas de reprodução de capitais impetrado por corporações financeiras, que não necessariamente envolvem a alteração industrial de produtos

primários, a difusão de agências e escritórios regionais visa à busca de associações financeiras em mercados proeminentes e a melhor adequação de suas estratégias sobre os diferentes contextos regionais verificados ante a diversidade espacial.

À dinâmica das interações espaciais e ao estabelecimento de áreas especializadas, inerentes à dimensão espacial do processo de gestão territorial da corporação multifuncional e multilocalizada, somam-se as práticas espaciais identificadas por Corrêa (1992), ao abordar a evolução da estrutura espacial engendrada pelo Grupo Souza Cruz, a saber: seletividade espacial, fragmentação/remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora.

Ao constituir suas espacialidades e áreas de atuação, uma corporação age de forma seletiva, pela configuração de um “[...] conjunto de pontos essenciais ao exercício de sua atividade, nos seus aspectos mais fortes” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 292-293). Os fatores locacionais clássicos, como a proximidade de mercados consumidores e de mão de obra, fontes de matéria-prima, fontes de energia ou áreas de excelência aos transportes, são de extrema importância para a uma corporação multilocalizada, assim como a existência de centros de pesquisa e desenvolvimento, vantagens fiscais e infraestrutura pronta.

Para Corrêa (1992 p. 37), os referidos atributos “[...] encontrados de forma isolada ou combinada, variam de lugar para lugar, e são avaliados e reavaliados sistematicamente [...]”, pois esse processo “[...] tem natureza específica das funções de cada unidade a ser implantada: usina de beneficiamento, fábrica, escritório regional de vendas, centro de pesquisa e desenvolvimento, depósitos atacadistas, etc.”. Como resultado, observa-se uma complexa organização espacial, que resulta do variado processo de seleção de lugares, em que a corporação, detentora de economias de escala, pode criar algumas das estruturas locacionais acima mencionadas.

Nos processos de fragmentação, a corporação poderá dividir o espaço sob sua influência levando em conta a intensificação de sua atuação, ao implantar novas unidades atreladas à sua cadeia produtiva, administrativa ou varejista. Nas palavras de Corrêa (1992 p. 37), a fragmentação “[...] tende a alterar as unidades territoriais que constituem o complexo mosaico que caracteriza o espaço de atuação da corporação, estabelecendo unidades cada vez menores [...]”.

O referido processo faz oposição ao remembramento espacial, uma vez que este promove a aglutinação das unidades territoriais em que corporação poderá, sob certas

condições, resumir as diversas partes de seu território em uma nova realidade, antes assinalada por amplas unidades territoriais. Como consequência dessa aglutinação, as unidades menos eficientes e as localizações menos privilegiadas podem ser as primeiras a cair em desuso, caracterizando, segundo Corrêa (1992), a seletividade espacial negativa.

Visando à maior eficiência, ao adotar práticas vinculadas ao controle de sua organização espacial, a corporação multilocalizada poderá excluir, total ou parcialmente, do seu mosaico de lugares uma determinada localização. Na marginalização espacial, as constantes mudanças locacionais constatadas na dinâmica das corporações acarretam o processo de abertura de novas unidades e o fechamento de outras, ação responsável pela seleção de lugares que outrora foram considerados pouco atrativos às necessidades da empresa. Para Santos e Silveira (2011, p. 291), esse papel de comando territorial, exercido pela grande empresa, lhe confere a possibilidade de tratar as localizações como “[...] meras bases de operação, abandonadas logo que as condições deixam de lhes ser vantajosas”. Assim, nota-se, na marginalização espacial, o descarte de localizações anteriormente avaliadas como atrativas e favoráveis à instalação de unidades, gerando impactos diversos no lugar ao afetar o nível de emprego, de renda e a arrecadação tributária da área marginalizada.

Nos processos de reprodução da região produtora, faceta importante na gestão do território, Corrêa (1992) salienta a influência exercida pela corporação sobre sua área de atuação e a relevância do controle deste território. Nessa óptica, a corporação usará de sua influência ao constituir, sobre o seu território, áreas de especialização produtiva ligadas à sua cadeia de produção, em que “[...] pequenas ou grandes regiões com tendência à especialização produtiva são criadas através da ação da corporação, e devem ser submetidas ao seu controle” (CORRÊA, 1992, p. 40), conforme observado na trama das interações espaciais assinalada e suas variáveis. Nessa condição, tanto a constituição de regiões produtoras quanto o estabelecimento de centros funcionais, nos quais a corporação multilocalizada mantém suas unidades produtivas, constituem a rede dos diversos lugares e centros urbanos geridos pelo ordenamento territorial da corporação.

Esse ininterrupto artifício de seleção, marginalização, requalificação e hierarquização dos espaços empreendidos pelas demandas de uma corporação multilocalizada conduzem a frequentes desvalorizações e revalorizações dos lugares, com marcante impacto sobre “[...] a equação do emprego, a estrutura do consumo consumptivo e do consumo produtivo, o uso das infraestruturas materiais e sociais [...]”

(SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 293). Tais processos são demasiadamente onerosos aos cofres públicos, ante a demanda por infraestruturas necessárias ao estabelecimento das empresas em dado local, relação privatícia que caracteriza a composição dos espaços corporativos⁵.

A constituição desse conjunto de pontos ordenados para as atividades produtivas da corporação, verificados nas propostas de Hakanson (1979) e Corrêa (1992, 1997), carece da instituição de um espaço de fluxos, um sistema reticular orientado a atender às solicitações dos processos de acumulação do capital impetrados pelas corporações multifuncionais e multilocalizadas, ator “[...] exigente de fluidez e sequioso de velocidade” (SANTOS, 2000, p. 106).

Desse ponto, advém a necessidade da construção dos elementos fixos que estejam disponibilizados nos lugares de interesse dessa força hegemônica, vista a importância “[...] de se dotar o espaço de uma funcionalidade e de operacionalidade através dos investimentos em transportes, comunicações e energia nos distintos lugares escolhidos pelo capital” (SILVA, 2003, p. 13), já que a expansão geográfica das unidades produtivas de uma empresa buscam as condições ótimas para criar oportunidades para o alargamento da acumulação do capital empreendida sobre amplo espaço.

No decorrer do estabelecimento das espacialidades de uma corporação multilocal/multifuncional, nota-se a constituição de um sistema indissociável de objetos e ações, uma trama de estruturas fixas, oriundas das forças produtivas, do trabalho e da força de requalificação dos lugares, capazes de orientar os fluxos e garantir a integração territorial desses fixos em um sistema reticular, elementos que configuram a base espacial dos processos de acumulação de capital da empresa multilocalizada. Para Santos e Silveira (2011, p. 289), “[...] trata-se de caracterizar uma situação na qual, em cada área, os objetos tendem a exercer certas funções e os respectivos processos são, em grande parte, submetidos ao papel regulador de instituições e empresas”.

⁵ Santos e Silveira (2011, p. 295), ao abordar a definição de poder de Taylor e Thrift (1982), em que “[...] o poder pode ser definido como a capacidade de uma organização para controlar os recursos que lhe são necessários, mas também são necessários a outras organizações”, evidenciam a noção de espaços corporativos, “[...] que inclui uma utilização privilegiada dos bens públicos e uma utilização hierárquica dos bens privados”. As grandes corporações passam a exigir dos setores públicos o estabelecimento dos sistemas de engenharia e infraestruturas necessárias ao bom desenvolvimento de suas atividades, fortalecendo o processo de produção dos espaços corporativos, que, em última análise, “[...] trata-se de uma racionalidade privada obtida com recursos públicos” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 306) e que não interessa a maior parcela da população.

O estabelecimento desse sistema de objetos técnicos atuais segue, de acordo com Santos (2008), a uma forte tendência à unificação, tanto em sua forma, comando, quanto a sua criação mediante intencionalidades precisas, sobretudo no que se refere aos objetos que participam de sistemas hegemônicos e são criados como resposta à demanda e realização de ações hegemônicas, em cumprimento às solicitações daqueles agentes proeminentes da economia, da cultura e da política, dentre os quais, destacam-se as grandes empresas.

Nas palavras de Santos (2008, p. 97)

[...] todos esses objetos modernos aparecem com uma enorme carga de informação, indispensável para participarem das formas de trabalho hegemônico, a serviço do capital hegemônico, isto é, do trabalho mais produtivo economicamente.

Quanto às ações, o mencionado autor pontua que

[...] elas (as ações) tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas. Convertidos em objetos geográficos, os objetos técnicos são tanto mais eficazes quanto melhor se adaptam às ações visadas, sejam elas econômicas, políticas ou culturais (SANTOS, 2008, p. 46).

Logo, é possível identificar, nos caminhos traçados pela corporação multilocalizada, no decorrer da estruturação das suas espacialidades, um conjunto de estratégias e práticas inerentes ao seu processo de gestão territorial, a articulação de uma divisão territorial do trabalho intrínseca às suas atividades e sua marcante influência ante a criação de um espaço reticular ordenado por um conjunto de fixos e fluxos, que lhe garantem a fluidez territorial e que denotam a ocorrência de relações tecidas e orientadas pelo poder. Em suma, percebe-se, no estabelecimento dessa ordem reticular, o surgimento das territorialidades próprias à dinâmica da corporação, posto que “[...] a difusão espacial da corporação, bem como as práticas espaciais de gestão, controle do seu território e sua territorialidade, não prescindem a existência de redes [...]”, segundo comenta Silva (1997, p. 17).

A qualidade das redes, no que se refere às possibilidades de instantaneidade e de simultaneidade oferecidas pelos sistemas reticulares atuais, torna-se imprescindível nas atividades de acumulação de uma corporação multilocalizada. Não obstante, tal capacidade de ordenamento simultâneo de fluxos e integração instantânea entre lugares próximos e distantes que estejam articulados pelas redes ao usufruto da empresa e assim solidarizados, caracteriza um notório processo de seletividade espacial, cuja importância estratégica da localização geográfica é veementemente ampliada.

1.2.3 - Corporação multilocalizada, redes e territorialidades

O ordenamento territorial atribuído pela corporação multilocalizada e suas demandas carece da constituição de uma ordem reticular densa e ramificada (SILVA, 1993), que impere sobre múltiplas localizações, ordenando fluxos, atividades e demais agentes envolvidos. No contexto da reestruturação técnico-científica-informacional da sociedade capitalista, os processos de inovação tecnológica e o crescente conteúdo informacional das atividades traduzem a constituição de um espaço de fluxos de toda ordem, dotados de um sistema reticular promotor de múltiplas territorialidades e que leva a propiciar “[...] uma instantaneidade de fenômenos interligados em escala planetária, via inovações tecnológicas, [que] tem provocado um intenso processo de desconstrução e reconstrução de organizações espaciais e a formação de espaços adredes [...]” (SILVA, 1999, p. 57).

Essa trama reticular permite a difusão espacial das atividades econômicas e dos centros de tomada de decisão que, cada vez mais, confirmam a tendência de especialização de territórios e lugares, em que atividades econômicas dispersas, mas conectadas pelas redes técnicas, constituem as diferentes unidades produtivas de uma corporação, o que faz da rede uma categoria de interpretação geográfica importante para a presente temática. A corporação se estabelece rede graças ao caráter multifuncional e multilocal das suas atividades, que implicam em múltiplas localizações e pela justaposição entre horizontalidades e verticalidades. Assim, a rede da corporação “[...] constitui um arranjo de localizações geográficas de pontos e áreas interconectados entre si e animados por um sistema de ações que respondem pela produção do capital da empresa”, conforme aponta Braga (2010, p. 28).

Destarte, a segunda metade do século XX, especialmente o período pós revolução técnico-científica, compreendido de meados da década de 1970 até a atualidade, experimentou vultosos avanços referentes ao conjunto das técnicas reticulares, tanto no que se refere à engenharia dos sistemas de transportes, de transmissão de energia elétrica e, sobretudo, às telecomunicações e internet, que permitiram a relativização das distâncias pela simultaneidade com que as informações, o ordenamento e o processamento de dados são realizados. Nessa condição, assinala-se a emergência de vários trabalhos que abordam o papel das redes técnicas atuais ante a organização do território, em especial, as análises que tratem da pujança dos fluxos

migratórios, do comércio e das mercadorias, dos fluxos informacionais e dos fluxos financeiros, conforme exposto por Dias (2005).

Dias (2005, p. 15) analisa a evolução do conceito de rede que passa pela utilização do termo como técnica de tecelagem ou conjunto de fios entrelaçados, do organismo vivo e sua estruturação em rede e pela ruptura que agrega novas aplicações ao conceito a partir da segunda metade do século XVIII, em que “representações geométricas do território se multiplicaram graças à triangulação do espaço em rede”. Segundo a referida autora, a partir de então, a rede passou a ser vista como matriz técnica, um conjunto de infraestruturas engendradas pelos engenheiros para equipar o território. Na teoria do filósofo francês Saint-Simon, a difusão de um sistema reticular é vista como uma condição ao desenvolvimento, tanto econômico quanto no que tange à melhoria das condições de vida da população. Conforme exposto por Dias (2005), Musso (2001, 2003) atribui aos discípulos de Saint-Simon a ideia de superestimação das redes técnicas, concebidas como sinônimo de desenvolvimento e como a única via para alcançá-lo, pelo que, segundo Dias (2005, p. 17), a rede passou a ser considerada como “as próprias produtoras de relações sociais, até mesmo de uma revolução social”, numa perspectiva em que as redes técnicas seriam as únicas articuladoras da transformação social.

Em oposição a esse determinismo tecnocrático e à noção de autoregulação das redes técnicas, a mencionada autora reconhece a rede como construção social, que “não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais” (DIAS, 2005, p. 23). Nessas circunstâncias, a tipologia das redes é definida pelos atores responsáveis pela sua constituição, fazendo-se essencial “conhecer suas ações, identificando as estratégias dos atores e a maneira como as redes são desenhadas e administradas” (DIAS, 2005, p. 20), pois as redes não se inscrevem no vazio, mas em espaços plenos de história (DIAS, 2005).

Ao analisar a rede e sua constituição como elemento intrínseco ao devir, que representa as práticas socioespaciais historicamente pontuadas, por meio das quais as “interações espaciais efetivamente se realizam a partir dos atributos das localizações e das possibilidades reais de se articularem entre si”, Corrêa (1997) aborda as redes como um recorte de interpretação privilegiado na análise das interações estabelecidas no espaço e nas ações transmitidas a lugares mais ou menos longínquos.

Construções sociais, as redes geográficas são historicamente contextualizadas, constituindo-se em parte integrante do longo e cada vez mais complexo processo de organização espacial socialmente engendrado.

[...] as localizações, vias e fluxos são elementos, presenciais e insubstituíveis da própria existência e reprodução social (CORRÊA, 1997, p. 306).

Para Santos (1996), a rede constitui um dado técnico de caráter social, considerando a fluidez uma categoria sociotécnica, cujo dinamismo

[...] não teria alcançado as consequências atuais, se, ao lado das novas inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação [...]. A economia contemporânea não funciona sem um sistema de normas, adequadas aos novos sistemas de objetos e aos novos sistemas de ações, e destinamos a provê-los de um funcionamento mais preciso. [...] trata-se de normas constituídas em vários subsistemas interdependentes, cuja eficácia exige uma vigilância contínua, assegurada por uma legislação mundial [...]. (SANTOS, 1996, p. 219).

Logo, um dado importante acerca do estabelecimento das redes técnicas como estrutura material remete-se à função que lhe é imputada pelo conjunto das ações responsáveis pela sua implantação, o conjunto das relações que dão vida a esse artefato técnico. Assim, um fator que aliado ao progresso técnico e às novas possibilidades de interação alude aos atores que condicionam a estruturação das redes por meio de uma gestão anterior à sua própria constituição. Desse modo, no uso social das redes, é possível observar níveis variados de aproveitamento da fluidez, orientados pelo papel diverso dos agentes ante o controle e a regulação do funcionamento das estruturas reticulares. Essa desigualdade no acesso às redes técnicas, conforme exposto por Santos (1996), permite a Corrêa (1993, p. 115) questionar

[...] em que medida as grandes corporações, estruturadas orgânica e espacialmente em forma de rede, alteram a divisão territorial do trabalho, isto é, a especificidade produtiva das diversas áreas e os centros urbanos previamente existentes?

Nessa direção, nos caminhos da composição e espacialização das redes técnicas, é importante a percepção do seu caráter como instrumento da ação deliberada dos mais variados atores, com destaque aos agentes proeminentes da política, cultura e economia e, dentre eles, as corporações multilocalizadas e o próprio Estado, não havendo, segundo Santos (1996), uma linha evidente que delimite as suas práticas, na medida em que a produção da fluidez é um empreendimento conjunto do poder público e do setor privado. Cabe ao Estado “[...] prover o território dos macrossistemas técnicos sem os quais as demais técnicas não se efetivam” (SANTOS, 1996, p. 220). Trata-se de um conjunto de adequações técnicas e políticas que permitem às corporações multilocalizadas o máximo proveito do espaço, fator que, muitas vezes, constitui “[...] uma racionalidade privada obtida com recursos públicos” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 306), admitidas as relações entre o Estado e as corporações e suas solicitações egocêntricas.

De fato, segundo mencionam Costa e Ueda (2007, p. 7), as redes técnicas “[...] se tornam, em grau cada vez mais elevado de importância, um instrumento de ação de grandes empresas, um elemento eficaz para o exercício de poder no território”, mediante a produção de uma ordem que busca a redução do tempo de circulação nas diversas escalas em que uma corporação multilocalizada opere. Para Santos (1996), a existência das redes é intrínseca à prática do poder e, segundo Raffestin (1993, p. 157), “toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes”. Tal dinâmica reforça, ainda, a capacidade das corporações multilocalizadas, organizadas espacialmente em redes, de cumprirem uma seletividade econômica que não prescinde a uma seletividade espacial dos lugares. A cargo dessa força hegemônica, o que se estabelece é uma desigual integração do território que segue os dinamismos econômicos que vão se estabelecendo.

Logo, o acesso privilegiado de determinados atores ao comando das redes, contribui para o estabelecimento de uma divisão territorial do trabalho a cargo dessa força hegemônica e responsável pelas especificações dos lugares. Ao se tratar do ordenamento territorial por meio da instituição de um espaço reticular, o fato de alguns atores atuarem com mais propriedade que outros, ante a constituição e o uso privilegiado das redes técnicas, confere-lhes a condição de controlar também o território, uma vez que os objetos técnicos são mediadores dos processos de territorialização e uso dos espaços.

A interação estabelecida em dado território, seja de natureza política, social, cultural ou econômica é o resultado de relações de oferta e procura provenientes da articulação entre indivíduos ou grupos, fatores responsáveis pela constituição de “[...] sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território, [...]”, segundo Raffestin (1993, p. 151). Nessa direção, não é possível que o território seja definido apenas pela perspectiva de um espaço “[...] apropriado política e culturalmente com a formação de uma identidade regional e cultural/política [...]” (SAQUET, 2002, p. 18).

Os sistemas a que Raffestin (1993) se refere, além de resultarem em diferenciação funcional, promovem, ainda, uma diferenciação dirigida pelo princípio hierárquico, colaborando, assim, “[...] para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações” (RAFFESTIN, 1993 p. 151). Em seu conjunto, tais ações implicam “[...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial [...]” (SOUZA, 1995, p. 99). Tendo o espaço

geográfico como palco referencial, o território imprime-se com o caráter de relações sociais projetadas no espaço, que corresponde o substrato das ações e práticas que constituem territorialidades.

Como salienta Saquet (2011, p. 20), o espaço é reordenado historicamente pela ação de variados agentes, seja o Estado, sindicatos, igrejas, associações de classe e pelas corporações, cujas práticas de ordenamento são veementemente facilitadas pelas técnicas reticulares, que conferem “[...] mobilidade na Geografia do poder [...]” sob os mais variados níveis hierárquicos escalas espaciais. O trabalho, como interface entre a sociedade e a natureza e como prática social, está permeado por relações de poder (RAFFESTIN, 1993), surgindo como a base da construção dos territórios por meio da instituição dos fixos espaciais, ou seja, os sistemas de malhas, nós e redes que representam materialização do próprio trabalho, embora o território não seja simplesmente “coisas”, mas ritmo, ação, movimento que se repete e que anima as estruturas fixas, conforme nos lembra Haesbaert (2011). Assim, para Saquet (2011, p. 22), a territorialização

[...] significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem as diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados.

Para Raffestin (1993), a territorialidade é vista como multidimensional e intrínseca à vida em sociedade, em que homens, grupos e instituições, no contexto social, articulam o território por meio do estabelecimento de malhas, nós e redes que se instituem a partir das práticas cotidianas, tomando as mais distintas escalas espaciais, sociais e temporais, constituindo a face da vivência e ação do poder. Souza (1995, p. 99) vê a territorialidade como “[...] um certo tipo de interação entre homem e espaço, a qual é, aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço”, de maneira que não é possível separar o exercício do poder do estabelecimento da territorialidade, dadas as diferenciações do corpo social e as territorialidades específicas que se impõem pelos grupos e instituições. Saquet (2011, p. 64-65, grifos do autor) admite que as territorialidades possam ser vistas como plurais e multidimensionais; conflituosas e complexas, em que o poder é “[...] imanente às relações sociais, que substantivam o *campo de poder* relacional, e está presente nas ações do Estado, das instituições, das empresas [...] visando ao controle e à dominação sobre os homens e as coisas”.

Ao decidir atuar sobre determinado espaço, a corporação, por meio do estabelecimento de *tessituras*⁶ e articulações vai decidir, de acordo com suas necessidades de acumulação, sua demanda particularista e por meio das redes que se estabelecem, “[...] ligar certos pontos, assegurando entre eles a continuidade por meio de um sistema de junções [...]” (RAFFESTIN, 1993 p. 148), vistos todos os seus objetivos intencionais, no decorrer de sua construção territorial e posterior conjunto de relações que a corporação manterá com seu território de atuação, correspondem às suas territorialidades, a face vivida do território, estabelecidas a partir de relações de poder. Tessituras, nós e redes denotam a produção territorial e constituem o sustentáculo das práticas espaciais erigidas pelas empresas.

Assim, uma corporação multilocalizada acaba por delimitar campos de ações e de poder que caracterizam a materialidade de suas práticas espaciais e a configuração de um *sistema territorial*, oriundo das relações impetradas com o Estado, com outras organizações e com os indivíduos, que dão coesão ao território e se inscrevem no campo do poder. O caráter egocêntrico da gestão territorial e de sua seletividade espacial não anula possíveis alianças estratégicas e corporativas comuns às empresas multifuncionais e multilocalizadas, fruto da atual estrutura organizacional em rede das corporações, conforme mencionado por Castells (1999).

Nesse aspecto, a corporação estabelece as suas territorialidades de natureza multidivisional ao articular, sobre a sua demanda particularista, sujeitos, lugares, espaços contínuos e descontínuos, redes próximas ou distantes, cujo caráter relacional se estabelece sob uma perspectiva de superposição de territórios, redes, múltiplas relações e identidades. Sob a égide das redes técnicas, novas possibilidades são sempre elencadas a partir do intercâmbio entre lugares, pessoas, práticas e intenções que fazem consubstanciar o ordenamento múltiplas de territorialidades, a partir de forças mais ou menos hegemônicas.

Percebe-se, assim, uma análise dos processos de territorialização que supera as perspectivas da constituição de territórios zona ou areais, caracterizados pela rigidez e delimitações de uma área homogênea e ausente de movimento. Nesse cenário, emerge a importância das redes ante a formação de territórios fluidos e sequiosos por movimento,

⁶ Raffestin (1993, p. 151) admite *tessituras* como recortes espaciais que juntamente com nós e pontos que organizados hierarquicamente “[...] permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído [...]”, permitindo ainda impor e manter ordens e realizar a interação e coesão entre territórios. Para o referido autor, “[...] esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder [...]”.

observadas, obviamente, as demandas dos atores responsáveis pelo ordenamento territorial e seu acesso mais ou menos privilegiado às redes, vistas como condição, meios ou estruturas constituídas e/ou mobilizadas por determinados sujeitos.

Se o território hoje, mais do que nunca, é também movimento, ritmo, fluxo, rede, não se trata de um movimento qualquer, ou de um movimento de feições meramente funcionais: ele é também um movimento dotado de significado, de expressividade, isto é, que tem um significado determinado para quem o constrói e/ou para quem dele usufrui (HAESBAERT, 2011, p. 281).

Conforme exposto por Haesbaert (2011), as redes possuem caráter tanto territorializador quanto desterritorializador, podendo os fluxos amparados por elas constituírem formas de sustentação ou de desarticulação dos territórios, tomados os valores de apropriação simbólica e funcionais inerentes aos processos de territorialização. Nessa eventualidade, o referido autor cita Bakis (1993), ao mencionar as corporações multilocalizadas, sobretudo as multinacionais, que se organizam por meio de redes, como o exemplo mais notório em referência à constituição de territórios-rede, em que

[...] seus territórios (das corporações multilocalizadas) tem “existências” muito reais, caracterizadas por um funcionamento global em que os diferentes sítios participam em tempo “real” no movimento do conjunto, onde existe também uma cultura própria, apesar do afastamento geográfico e da dispersão em vários continentes (BAKIS, 1993 *apud* HAESBAERT 2011, p. 295).

Assim, de modo semelhante às propostas de Chandler (1962), Hymer (1978), Hakanson (1979) e Corrêa (1992, 1997), a corporação multilocalizada, ante a disposição de fluxos, comando, controle e ações intencionais, promove o estabelecimento de territórios-rede dotados de movimento e capazes de articular hierarquicamente espaços que, muitas vezes descontínuos, são conectados pelas redes às práticas de ordenamento particularista da empresa, ações orientadas pelo poder e que consubstanciam as suas territorialidades. O acesso privilegiado às técnicas reticulares corresponde às possibilidades de uso de determinados atores à mobilidade, que, para Haesbaert (2011), constitui um instrumento do poder na construção de territórios dotados de movimento, imaterialidade e volatilidade, oriundas da velocidade dos fluxos desse período e pelas instabilidades do mercado.

Embora a análise de Bakis (1993) parta da acepção das corporações multinacionais e seu poder na constituição de territórios-rede que, muitas vezes, sob a égide da globalização, representam processos de desterritorialização e de relativização aos domínios territoriais dos Estados Nação, acredita-se que tal dinâmica também possa

ser percebida ante a ação de empresas que, por se organizarem de forma reticular, configuram territórios-rede, cujos limites não rompem as fronteiras nacionais. Admite-se, então, a constituição de territórios-rede de corporações multilocalizadas, que, embora não extravasem as fronteiras do território nacional, são plenamente capazes de ordenar horizontalidades e verticalidades ante a promoção de interações entre áreas próximas e longínquas, recortes de interpretação imprescindíveis à apreciação da emergência e da constituição das espacialidades de uma empresa multilocalizada.

Busca-se, nessa condição, sob a óptica da estruturação reticular das corporações multilocalizadas, a análise da manifestação espacial concreta inerente aos seus processos de difusão espacial, cujas práticas, demandas e solicitações fundamentam a configuração de territórios-rede capazes de articular espaços longínquos sob a mesma pauta de gestão territorial, sob uma perspectiva de múltiplas territorialidades, escalas e tempos. A estrutura em rede permite à corporação possibilidades de integração funcional e espacial.

Enfim, por meio dos pressupostos teórico-conceituais levantados no presente capítulo, considera-se que a apreciação das espacialidades das empresas Policard e Valecard, duas corporações financeiras sediadas em Uberlândia-MG e oriundas do capital local, possam ser admitidas a partir da interface entre os recortes de interpretação elencados. Assim, a presente pesquisa busca tornar inteligíveis os arranjos espaciais oriundos dos processos de difusão espacial das mencionadas corporações, a partir do mapeamento de suas ações e áreas de atuação e da elucidação de suas práticas de gestão territorial e estratégias espaciais, que consubstanciaram o processo de difusão.

CAPÍTULO 2

EVOLUÇÃO DO QUADRO FINANCEIRO NACIONAL E A FINANCEIRIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O segmento financeiro ocupa importância e notoriedade cabais na atualidade, sendo incluído, por Castells (1999), entre os chamados serviços avançados⁷. Por meio de uma complexa reorganização nas esferas econômica, política e sociocultural, ocorreu uma ampliação dos papéis exercidos pelo sistema financeiro. Harvey (1994, p. 154), ao discutir a complexidade das múltiplas associações do setor financeiro atual, argumenta que

[...] o capital industrial, mercantil e imobiliário se integrou de tal maneira às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e terminam os interesses estritamente financeiros.

Não obstante, circulação, criação e apropriação de valores essenciais à organização espacial capitalista passam, necessariamente, pelo setor financeiro e suas corporações, cuja organização, tanto em termos monetários quanto espaciais, constitui uma ideia do grau de desenvolvimento das atividades capitalistas, conforme Corrêa (1989). Ademais, atualmente, parecem poucas as atividades ditas econômicas do cotidiano que se realizam sem a intermediação de um ente financeiro, desde os vultosos empréstimos admitidos pelo Estado ou por grandes corporações junto às instituições internacionais, a demanda de um pensionista de quaisquer confins do país, seduzido pelas facilidades do crédito consignado, com desconto em folha, ou as facilidades oferecidas pelos serviços eletrônicos de pagamento constituem uma rede cada vez mais densa e capilarizada.

A expansão do setor financeiro é condição essencial às formas recentes de realização da vida econômica e social (novos padrões de produção, tanto material como não material, de circulação e de consumo) e, em uma situação de reciprocidade, é uma

⁷ Os serviços avançados, segundo Castells (1999, p.405), “[...] estão no cerne de todos os processos econômicos, seja na indústria, agricultura, energia, seja em serviços de diferentes tipos”.

consequência desses fatores. Logo, tal expansão é responsável por um notório processo de gestão do território, erigido pelas corporações financeiras e sua expansão, que perpassam pela criação, apropriação e circulação do capital por diferentes escalas geográficas. Silva (1994, p. 1) esclarece que

[...] o sistema financeiro permite uma extensão do mercado. Estabelece uma integração espacial e uma continuidade onde não havia antes, criando novas oportunidades para a acumulação. O fato de a acumulação ser dependente da circulação do valor facilita o processo de unificação do capital, ou seja, o aparecimento do capital financeiro. Nesse momento, o banco passa a ter um papel fundamental na coleta e na redistribuição dos capitais em diferentes lugares e regiões.

Essa reestruturação do sistema financeiro foi propiciada, primordialmente, pelas inovações da tecnologia de informação, comunicação e eletrônica, que garantiram maior capacidade de processamento, armazenamento e transmissão de informações, constituindo o complexo circuito das redes e seus nós responsáveis pela propagação espacial dos agentes financeiros por lugares dispersos, porém interligados. Nessa óptica, os avanços das telecomunicações são capturados pelo segmento das finanças, que vem realizando investimentos em informática e automação. A partir daí, os bancos e outros agentes financeiros, em decorrência da penetração da informática, apresentam transformações relevantes em suas rotinas e atividades, disponibilizando novos serviços aos seus clientes, dentre eles: as máquinas de autoatendimento eletrônico 24 horas, as redes credenciadas para os pagamentos eletrônicos de débito e crédito e o atendimento via Internet.

O presente capítulo busca analisar o desenvolvimento do setor financeiro no Brasil, pontuando traços de sua evolução técnica e normativa. Destaca-se a reconfiguração das normas e das práticas que caracterizaram o processo de concentração das corporações financeiras nacionais, ao passo das medidas de dispersão dos agentes financeiros pelo território, salientando-se, ainda, a importância da reestruturação dos sistemas de engenharia capazes de promoverem mobilidade e circulação, fatores indispensáveis às práticas financeiras. Tal reestruturação normativa e técnica constituem as medidas que marcaram um verdadeiro processo de financeirização/creditização do território. O ponto de partida da presente análise segue da instauração da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), embrião do Banco Central, criada visando a uma significativa normatização das finanças nacionais. Atesta-se, sobre a jurisdição da SUMOC, uma série de medidas destinadas à restrição do surgimento de novos intermediários financeiros, assinalando a

gênese do processo de dispersão-concentradora (CORRÊA, 1989), que caracteriza a financeirização/creditização do território nacional.

2.1 - A ação da SUMOC e a gênese normativa à concentração financeira

O Banco do Brasil, criado em 1808, por meio de um Ato Real do Príncipe D. João VI, passaria por duas consideráveis reestruturações até o ano de 1905. Em 1851, por ações de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, foi criado um novo Banco do Brasil, que, em 1853, fundira-se com o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Tal reestruturação tinha como escopo a implementação de uma reforma financeira no país, conforme exposto por Costa Neto (2004). Em 1905, ocorreu uma segunda reestruturação do banco que consistiu em um reordenamento significativo do sistema financeiro nacional, que, segundo Contel (2007), proporcionando novos ares à circulação do capital financeiro no território brasileiro, uma vez que o referido banco passou a centralizar funções de controle do sistema financeiro nacional.

Em linhas gerais, o Banco do Brasil, até meados da década de 1940, foi a instituição oficial a nortear as políticas monetárias no território nacional, atuando, muitas vezes, como um Banco Central, dada a ausência de uma instituição tipificada com tal função no período em questão. Os esforços traziam como escopo a interiorização de agências, a modernização normativa da intermediação financeira nacional e o recrudescimento em relação à instalação de bancos estrangeiros no país, medidas que caracterizaram o setor financeiro nacional da primeira metade do século XX (COSTA NETO, 2004; CONTEL, 2007). Contudo o acúmulo de funções em torno de um banco comercial, de economia mista, era prejudicial à constituição de políticas monetárias eficientes que nortegassem o sistema financeiro nacional e a ação das corporações do referido setor.

O imperativo em relação a alterações normativas referentes ao sistema financeiro brasileiro era iminente nos anos de 1940, ante o maciço crescimento do número de corporações financeiras que passaram a atuar no sistema bancário nacional, reflexo das políticas monetárias exercidas até então, que, conforme Contel (2007, p. 26), contribuíam para um “[...] sistema de ações financeiro bastante pulverizado [...]”. Costa

(1989) arrola as principais causas do crescimento vertiginoso de instituições financeiras no período da II Guerra Mundial (1939-1945):

Eram baixas as “barreiras à entrada” no sistema bancário: a legislação era permissiva; exigia-se nível reduzido de recurso de capital; e eram poucos os requisitos organizacionais e tecnológicos necessários à instalação de novos bancos (COSTA, 1989, p. 234-235).

Ainda em Costa (1989, p. 231), ao mencionar o Relatório de Exercício do Banco do Estado de São Paulo (Banespa), referente ao ano de 1947, os anseios versavam à constituição de uma nova organização financeira para o país, em que

[...] possam os bancos privados, ao lado dos nacionais ou estaduais, encontrar o ponto de apoio indispensável às suas úteis iniciativas, visando o incremento da produção agrícola, o desenvolvimento da indústria e enfim, o progresso nacional. Mas é mister que se crie, realmente, um órgão com atribuições e plasticidade capazes de levarem a confiança ao capital progressista e empreendedor, ao invés da adoção de um simples órgão burocrático, exageradamente hipertrofiado de poderes e vantagens, sem ônus nem atuação benéfica de qualquer natureza, lamentável revivescência do velho e negativo estado “absolutista”, de caduca memória.

Ademais, entraves legais, como o Decreto nº 22.626, de 7 de Abril de 1933 (BRASIL, 1933), emperravam o financiamento de ações empreendedoras no país. A “Lei da Usura”, que dispunha acerca dos juros, restringia valores máximos de 12% a.a. às taxas praticadas pelas instituições financeiras, que, ante taxas crescentes de inflação, contribuía para a inviabilização dos financiamentos em longo prazo e, conseqüentemente, do desenvolvimento capitalista do país, além de impossibilitar a constituição de “[...] um fluxo contínuo e vigoroso de depósitos que incrementasse a intermediação financeira de longo prazo no território” (CONTEL, 2007 p. 45). Nos momentos em que as taxas de inflação excediam os 12% anuais, simplesmente não era interessante às empresas, governo e pessoas físicas que depositassem seus excedentes financeiros na poupança.

No contexto de um ambiente financeiro de ações ainda descentralizadas, o Decreto-Lei nº 7.293, de Fevereiro de 1945 (BRASIL, 1945), criou a SUMOC, que, subordinada ao Ministério da Fazenda, tinha como objetivo exercer controle no mercado monetário e preparar o terreno à organização de um Banco Central, iniciando, assim, um período de concentração das políticas que norteavam o circuito financeiro nacional.

Ante a desenfreada expansão de corporações financeiras, Videira (2006) salienta a instituição das Instruções nº 33⁸, de agosto de 1950 (BRASIL, 1950), e a de nº 37, de

⁸ A Instrução nº 33, de 16 de agosto de 1950, ante os riscos da “expansão imoderada” dos agentes financeiros, deliberava que “[...] a Superintendência levará em conta, além do capital e de outras condições de ordem geral, a capacidade da praça visada, o número de agências que o estabelecimento

junho de 1951⁹ (BRASIL, 1951), que, atreladas à SUMOC, vieram em resposta à proliferação desordenada de instituições financeiras no referido período, fixando critérios e normas quantitativas relacionadas à instalação de agências, levando em consideração a real demanda dos lugares de interesse à instituição dos serviços bancários. Ademais, cabia à SUMOC conferir diretrizes à organização da atuação das corporações que exerciam a intermediação financeira no país, fossem elas públicas, privadas nacionais ou oriundas dos capitais estrangeiros. No que concerne à ordem internacional, a SUMOC representava os anseios às práticas de *Bretton Woods*¹⁰ e a busca por estabilização dos preços de matérias primas, produtos agrícolas, moedas e normas universais ao comércio e finanças internacionais.

Contel (2007) assinala o expressivo crescimento do número de agências bancárias no território nacional no período referente aos anos de 1946 a 1964. Segundo o referido autor, tal expansão tinha como reflexo o adensamento da rede urbana nacional a partir da expansão de um meio técnico-científico no território, que oferecia os sistemas de objetos necessários à expansão da rede financeira e à busca por depósitos nas áreas mais dinâmicas economicamente, vista a necessidade de as instituições financeiras ampliarem a sua capacidade de captação de depósitos. Trata-se de um estado da política orientado a instituir, no espaço, um estado da técnica (SANTOS, 2000). Nessa condição, observa-se tanto uma evolução normativa referente ao sistema financeiro nacional a partir da instituição da SUMOC, quanto das infraestruturas técnicas necessárias à difusão espacial das corporações financeiras.

Embora o registro de uma evolução da ordem de 362%, no número total de agências bancárias, no período 1941-1961, registrou-se, ainda, uma redução de 35% em relação ao número de matrizes financeiras representando (TABELA 1), no referido período, um processo de concentração-dispersão das corporações financeiras

pretendente já possua em face do seu movimento e do tempo de seu funcionamento [...]”.

⁹ De igual modo, a Instrução nº 37, de 12 de junho de 1951, restringia a expansão desordenada das instituições financeiras considerando, dentre outras resoluções que “[...] o aumento do número de filiais nem sempre atende às conveniências e possibilidades das praças escolhidas, favorecendo a concentração de departamentos em zonas já bem servidas com prejuízo das regiões em desenvolvimento ou mal aparelhadas [...]”.

¹⁰ As conferências de 1944, realizadas em New Hampshire, EUA, definiram o Sistema de Bretton Woods em que foram arquitetadas as práticas financeiras, monetárias e comerciais internacionais a vigorar no período Pós II Guerra Mundial. A regra básica era a conversibilidade das moedas em ouro, com regime de câmbio fixo, baseado no padrão ouro-dólar. Ademais, por se tratar de um sistema sem precedentes a nortear uma ordem monetária entre Estados Nação independentes, Bretton Woods, por meio de instituições internacionais como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), exigia a adoção, aos países membros, de políticas monetárias fixas e estabilizadoras.

(CORRÊA, 1989). Nessa condição, percebe-se a atuação da SUMOC ante a proliferação desenfreada de instituições financeiras, ocorrida no período anterior à sua promulgação e a clara política do Governo Federal em frear tal processo.

TABELA 1 - Brasil: evolução do número de matrizes e agências de bancos, 1941 e 1961

Bancos	1941	1961	Evolução 1941-1961
Números de matrizes	512	333	-35%
Total de agências	1.134	5.247	362,6%

Fonte: Adaptado de CORRÊA (1989, p. 18).

Ante a tendência de uma intermediação financeira dispersora de fixos (agências) e concentradora de corporações financeiras sob a atuação da SUMOC, coube, nesse período, à política do Plano de Metas e ao rearranjo das infraestruturas espaciais empreendido por suas diretrizes, dispor de melhores condições à difusão dos fixos referentes à intermediação financeira. Dentre as prioridades do Plano, ressaltam-se os vultosos investimentos em produção de energia elétrica, indústria de base, e a constituição de um sistema de transportes, prioritariamente rodoviário, que fosse capaz de integrar as demais regiões do território nacional ao centro-sul. Tais investimentos ficaram a cargo do Governo Federal, e representavam um dos pilares do tripé¹¹ desenvolvimentista. Ao adensamento das infraestruturas de transporte, telecomunicações e energia, destaca-se a ação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), o atual BNDES, criado pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952 (BRASIL, 1952), que, conforme exposto por Contel (2007), possuía ainda, como escopo, o fomento à indústria de base nacional, que subsidiaria as demandas produtivas para os bens de consumo duráveis por parte das multinacionais.

Silva (1997, p. 47) explana acerca da relação da expansão dos fixos financeiros vinculada ao desenvolvimento dos fixos, que constituem as redes de transporte, uma vez que “[...] a circulação terrestre e o desenvolvimento dos mercados abrem caminho à expansão extensiva dos bancos e, conseqüentemente, à circulação de capitais”. Assim, as corporações financeiras orientam o seu processo de expansão espacial sob os lugares já contemplados pelas redes de transportes, por estas infraestruturas serem fator

¹¹ Ao “tripé” desenvolvimentista asseverado pelas políticas do Plano de Metas, o capital privado nacional foi o responsável pela produção de bens de consumo não duráveis; o capital multinacional, pela produção dos bens de consumo duráveis e ao capital estatal, pela indústria de base e ao reaparelhamento infraestrutural do território. Cumpre ressaltar a importância da Instrução 113 de 17, de janeiro de 1955 da SUMOC, instituída pelo Presidente Café Filho, que regulamentou a importação sem cobertura cambial de equipamentos, na forma de investimento direto estrangeiro. Tal medida constituiu na abertura da economia brasileira aos capitais estrangeiros da década de 1960, conforme nos mostra Caputo (2007). A abertura privilegiava, sobretudo, os setores de máquinas e equipamentos e automobilístico.

determinante à dinamização do mercado e à possibilidade dos rápidos deslocamentos essenciais à topologia bancária, característica marcante à seletividade espacial inerente às práticas territoriais da corporação financeira.

Nessa óptica, a transferência da Capital Federal ao Planalto Central e a condição de Brasília como um ponto de convergência de eixos rodoviários integradores compuseram um novo ponto de dinamismo econômico no interior do país, acelerando o comércio e, conseqüentemente, a intermediação financeira e o incremento de seus fluxos (TABELA 2), reafirmando a lógica do sistema financeiro em instalar-se sobre os pontos mais dinâmicos do território. Ademais, conforme Contel (2007), a transferência da Capital Federal ao Centro-Oeste levou consigo os órgãos públicos que exerciam o controle político sob o sistema financeiro nacional, dentre as mais importantes, as sedes do Banco do Brasil e da própria SUMOC.

TABELA 2 - Brasil: distribuição dos ativos e passivos regionais¹², 1945-1965 (em %)

Região	Depósitos		Empréstimos	
	1945	1965	1945	1965
Amazônia	1,5	0,9	0,8	0,8
Nordeste	7	5,9	9	6,3
Sudeste	73,4	36,9	69,1	24,3
Sul	8,1	6,3	7,6	7
Centro-Oeste	10	49,9	13,4	61,6
Total percentual	100	100	100	100

Fonte: Adaptado de CONTEL (2007).

Contudo os intermediários financeiros ainda se encontravam demasiadamente concentrados sobre determinadas parcelas do território nacional, sobretudo nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, a *região concentrada* (SANTOS, 1993). O predomínio de corporações financeiras regionais assegurava o funcionamento e a tipologia da concessão dos créditos nos níveis local e regional, mediante o estabelecimento de solidariedades orgânicas¹³, que, muitas vezes arcaicas, não contemplavam as novas necessidades geradas pela alavancagem do setor industrial, e a aceleração do desenvolvimento capitalista no Brasil. As novas bases da acumulação capitalista no país, lançadas pelo modelo nacional desenvolvimentista, exigiam uma

¹² Um ativo é tudo aquilo que pode ser adquirido ou criado, que promova ganhos, renda. Como o oposto de um ativo, o passivo é tudo aquilo que pode ser adquirido ou criado que gere despesas periodicamente. Na concepção adotada por Contel (2007 *apud* LABASSE, 1974), a partir da ideia de “fisionomia financeira das regiões”, que caracteriza os traços financeiros de dada região, os empréstimos são considerados passivos regionais e os depósitos, como ativos regionais.

¹³ Conforme Santos (1996, p. 225-226), as solidariedades orgânicas se formam no lugar a partir de finalidades localmente geradas, sendo o “[...] locus de uma cooperação mais limitada [...]”.

nova tipologia para as formas de financiamento e a instituição de solidariedades do tipo organizacional¹⁴ ao sistema financeiro nacional, uma racionalidade que buscava a implantação de estruturas oligopolistas comandadas pelos grandes capitais nacionais e multinacionais. Nessa condição, uma reforma financeira consistente aconteceu de forma quase simultânea ao Golpe Militar de 1964.

2.2 - Reforma Financeira de 1964: o Sistema Financeiro Nacional e os imperativos ao processo de concentração-dispersão das corporações financeiras

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo acréscimo de um conjunto de objetos técnicos ao território nacional, os quais buscavam o adensamento da integração entre os circuitos produtivos nacionais e a intensificação do processo de internacionalização da economia brasileira, cujas racionalidades se dão sob uma base concentradora e oligopólica. Nessa nova fase de desenvolvimento do capitalismo no país, profundas alterações foram impetradas sobre os sistemas de transportes, de telecomunicações, de eletricidade e da produção industrial e agrícola, investimentos que tornaram o mercado brasileiro mais atraente às grandes corporações multinacionais.

Conforme Santos e Silveira (2011, p. 101), os sistemas de engenharia, organizados a partir de então buscaram a integração entre as muitas estruturas técnicas existentes, que, constituídas para responder às solicitações locais, passaram a operar de forma integrada ao estabelecer solidariedades organizacionais, orientadas a privilegiar a convergência de determinados atores e determinadas regiões. O implemento desse meio técnico científico e informacional no território nacional garantiu, no Brasil, a aceleração dos processos de urbanização (SANTOS, 1993), conferindo um reordenamento os espaços urbanos, suas formas e adensamento das redes urbanas.

Não obstante, o ímpeto por modernização levou a demandar novas formas para o sistema financeiro nacional, derivadas da necessidade de reordenamento das práticas financeiras indispensáveis ao financiamento dos novos conteúdos econômicos que afluíam no território cada vez mais tecnicizado, sequioso de estruturas modernas de

¹⁴ As solidariedades organizacionais dão conta de uma cooperação muito mais ampla, cuja coesão organizacional é baseada em racionalidades distantes que se impõem sobre as regiões e lugares, criando uma “coesão organizacional” (SANTOS, 1996, p. 226) entre elas. Constituem uma racionalidade superior, da ordem dos atores hegemônicos da política, economia e cultura.

crédito e de um sistema de normas creditícias unificado. Nessa conjuntura, o dia 31 de dezembro de 1964 marcou a data de promulgação, pelo, então, Presidente, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, da Lei nº 4.595, a Lei da Reforma Bancária, que dispunha sobre a política e as instituições monetárias, bancárias, creditícias e a criação do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Instituiu-se, assim, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BCB), que substituiu a SUMOC ante o norteamento das políticas monetárias e creditícias nacionais, cuja finalidade seria “[...] formular a política pública da moeda e do crédito, objetivando o processo econômico e social do país” (BRASIL, 1964). Constituíam o Sistema Financeiro Nacional, segundo o texto da Lei 4.595/64 e conforme suas atribuições, o Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil (BB), o BNDE e as demais instituições financeiras, públicas ou privadas.

Outro amparo legal importante para a reforma do sistema financeiro nacional, do período imediato ao golpe militar consistiu-se na promulgação da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 (BRASIL, 1965), ou Lei do Mercado de Capitais¹⁵, que possuía como escopo disciplinar o mercado de capitais e o estabelecimento das medidas para o seu desenvolvimento. Assim, foi institucionalizado, no Brasil, um mercado de títulos e ações que promoveram, conforme exposto por Contel (2007), uma “desmaterialização da riqueza” no país, a partir da instituição de um mercado de títulos que modernizou o fenômeno das finanças e instituiu novos serviços e técnicas à intermediação financeira.

As referidas leis compunham a base de reconfiguração das normas que versavam sobre as finanças no território nacional, dada a necessidade das alterações demandadas pela instalação e propagação de um meio técnico-científico e informacional no território brasileiro. Para Dias (1992), a política de subsídios do governo aos setores agrícola, de exportação e de captação de recursos externos das décadas de 1960 e 1970, beneficiaram, essencialmente, as grandes corporações financeiras, que

[...] passaram rapidamente a financiar os mercados de exportação e de importação e a desempenhar um papel de intermediário entre os bancos estrangeiros e o setor público. Suas atividades no mercado internacional permitiu-lhes atrair os fundos que serviriam ao financiamento dos grandes projetos de infraestrutura (DIAS, 1992, p. 45).

¹⁵ O Mercado de Capitais consiste em um sistema de distribuição de valores mobiliários, que tem o objetivo de proporcionar liquidez aos títulos de emissão de empresas e viabilizar seu processo de capitalização. O mercado de valores mobiliários brasileiro negocia ações, debêntures e quotas de fundos de investimento, conforme deliberações da Lei nº 6.385/76. Em suma, o mercado de capitais orienta sobre as condições ideais para a promoção de emissão de títulos e ações por parte de empresas e Governo, indispensáveis à captação de recursos e financiamento de suas atividades.

Tais medidas reafirmavam, ainda, a tendência da instituição de aparatos legais que favorecessem a concentração das corporações financeiras, mesmo em um período de franca expansão dos serviços financeiros, por meio da difusão de agências pelo território nacional. Nesse contexto, observa-se, entre os anos de 1960 a 1980, uma redução de 67% em relação ao número de sedes de bancos, enquanto o total de agências aumentou 120% no referido período (TABELA 3). Segundo Corrêa (1989, p. 18), a reforma financeira de 1964 privilegiou o processo de concentração-dispersão dos intermediários financeiros, pois favorecia a “[...] diminuição progressiva do número de bancos e o aumento, também progressivo, do número de agências”.

Tabela 3 - Brasil: processo de concentração-dispersão dos intermediários financeiros, 1941-1980

Ano	Número de sedes	Número de agências
1941	512	1.134
1950	413	2.183
1952	408	2.619
1960	338	5.110
1961	333	5.247
1965	331	6.951
1970	178	7.861
1971	145	7.679
1975	106	8.544
1980	111	11.251

Fonte: Adaptado de VIDEIRA (2006, p. 180).

Para Videira (2006, p. 185), em linhas gerais, é possível traduzir as políticas que constituíram o Sistema Financeiro Nacional nas décadas de 1960 e 1970 a partir do

[...] acelerado crescimento do número de agências e recuo do número de bancos; passagem de bancos de rede local e regional para uma rede nacional; determinações jurídicas favoráveis a centralizar o poder de comando do sistema financeiro na mão de poucas instituições; e concentração de sedes e agências bancárias na metrópole paulista.

Não obstante, a Reforma Financeira instituída em 1964-1965 privilegiava o fortalecimento das grandes corporações financeiras privadas, em evidente perspectiva oligopolista, baseada no enxugamento do número de intermediários financeiros de pequeno porte por meio de fusões e aquisições, que favoreciam a concentração bancária no país. Não por acaso, nas décadas posteriores, começaram a surgir os grandes bancos de capital nacional, que passaram a atuar em dimensão nacional, conforme salientam

Corrêa (1989) e Dias (1992, 2008), com destaque aos bancos Banespa (COSTA, 1989), Nacional S/A (SILVA, 1997), Bradesco e Itaú.

As medidas econômicas adotadas pelo governo militar tinham por objetivo a modernização do sistema financeiro, sua racionalização, sua flexibilidade e sua eficácia. Elas engendraram uma concentração bancária, como testemunham a redução de número de sedes e o aumento da participação relativa de alguns bancos nos depósitos, empréstimos e patrimônio líquido do sistema bancário comercial (DIAS, 2008, p. 120).

Tal normatização buscava a estabilização da moeda e das taxas de inflação, sintetizando os esforços do Governo em equilibrar as finanças nacionais, anseio iminente dos capitais internacionais, cuja expansão, sob perspectivas imperialistas (LENIN, 1979)¹⁶, se dava sob espaços normatizados e tecnicizados. Ademais, conforme exposto por Dias (1992, p. 45), em detalhe, é possível observar que o cerne da reforma financeira da década de 1960 vai adiante da mera reorganização creditícia nacional, na medida em que os esforços revelaram uma “via brasileira” para a integração do território.

2.3 - Novos conteúdos normativos e a reestruturação dos anos de 1990

Os processos de renovação e de dinamização dos sistemas técnicos no Brasil buscavam uma unicidade das técnicas mediante a adequação do território nacional às demandas do processo de globalização vigente. A cargo de forças hegemônicas que buscam a produção de uma inteligência planetária, não só por meio de uma padronização das técnicas, mas também dos tempos, da vida econômica e social, lançam-se as bases das transformações e das adequações empreendidas sobre o espaço geográfico que fundamentam o fenômeno da globalização (SANTOS, 1996). Trata-se do estabelecimento de “espaços da racionalidade” permeados por uma unicidade técnica, temporal, econômica e social.

Nessa condição, durante a década de 1990, alguns eventos de ordem econômica, vinculados ao sistema financeiro do país, podem ser avaliados como respostas às solicitações de atores hegemônicos pertencentes à esfera global na busca de tornar o território nacional mais funcional ao grande capital global. Dentre esses eventos, além

¹⁶ Em linhas gerais, Lênin (1979) denomina o Imperialismo como a nova fase do desenvolvimento capitalista, marcado pelo fim do capitalismo concorrencial e pela instauração de monopólios, com destaque, o surgimento do capital financeiro e a crescente fusão entre capitais industriais e bancários a partir de bases oligopólicas, com excessiva concentração de capitais.

do Plano Real e da estabilização da moeda, destacam-se o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER) e o Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária (PROES), ambos voltados à reestruturação das finanças nacionais.

A Resolução nº 2.208, de 3 de novembro de 1995, dispunha sobre a implantação do PROER, que visava “[...] assegurar liquidez e solvência ao referido Sistema e a resguardar os interesses de depositantes e investidores [...]”, buscando, ainda, a instituição de “[...] reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições financeiras, previamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, que resultem na transferência e no controle ou na modificação de objeto social” (BRASIL, 1995, p. 1). O PROER constituiu um instrumento legal para a atuação do Banco Central do Brasil no saneamento das instituições pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional, possibilitando o saneamento de corporações financeiras ante eventuais problemas organizacionais ou de liquidez.

Destaca-se a atuação do PROER como um programa governamental destinado à mitigação de bancos com problemas de liquidez, a interferência sobre três grandes bancos que possuíam relevante atuação extrarregional: os bancos Nacional¹⁷ e Econômico, ambos liquidados em 1996, e o Bamerindus, liquidado em 1997. Para Carvalho e Oliveira (2002), as referidas corporações financeiras demonstraram incapacidade de reação frente à forte mudança provocada pela queda das taxas de inflação advindas da implantação do Plano Real, não explanando, ainda, um desempenho satisfatório perante o novo contexto econômico e as modernas técnicas bancárias que se estabeleciam.

De fato, a expressiva queda das taxas de inflação a partir da criação do Plano Real diminuiu a lucratividade de algumas corporações financeiras no momento imediato à implantação do plano, visto que a maior parte das receitas de algumas instituições financeiras eram obtidas valendo-se do ambiente inflacionário. À época, a preocupação do Banco Central e as justificativas para o socorro aos bancos privados versavam sobre a inevitável falência dos Bancos Nacional, Econômico e Bamerindus, que, por serem bancos com notória relevância extrarregional, poderiam ocasionar uma crise sistêmica às finanças nacionais que demandaria gastos ainda maiores aos que foram destinados à liquidação das referidas instituições financeiras.

¹⁷ Com relação à configuração das espacialidades do Banco Nacional S/A, ver Silva (1997).

O PROER não permaneceu à parte de duras críticas e mesmo possíveis irregularidades, sendo fruto de investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pela Câmara dos Deputados em setembro de 2001. Segundo dados apurados pela CPI e disponibilizados no sítio da Câmara, as três maiores corporações financeiras sanadas pelo PROER, os bancos Nacional, Econômico e Bamerindus, receberam, ao todo, valores superiores aos R\$ 13 bilhões¹⁸, representando uma clara evasão de recursos públicos destinados ao saneamento de instituições privadas. A CPI constatou, ainda, que os problemas de liquidez nos Bancos Nacional e Econômico vinham desde os anos de 1980, sendo omitidos na fiscalização do Banco Central, o que caracterizou a gestão fraudulenta por parte das mencionadas instituições financeiras e evidenciou as falhas de fiscalização do Banco Central. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

Conforme exposto por Contel (2007), a ação PROER, relativa à liquidação dos bancos Nacional, com sede em Belo Horizonte (MG), Econômico, com sede em Salvador (BA), e Bamerindus, com sede em Curitiba (PR), representou, em termos práticos para a divisão financeira do trabalho no país, marcante alteração. A liquidação dos referidos bancos privados, que possuíam notória relevância extrarregional, acentuou a posição da capital paulista como o grande centro de gestão da atividade bancária (CORRÊA, 1989), enfatizando, ainda, a concentração bancária no país.

Dentre as grandes mudanças que constituem a reestruturação das finanças nacionais empreendida nos anos de 1990, destaca-se, sobretudo, o PROES. Conforme o texto da Medida Provisória nº 1.514, de 7 de agosto de 1996 (BRASIL, 1996, p.1), o PROES buscava

“[...] A redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária [...] preferencialmente mediante a privatização, extinção, ou transformação em instituição não financeira ou agência de fomento, de instituições financeiras sob controle acionário de Unidade da Federação”.

Para o Banco Central, os principais argumentos para a privatização das instituições financeiras estaduais apontavam em direção aos problemas estruturais vinculados à excessiva concentração de créditos e elevado grau de inadimplência que, para Salviano Junior (2004, p. 35), denotam “práticas de concessão de créditos em

¹⁸ Conforme nota expedida no sítio da Câmara dos Deputados, foram destinados pelo PROER R\$ 5,9bi ao Banco Nacional, R\$ 5,2bi ao Econômico e R\$ 3,3bi ao Bamerindus (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013).

desacordo com a boa técnica bancária¹⁹, verificadas pelo Banco Central nos relatórios dos bancos estaduais.

Ante a emissão de títulos do Tesouro Nacional, o PROES foi um programa inteiramente financiado com recursos públicos que, ao todo, consumiu um montante superior aos R\$ 61 bilhões (TABELA 4) (SALVIANO JUNIOR, 2004). Tais títulos foram emitidos como forma de refinanciamento do endividamento dos Estados, embora, na prática, tenham sido utilizados para o saneamento das instituições financeiras estaduais a serem privatizadas.

TABELA 4 - Brasil: privatizações de bancos estaduais no âmbito do PROES, 1997-2002

Instituição	Data do Leilão	Comprador	Valor (em R\$ milhões)
BANERJ	26/06/1997	Itaú	311,1
CREDIREAL	07/08/1997	BCN ¹	134,2
BEMGE	14/09/1998	Itaú	603,06
BANDEPE	17/11/1998	ABM-Amro	182,9
BANEB	22/06/1999	Bradesco	267,8
BANESTADO	17/10/2000	Itaú	1.799,26
BANESPA	20/11/2000	Santander	7.160,92
PARAIBAN	08/11/2001	ABM-Amro	79,14
BEG	04/12/2001	Itaú	680,84
BEA	21/01/2002	Bradesco	192,54

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012.

¹Adquirido posteriormente pelo Bradesco.

Conforme exposto por Minella (2001), o Fundo Monetário Internacional (FMI) tratou de estabelecer metas no processo de privatização dos bancos estaduais ao Governo Federal, não plenamente alcançadas, vistas as resistências políticas e sociais que envolveram o processo. Destarte, percebe-se a relevância de forças hegemônicas oriundas da esfera global ante a alteração dos conteúdos e dinâmicas do território nacional. Trata-se, para Santos (1996), da criação de um sistema de cooperação e de interdependências que denotam um comando superior que busca, por meio da hierarquização dos espaços, uma homogeneização técnica, política e financeira.

¹⁹ Nas práticas de concessão de créditos em desacordo à boa administração financeira, Salviano Junior (2004) destaca os contínuos empréstimos efetuados pelo Banespa a instituições sob difícil situação financeira, como a Cooperativa Agrícola de Cotia, a Viação Aérea São Paulo (Vasp), Grupo Mendes Junior, dentre outros que representaram calotes ao Banco. As irregularidades culminaram com a instauração, no ano de 2001, de uma CPI destinada a investigar as operações de crédito realizadas pelo Banespa com o setor privado, o seu processo de privatização, o envolvimento de relevantes autoridades políticas às práticas fraudulentas do referido Banco, dentre outras questões, conforme exposto no Relatório Final da CPI do Banespa, disponibilizado no sítio da Câmara dos Deputados.

Não obstante, é fácil entender o interesse das corporações financeiras privadas nacionais e estrangeiras ante a aquisição dos bancos estaduais brasileiros, vista as “[...] características da topologia dos bancos em questão [...]” (CONTEL, 2007, p. 188). Os bancos estaduais possuíam uma rede de agências muito bem consolidada e pulverizada pelos estados, inclusive nas localidades do interior, constituindo, assim, a rede urbana dos bancos. Essa rede de agências, já consolidada, compunha fator de importância cabal aos bancos privados, que, ao adquirirem os bancos estaduais, poderiam usufruir de uma rede de agências muito bem espacializada e, após o processo de privatização, a serviço da expansão de suas áreas de atuação.

Tanto o PROER quanto o PROES contribuíram sobremaneira no processo de concentração bancária no país, desenfreado desde a década de 1940, conforme já assinalado. O PROES intensificou notadamente a desnacionalização no sistema financeiro brasileiro vista a aquisição de bancos estaduais por corporações financeiras estrangeiras. No caso do PROER, importantes instituições financeiras privadas, que possuíam notória relevância em seus contextos regionais, foram saneadas pelo governo federal e adquiridas por instituições que melhor se adaptaram às modernas práticas financeiras. Nos dois programas, percebe-se a fuga de recursos públicos destinados ao saneamento de instituições financeiras a serem adquiridas por outras grandes corporações do setor, muitas das quais multinacionais. Trata-se, em última análise, “[...] de uma racionalidade privada obtida com recursos públicos [...]”, na medida em que tal racionalidade, “[...] representa sempre uma drenagem de recursos públicos sociais para a esfera do setor privado [...]” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 306).

Destarte, no circuito das finanças, é possível observar solidariedades organizacionais, oriundas de uma ordem superior, se sobrepondo às solidariedades orgânicas no território, em que a relativa autonomia dos lugares é substituída por uma interdependência crescente e pela configuração de “[...] circuitos mais amplos, em mãos de poucos produtores” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 52). Nessa condição de concentração bancária e redução do número de instituições financeiras,

[...] fica prejudicada a possibilidade de o sistema financeiro nacional trabalhar de forma mais “orgânica”, fazendo chegar (ou permanecer) nas “áreas opacas” do território ao menos parte do comando da divisão bancária do trabalho (CONTEL, 2007, p. 192).

Conforme exposto por Almeida e Jaime Jr. (2007), o marcante processo de concentração de corporações financeiras públicas e privadas, durante a década de 1990 (QUADRO 1), acarretou uma notória redução do número de sedes bancárias e por

visível concentração geográfica do comando, mormente acumulado na metrópole paulistana (MAPA 1), o grande centro de gestão da atividade financeira no país (CORRÊA, 1989; 2006). Na mesma medida, observa-se a constituição das grandes corporações financeiras nacionais e multinacionais que exploram o setor financeiro no Brasil (QUADRO 2).

QUADRO 1 - Brasil: principais fusões/aquisições de corporações financeiras, 1995-2011 (continua)

Comprou	Comprado	Data	Situação
Itaú	Banco Francês e Brasileiro (BFB)	Jul. de 1995	Normal
Nacional de Paris (BNP)	Comercial de S. Paulo	Ago. de 1995	Liquidação
Unibanco	Nacional ¹	Nov. de 1995	Liquidação
United	Antonio de Queiroz ¹	Abr. de 1996	Normal
Excel	Econômico ¹	Mai. de 1996	Liquidação
Bandeirantes	Banorte ¹	Mai. de 1996	Liquidação
Rural	Mercantil ¹	Mai. de 1996	Liquidação
Santander	Geral do Comércio	Mar. de 1997	Normal
HSBC	Bamerindus ¹	Mar. de 1997	Intervenção
Itaú	Banerj ²	Jul. de 1997	Liquidação
BCN	Credireal ²	Ago. de 1997	Normal
Bradesco	BCN	Out. de 1997	Normal
ABN-Amro Bank	Real	Jul. de 1998	Normal
Itaú	Bemge ²	Set. de 1998	Normal
Bradesco (BCN)	Pontual	Nov. de 1998	Normal
ABN-Amro Bank	Bandepe ²	Nov. de 1998	Normal
Bradesco	Baneb ²	Jun. de 1999	Normal
Santander	Bozano Simonsen / Meridional	Jan. de 2000	Normal
Unibanco	Credibanco	Fev. de 2000	Normal
Unibanco	Bandeirantes	Jul. de 2000	Normal
Bradesco	Boavista	Jul. de 2000	Normal
Itaú	Banestado ²	Out. de 2000	Normal
Santander	Banespa ²	Nov. de 2000	Normal
ABN-Amro Bank	Paraiban ²	Nov. de 2001	Normal
Itaú	Bco. Estado de Goiás (BEG) ²	Dez. de 2001	Normal
Bradesco	Mercantil de São Paulo - Finasa	Jan. de 2002	Normal
Bradesco	Banco do Estado do Amazonas ²	Jan. de 2002	Normal
Bradesco	Banco Cidade	Fev. de 2002	Normal
Unibanco	Investcred	Abr. de 2002	Normal
Unibanco	Banco Fininvest	Abr. de 2002	Normal
Itaú	Banco BBA	Nov. de 2002	Normal
Itaú	Fiat	Dez. de 2002	Normal
Bradesco	Banco Bilbao Vizcaya	Jan. de 2003	Normal
Trapézio S/A (Bco Rural)	Banco Sul América	Mai. de 2003	Normal
Rural	Rural Mais (antigo Banco Sulamérica)	Mai. de 2003	Normal
ABN-Amro Real	Sudameris	Ago. de 2003	Normal
HSBC	Lloyds TSB	Out. de 2003	Normal
Bradesco	Banco Zogbi	Nov. de 2003	Normal
Bradesco	Banco do Estado do Maranhão (BEM)	Fev. de 2004	Normal
Itaú	Banco AGF	Fev. de 2004	Normal
Unibanco	BNL/AS	Jun. de 2004	Normal
Bradesco	BEC	Jan. de 2006	Normal
Itaú	Bank Boston	Mai. de 2006	Normal

Bradesco	Banco American Express	Jun. de 2006	Normal
Bradesco	Banco BMC	Ago. de 2007	Normal
Santander	ABN Amro Real	Jul. de 2008	Normal
Banco do Brasil	Votorantim	Nov. de 2008	Normal
Banco do Brasil	Banco do Estado de Santa Catarina (BESC)	Jan. de 2009	Normal
Itaú	Unibanco	Fev. de 2009	

Fonte: BANCO CENTRAL, 2012; RISK BANK, 2012.

¹Fusões no âmbito do PROER.

²Fusões no âmbito do PROES.

QUADRO 1 - Brasil: principais fusões/aquisições de corporações financeiras, 1995-2011(conclusão)

Comprou	Comprado	Data	Situação
Banco do Brasil	Banco Nossa Caixa	Mar. de 2009	Normal
Caixa Econômica Federal	Panamericano	Dez. de 2009	Normal
Itaú	Carrefour (Banco CSF)	Abr. de 2011	Normal

QUADRO 2 - Brasil: *ranking* das 20 maiores corporações financeiras, 2012

Corporação	Sede	Tipo	Patrimônio ¹
Itaú	São Paulo (SP)	Múltiplo ²⁰	38.416,30
Bradesco	Osasco (SP)	Múltiplo	31.157,00
Banco do Brasil	Brasília (DF)	Múltiplo	28.980,70
Santander	São Paulo (SP)	Múltiplo	27.127,90
Caixa	Brasília (DF)	Múltiplo	10.632,70
HSBC Bank	Curitiba (PR)	Múltiplo	4.881,50
Banco Votorantim	São Paulo (SP)	Múltiplo	4.382,20
BTG Pactual	Rio de Janeiro (RJ)	Múltiplo	3.433,40
Safra	São Paulo (SP)	Múltiplo	3.321,30
Citibank	São Paulo (SP)	Múltiplo	2.436,70
Banrisul	Porto Alegre (RS)	Múltiplo	2.368,30
BMG	Belo Horizonte (MG)	Múltiplo	1.921,30
JP Morgan	São Paulo (SP)	Comercial ²¹	1.316,20
BNB	Fortaleza (CE)	Múltiplo	1.247,60
IBI	Barueri (SP)	Múltiplo	1.236,40
Volkswagen	São Paulo (SP)	Múltiplo	1.175,80
BicBanco	São Paulo (SP)	Múltiplo	1.080,20
Daycoval	São Paulo (SP)	Múltiplo	1.046,80
Banco da Amazônia	Belém (PA)	Comercial	1.038,40
Alfa	São Paulo (SP)	Comercial	1.019,10

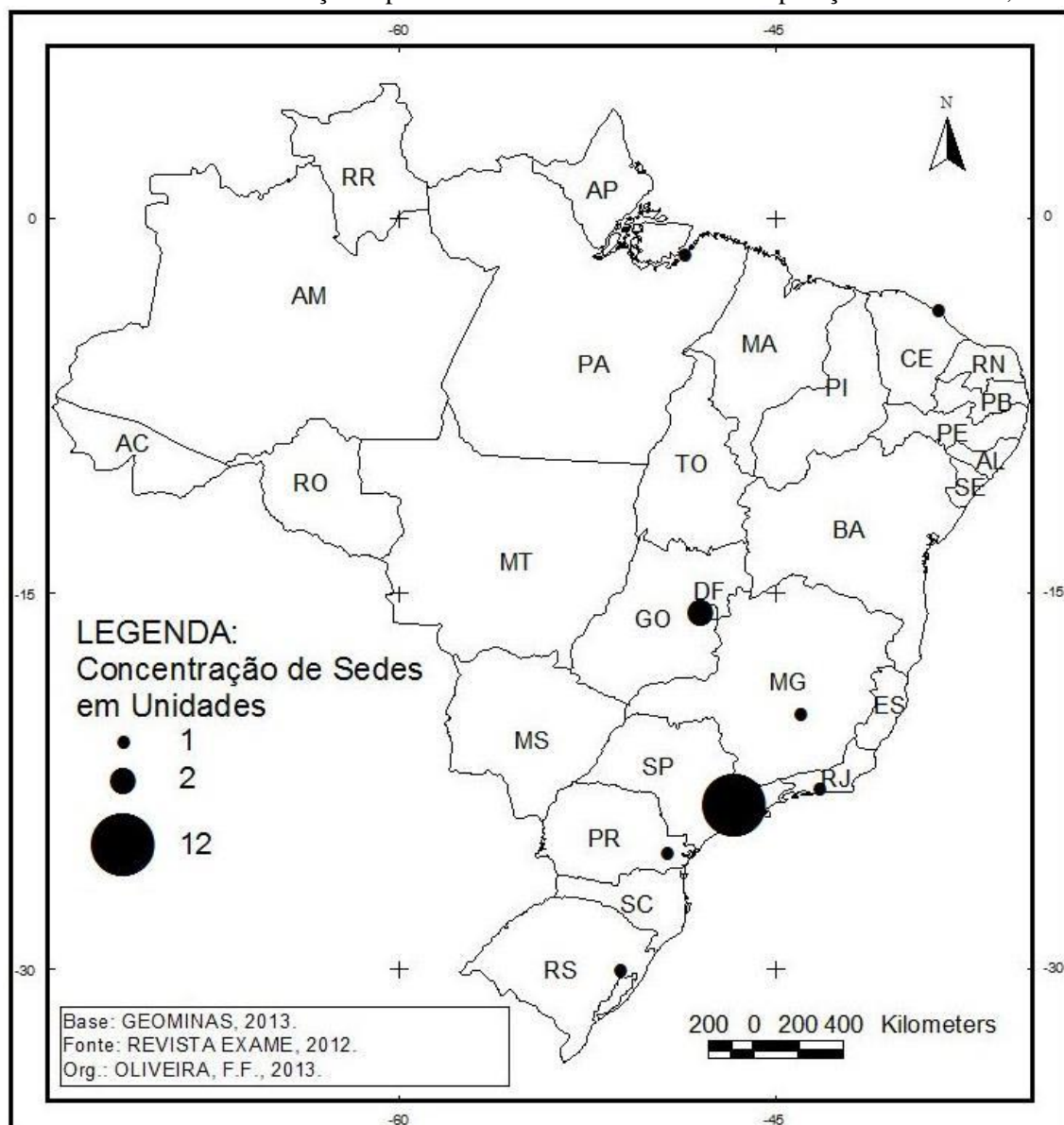
Fonte: EXAME.COM, 2012.

¹ Patrimônio líquido em US\$ milhões.

²⁰ Conforme definição do BCB, os bancos múltiplos são instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento.

²¹ Os bancos comerciais são instituições financeiras privadas ou públicas que têm como objetivo principal proporcionar suprimento de recursos necessários para financiar, a curto e a médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços, as pessoas físicas e terceiros em geral.

MAPA 1 - Brasil: concentração espacial das sedes das 20 maiores corporações financeiras, 2012



Durante a década de 1990, é possível observar uma reestruturação do Sistema Financeiro Nacional mediante a adição de novos conteúdos normativos e técnicos às finanças, que retratavam, na esfera pública, o aprofundamento da influência de doutrinas que ratificavam a redução do Estado em relação a alguns sistemas técnicos do território. Findava-se, assim, o período áureo das grandes estatais, nomeadamente aquelas ligadas a setores estratégicos para o desenvolvimento e integração do país, tais como telecomunicações, energia, transportes, siderurgia e finanças, que passaram por um amplo processo de desestatização. Tais setores ditos como estratégicos para a economia do país foram abertos aos capitais privados e, dentre eles, os pertencentes aos grandes capitais globais.

Não obstante, a estabilização da moeda e das taxas de inflação alcançadas, após a implementação do Plano Real, tornou as condições de investimento mais interessantes aos capitais hegemônicos globais, sendo possível

[...] estabelecer um nexu causal entre os processos de *liberalização* (normativa econômica e financeira) e de *privatização/desnacionalização* com o *Plano Real*. Há uma conexão causal direta entre estes fenômenos, passível de ser explicitada pela análise da dinâmica territorial brasileira. [...] o processo de estabilização trouxe, fundamentalmente, a melhoria do chamado “ambiente de investimento” para os grandes atores do cenário econômico globalizado. Este raciocínio permite que pensem no Plano Real como uma estratégia para aumentar a funcionalidade do território brasileiro para os grandes atores da economia global (CONTEL, 2007, p. 174, grifos do autor).

De fato, o Plano Real trouxe, no momento imediato à sua implantação, melhorias ao poder de consumo da população, possibilitando um acesso mais facilitado aos bens de consumo, inclusive às classes menos favorecidas. Entretanto, e por uma relação causal, a estabilização da moeda e das altas taxas de inflação, a abertura aos capitais globais, estabelecida já no início da década de 1990, e as possibilidades trazidas pelo processo de privatização das estatais, representaram um novo período à atuação dos capitais internacionais ao território nacional.

Nesse contexto, no Sistema Financeiro Nacional, são muitas as mudanças a serem apreciadas. Percebe-se, no fazer bancário, a escalada do processo de automação e informatização dos bancos, que passaram a investir em modernas técnicas, que, para Minella (1996), impactaram a estrutura do emprego no setor financeiro. As corporações mais estáveis e preparadas do setor passaram por um processo de reordenamento e adaptação frente à estabilização da moeda e do fim do período inflacionário, compensando perdas e mantendo-se rentáveis, sobretudo, apoiando-se nas altas taxas de juros do período posterior à implementação do Plano Real.

Evidencia-se, ainda, a consolidação e a expansão de grandes grupos financeiros no país (QUADRO 2), dentre eles, aqueles pertencentes aos capitais globais e sua marcante participação no processo de privatização dos bancos estaduais e da liquidação de instituições financeiras privadas, com liquidez comprometida pelo fim do período inflacionário. Tal processo significou um novo estágio na concentração de instituições financeiras no país, subsidiado por programas governamentais como o PROER e o PROES. Os mencionados programas de saneamento de corporações financeiras representaram o escoamento de bilhões de reais dos cofres públicos destinados ao saneamento de instituições financeiras públicas e privadas a serem liquidadas pelos grandes bancos que melhor se estruturaram para a nova fase, assinalada pela estabilidade das taxas de inflação e pelas possibilidades da utilização das novas tecnologias de comunicação e processamento de dados, que foram capazes de revolucionar tanto os procedimentos relacionados ao trabalho financeiro quanto à disponibilização de novos produtos creditícios à população.

2.4 - Telecomunicações e finanças: automação dos fazeres e difusão das atividades creditícias

A circulação constitui fator imprescindível para o sistema financeiro. Ao estabelecer uma integração e as consequentes extensões do mercado inerentes à sua dinâmica espacial, sobretudo sobre espaços não atendidos até o momento do estabelecimento dos serviços financeiros, as finanças instituem novas oportunidades à acumulação do capital, processo que não prescinde da circulação dos valores efetivada pelos bancos e demais agentes financeiros. Nessa condição, os agentes financeiros possuem fundamental importância para a difusão e redistribuição dos capitais por amplo espaço.

Por mais que a circulação do capital promovida pelos entes financeiros nos pareça imperceptíveis e livres de uma mediação espacial, ela implica a adição de fixos que propiciam uma série de fluxos, materiais ou imateriais. Logo, nos processos e maspráticas de gestão territorial de uma corporação financeira, torna-se indispensável o acesso e controle privilegiados sobre as redes técnicas que se instalam e organizam o território. Nessa condição, conforme exposto por Silva (1997), é possível que a análise da difusão espacial do sistema financeiro e seus agentes possam partir da apreciação dos

mecanismos responsáveis pela integração da economia nacional e da demandante instituição de uma base técnica que promova tal integração. Assim, a expansão do sistema financeiro acompanha e se orienta pelas medidas que ordenam a fixação dos sistemas técnicos indispensáveis à sua difusão pelo território.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por um profundo processo de reestruturação do setor das telecomunicações no Brasil erigido pelo Governo Federal, o responsável por grande parte dos investimentos, da regulação e dos esforços de modernização das bases infraestruturais ligadas às redes de telecomunicações, que configuraram uma verdadeira reestruturação técnico-científica da organização espacial capitalista, arquitetada por modernas técnicas informacionais. As bases institucionais edificadas na reestruturação do referido setor começaram a ser compostas ainda na década de 1960, com destaque para a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) que, criada em 1965, operava os serviços de longa distância nacional e internacional e do Ministério das Comunicações em 1967, responsável pela fixação das diretrizes que norteariam o setor.

Em 1972, criou-se a Telecomunicações Brasileiras S.A (TELEBRÁS), cujos princípios versavam sobre a coordenação das ações da EMBRATEL, das companhias telefônicas estaduais e da definição das políticas de pesquisa e de desenvolvimento do setor de telecomunicações. Em 1976, a TELEBRÁS instalou, em Campinas-SP, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPqD), responsável pelo desenvolvimento e aplicação programas que utilizavam tecnologia de ponta às comunicações, resultando, conforme Dias (2008, p. 122), “[...] na convergência tecnológica de diferentes setores - telecomunicações e informática - que passaram a dispor de uma mesma unidade técnica baseada na eletrônica [...]”. Ademais, o Sistema TELEBRÁS foi o responsável pela incorporação e controle de toda a rede, atuando na aquisição das empresas que prestavam os serviços telefônicos no país, passando a controlar os serviços de telecomunicações em todo território nacional²², medidas que “[...] buscavam a separação material das atividades e unificação organizacional dos comandos” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 73).

²² A Companhia Telefônica do Brasil Central (CTBC), sediada em Uberlândia-MG, representa um caso peculiar de empresa prestadora de serviços de telecomunicações não estatizada pelo Sistema TELEBRÁS, mas, tecnicamente, vinculada ao Sistema como as demais. Conforme exposto por (BESSA; OLIVEIRA, 2008) e (OLIVEIRA, 2010), trata-se de um caso em que as alianças estabelecidas entre duas notórias figuras locais, o empresário e o político, fizeram frear o poder estatizador erigido pelo Governo Federal sobre as telecomunicações, quando do estabelecimento da TELEBRÁS e da estatização do referido setor no Brasil.

Tal quadro de modernizações encerrou um período de estagnação das redes técnicas referentes às telecomunicações que perdurou no decurso das décadas de 1940 e 1950. A retração dos investimentos nas telecomunicações durante as décadas citadas pode ser atribuída, conforme exposto por Dias (2008), ao desarticulado e pouco desenvolvido sistema financeiro do referido período. Salienta-se que a consistente reforma financeira de 1964-65 não prescindia do equipamento do território no que refere às modernas redes de transmissão de dados. Logo, nas mudanças no sistema financeiro pós 1964, observou-se tanto uma revolução normativa quanto das bases técnicas necessárias à sua dinamização, difusão e, não obstante, à integração do território nacional por meio dos fluxos informacionais.

Trata-se de uma série de respostas políticas às solicitações dos atores hegemônicos da economia e suas demandas à instituição de um sistema técnico moderno e organizacionalmente unificado. Tais medidas buscavam uma integração do território por meio de fluxos imateriais, promovida pela melhoria das telecomunicações, que evoluíram “do telégrafo ao telefone e ao telex, do fax e do computador ao satélite, à fibra óptica e à Internet” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 73), representando a instituição de um meio técnico-científico e informacional (SANTOS, 1996, 2008) ao território brasileiro.

Estabeleceu-se, assim, uma condição em que “governos nacionais são ‘convidados’ a alterar os conteúdos normativos de seus territórios, muitas vezes, em detrimento dos arranjos horizontais existentes, construídos ao longo de décadas de esforço e planejamento” (CONTEL, 2009, p. 126). A cargo da força hegemônica empreendida pelo grande capital e suas grandes organizações, solidariedades do tipo organizacional foram substituindo as solidariedades orgânicas, que imperavam sobre os sistemas técnicos nacionais, sobretudo acerca das telecomunicações e das finanças, conforme já pontuado.

A evolução das técnicas referentes às telecomunicações garantiram às corporações multilocalizadas uma flexibilidade nos processos de administração, de produção e de difusão espacial sem precedentes, vistas as possibilidades de minimização dos entraves espaciais na acumulação e dispersão do comando sobre áreas de atuação longínquas, embora concentradas pela simultaneidade oferecida pelas modernas técnicas reticulares. De fato, o acirramento da competição nas esferas nacional e global demandou, das corporações dos mais diversos segmentos econômicos,

a necessidade de segurança e instantaneidade aos processos de comunicação e dos fluxos de dados.

Dentre os agentes que mais exigiram o incremento de sofisticadas redes informacionais, destacam-se as corporações financeiras, cuja instantaneidade das modernas técnicas de comunicação e do processamento da informação proporcionou a ampliação de seus horizontes geográficos e das possibilidades de acumulação de capitais. Se a reforma financeira de 1964 representou uma adequação normativa às práticas de concentração-dispersão dos agentes financeiros, a revolução das telecomunicações surgiu como uma resposta técnico-informacional ao mencionado processo, uma vez que as redes técnicas são capazes de potencializar a difusão espacial das atividades do banco ao tempo que enfatizam a concentração dos fluxos financeiros e da tomada de decisão por um número menor de atores.

A estrutura organizacional das finanças nacionais não ficou à parte da reestruturação tecnológica empreendida pelas telecomunicações, microeletrônica e informática, posto que, nas décadas de 1970 e, sobretudo, 1980, “as transformações do sistema bancário brasileiro ampliaram o volume de negócios e transações, impondo a necessidade de mecanismos mais ágeis para maior racionalização dos serviços” (SILVA, 1999, p. 57). O aumento expressivo dos depósitos e transações financeiras de toda ordem exigia um reaparelhamento técnico das finanças nacionais, capaz de suprir a ânsia por velocidade e instantaneidade demandadas pela evolução das operações de crédito. Nessa condição, a modernização das redes de telecomunicações instituída pelo governo federal constituiu fator primordial na fase de automação das finanças nacionais, representando, ainda, novas perspectivas ao processo de difusão espacial dos intermediários financeiros.

Paulatinamente, os fazeres manuais tradicionais foram sendo substituídos por máquinas de contabilizar, garantindo maior agilidade às operações referentes ao trabalho bancário com significativa redução dos tempos de operação. Os dados processados eram destinados aos Centros de Processamento de Dados (CPDs), a fim de centralizar as informações oriundas das agências (CONTEL, 2007). Os CPDs, via computador e pelas redes de telecomunicações, foram sendo articulados e permitiram às corporações financeiras novas perspectivas ao trato e compartilhamento dos dados processados.

Conforme exposto por Benakouche (1997) e Silva (1999), durante os anos de 1980, os sistemas reticulares TRANSDATA²³ e Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes (RENPAK)²⁴ foram disponibilizados pela EMBRATEL às corporações financeiras que puderam articular suas agências pulverizadas pelo país, possibilitando uma sólida base ao fluxo de dados e informações entre sedes e agências bancárias. Para a década de 1990, Dias (2008, p. 127) assinala a instalação de um sistema rede serviço denominado Datasat Plus, cuja transmissão de dados via satélite possibilitou novas perspectivas ao incremento de velocidade às técnicas de transmissão de dados disponibilizadas às corporações financeiras. Juntamente a essas redes nacionais, destaca-se a conexão da estrutura financeira nacional à Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (SWIFT)²⁵, uma rede de gerenciamento de finanças em nível global, que permitiu à rede financeira brasileira manter laços mais estreitos com as operações e transações realizadas na esfera internacional (BENAKOUCHE, 1997; SILVA, 1999; CONTEL, 2009).

A EMBRATEL, em 1994, iniciou um serviço de conexão à Internet comercial via linha discada e de caráter experimental, articulando à rede um pequeno grupo de usuários. Conforme exposto por Carvalho (2006), a entrada da EMBRATEL como única representante dos serviços de Internet comercial gerou o descontentamento de alguns setores da sociedade, principalmente do empresariado interessado em explorar as possibilidades propiciadas por esse novo meio de comunicação, exigindo que a empresa estatal fosse responsável apenas pelo fornecimento da infraestrutura necessária.

A Norma 004/1995, instituída pelo Ministério das Comunicações, veio estabelecer a relação entre os serviços dos provedores privados de acesso à Internet ou “Entidades Exploradoras de Serviços Públicos de Telecomunicações” com os “Serviços

²³ Conforme exposto por Dias (2008, p. 127), a rede TRANSDATA, constituída por um circuito de ponto a ponto e multiponto, foi instalada em 1981, como resposta às solicitações “[...] de grandes organizações econômicas que exigiam a utilização permanente de um meio de comunicação para a transmissão de uma grande quantidade de dados [...]”.

²⁴ A RENPAK é uma rede pública de comunicação de dados via comutação de pacotes operada pela EMBRATEL. O referido sistema reticular pautou-se na criação de circuitos virtuais entre terminais assistentes, possibilitando a comunicação segura de dados entre ambientes situados em qualquer ponto do país ou do mundo (EMBRATEL, 2012). A RENPAK, criada em 1985, dispunha, nesse momento, de 13 centros de comutação bem distribuídos pelo território nacional (BENAKOUCHE, 1997). A RENPAK perdeu notoriedade com a ascensão da Internet, mas ainda é disponibilizada pela EMBRATEL às empresas como via à transação curta e de baixa velocidade.

²⁵ A SWIFT surgiu, em 1973, na cidade de Bruxelas, inicialmente, articulando 239 bancos de 15 países por meio de uma rede de compartilhamento de dados e comunicação a partir de uma linguagem comum às transações financeiras internacionais. Em 2012, a SWIFT atuava em 212 países, possuindo escritórios em 20 nações divididas nos blocos América do Norte e Latina, Ásia-Pacífico e EMEA (Europa, Oriente Médio e África). Atendia, em 2012, mais de 10 mil clientes do mercado financeiro global, sendo capaz de promover a circulação de mais de 20 milhões de mensagens intra rede (SWIFT, 2012).

de Públicos de Telecomunicações” (BRASIL, 1995) prestados pela Embratel, descaracterizando, assim, qualquer monopólio na prestação do serviço de acesso à Internet no Brasil por parte da empresa estatal. Cumpre ressaltar a importância da disseminação da plataforma *World Wide Web* (www)²⁶, a popularização da Internet comercial e as possibilidades alcançadas no trato e comunicação de dados, informações e dos serviços disponibilizados pelo setor financeiro ao público, com considerável redução dos custos de acesso e transmissão.

A constituição de um moderno sistema reticular representou uma verdadeira reestruturação técnico-científica ao território nacional, permitindo a difusão espacial da produção e das finanças, que, embora espacialmente dispersas, encontram-se conectadas por objetos geográficos caracterizados por forte conteúdo informacional, como o moderno sistema de telecomunicações. Os avanços nas áreas da informática e da telemática permitiram às corporações, sobretudo as do setor financeiro, a obter maior flexibilidade e mobilidade ante as barreiras espaciais, fatores que significaram a ampliação dos horizontes geográficos e um melhor desempenho à acumulação de capitais. Esse conjunto de técnicas informacionais promoveram novas perspectivas ao alcance e velocidade aos fluxos financeiros, constituindo, ainda, a base ao incremento de uma série de novas técnicas e produtos creditícios disponibilizados pelas corporações financeiras, que trazem consigo uma notória carga de informação e conhecimento, popularizando o acesso e dando novos traços à relação entre finanças e população, agora, intimamente vinculadas.

Ligados às modernas técnicas de processamento e instantaneidade com que os dados e as informações são geridos e transmitidos por meio das redes informacionais que inauguram o período técnico-científico-informacional no território brasileiro, vão surgindo uma série de modernos fixos que são responsáveis por uma vulgarização ao acesso às finanças, tornando-se parte muito presente ao dia a dia da população. Como resultado dos investimentos do segmento financeiro aos novos conteúdos técnicos vinculados à eletrônica, informática e telecomunicações, percebe-se maior eficiência e flexibilidade nas atividades do setor e, conseqüentemente, uma nova dinâmica espacial

²⁶ O *World Wide Web* surgiu, em 1989, como um integrador de informações e, atualmente, contém a grande maioria do conteúdo da Internet que, por meio dessa plataforma, pode ser acessado de modo simples. As informações são disponibilizadas por meio de hipertexto, um formato de texto digital que agrega blocos de textos, imagens ou sons, acessados através de referências denominadas hiperlinks, ou simplesmente links.

no fenômeno das finanças, atualmente, capaz de minimizar as barreiras espaciais estruturando-se de forma imbricada pelo território.

Destarte, é possível constatar, por meio das modernas técnicas e dos novos serviços financeiros disponibilizados pelas corporações do setor, uma nova dinâmica referente à concessão de créditos, caracterizada pelas facilidades ao acesso e ao manuseio das finanças eletrônicas. A mencionada vulgarização no acesso de uma série de serviços financeiros eletrônicos de fácil uso e ao próprio crédito são condições responsáveis pela alteração dos padrões de consumo das populações, instituindo novas perspectivas à prática do consumo realizado a partir dos modernos aparatos financeiros e pelas facilidades promovidas pelo crédito pessoal, funções cada vez mais particularizadas aos anseios do público e de ampla difusão entre as pessoas físicas. Para Contel (2007), atualmente, as pessoas estão mais expostas a vetores que potencializam as práticas de consumo como a própria financeirização do cotidiano, que, aliada às campanhas publicitárias, dão as características ao atual fenômeno do crédito no país, representado pelas múltiplas possibilidades entregues por uma série de modernos produtos financeiros.

A evolução técnica das finanças e suas associações com as telecomunicações caracterizam as iniciativas do setor no cumprimento de uma ordem técnica similar, o que, para Santos (2012), representa a busca por uma *unicidade das técnicas*, que livres de amarras espaciais localizadas, buscam a unificação do espaço geográfico sobre uma mesma ordem técnica verticalizada. Trata-se da instituição de uma série de sistemas técnicos integrados por ações análogas e hegemônicas, que animam e representam a conexão necessária à universalização de um sistema técnico hegemônico, com destaque às redes das telecomunicações, suporte imprescindível à difusão dos intermediários financeiros. De acordo com Santos (2012, p. 193), “[...] as técnicas atuais se difundiram universalmente, ainda que com diferente intensidade e seus efeitos se fazem sentir, direta ou indiretamente, sobre a totalidade dos espaços”.

De modo semelhante, a evolução normativa das finanças nacionais foi marcada pela busca por uma unicidade em torno das normas que regem o setor em todo o território nacional, como resposta não só às demandas internas, mas, principalmente, às solicitações do grande capital multinacional, na condição do estabelecimento de “[...] um novo conjunto de regulações que permitem a livre movimentação de capitais financeiros, fluxos de mercadorias e de investimentos diretos, para a melhor performance dos atores globais” (CONTEL, 2007, p. 8). Associada à busca de uma

unicidade normativa, percebe-se, ainda, o surgimento das modernas técnicas que norteiam as finanças, fruto das solicitações do setor, sequioso pela instantaneidade e simultaneidade possibilitada pelas redes técnicas informacionais.

Contel (2007) enfatiza a disseminação dos chamados “canais eletrônicos financeiros”, como todos os meios que propiciam a realização de operações financeiras entre dois ou mais atores, com destaque aos caixas eletrônicos, os serviços de *internet banking*, as centrais de atendimento ao cliente e de vendas de produtos financeiros disponibilizados pelos *contact center* (call center/telemarketing), os cartões eletrônicos de pagamento e os canais que permitem a captura das operações de crédito e débito, dentre outros. Esses meios eletrônicos de acesso a serviços financeiros vão ampliar o alcance espacial e social às finanças, que, para o mencionado autor, vão ensejar que se instale, no território, uma *hipercapilaridade* das finanças. Tal processo,

seria o resultado da topologia atual do sistema bancário [...] que alcançou todos os municípios do território. Mas ela tornou-se possível também pelo surgimento de novos sistemas técnicos - fixos e portáteis - que alcançaram, de maneira ao mesmo tempo banalizada e seletiva, pontos do território antes “isolados” das redes financeiras. Estes novos sistemas técnicos são os “canais eletrônicos” financeiros, e com eles é aumentado o *potencial invasor* da racionalidade financeira nos diversos conteúdos do território brasileiro. (CONTEL, 2007, p. 253, grifos do autor).

Ante o aparecimento de uma série de novos aparatos técnicos no setor financeiro, oriundos da junção entre finanças, eletrônica e telecomunicações, cumpre destacar, no âmbito da presente pesquisa, a evolução técnica referente ao uso, disponibilização e os canais eletrônicos que representam o suporte aos serviços de pagamento eletrônico via débito e crédito, contidos nos cartões eletrônicos de pagamento. Trata-se de uma análise da constituição do setor de cartões de pagamento no Brasil e da associação de seus principais atores, assim como a organização técnica e normativa do mencionado setor.

Os traços da organização técnica e da consolidação de um sistema de pagamentos realizados por meio de cartões eletrônicos no Brasil consistem a base para a expansão dos atores que atuam neste segmento. As corporações Policard e Valecard, que por meio de associações com outros agentes econômicos e a partir de um leque diferenciado de serviços eletrônicos de pagamento, se valeram da consolidação desse setor dominado por grandes corporações nacionais e multinacionais que conferem ao setor de cartões eletrônicos de pagamento características de monopólio. Todavia as práticas e as ações hegemônicas das grandes empresas que exploram o mencionado setor configuram a evolução técnica e normativa necessária ao aparecimento e

consolidação de atores menores e não hegemônicos, como no caso das corporações Policard e Valecard, situadas em Uberlândia e que demonstram importante consolidação e difusão espacial dos seus serviços eletrônicos de pagamento pelo país.

CAPÍTULO 3

EVOLUÇÃO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DO MEIO TÉCNICO- CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

O comércio e o consumo, como atividades indissociáveis e que trazem consigo relevante impulso ao crescimento econômico, sempre se muniram de instrumentos e técnicas que visam dinamizar as trocas comerciais, favorecendo, assim a circulação dos montantes e a consequente acumulação dos capitais. No contexto das atividades comerciais e como um facilitador ao consumo, surgiram, em sua forma mais primitiva e inacabada, os primeiros serviços de vendas por meio de cartões de pagamento. De início, os cartões foram operados apenas pelos comerciantes, sendo, posteriormente, incorporados pelos intermediadores financeiros, os grandes responsáveis por sua evolução técnica e funcional.

Conforme assevera Lima (1990), os cartões de pagamento apareceram no início do século XX, nos EUA, como uma forma de identificação de pessoas com bom histórico de quitação dos seus dividendos e que possuíam recursos para o saneamento do consumo efetuado a partir de parcelamento dos valores gastos. Nessa condição, o comerciante emitia o cartão aos consumidores de boa reputação, sem a interferência de terceiros, como intermediadores financeiros. Durante a década de 1920, grandes lojas de departamento e redes de postos de combustíveis já disponibilizavam o serviço à clientela com bom histórico de pagamento.

A modalidade de vendas efetuadas por meio dos cartões disseminou-se pela Europa, embora tenha sido prejudicada pela crise de 1929 e pelos dois grandes conflitos mundiais (LIMA, 1990). A retomada significativa das vendas a partir dos cartões ocorreu durante a década de 1950, momento em que surgiram empresas interessadas em fazer a intermediação entre os comerciantes e os clientes, de forma que a nova modalidade de pagamento fosse estendida a contingentes cada vez maiores, assim como novas perspectivas à fidelização de clientes. Para tanto, as empresas intermediárias comprometiam-se a pagar as despesas efetuadas pelos usuários dos cartões aos

vendedores, mantendo-se, assim, a segurança do sistema, mediante taxas cobradas pelas empresas intermediárias aos comerciantes filiados. No novo cenário, as empresas que passaram a fazer a interposição entre o comerciante e cliente, como as emissoras dos cartões, tornaram-se credoras dos clientes que efetuaram suas compras a prazo, uma característica fundamental do cartão de crédito, constituindo, assim, a relação triangular entre comerciante, empresa intermediária e cliente. Nessa óptica,

[...] toma com isto uma nova dimensão o cartão de crédito, pois a responsabilidade do pagamento passa agora a ser da empresa emissora do cartão, deslocando-se a confiança por parte do vendedor na capacidade do comprador sanar sua dívida com a empresa emissora (LIMA, 1990 p. 4).

Destaca-se, no início da década de 1950, nessa nova modalidade estrutural dos cartões de crédito, o aparecimento dos cartões emitidos pela empresa *Diner's Club*, que inicialmente foram destinados a sanar despesas em hotéis e restaurantes, sendo, posteriormente, ampliado para a aquisição de bens e serviços variados (LIMA, 1990). Ainda na primeira metade da referida década, o *Diner's Club* chegou à Inglaterra e à França, obtendo boa aceitação. O sucesso da nova modalidade de acesso a produtos e serviços não passou despercebido das corporações financeiras, que buscaram associar-se às empresas emissoras dos cartões destinando investimentos ao setor e buscando difundir o uso do novo instrumento por meio de suas agências e rede de clientes. A partir daí, os bancos com seus vultosos recursos e capacidade de investimento passaram, também, a fazer a intermediação entre comércio e cliente, dando novas perspectivas à utilização dos cartões de pagamento, ao destinar esse instrumento ao acesso de diferentes produtos financeiros e operações bancárias, por meio de cobrança de taxas e custos adicionais.

A entrada dos bancos como intermediadores das vendas a partir de cartões de crédito não encerrara a participação de outras empresas que se interessavam pela novidade. Em 1958, uma tradicional empresa do ramo de viagens lançava o seu cartão, denominado *American Express Card*, ou simplesmente AMEX, que se tornaria uma das principais bandeiras de cartões de pagamento do mundo. Na década de 1960, o *Bank Americard* (hoje conhecido como Visa) e o *Master Charge* (atualmente, conhecido como Mastercard), dois gigantes sistemas estadunidenses de operação de créditos, se associaram, o que, para Lima (1990, p. 7), representa o “[...] início ao que se convencionou chamar a indústria do cartão”, com características de monopólio e forte impacto sobre a concorrência, o princípio do crescimento e disseminação do chamado “dinheiro de plástico” assinalado nos anos de 1960.

3.1 - Primórdios dos cartões de pagamento no Brasil

No Brasil, os cartões de pagamento chegaram em 1956, com a emissora *Diner's Club*, a exemplo do ocorrido na Inglaterra e na França, mas sua utilização permaneceu muito restrita até o final da década de 1960. Seguindo a tendência internacional de vínculo aos bancos, surgiu em, 1967, o cartão ELO, mediante a associação entre Bradesco, um grande banco de atuação nacional e a bandeira Visa, no ano de 1967 (LIMA, 1990). Também vinculado à bandeira Visa, em 1970, apareceu o cartão Citicard, que, em 1978, após associação com os bancos Itaú e Unibanco, passou a ser denominado Credicard, administrado pela emissora Credicard S/A.

Conforme exposto por Lima (1990), após esse momento de efervescência do ramo de cartões de crédito no país, o mercado passou por um período letárgico e de crescimento lento, que perdurou até o ano de 1981, com a chegada, no país, da multinacional American Express Card, reascendendo a competição e dando o impulso inicial a uma série de alterações e novas associações ao mercado dos cartões de pagamento. O cartão Nacional, criado pela corporação financeira Banco Nacional S/A em 1972, associou-se à bandeira Visa, que perdeu o vínculo junto à Credicard que se associou à outra gigante bandeira estadunidense, a Mastercard. Em 1988, o Banco do Brasil, um grande banco de economia mista, lançou o cartão Ouro Card, que passou a ter uma significativa adesão e que, assim como o cartão Nacional, vinculou-se à bandeira Visa. De modo geral, a década de 1980 é considerada um período de lenta e irregular expansão dos cartões de pagamento no Brasil, em razão do momento de crise econômica e das altíssimas taxas de inflação.

A estabilização da moeda, proporcionada pelo Plano Real, estimulou o crescimento do mercado dos cartões de crédito, com o surgimento de novas operadoras de cartões e com as incorporações ocorridas no setor financeiro durante a segunda metade da década de 1990. Em 1995, o Banco Nacional, com seus 1,5 milhão de cartões com a bandeira Visa, foi adquirido pelo Unibanco que fundiu o montante do cartão Nacional aos seus 300 mil cartões que possuíam bandeira Mastercard (CASTRO, 2006 *et al.*). Nesse ano, surgiram as maiores credenciadoras do país, a Redecard e Visanet. A Redecard, criada a partir da estrutura dos cartões Credicard, possuía, nesse momento, a exclusividade de credenciamento dos cartões de bandeira Mastercard. A Visanet (hoje conhecida como Cielo), criada pela associação dos Bancos Bradesco, do Brasil e Real

(atualmente Santander) que mantinha exclusividade de credenciamento aos cartões de bandeira Visa.

3.2 - Estrutura, atores e tarifação do esquema de cartões de pagamento no Brasil

Ante a complexidade inerente à evolução técnica e às multiassociações do setor de cartões de pagamento no Brasil, cumpre registrar como o referido setor é organizado, conforme as especificações dos relatórios anuais acerca do sistema de cartões de pagamento emitidos pelo Banco Central do Brasil (2006):

- Emissor: empresa (geralmente o banco) responsável pela relação com o portador do cartão de pagamento, quanto à habilitação, identificação e autorização, à liberação de limite de crédito ou saldo em conta corrente, à fixação de encargos financeiros à cobrança e fatura e à definição de programas de benefícios. Exemplos: Diner's Club, Hipercard, Ourocard (Banco do Brasil), Itaucard (Banco Itaú), Bradesco Cartões, etc.;
- Credenciador: empresa responsável pela administração do contrato com os estabelecimentos comerciais, para a atuação junto ao esquema de cartão de pagamento. Exemplos: Cielo, Redecard, Hipercard, Santander/GetNet;
- Bandeira: empresa (dono do esquema) que oferece a organização e normas operacionais necessárias ao funcionamento do sistema do cartão, assim como o licenciamento do uso de sua logomarca para as emissoras e credenciadoras. Sua logomarca aparece nos cartões e nos estabelecimentos vinculados. Exemplos: Diner's Club, Visa, Mastercard, American Express, Elo;
- Estabelecimento comercial: fixo comercial (CORRÊA, 2000) ou prestador de serviço que se credencia a receber o pagamento da venda efetuada por intermédio de um esquema de cartão de pagamento.

No Brasil, o mercado de cartões de crédito, de modo geral, mantém-se estruturado com as plataformas de três ou quatro partes. A diferença entre as duas estruturas está na figura do credenciador e do emissor. No modelo de quadro partes (FIGURA 6), característico da atuação das bandeiras Visa e Mastercard, emissor e credenciador são organizações distintas. Para a plataforma de três partes (FIGURA 7), como nos

esquemas Hipercard e Diners Club, a mesma empresa presta serviços de emissão e credenciamento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006). Entretanto, vista a condição monopolista estabelecida pelos credenciadores Redecard e Cielo, atualmente, é comum que esquemas como Hipercard, Diners Club, Policard e Valecard, com suas características de emissor/credenciador, possam ter sua rede no comércio articulada pelos mencionados credenciadores.

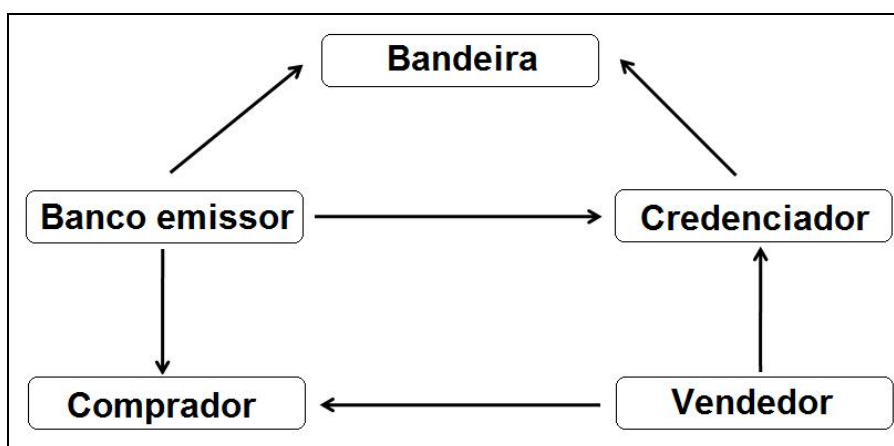


FIGURA 6 - Cartões de pagamento: modelo de quatro partes.
Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2006).

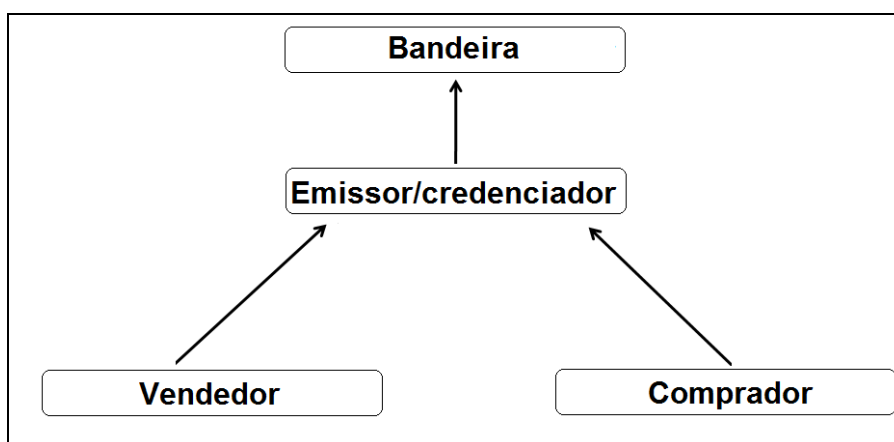


FIGURA 7 - Cartões de pagamento: modelo de três partes.
Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2006).

No tocante às tarifas e taxas praticadas pelos esquemas de cartões de pagamento, verificou-se que as tarifas diferenciam-se em função da forma de captura da transação, do número de parcelas e do segmento de mercado do estabelecimento credenciado. Nessa condição, de modo geral, o consumidor ou portador do cartão paga ao emissor uma tarifa de anuidade (f) em função da bandeira; o estabelecimento comercial paga ao credenciador a chamada tarifa de desconto (m). Ademais, existe ainda a chamada tarifa

de intercâmbio (a) paga pelo credenciador ao emissor do cartão de pagamento, conforme exposto na Figura 8.

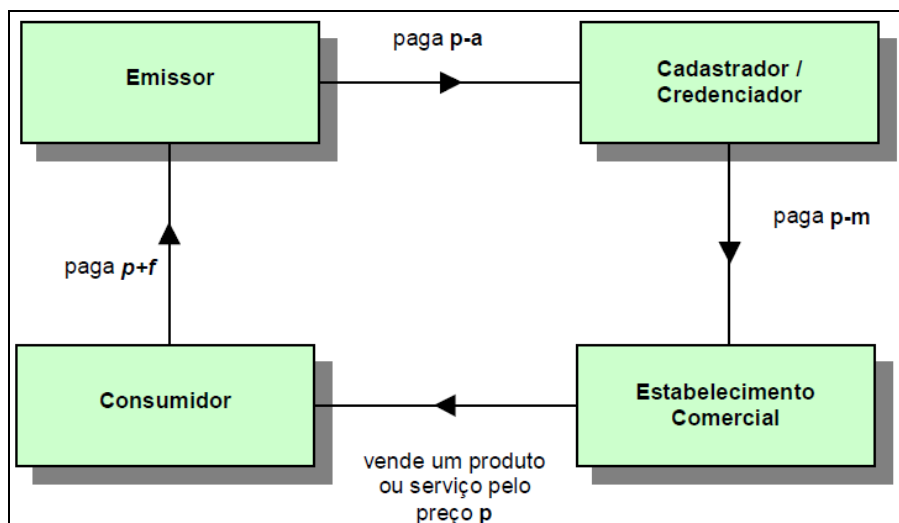
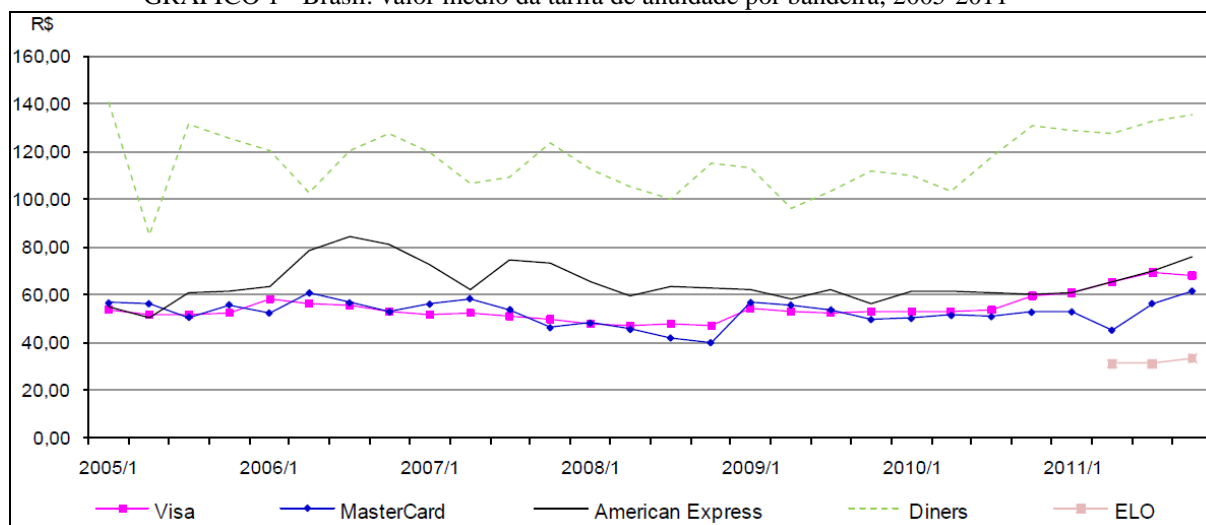


Figura 8 - Cartões de pagamento: tarificação praticada pelo mercado.
Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2005).

A tarifa de anuidade varia em relação à bandeira, não sendo prática do mercado a cobrança de tarifas em função do valor da transação, operação vedada pela Resolução nº 3.518, de 2008 (BRASIL, 2008). Conforme exposto no Gráfico 1, é possível perceber a pouca oscilação e proximidade das anuidades cobradas pelas duas maiores bandeiras do país, Visa e Mastercard, além das taxas diferenciadas de Diners Club e American Express, bandeiras que visam à clientela de maior poder aquisitivo, ao contrário do novo esquema ELO, voltado a classes menos abastadas. Cumpre ressaltar que as taxas de anuidade variam também em relação às modalidades dos cartões e dos serviços diferenciados disponibilizados por bandeira.

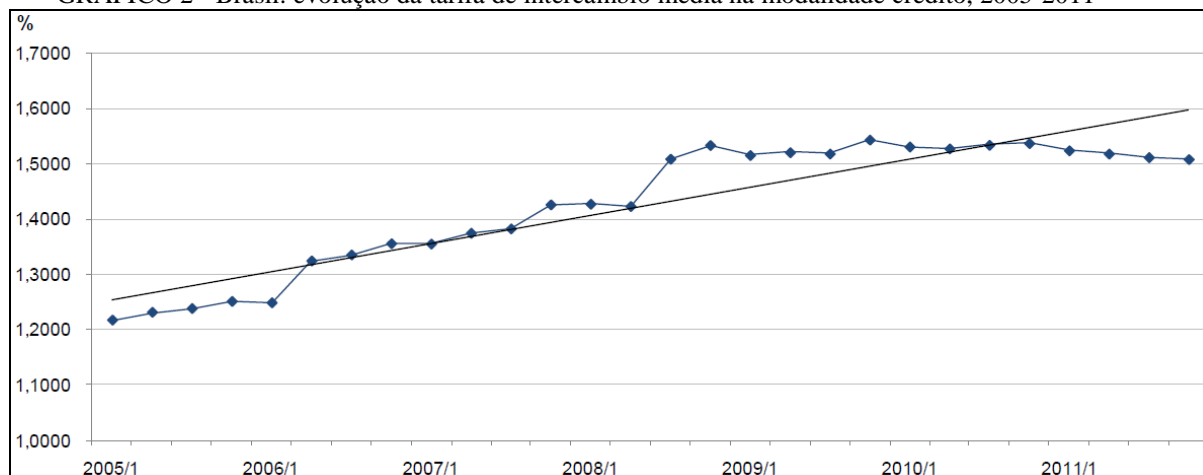
GRÁFICO 1 - Brasil: valor médio da tarifa de anuidade por bandeira, 2005-2011



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2011).

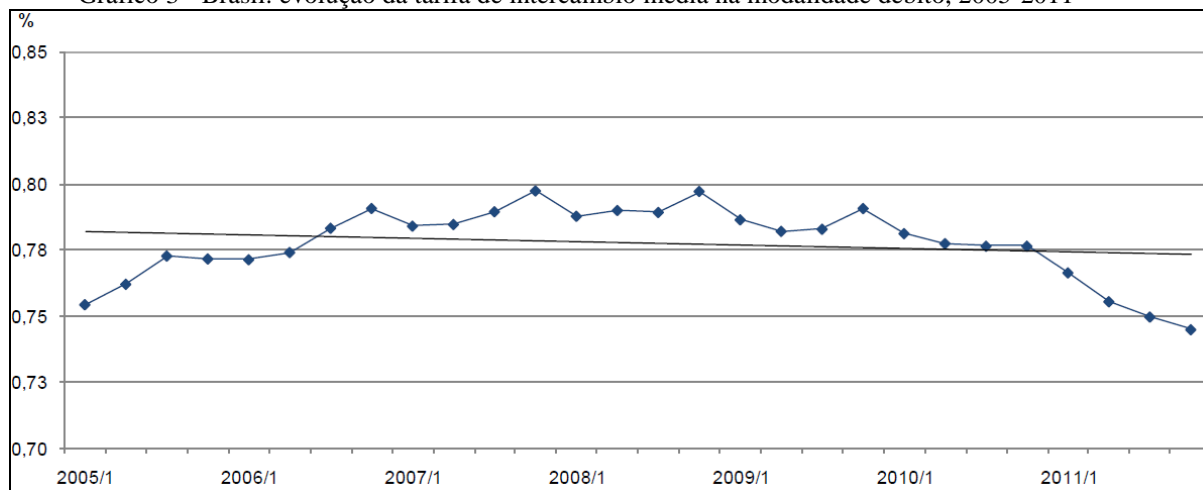
Faz-se necessário registrar o percentual referente à tarifa de intercâmbio, aquela cobrada pelo emissor dos cartões ao credenciador, cuja estipulação dos valores ocorre de forma heterogênea, variando de acordo com a modalidade de uso do cartão de pagamento (GRÁFICOS 2 e 3). Comumente, a tarifa de intercâmbio corresponde a uma porcentagem do valor de transação, podendo assumir um valor fixo por transação ajustado por meio de acordos entre emissor e credenciador.

GRÁFICO 2 - Brasil: evolução da tarifa de intercâmbio média na modalidade crédito, 2005-2011



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2011).

Gráfico 3 - Brasil: evolução da tarifa de intercâmbio média na modalidade débito, 2005-2011

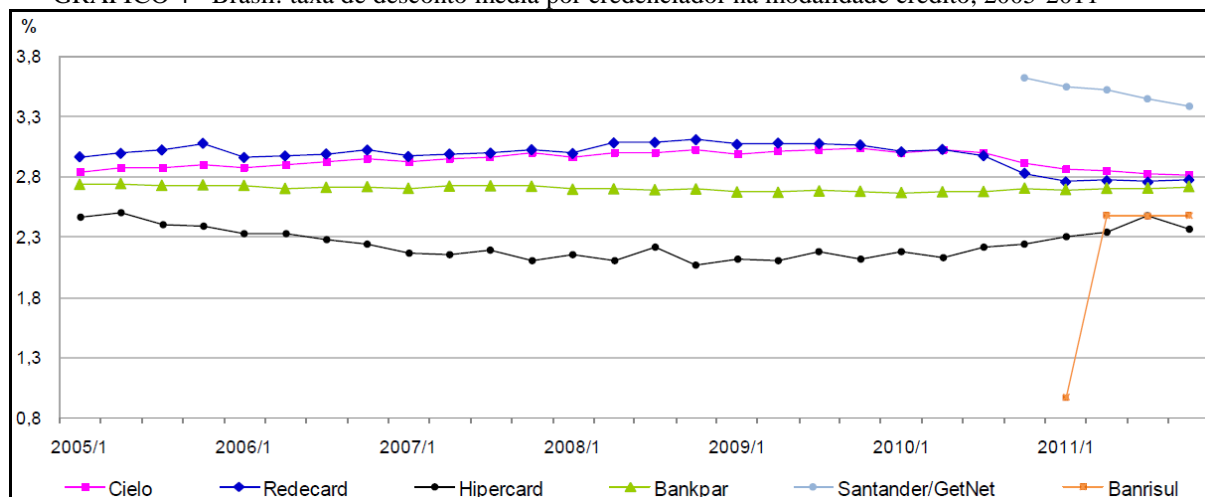


Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2011).

De acordo com o Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamento (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2006), a tarifa de desconto, composta pelo percentual pago pelo fixo comercial ao credenciador sobre os valores transacionados, varia conforme as funções de crédito e débito, em função do segmento do mercado e, tratando-se do mesmo segmento, é inversamente proporcional ao porte do estabelecimento comercial.

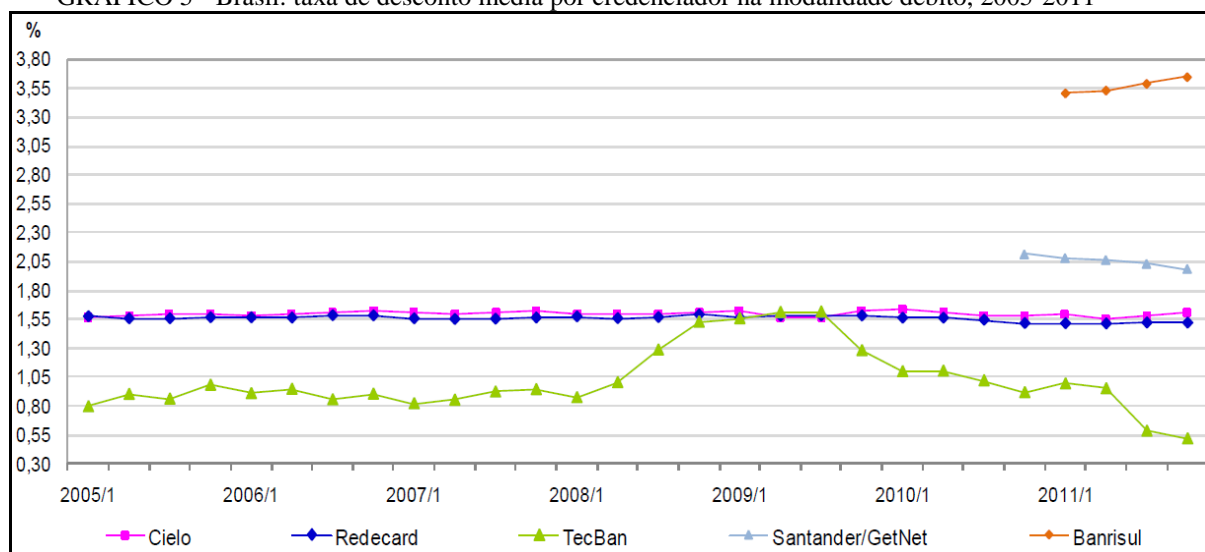
Nessa condição, quanto maior o porte do estabelecimento menor será a taxa de desconto que lhe é aplicada. A partir da aferição entre das diferentes taxas cobradas por credenciador, obtém-se a média para as taxas de desconto praticadas no país por credenciador, com destaque às modalidades de crédito e débito (GRÁFICOS 4 e 5).

GRÁFICO 4 - Brasil: taxa de desconto média por credenciador na modalidade crédito, 2005-2011



Fonte: BANCO CENTRAL (2011)

GRÁFICO 5 - Brasil: taxa de desconto média por credenciador na modalidade débito, 2005-2011



Fonte: BANCO CENTRAL (2011)

Nesse caso, estabelece-se a estrutura de tarifação e a organização dos agentes que exploram os esquemas de cartões de pagamento, denotando a natureza do mercado brasileiro, marcado por notória concentração e traços monopolísticos, sobretudo acerca das empresas credenciadoras e da atuação das bandeiras multinacionais Visa e Mastercard. Buscou-se, na sequência, a partir da análise dos Adendos Estatísticos do Banco Central do Brasil, a apreciação acerca da recente evolução do setor dos cartões

de pagamento do país, além da evolução técnico-científica capaz de dar os subsídios necessários ao pleno estabelecimento do mencionado setor e ao banalizado acesso dos cartões de pagamento, que passaram a fazer parte do cotidiano da população.

3.3 - Aspectos recentes à evolução dos cartões de pagamento no Brasil

Na a primeira metade dos anos 2000, acirrou-se a competição entre as grandes administradoras de cartões de pagamento, que voltaram sua atenção às classes menos abastadas, até então, alvo dos cartões de fidelização das redes do comércio varejista, em vista do ganho de poder aquisitivo de contingentes populacionais que não representavam o foco das principais bandeiras que atuam no país. O crescimento das transações efetuadas pelos cartões de pagamento torna-se vertiginoso, reafirmando a tendência da substituição gradativa dos cheques pelo cartão como meio de pagamento, fato que confirma o acréscimo de renda e do poder de consumo. Conforme dados da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito (ABECS), no período de 2000 a 2011, registrou-se um aumento de 477,3% no número de cartões emitidos, 654,5% no número de transações realizadas e de 919,7% para o valor em Reais transacionado (TABELA 5), números que demonstram o vigor das operações financeiras realizadas a partir dos cartões de pagamento.

TABELA 5 - Brasil: evolução do número de cartões emitidos, transações realizadas e valores em Reais transacionados, 2000-2011

Operações	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Evolução %
Nº cartões ¹	119	151	183	222	277	336	388	453	514	565	628	687	477,3%
Nº transações ²	1,1	1,4	1,6	1,9	2,5	3,2	3,7	4,4	5,3	6,1	7,1	8,3	654,5%
Valor transações ³	65,7	88,3	104,1	127,6	158,9	199,5	244,7	301,6	375,4	444,2	541,9	670	919,7%

Fonte: ABCES, 2012. Org.: OLIVEIRA, 2013.

¹ Referente a cartões emitidos em milhões. ² Em bilhões. ³ Em R\$ bilhões.

O ano de 2010 marcou o fim da exclusividade do credenciador em relação às bandeiras, uma significativa alteração na indústria dos cartões de pagamento. Nesse novo contexto, o credenciador passa a operar diferentes bandeiras, que, conforme o Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamentos (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010), a mudança combate a falta de interoperabilidade na prestação do serviço de pagamento por meios eletrônicos em rede, sobretudo em relação às bandeiras Visa e Mastercard.

No modelo anterior, o credenciador Cielo mantinha exclusividade sobre as operações realizadas por meio da bandeira Visa, sendo que o credenciador Redecard operava, com exclusividade, os cartões Mastercard, o que gerava os problemas de operabilidade. No entanto o fim da exclusividade ao credenciador não reduziu a forte concentração dos credenciadores Redecard e Cielo ante a operação das bandeiras de cartões de pagamento e da prestação dos serviços reticulares de adesão dos fixos comerciais.

O fim da exclusividade de credenciadores para bandeiras assinalou uma medida que visou combater a falta de integração entre as bandeiras e os credenciados à livre captura das transações financeiras realizadas por meio dos cartões de pagamento, fator extremamente importante para a Policard e à Valecard, as corporações foco do presente estudo. Com a integração, as mencionadas corporações que operam cartões eletrônicos viram possibilidades à expansão de sua rede credenciada, que, a partir de 2010, passou a estar embasada na rede dos dois maiores credenciadores que atuam no país, Cielo e Redecard, embora sejam Policard e Valecard a realizar a sua própria atividade de credenciamento. O fim da exclusividade, que permite a larga integração entre credenciadores e bandeiras (QUADROS 3 e 4), representa uma clara medida que unifica as técnicas do setor, tornando-o muito mais integrado, dinâmico e rentável. Para Santos (2012, p. 193), trata-se da busca por universalidade dos fazeres, uma difusão universal das técnicas cujos efeitos “[...] se fazem sentir, direta ou indiretamente, sobre a totalidade dos espaços”, integração realizada a cargo de forças hegemônicas.

Em 2011, os bancos do Brasil e Bradesco concretizam o lançamento de uma nova bandeira, denominada ELO, uma alusão ao antigo cartão disponibilizado pelo Bradesco nas décadas de 1970 e 1980. Lançada para ser gerida pelos dois bancos, a ELO representa a tentativa de consolidação de uma bandeira de cartões de pagamento nacional, a concorrer, no mercado interno, com as grandes bandeiras multinacionais que atuam no Brasil, visando, sobretudo, a estratos da população que têm experimentado ganhos de renda²⁷, a partir de tarifas diferenciadas (GRÁFICO 1) em relação às bandeiras Visa, Mastercard, Diners Club e American Express. A Caixa Econômica

²⁷ Comumente, tem-se utilizado o termo “nova classe média” a parcelas da população que tem experimentado aumento de renda e do poder de consumo no Brasil nos últimos anos. Pochmann (2012, p. 7) avalia tal afirmação como “rudimentar e tendenciosa”, que, por seu caráter midiático, político e tendencioso, trabalham por manipular “[...] o consciente da população em prol de desejos mercantis, defendendo o consumismo e negando a estrutura de classe na qual o capitalismo molda a sociedade”.

Federal, corporação financeira estatal, acertou com os bancos do Brasil e Bradesco a sua entrada no novo esquema a ser credenciado pela Cielo.

QUADRO 3 - Bandeiras vinculadas ao credenciador Redecard, 2013

Crédito	Débito	Benefício
Mastercard	Mastercard Débito	Bnb Clube
Visa	Visa Electron	Caval Vale
Hipercard	Cabal Débito	Coopercard
Diners Club	Sicredi Débito	GreenCard
Discover		Planvale
Aura		Nutricash
Cabal		Sapores Benefícios
Sorocred		Sodexo VR
Sicredi		Sorocred
Coopercard		Tiket
Avista		Valecard
Mais!		Verocheque
		BV Benefícios

Fonte: REDECARD, 2013.

QUADRO 4 - Bandeiras vinculadas ao credenciador Cielo, 2013

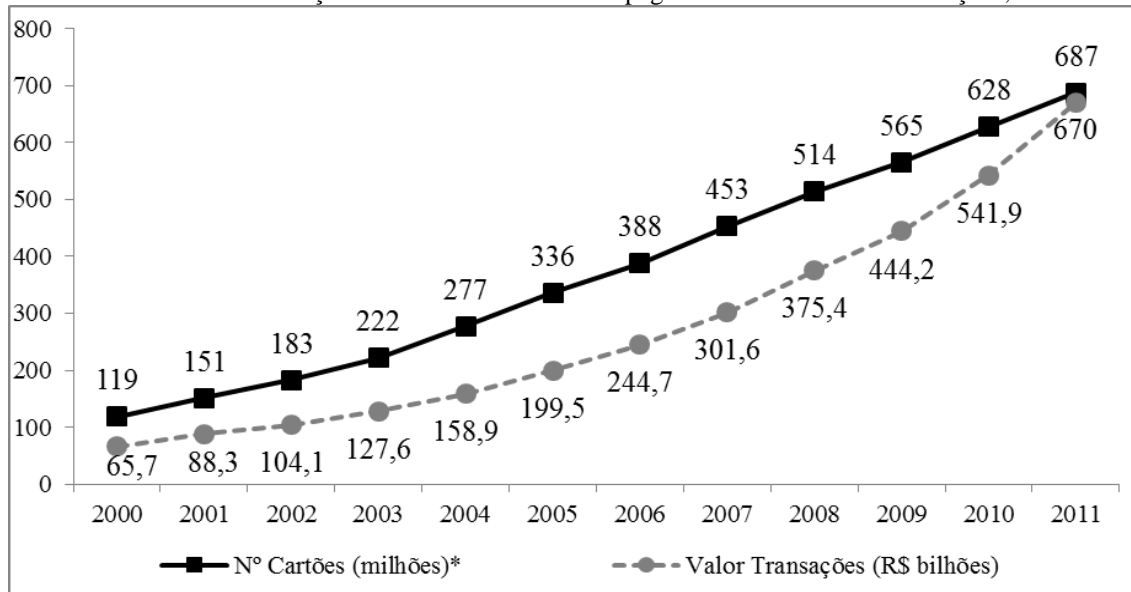
Crédito	Débito	Benefício
Visa	Visa Electron	GoodCard
Mastercard	Mastercard Débito	Sorocred
American Express	Elo	Visa Vale
Diners Club	Cabal	Sodexo
Elo		Bônus CBA
JCB		Cabal
Mais!		Sapores
Sorocred		Policard
Agiplan		Verocheque
Cabal		GreenCard
Credz		

Fonte: CIELO, 2013.

Em 2011, conforme dados publicados no Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamento (BCB, 2011), o valor transacionado a partir dos cartões de pagamento chegou à marca de R\$ 687 bilhões, com um total de 8,3 bilhões de transações realizadas (GRÁFICOS 6 e 7). Os números do setor atestam uma importante alteração nas práticas de consumo em curso no país, caracterizado pela crescente substituição não só dos cheques, mas do próprio dinheiro em espécie pela utilização de meios eletrônicos de pagamento como os cartões. Ao consumo efetivado a mediante cartões eletrônicos, somam-se uma série de possibilidades e serviços financeiros de fácil manuseio,

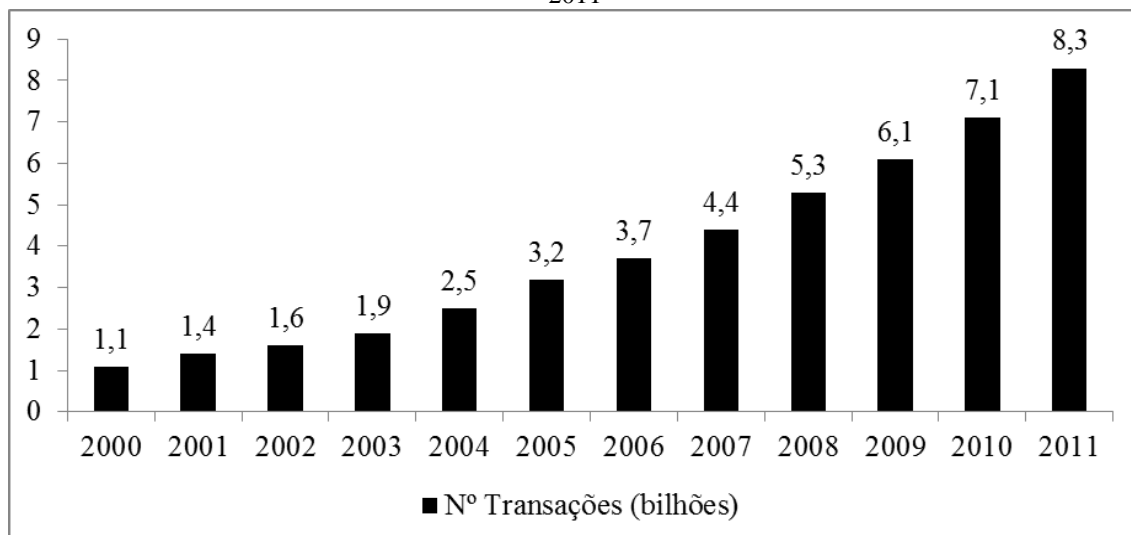
acessados pelos cartões nos terminais eletrônicos espalhados pelos locais onde se efetiva o consumo. Trata-se, sobretudo, de um advento técnico poderoso que agrega uma série de possibilidades à massificação e dinamização, que trazem novas perspectivas à prática do consumo de serviços e mercadorias.

GRÁFICO 6 - Brasil: evolução do número de cartões de pagamento e valores das transações, 2000-2011



Fonte: ABCES, 2012. Org. OLIVEIRA, 2013. *Referente a cartões emitidos.

GRÁFICO 7 - Brasil: evolução do valor transacionado nas operações de cartões de pagamento, 2000-2011



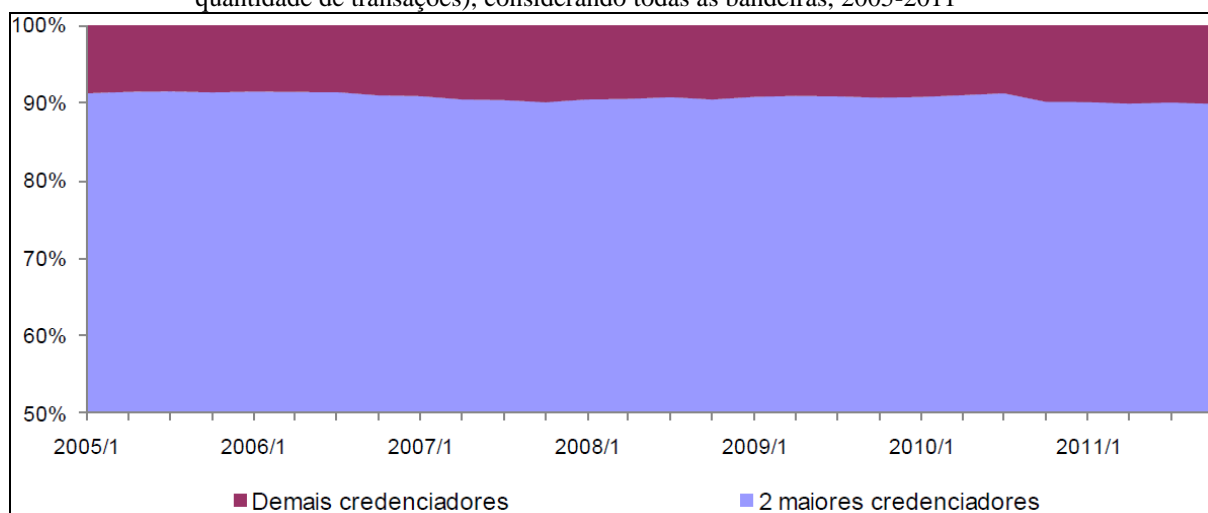
Fonte: ABCES, 2012. OLIVEIRA, 2013.

Conforme dados disponibilizados pelos Adendos Estatísticos (BCB, 2010), relativos ao mercado de cartões de pagamento, a concentração das operações efetuadas por meio dos esquemas dispostos pelas duas maiores bandeiras em atividade no país, Visa e Mastercard, chegou ao índice de 96,6% de concentração no ano de 2010. Para o Banco Central do Brasil, esse percentual denota o evidente monopólio e as práticas de

mercado anticompetitivas que aniquilam a concorrência e fazem concentrar ainda mais as operações financeiras a partir dessa modalidade de pagamento.

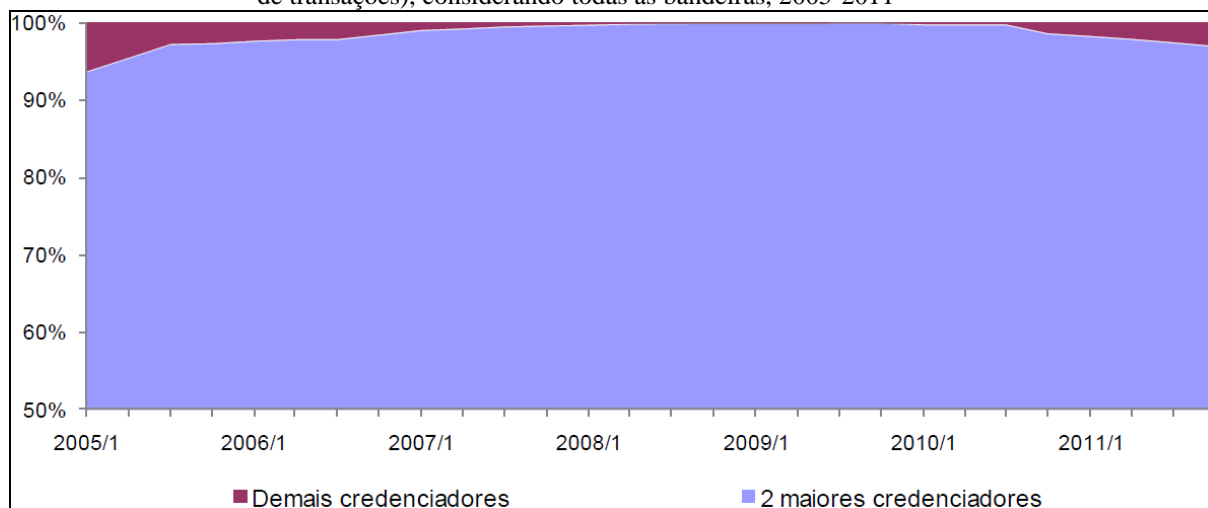
De modo semelhante, observa-se a concentração em relação ao serviço de credenciamento, com amplo domínio dos credenciadores Cielo e Redecard, que, juntos, abarcavam, em 2011, cerca de 90% do mercado de credenciamento, conforme exposto nos Gráficos 8 e 9, que representam as transações viabilizadas pelos dois maiores credenciadores a partir das funções de crédito e débito, respectivamente.

GRÁFICO 8 - Brasil: participação dos dois maiores credenciadores na modalidade crédito (em quantidade de transações), considerando todas as bandeiras, 2005-2011



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2011).

GRÁFICO 9 - Brasil: participação dos dois maiores credenciadores na modalidade débito (em quantidade de transações), considerando todas as bandeiras, 2005-2011



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2011).

No que tange à concentração das operações de captura de transações observadas sobre os credenciadores, Cielo e Redecard, é fácil entender a pujança dessas duas empresas credenciadoras no tocante à análise da sua estrutura acionária, compostas,

dentre ações *free float*²⁸, ao controle acionário exercido por parte de grandes corporações financeiras presentes no país (TABELA 6).

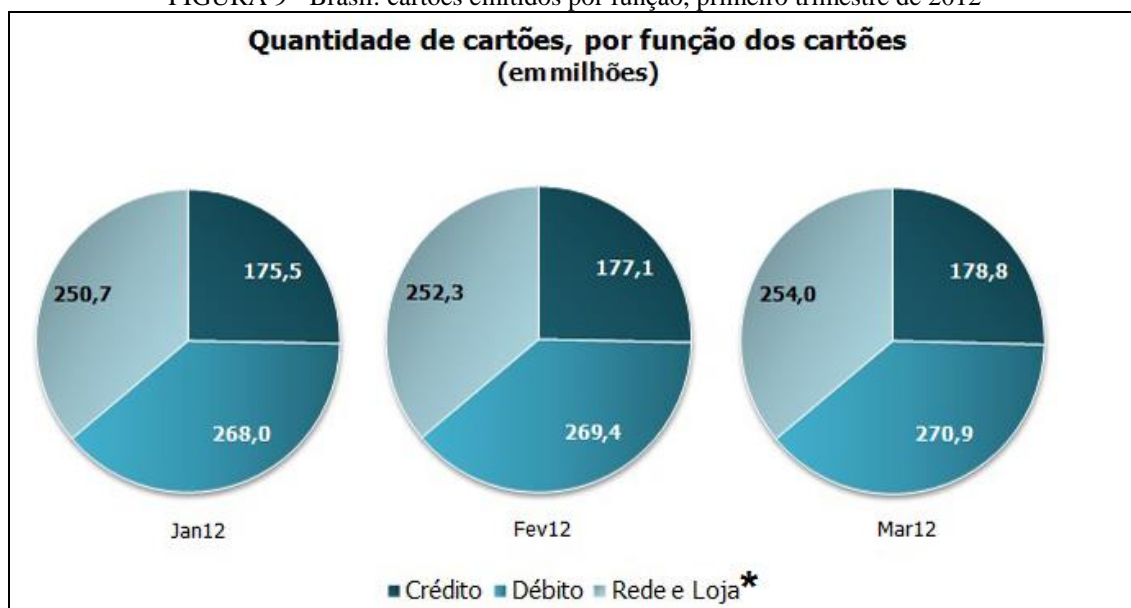
TABELA 6 - Composição acionária dos credenciadores Redecard e Cielo, 2010

Redecard	%	Cielo	%
Itaú-Unibanco	50%	Bradesco	28,65%
Free float	50%	Banco do Brasil	28,65%
		Free float	42,70%

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2011).

Para o ano de 2012, segundo os relatórios preliminares da ABCES, a evolução da oferta de cartões de pagamento continua em franca evolução, tendo aumentado o montante dos cartões emitidos, que, no primeiro trimestre do referido ano, chegaram à significativa marca de 703,7 milhões de unidades, conforme exposto na Figura 9, com os cartões divididos conforme sua modalidade de operação financeira.

FIGURA 9 - Brasil: cartões emitidos por função, primeiro trimestre de 2012



Fonte: ABECS, 2013.

*Cartão fidelidade emitido por redes de varejo. Ex: cartão Carrefour, cartão Renner, etc.

Não obstante o estabelecimento e difusão do mercado de cartões de pagamento no Brasil, de sua evolução técnica e funcional à condição de um meio eletrônico para a realização de pagamentos e de uma série de operações financeiras, um dado de suma importância para o pleno desenvolvimento e adesão maciça aos cartões de crédito no país se estabelecia, munindo o território dos meios necessários a que esta forma de pagamento fosse de fato banalizada e passasse a representar um instrumento de notória

²⁸ *Free float*, flutuação livre em português, representa um termo utilizado no mercado de capitais, quando uma empresa deixa certa quantidade de suas ações livres à negociação em bolsa de valores.

relevância às relações comerciais, à massificação do consumo e ao acesso aos mais variados produtos financeiros. Trata-se da estruturação, no Brasil, de um meio técnico-científico-informacional e de suas modernas técnicas reticulares, responsáveis por uma requalificação espacial capaz de promover uma intensa aceleração dos fluxos informacionais pelo território.

3.4 - A consolidação de um meio técnico-científico-informacional como condição indispensável à difusão dos cartões eletrônicos de pagamento

Conforme assevera Santos (1993, 2008, 2012), a consolidação do meio técnico-científico-informacional ocorre por meio da constituição, no espaço, de sistemas de objetos que possibilitam a existência de sistemas de ações, cuja interação configura a atual estruturação do território. Os objetos técnicos característicos do mencionado período correspondem às intencionalidades para as quais foram concebidos, que, muito bem direcionadas, vão interferir e influenciar, de forma cada vez mais relevante, o cotidiano das populações. Nessa condição, os cartões de pagamento, em seu formato atual, podem ser considerados “[...] uma manifestação bem acabada do atual período técnico-científico-informacional [...]” (CONTEL, 2007, p. 276), dado o vínculo atual de seu funcionamento e de utilização com a instituição das modernas técnicas da eletrônica, das comunicações e do processamento de dados e de informações, cuja base está alicerçada nas rede-suporte²⁹ e nos fixos eletrônicos que promovem os fluxos informacionais que caracterizam o atual período.

As inovações técnicas reunidas pelo período técnico-científico-informacional vão promover uma verdadeira revolução os cartões de crédito, elevando-os à forma dos chamados “meios eletrônicos de pagamento”, demandados pelas corporações do setor financeiro ante as muitas possibilidades de prestação de serviços creditícios pautados nas tecnologias da atualidade. Logo, é possível que o próprio cartão, vistas as possibilidades entregues, possa ser identificado como um objeto técnico desse período, marcado por forte intencionalidade e possuindo notório conteúdo informacional.

²⁹ Dias (2008, p. 124) conceitua as rede-suporte como as redes de telecomunicações ou de transmissão de dados que “[...] multiplicam as possibilidades de circulação da informação, sem a priori definir nenhuma orientação particular”. Logo, trata-se das redes destinadas ao equipamento do território disponibilizadas pelo Governo à circulação da informação, antes da definição dos interesses hegemônicos, que, como reflexos da sociedade, povoassem as redes de seus fluxos particulares.

Para Contel (2007), o estabelecimento do cartão como um objeto técnico que, de modo sistêmico, mantém-se vinculado a outras técnicas informacionais do atual período, hoje extremamente difundidas, sobretudo nas cidades, vão propiciar a verdadeira banalização do uso do cartão eletrônico de pagamento, verificada somente após a consolidação do meio técnico-científico-informacional e seus objetos técnicos dotados de extrema intencionalidade. As inúmeras possibilidades geradas pelas tecnologias da informação são a base da difusão desse meio eletrônico de pagamento e acesso facilitado a uma série de operações financeiras, que, ante ao atual alcance das técnicas informacionais, vai invadir a vida cotidiana da população, tornando-se um mecanismo altamente presente, banalizado e extremamente significativo na prática do consumo.

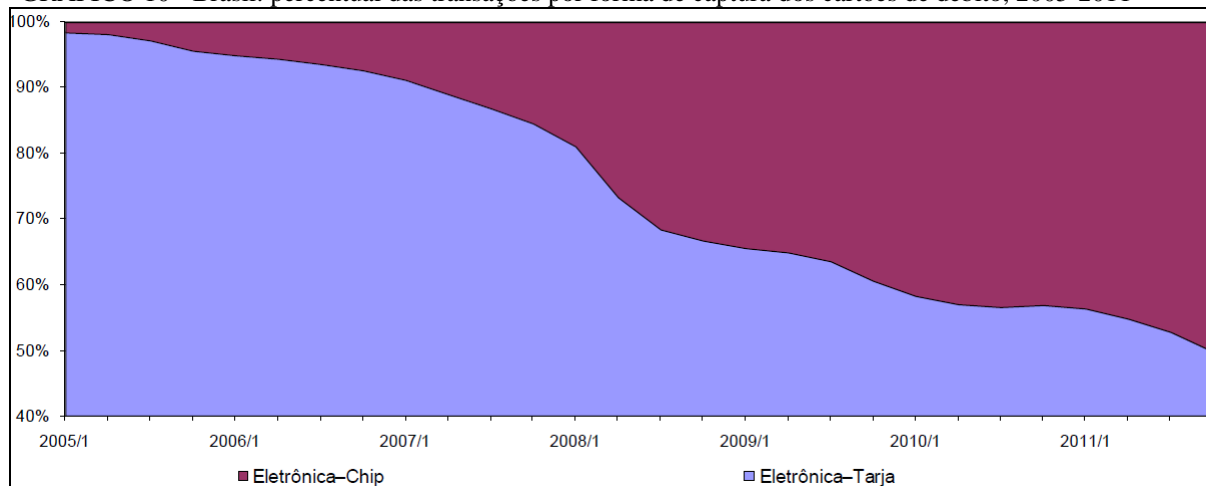
Nessa condição, os primeiros sistemas eletrônicos envolvendo cartões surgiram na primeira metade da década de 1970, a partir da introdução dos cartões de crédito que possuíam tarja magnética para captura e aprovação automatizada das transações (ZOUAIN *et al.*, 2007). Com a evolução técnica, a partir dos anos 2000, foi introduzida uma tecnologia mais eficiente na captura das transações efetuadas mediante cartões de pagamento, com a contínua substituição da tarja magnética pelo *microchip* (GRÁFICO 10), que permite transações mais seguras a fraudes. Para a efetuação da captura de transações a partir de cartões com tarja magnética ou microchip, faz-se necessária a instalação de um objeto técnico denominado POS³⁰ (*Point of Sale*), um ponto eletrônico disponível nos estabelecimentos comerciais vinculados a algum credenciador de bandeiras, capaz de solicitar a autorização e registrar as operações efetuadas com os cartões eletrônicos de pagamento.

Santos (2012, p. 175) remete-nos à natureza sistêmica dos objetos técnicos, sobretudo aqueles característicos do meio técnico-científico-informacional, em que “as técnicas constitutivas do sistema são integradas funcionalmente”, mantendo existência e evolução sistêmicos, identificada pela busca incessante de coerência entre suas peças. Logo, o funcionamento do cartão de pagamento não prescinde do estabelecimento de redes de telecomunicação, fixos eletrônicos de recebimento, caixas eletrônicos, dentre outros objetos técnicos, que mantêm entre si relações de interdependência. Nessa óptica, o POS possui como base à sua operação, as redes de telecomunicações, realizando

³⁰ POS (*Point of Sale*) representa o fixo eletrônico capaz de promover a captura de dados que os estabelecimentos podem utilizar para efetivar as transações de cartão de crédito, débito e outras (BCB, 2013), as famosas “maquininhas” de cartões de pagamento.

transações *online*³¹ de caráter simultâneo para todas as partes envolvidas, seja o titular do cartão, o emissor, o fixo comercial credenciado e a empresa credenciadora, denotando o quão imbricado é o sistema do cartão de pagamento que tenha como base os fixos eletrônicos POS e as rede-suporte do meio técnico-científico-informacional.

GRÁFICO 10 - Brasil: percentual das transações por forma de captura dos cartões de débito, 2005-2011



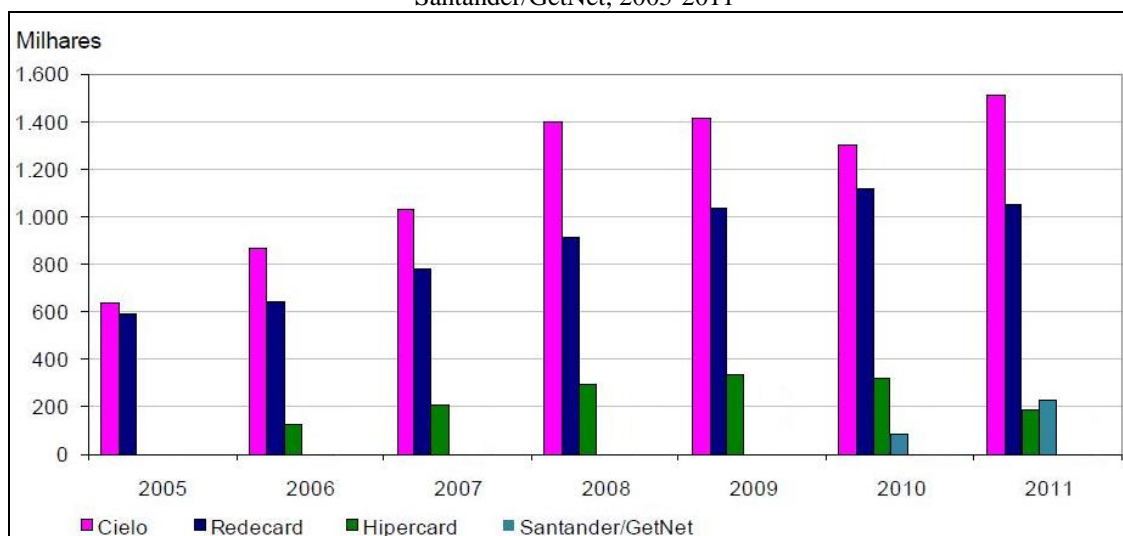
Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL (2011).

Na organização rede-fixo, o POS é disponibilizado pelo credenciador ao fixo comercial e conectado à rede de telecomunicação por cabeamento ou mesmo por sistemas *wireless*³². Conforme dados do Adendo Estatístico (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011), o credenciador Cielo agregava, aproximadamente, 1.500.000 terminais POS distribuídos por sua rede credenciada, enquanto a Redecard possuía, aproximadamente 1.200.000 para o referido ano. O terceiro maior credenciador do país, a Hipercard, possuía, em 2011, um total próximo de 200.000 POS em operação (GRÁFICO 11). No ano de 2010, entrou em operação um novo credenciador, proveniente da união entre o Banco Santander, um grande banco multinacional, e a empresa especializada em tecnologia de sistemas financeiros GetNet, que, juntos, passaram a disponibilizar o serviço de credenciamento de estabelecimentos e a disponibilização dos fixos POS, acirrando a concorrência desse setor em função da capilaridade da referida corporação financeira, uma das maiores em atuação no país.

³¹ Termo utilizado para descrever a condição de estar conectado a uma rede de computadores ou outros dispositivos que permitam a simultaneidade de determinadas operações realizadas à distância. Em geral, o termo online é utilizado para caracterizar conexões à Internet.

³² *Wireless* é uma tecnologia capaz de unir terminais eletrônicos, geralmente, computadores, entre si devido às ondas de rádio ou infravermelho, sem a necessidade de recorrer a cabos de conexão entre eles.

GRÁFICO 11 - Brasil: evolução dos fixos POS dos credenciadores Cielo, Redecard, Hipercard e Santander/GetNet, 2005-2011



Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL (2011).

Para Santos (1993, p. 40), é inegável que a tendência à espacialização do meio técnico-científico-informacional seja a conquista relativamente rápida de novas áreas, embora, como manifestação madura do capitalismo, esse meio “[...] se geografiza de forma diferencial, isto é, de forma contínua em algumas áreas [...] e de modo disperso no resto do País”. As áreas contínuas, conforme asseveram Santos (1993) e Santos e Silveira (2011), correspondem, grosso modo, aos estados das regiões Sudeste e Sul, que concentram o conjunto das variáveis mais modernas que se estabelecem de modo generalizado, diferentemente do restante do país, em que a modernização vai se instituir de modo seletivo na forma de manchas ou pontos. De modo desigual, porém combinado,

[...] cria-se uma nova geografia do Brasil, caracterizada, quanto à nova tecnosfera, por uma Região concentrada e por manchas e pontos, enquanto há uma generalização da nova psicosfera, característica do presente período histórico (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 103).

Assim, é possível perceber, no território brasileiro, zonas de densidade e rarefação, marcadas pelas diferenças, no espaço, da densidade dos homens, coisas, informações, ações e do dinheiro; do conflito entre fluidez e viscosidade, denotado pelo aperfeiçoamento ou não dos sistemas de engenharia que viabilizam os movimentos e que vão caracterizar a instituição de espaços da rapidez e de lentidão e a implantação dos espaços luminosos, “[...] aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais [...]” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 264). Daí advêm as especializações do território, responsáveis pela diferenciação entre as regiões a cargo da manifestação desigual do meio técnico-científico-informacional, desenhando, dessa

forma, a “[...] base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe”. (SANTOS, 1993, p. 41), ordenada pelo grau de intencionalidade dos objetos técnicos.

O caráter invasor, hoje, da técnica atribui aos recortes verticais do território uma vocação de possessividade, mas o governo das ações dependentes se dá através de pontos ativos que reinam sobre planos heterogêneos. Tais ações buscam adaptar-se a esse planos heterogêneos, sobre os quais impõem uma nova ordem, mas sem alterar sua heterogeneidade (SANTOS, 2012, p. 296).

A região concentrada, marcada pela pujante e contínua consolidação dos dados da ciência, técnica e informação, vê crescer, no seu bojo, o número e a importância dos fluxos, sobretudo os financeiros, com destaque ainda às formas com que o dinheiro é operacionalizado nos lugares mais providos pelas técnicas informacionais que vão se estabelecendo em parcelas privilegiadas do território. Nessa diferenciação, a distribuição das modernas técnicas informacionais apropriadas pelas finanças aparece como um dado privilegiado de análise, posto que “[...] os instrumentos financeiros, tornados bem mais numerosos, não são os mesmos segundo os lugares” (SANTOS, 2012, p. 133). Tais multiplicidades de formatos incorporados pelas finanças “[...] estão a descrição e a seletividade de sua repartição geográfica” (SANTOS, 2012, p. 134), o que remete ainda à própria divisão territorial do trabalho asseverada pela desigual distribuição do meio técnico-científico-informacional pelo território.

Nessa óptica, é possível perceber a desigual distribuição dos fixos POS pelas unidades federativas do Brasil (TABELA 7), e o relevante peso da região concentrada, sobretudo o Estado de São Paulo, para a capilaridade desse objeto técnico característico do atual período histórico, em que o peso da disponibilização de terminais POS, nos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, impõe-se com mais propriedade nas capitais das unidades da federação que compõem as mencionadas regiões (MAPA 2).

Não obstante, as sedes dos cinco maiores credenciadores do país concentram-se na Grande São Paulo (QUADRO 5), denotando o peso da referida metrópole como centro da gestão dos fluxos financeiros operados a partir da rede estabelecida pelos POS e dos cartões de pagamentos. Nessa cenário, no que tange ao serviço de credenciamento e à sua gestão sob amplo território, a metrópole paulista emerge como o grande centro da tomada de decisões e o destino final dos fluxos financeiros operados pelos principais credenciadores do país e sua rede de terminais POS de captura (MAPA 3). Segundo Corrêa (1989, p. 18), por meio da atividade financeira e da circulação promovidas pelas corporações que atuam no setor, é viabilizada uma “[...] divisão territorial do trabalho e

a integração espacial de distintas unidades de área [...]”, evidenciando a gestão do território a partir dos fluxos e atividades creditícias.

TABELA 7 - Brasil: distribuição dos terminais POS por unidade da federação, 2010

Unidade da Federação	Quantidade	%
Acre	6.646	0,2
Alagoas	38.110	1,1
Amapá	7.154	0,2
Amazonas	34.224	1
Bahia	199.147	5,8
Ceará	88.549	2,6
Distrito Federal	83.271	2,4
Espírito Santo	57.807	1,7
Goiás	94.283	2,8
Maranhão	39.547	1,2
Mato Grosso	44.378	1,3
Mato Grosso do Sul	35.490	1
Minas Gerais	292.096	8,6
Pará	52.360	1,5
Paraíba	46.560	1,4
Paraná	216.655	6,4
Pernambuco	129.882	3,8
Piauí	20.536	0,6
Rio de Janeiro	366.592	10,8
Rio Grande do Norte	44.538	1,3
Rio Grande do Sul	207.280	6,1
Rondônia	17.362	0,5
Roraima	6.027	0,2
Santa Catarina	129.839	3,8
São Paulo	1.116.510	32,8
Sergipe	20.455	0,6
Tocantins	12.262	0,4
Total	3.407.560	100

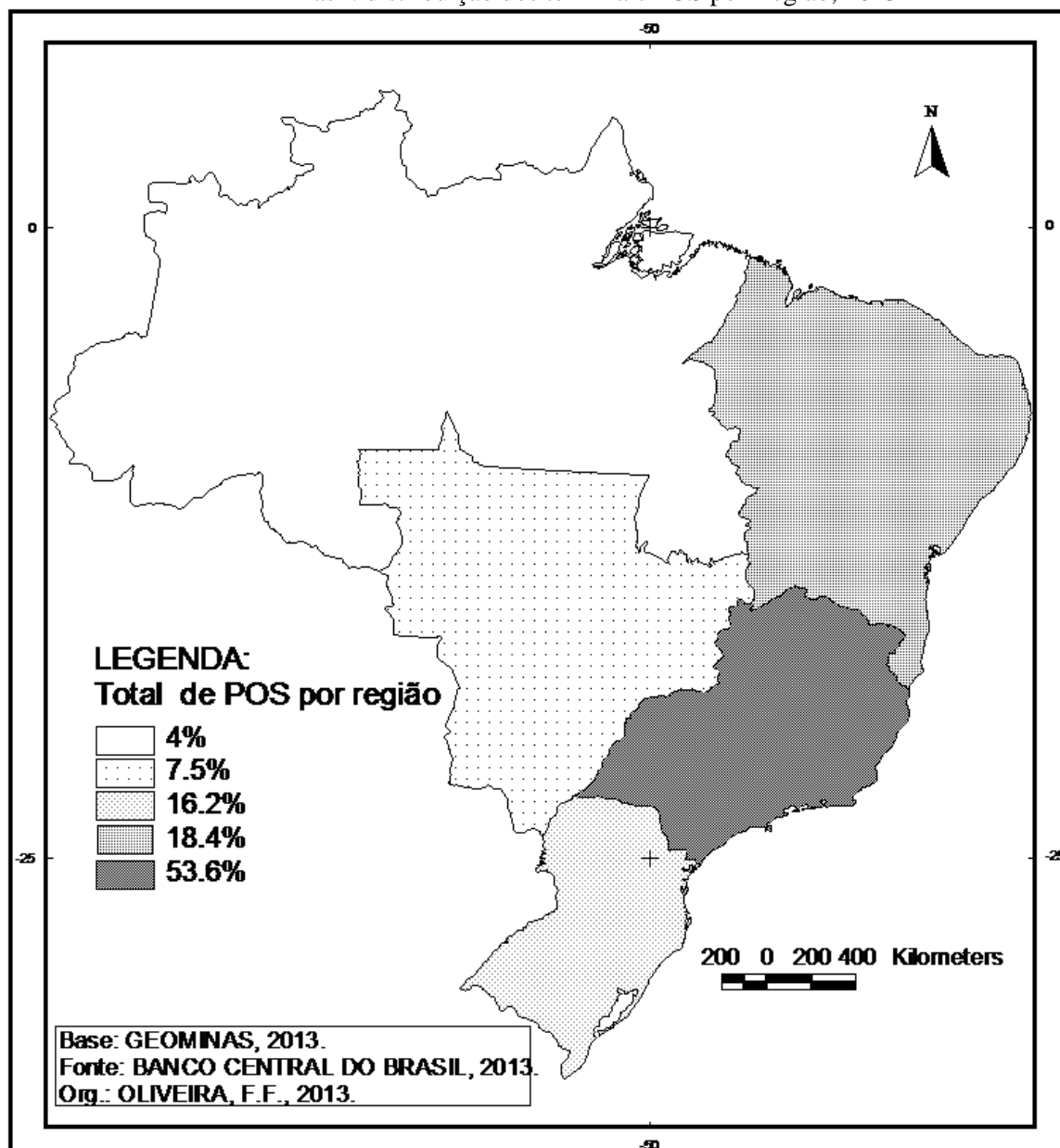
Fonte: Adaptado de BANCO CENTRAL DO BRASIL (2010).

QUADRO 5 - Brasil: cidades-sede dos cinco maiores credenciadores, 2013

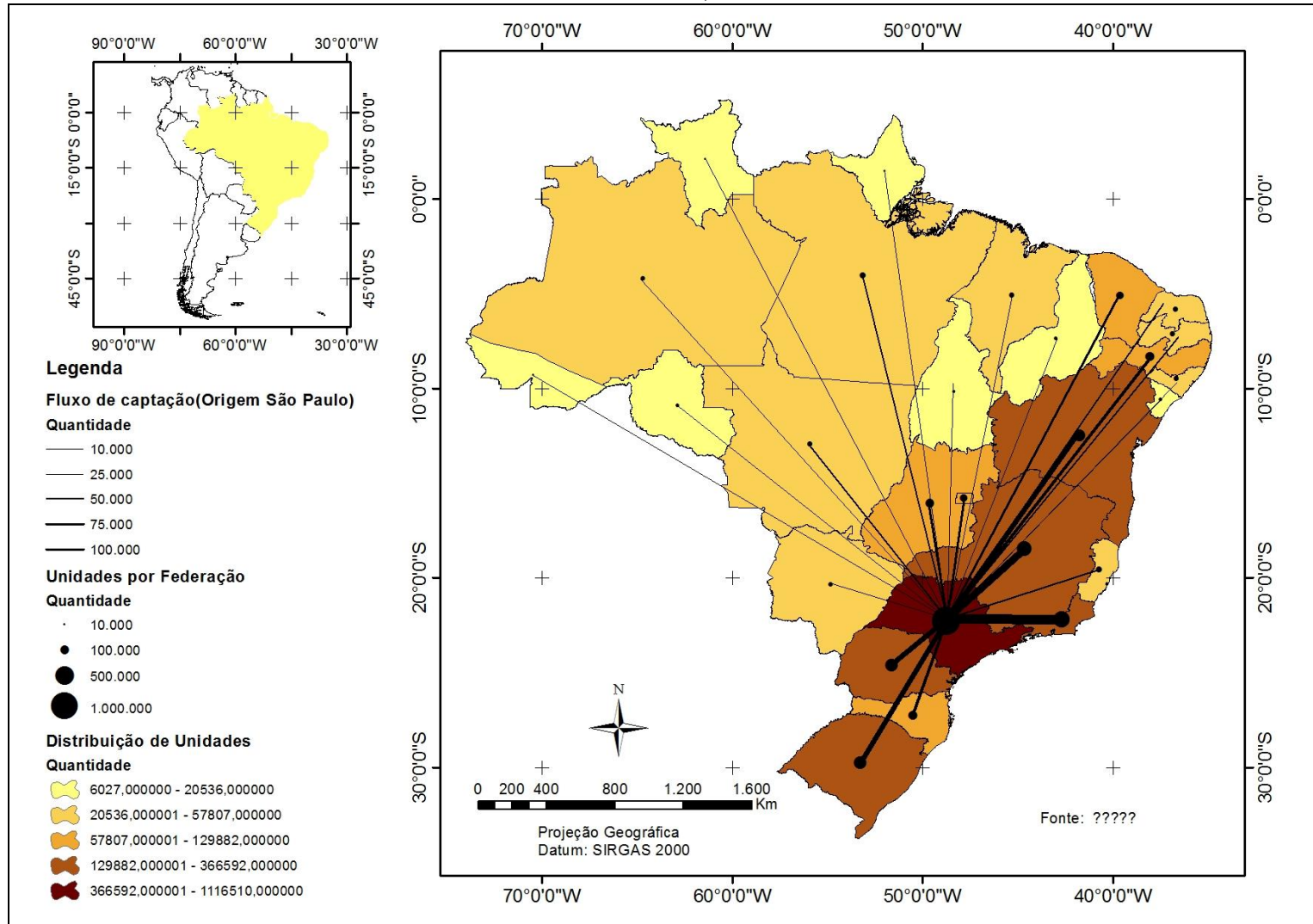
Credenciador	Sede
Cielo	Barueri-SP
Redecard	Barueri-SP
Hipercard	São Paulo-SP
Santander/GetNet	São Paulo-SP
Bankpar S/A	Osasco-SP

Fonte: CIELO, 2013; REDECARD, 2013; HIPERCARD, 2013; SANTANDER/GETNET; 2013; BANKPAR, 2013. Org. OLIVEIRA, 2013.

MAPA 2 - Brasil: distribuição dos terminais POS por Região, 2013



MAPA 3 - Brasil: concentração dos fluxos financeiros operados pelos terminais POS na região metropolitana de São Paulo, 2010



Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL (2010).

Logo, além da desigual inclusão desse moderno mecanismo financeiro sobre algumas parcelas do território, os fluxos gerados têm como destino a principal metrópole da região concentrada, visto ser o grande centro de gestão da atividade financeira no país (CORRÊA, 1989). A esse respeito, Santos (2012, p. 134) esclarece que

[...] as formas de dinheiro, que “correm” nesses lugares, “correm”, na verdade, todas as noites para as metrópoles, onde são tratadas e metamorfoseadas. Esse dreno para o centro se dá segundo um modelo hierárquico, correspondente à pujança específica dos centros-relé. Estes são servidos por redes de computadores hierarquicamente localizados ao longo do sistema, que é, ao mesmo tempo, instantaneamente recolhidas nos centros de inteligência bancária que, cada dia permitem tomar as decisões financeiras, até mesmo as de realocização seletiva dos dinheiros.

Entretanto é notória a capilaridade dos fixos POS e de suas redes pelo território, sobretudo no espaço urbano. Conforme estudo encomendado ao Instituto Datafolha pela ABCES, que ouviu, aproximadamente, 4 mil consumidores de 11 capitais brasileiras³³, registrou-se que, em 2012, 75% dos entrevistados possuíam algum tipo de cartão eletrônico de pagamento a ser capturado pela rede operada pelos credenciadores por intermédio dos terminais POS. Quanto ao perfil do consumidor, constatou-se que a classe A/B detém o maior percentual de posse desse meio de pagamento, com 85%. A classe C, considerada a nova classe média brasileira, possuía, em 2012, 69% (TABELA 8).

TABELA 8 - Brasil: evolução da posse de cartões de pagamento segundo as classes sociais, 2009-2012

Classes	Períodos		Evolução 2009-2012
	2009	2012	
A/B	81%	85%	5%
C	64%	69%	7,8%
D/E	36%	40%	13,8%
Total	67%	75%	12%

Fonte: ABECS (2013). Org. OLIVEIRA, 2013.

Para a classe D/E, registrou-se um percentual de posse de cartões eletrônicos de pagamento de 41%. Percebe-se, conforme os dados apresentados pela ABECS, a evolução mais significativa para as classes C e D/E, como resultado do aumento da renda da população nos últimos anos e o consequente acesso a serviços financeiros

³³ Capitais pesquisadas: Região Norte: Manaus e Belém; Região Nordeste: Recife e Salvador; Região Centro-Oeste: Brasília e Goiânia; Região Sudeste: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo; Região Sul: Curitiba e Porto Alegre.

modernos para as referidas classes, antes, dentre outros fatores, impossibilitado pelas restrições de renda e poder de consumo.

Nota-se, portanto, o aumento da importância das finanças e suas técnicas mais sofisticadas na vida cotidiana das pessoas, cuja entrada no território brasileiro no período técnico-científico-informacional foi possibilitado pelo o desenvolvimento de uma série de novos fixos geográficos, sistemas reticulares informacionais e, em consequência, de uma série de produtos financeiros sofisticados. Essa base técnica, característica do atual período histórico, é prontamente capturada pelas corporações financeiras e transformada em novos produtos que vêm se tornando cada vez mais difundidos entre as populações, o que vai permitir a Contel (2007) asseverar sobre a *hipercapilaridade* das finanças pelo território, visto o seu alcance geográfico e social ampliado.

Ademais, salienta-se o peso das estratégias publicitárias na criação do ideário acerca da utilização dos cartões de pagamento, seja exaltando a sua eficiência e praticidade ou pela sensação de pertencimento a algo que, por mais acessível e banalizado que seja na atualidade, historicamente se manteve vinculado às práticas de consumo de classes mais abastadas. Tendo por base as redes-suporte, os canais eletrônicos informacionais e o poder sensibilizador das campanhas publicitárias, destacam-se as práticas de associação ao comércio varejista e à prestação de serviços de toda ordem no desenvolvimento da imbricada rede de estabelecimentos credenciados e o recebimento das formas de pagamento via débito e crédito. Tal articulação denota o poderio das corporações financeiras vinculadas às bandeiras de cartões de crédito e a ação recrutadora das empresas credenciadoras no estabelecimento de verdadeiros circuitos de cooperação que vão se implantando no espaço, que possuem por base as modernas rede-suporte do período técnico-científico informacional e que obedecem às primícias da massificação das operações creditícias e do próprio consumo.

3.5 - Os cartões de benefícios e a caracterização dos serviços das corporações Policard e Valecard

Ante ao processo de financeirização do território e da própria sociedade, marcado pela adição de novas formas de consumo e de múltiplas possibilidades nos serviços financeiros, assinalam-se o desenvolvimento de novas associações e

modalidades vinculadas ao setor financeiro, que, em última análise, correspondem às práticas de diversificação do setor na busca de diferenciação das formas e dos caminhos que levam à acumulação do capital e à massificação do consumo.

Dentre o leque de possibilidades elencadas pelos meios eletrônicos de pagamento, ressaltam-se, aqui, os cartões de benefício, um mercado em franca expansão no país. Esse filão é caracterizado por empresas administradoras de meios eletrônicos de pagamento, que firmam convênios com empresas dos mais variados segmentos para a disponibilização de benefícios ao trabalhador que descaracterizam ganhos salariais, tributados e onerados pelas leis trabalhistas. Inserem-se, nesse seguimento, as emissoras que atuam no mercado nacional e disponibilizam meios eletrônicos de pagamento na forma de benefícios: Alelo-Visa Vale, a francesa Sodexo, a VR cartões de benefício e a Ticket, com mais de 30 anos de atuação no setor.

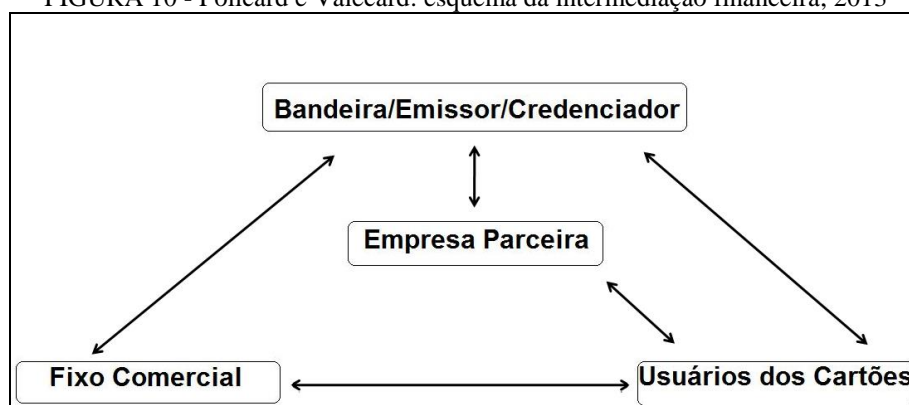
No segmento dos cartões benefício, distinguem-se duas corporações oriundas dos capitais locais sediados em Uberlândia, as operadoras de meios eletrônicos de pagamento Policard e Valecard. As referidas empresas administram um sistema de convênio, pelo qual os funcionários de uma determinada empresa conveniada, chamada de empresa cliente ou empresa parceira, têm acesso a bens e serviços de uma rede de estabelecimentos do comércio varejista e de prestadores de serviços credenciados a receber por meio de cartões eletrônicos, que operam a função de débito, com características de cartões de benefício.

Nesse sentido, a prestação de serviços baseia-se no tripé - empresas conveniadas, - empresas fornecedoras -, usuários dos cartões, que são funcionários das empresas conveniadas. Em realidade, as referidas corporações operam seus serviços por meio de uma característica básica dos cartões convencionais, a função de débito, passando, dessa forma, a oferecer aos funcionários das empresas clientes um sistema de cartão com limite de gastos vinculados ao salário ou a limites predeterminados que são movimentados pelo débito eletrônico, aspecto que reduz as possibilidades de inadimplência. Considera-se ainda, no leque de serviços prestados pela Policard e pela Valecard, uma série de possibilidades destinadas à melhor gestão e organização dos gastos internos de empresas parceiras, com base na utilização dos cartões eletrônicos de pagamento emitidos pelas referidas corporações financeiras.

Ressaltam-se as características diferenciadas da atuação das corporações Policard e Valecard no concorrido e oligopolista segmento dos cartões de pagamento, caracterizado por uma inusitada articulação que, praticamente, afasta as probabilidades

de inadimplência, ao vincular os limites dos cartões aos salários ou a montantes fixos e à disponibilidade meios eletrônicos de pagamento a trabalhadores que, historicamente, não eram alvo das grandes bandeiras e dos grandes emissores. A diferenciação das mencionadas corporações, no segmento dos cartões de pagamento, começa na concentração, no âmbito das características do setor dos meios eletrônicos de pagamento, de todas as funções verificadas nos esquemas de cartões de pagamento presentes no mercado brasileiro: Policard e Valecard são emissores, credenciadores dos estabelecimentos do setor terciário e bandeiras de cartões, atuando com um esquema similar ao de três partes, mas com características peculiares (FIGURA 10). Acrescentam-se a essa junção peculiar, inerente às funções do setor de cartões de pagamento, as associações instituídas com as empresas parceiras que disponibilizam os cartões Policard e Valecard aos seus colaboradores como forma de benefício ou à regulação e melhor gerenciamento dos seus gastos internos.

FIGURA 10 - Policard e Valecard: esquema da intermediação financeira, 2013



Fonte: VALECARD, 2013; POLICARD, 2013. Org. OLIVEIRA, 2013.

Os cartões Policard circulam em Uberlândia desde 1995. A base para o início de sua consolidação foram os convênios firmados junto aos grandes grupos empresariais instalados na cidade como o Grupo Algar³⁴, um dos primeiros grandes parceiros. No contexto de afirmação das atividades da mencionada corporação, surgem os primeiros estabelecimentos credenciados e aptos a receber os cartões eletrônicos de pagamento. A densidade e a diversificação das atividades econômicas instaladas na cidade de Uberlândia foram determinantes à consolidação dos serviços financeiros prestados pelas corporações Policard e Valecard, conforme explicitado no Capítulo IV.

³⁴ Holding composta pelos segmentos Algar Telecom, Algar Agro, Algar Serviços (Segurança, Aviation e COMTEC) e Algar Turismo (Rio Quente Resorts) (ALGAR, 2013). Sobre a origem dos capitais e estrutura espacial da holding ver Bessa (2007); Olivera (2010).

No ano de 2001, a Policard passou por uma significativa reestruturação de suas atividades voltada à melhor adaptação ao processo de expansão de sua área de atuação, marcado pela segmentação da corporação em Administradora, Processadora, Rede e Call Center (POLICARD, 2013). Ampliou-se, nessa condição, a capacidade dessa corporação em efetuar as atividades de credenciamento e da captura das transações financeiras realizadas por meio dos seus meios eletrônicos de pagamento. O leque dos serviços prestados e possibilidades também foi expandido, com a disponibilização de uma série de cartões eletrônicos confeccionados para atender às demandas do meio empresarial, com os cartões Empresarial, Private Label, Polifrete e Gestão de Frota (QUADRO 6), desenvolvidos como soluções à gestão interna dos gastos de empresas conveniadas, e os cartões de benefício destinados ao trabalhador, como os cartões Convênio, Farmácia, Alimentação, Refeição, Premiação, Presente (QUADRO 7), todos com ampla aceitação entre a rede credenciada espalhada por todo o país.

QUADRO 6 - Policard: serviços financeiros destinados à gestão interna das empresas conveniadas, 2013

Serviço Financeiro	Possibilidades à Empresa Conveniada
Cartão Private Label	Cartão personalizado com a marca da empresa vinculada e operado pela Policard; realiza função de crédito e parcelamento.
Cartão Combustível	Prazo de até 40 dias para pagamento; descaracterização de salários adicionais; eliminação de adiantamentos para abastecimento; minimização de fraudes; controle online de gastos; gestão dos gastos com abastecimento.
Cartão Gestão de Frota	Controle sobre o consumo da frota; segurança contra fraudes; acompanhamento online do consumo e apontamento de inconsistências; comparativo de consumo entre condutores/veículos; comparativo de preços de combustíveis em diferentes estabelecimentos.
Cartão Polifrete	Direcionado às empresas transportadoras, visa à completa gestão das operações de frete na busca da redução dos custos operacionais. Possibilita a total informatização das operações de frete.

Fonte: POLICARD, 2013. Org. OLIVEIRA, 2013.

A Policard, mediante parceria firmada com o Banco Bradesco, uma das maiores corporações financeiras do país, têm à disposição a comerciantes os serviços de correspondente bancário, em que um caixa eletrônico do Bradesco é, por meio de intermediação realizada pela Policard (POLICARD, 2013), instalado em estabelecimentos comerciais na busca de maior funcionalidade ao fixo comercial e à atração de clientela. Fechando o leque de serviços disponibilizados pela Policard, associado com os cartões Combustível, Gestão de Frota e Polifrete, um serviço especializado em rastreamento e telemetria de frotas, visando à prestação de serviços

vinculados ao setor de logística, uma das mais destacadas atividades econômicas verificadas na cidade de Uberlândia.

QUADRO 7 - Policard: serviços financeiros destinados aos funcionários das empresas parceiras, 2013

Serviço Financeiro	Possibilidades ao Usuário do Cartão	Possibilidades à Empresa Empregadora
Cartão Convênio	Recarga de celular; quitação de contas; transferência do montante para conta bancária.	Crédito automático com desconto em folha; agregação de benefícios; melhoria das relações trabalhistas; restrição dos estabelecimentos comerciais disponíveis ao funcionário.
Cartão Alimentação	Ampla rede credenciada para a aceitação: supermercados, mercearias, padarias, hortifruti, dentre outros.	Possibilidade de incentivo fiscal pela Lei nº 6.321; possibilidade de dedução do Imposto de Renda em até 4%; substituição da cesta básica convencional pelo cartão.
Cartão Refeição	Ampla rede credenciada para a aceitação: restaurantes em geral.	Possibilidade de incentivo fiscal pela Lei nº 6.321; possibilidade de dedução do Imposto de Renda em até 4%.
Cartão Empresarial	Destinado à gestão dos gastos internos da empresa, no caso de viagens a serviço de funcionários.	Descaracteriza salários indiretos; maior controle do fluxo de caixa; monitoramento online e em tempo real pela internet; personalização que permite a escolha dos estabelecimentos credenciados.
Cartão Premiação	Aceitação em toda a rede credenciada.	Gerenciamento eletrônico das premiações; agilidade e funcionalidade.

Fonte: POLICARD, 2013. Org. OLIVEIRA, 2013.

Os serviços de telemetria consistem na gestão online e completa de veículos, indicando itinerários, localização, bloqueio e desbloqueio, verificação de rotações por minuto dos motores, freadas e aceleradas bruscas realizadas pelo condutor, dentre muitas outras possibilidades, gerenciadas pela sede da corporação 24 horas por dia. Atesta-se, nessa óptica, a partir dos serviços de correspondente bancário e do leque oferecido para a gestão de frotas, o processo de multifuncionalização das atividades da corporação, que, conforme a perspectiva pautada no Modelo de Crescimento de Corporações sugerido por Hakanson (1979) e discutido no Capítulo I, representa a multifuncionalização das atividades de acumulação de capitais exercida pela corporação juntamente com a verticalização de suas áreas de atuação, explicitada no Capítulo IV.

A Valecard, por sua vez, iniciou suas atividades no ano de 1997, com a disponibilização de cartões de benefícios que atendiam às empresas Refrigerantes Triângulo, Pneus Uberlândia, Sindicato Rural de Uberlândia (BESSA, 2007), dentre outras sediadas na cidade. Desde então, a mencionada corporação, que promove intermediação financeira mediante meios eletrônicos de pagamento, registrou significativa expansão de suas atividades, tanto no que se refere ao leque de

possibilidades de serviços prestados quanto de sua área de atuação, difundida por todo o território nacional.

Atualmente, destacam-se, dentre os serviços financeiros oferecidos pela Valercard, três categorias de cartões eletrônicos de pagamento: Cesta Benefícios, com os cartões Alimentação, Refeição, Plano Odontológico, Convênio, Farmácia, Combustível, Seguros e Alimentação de Natal, de acordo com suas funções específicas; Cesta Frota, com os cartões Abastecimento, Combustível, Manutenção e os serviços de Monitoramento e Telemetria de frota, com suas funções específicas; Cesta Varejo, com os cartões Antecipação, Prime, Empresarial e Privilite Label, com suas funções específicas e Cesta Facilidades, com os serviços de Saque Fácil e recarga de celulares via cartão Valecard (QUADROS 8 e 9).

QUADRO 8 - Valecard: serviços financeiros destinados aos funcionários das empresas parceiras, 2013

Serviço Financeiro	Possibilidades ao Usuário do Cartão	Possibilidades à Empresa Empregadora
Cartão Alimentação	Ampla rede credenciada: Supermercados, açougues, padarias, hortifruti, dentre outros.	Dedução de até 4% no Imposto de Renda para empresas cadastradas no PAT; redução da rotatividade; benefício com isenção de encargos sociais/trabalhistas.
Cartão Refeição	Ampla rede credenciada: restaurantes e afins.	Redução da rotatividade; possibilidade de alimentação mesmo sem a existência de refeitório na empresa; benefício com isenção de encargos sociais/trabalhistas.
Cartão Plano Odontológico	Cuidados com a saúde bucal a preços mais acessíveis, ampla cobertura sobre os procedimentos realizados.	Redução da rotatividade; benefício com isenção de encargos sociais/trabalhistas.
Cartão Convênio	Antecipação salarial; ampla aceitação em toda a rede credenciada; possibilidade de retirar os valores em espécie (saque fácil).	Crédito automático sem constrangimentos com pedidos de adiantamento; benefício e motivação ao empregado.
Cartão Farmácia	Ampla rede de farmácias credenciadas; possibilidade de descontos exclusivos a partir da utilização do cartão.	Prazo de até 40 dias, possibilidade de o funcionário adquirir medicamentos mesmo após o fim de seu salário; benefício com isenção de encargos sociais/trabalhistas.

Fonte: VALECARD, 2013. Org. OLIVEIRA, 2013.

QUADRO 9 - Valecard: serviços financeiros destinados à gestão interna das empresas conveniadas, 2013

Serviço Financeiro	Possibilidades à Empresa Conveniada
Cartão Combustível	Ampla rede credenciada; melhor controle sobre os gastos; inserção de crédito online para todo o país.
Cartão Gestão de Frota	Controle total dos gastos da frota incluindo manutenção dos veículos, rastreamento e telemetria; gasto total da frota ou individualizado por veículo.
Antecipação de Recebíveis	Antecipação de crédito sem pagamento de IOF, mensal, quinzenal ou semanal; realização por meio da central telefônica Valecard.
Cartão Empresarial	Gestão dos gastos internos da empresa, no caso de viagens a serviço de funcionários; elimina adiantamentos para viagens; minimiza fraudes; monitoramento dos gastos em tempo real; opção de escolha de estabelecimentos para uso do cartão.
Cartão Private Label	Possibilidade de personalização do Cartão Valecard com a marca da empresa conveniada; aceito em toda a rede credenciada.

Fonte: VALECARD, 2013. Org. OLIVEIRA, 2013.

A Valecard agrega, no leque de seus serviços, uma série de possibilidades destinadas à gestão e gerenciamento de frotas, com base nos cartões Gestão de Frota, que oferecem abastecimento, manutenção e o total gerenciamento dos gastos da frota. Dispõe, ainda, o serviço de telemetria e monitoramento de veículos, pelo qual é possível registrar as Rotações por Minuto, frenagens e acelerações bruscas, condutas inadequadas, o gasto de combustível, desvio de rotas, bloqueio e desbloqueio dos veículos e os momentos em que os motores são ligados e desligados. Os dados são organizados na sede da Valecard e o acompanhamento realizado 24 horas e em tempo real (VALECARD, 2013).

No contexto de consolidação e expansão dos serviços financeiros prestados pelas referidas corporações, cujos capitais são oriundos da cidade de Uberlândia-MG, os esforços seguem em destacar a dimensão espacial das empresas Policard e Valecard, no sentido de evidenciar a construção de suas espacialidades, e de tornar compreensíveis as práticas espaciais destas corporações, abordando suas horizontalidades e verticalidades e sua estruturação em forma de rede, que aprofundam notadamente as interações espaciais. Ante esta realidade, é possível verificar a imposição de uma nova divisão territorial do trabalho, em razão das diversas áreas e centros urbanos que constituem a trama espacial das empresas mencionadas, cuja organização em rede resulta em peculiar processo de acumulação de capitais com notório reflexo espacial, que denota a organização, sob a égide das atividades das corporações Policard e Valecard, da constituição de circuitos de cooperação espaciais.

Destarte, buscou-se mencionar o dinamismo econômico e o processo de diferenciação funcional verificados na cidade de Uberlândia, que possibilitaram a este centro urbano alcançar o posto de “[...] maior centro urbano de sua região e uma das mais importantes cidades do Estado de Minas Gerais [...]” (BESSA, 2007, p. 12), ocupando lugar de destaque no cenário nacional, com significativa posição na rede urbana brasileira, mantendo-se plenamente integrada à metrópole paulista e a cidades como Brasília, Goiânia e Belo Horizonte, conforme pontuado por Bessa (2007). Não obstante, a diferenciação funcional estabelecida no mencionado centro urbano, as indústrias e empresas instaladas e a diversificação do seu setor terciário são elementos chave à consolidação das corporações Policard e Valecard, sendo o cerne da constituição das suas *horizontalidades* e a base à busca por novas áreas de atuação, os seus espaços de *verticalidades*. Ademais, segue uma análise da estruturação do suporte financeiro em Uberlândia, com destaque para a evolução de sua rede bancária e dos demais intermediários financeiros, assim como *hipercapilaridade* (CONTEL, 2007; 2009) das finanças pelo tecido urbano da cidade proporcionada pelas modernas técnicas financeiras possibilitadas pelas tecnologias informacionais.

CAPÍTULO 4

EVOLUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS RETICULARES E DINÂMICA ECONÔMICA EM UBERLÂNDIA

A partir da década de 1970, Uberlândia, cujo município encontra-se situado na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba³⁵, em uma área de 4.040 km², dos quais 219 km² correspondem ao perímetro urbano, apresentou relevante desenvolvimento econômico, caracterizado pela ampliação e pela diversificação da produção agropecuária e industrial, assim como do comércio e da prestação de serviços. Com a consolidação dessas atividades econômicas, Uberlândia transformou-se em um importante centro regional, com significativo acúmulo de funções, o que inclui funções especializadas, resultando em maior complexidade funcional, da qual deriva o incremento das interações espaciais (CORRÊA, 1997), que passaram a ocorrer por meio de horizontalidades e verticalidades, conforme Santos (1996).

Dessa forma, esse centro assegurou o comando regional, tendo em vista sua capacidade de manter, regularmente, relações com sua região e com a sua área rural, garantindo, ainda, a sua inserção no cenário nacional, pois se tornou capaz de manter interações em nível nacional³⁶, por meio tanto de empresas oriundas do capital local, com destaque para aquelas que, notadamente, evoluíram ganhando caráter extrarregional, de indústrias e corporações multinacionais. Tais empresas, por sua vez, passaram a desempenhar papel decisivo nos processos de organização espacial, cujas racionalidades servem aos propósitos da acumulação de capital. De fato, as corporações desempenham papel determinante na dinâmica de organização e reorganização do espaço, pois, como afirma Corrêa (1991, p.33), “[...] constituem elas agentes fundamentais da gestão do território”, conforme exposto no Capítulo I.

³⁵ O presente estudo considera a organização político-administrativa que divide o estado de Minas Gerais em 12 mesorregiões geográficas, dentre as quais, está a do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, localizada na parte ocidental do estado, em uma área de, aproximadamente, 91.284 km². Essa região é composta por sete microrregiões geográficas: Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia; e 66 municípios.

³⁶ Cumpre registrar que Uberlândia representa importante nó da rede de São Paulo.

Buscou-se apreciar a ampliação e a diversificação funcional das atividades econômicas de Uberlândia, a constituição de um espaço de fluxos a partir da evolução das redes de transportes, energia e telecomunicações, o suporte técnico à afirmação e atuação de corporações que operam nos segmentos agropecuário, industrial, do comércio como também da prestação de serviços. A estruturação da cidade de Uberlândia como um polo empresarial, no que tange à instalação de indústrias e à diversificação do seu setor terciário e suas empresas, é elemento chave à consolidação das horizontalidades das corporações Policard e Valecard e a base da configuração de suas verticalidades, dada a natureza da prestação de seus serviços de intermediação financeira e os vínculos estabelecidos com os demais agentes econômicos. Com propriedade, apresenta-se a estruturação do suporte financeiro na mencionada cidade, levando-se em conta a evolução da rede bancária, das atividades creditícias e seus agentes operadores, cuja atuação constitui função indispensável como suporte financeiro às solicitações creditícias necessárias à dinâmica econômica local.

4.1 - Uberlândia e a evolução das redes de transportes, energia e telecomunicações

A qualificação técnico-científica-informacional na região do Triângulo Mineiro culminou, a partir da década de 1970, com a aceleração da urbanização na mencionada região. Nas palavras de Bessa (2007, p. 155),

[...] o Triângulo Mineiro tornou-se um espaço privilegiado, do ponto de vista material, cuja potencialidade, com fins produtivos, seria largamente utilizada pelos agentes econômicos locais, assim como pelos nacionais e internacionais, posto que a ação das firmas fundamenta sua estrutura logística em suportes territoriais como ferrovias, estradas, aeroportos, portos e sistemas de comunicação e energia.

Associa-se a isso o processo de descentralização agroindustrial rumo aos cerrados, marcado, ainda, pelo incremento populacional verificado pelos fluxos migratórios às áreas de cerrado, como sugere Cleps (2005). Tal dinâmica urbano-regional foi especialmente marcada pela refuncionalização de alguns centros urbanos e por diferenciações funcionais (SOARES, 1995), com considerável acúmulo de funções urbanas na cidade de Uberlândia. A evolução dos sistemas de engenharia referente às infraestruturas dos transportes de energia e de telecomunicações conferiu à região do Triângulo Mineiro expressivo potencial diferenciador (BESSA 2001), sobretudo à

cidade de Uberlândia, que, pela mobilização de sua elite local (BESSA, 2007), foi o centro que melhor se apropriou das modernizações e garantiu o alargamento de sua influência tanto em escala regional quanto nacional.

Não obstante às transformações ocorridas na mencionada região e à diferenciadora capacidade da cidade de Uberlândia em assimilar os indicadores da modernidade, cumpre registrar a complexa dinâmica organizacional referente às corporações oriundas dos capitais locais e àquelas associadas aos capitais nacionais e multinacionais. Estas, atraídas pela diferenciação funcional concentrada por Uberlândia e pela melhor assimilação deste centro à nova realidade técnica da região do Triângulo Mineiro, implantaram na cidade as suas filiais estratégicas, como proposto por Hymer (1978).

Os chamados sistemas técnicos (1996) são os responsáveis pela expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996, 2008), baseado nas inovações tecnológicas que representam o alicerce de um novo sistema temporal, no qual “[...] ciência, tecnologia e informação são a base técnica da vida social atual [...]” (SANTOS, 1994 p. 44). Os sistemas técnicos são também responsáveis pela promoção dos fluxos capazes de modificar o território, a região e o lugar, cabendo à Geografia “[...] estudar o conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações que formam o espaço [...]” (SANTOS, 1996 p. 51).

Os sistemas técnicos do período vigente são caracterizados por sistemas de objetos ou pela implantação no espaço de fixos artificiais, que representam verdadeiras próteses edificadas sobre o território para que este seja dotado cada vez de mais fluidez, ou melhor, a realização de toda sorte de fluxos ordenados e dirigidos por sistemas de ações conforme apontado por Santos (1996). Nessa condição, para a ampliação das atividades econômicas e ao alargamento das bases para a acumulação de capitais buscou-se analisar a evolução dos sistemas técnicos referentes aos transportes, energia elétrica e comunicações na cidade de Uberlândia-MG, os sistemas de movimento do território (CONTEL, 2011), importantes à aceleração dos processos econômicos e sociais verificados no referido centro urbano.

4.1.1 – Evolução da malha viária no Triângulo Mineiro

No Triângulo Mineiro, o desenvolvimento das infraestruturas vinculadas ao sistema de transportes adensou-se ao fim do século XIX, com a chegada dos trilhos da

Companhia Mogiana (FIGURA 11), hoje, denominada Ferrovia Centro Atlântica (FCA), que superou o Rio Grande no ano de 1888, a caminho do estado de Goiás. Segundo Bessa (2001 p. 54), as cidades de Uberaba e Araguari, “[...] por serem, respectivamente, ponto de início e ponto final da ferrovia na região, foram as que mais se beneficiaram com a extensão da Mogiana, tendo, inclusive, seus papéis urbano-regionais ampliados [...]”.

Uberlândia, apesar de ter se beneficiado com a estrada de ferro, não se projetou, neste primeiro momento, na condição de ponto polarizador na região, compreendendo a Araguari como *ponta de trilhos* a imposição de limites ao domínio comercial de Uberaba, fato que não abalou de forma significativa a hegemonia uberabense sobre a região. Para Brandão (1989, p. 69), a chegada dos trilhos da Companhia Mogiana ao Triângulo Mineiro representou a “[...] acessibilidade dos produtos agrícolas e pecuários do Brasil Central a São Paulo [...]”, assim como a chegada dos produtos manufaturados paulistanos, que “[...] puderam alcançar um mercado ampliado, graças ao prolongamento vertiginoso das estradas de ferro pelo interior do país [...]”.



Figura 11 - Estação da Cia. Mogiana em Uberlândia, ano de 1895.

Fonte: Arquivo público de Uberlândia, 2011.

Assim, a divisão territorial do trabalho na região do Triângulo Mineiro no fim do século XIX mantinha-se alicerçada nos trilhos da ferrovia. Cabe ressaltar que os referidos impulsos modernizantes estavam diretamente relacionados à expansão da

cultura cafeeira paulista, vista a importância do complexo cafeeiro para a economia nacional naquele momento.

A construção da Ponte Afonso Pena, inaugurada em novembro de 1909, garantiu o acesso ao sul e sudoeste do estado de Goiás, e, a partir de 1912, os investimentos da Companhia Mineira de Autoviação Intermunicipal, por meio das solicitações da elite uberlandense, ligaram a cidade de Uberlândia à referida ponte e a outros centros urbanos do norte do Triângulo, possibilitando à cidade de Uberlândia “[...] apropriar-se de grande parte do excedente criado em toda a região [...]” (Guimarães, 1990 p. 70). De fato, as infraestruturas de transporte beneficiaram toda a região do Triângulo Mineiro, acelerando as interações espaciais e as possibilidades de ampliação das estruturas produtivas.

A base técnica estabelecida no final do século XIX, serviu de substrato às novas intervenções no sistema de engenharia ocorridas no fim da década de 1950, que, como sugere Bessa (2007), representaram uma efetiva integração entre território e mercado, que levaram a consolidar a cidade de Uberlândia como principal núcleo urbano triangulino e um dos principais núcleos intermediários da rede urbana brasileira. Naquele momento, o reaparelhamento dos transportes atuou como elemento diferenciador a Uberlândia ante os demais centros da região, conferindo à mencionada cidade a qualidade de entreposto rodoferroviário, garantindo fluidez ao território e proporcionando as condições técnicas ao estabelecimento dos grupos atacadistas e das unidades industriais.

A partir da segunda metade dos anos de 1950, observam-se as melhorias na base técnica que engendraram os elementos responsáveis à consolidação de um novo arranjo territorial ao Triângulo Mineiro, com destaque ao Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília, que representam elementos estruturadores de uma nova ordem territorial ao Triângulo e ao município de Uberlândia (CLEPS JR., 1998; CLEPS, 2005; BESSA, 2007). A expansão rodoviária, engrenada pelo Plano de Metas, além das pressões empreendidas pela elite local³⁷ junto aos governos na adequação do território aos seus interesses mercantis, propiciou notória evolução dos meios de transportes, fator responsável por um substancial rearranjo do território no Triângulo sendo ainda responsável pela sensível diferenciação entre os núcleos urbanos pertencentes à sua rede urbana.

³⁷ Acerca do jogo de interesses e influências estabelecidas pela elite uberlandense na adequação das redes técnicas no Triângulo Mineiro e a assimilação das vantagens possibilitadas, ver Bessa (2007).

Nesse contexto, a transferência da capital federal para o Planalto Central conferiu ao Triângulo Mineiro uma nova posição na divisão territorial do trabalho, visto que a região “[...] passou a ocupar posição estratégica no território brasileiro, em decorrência de estar localizada entre a sede do poder federal – Brasília – e a sede do poder econômico – São Paulo [...]”, fato que atribuiu ao Triângulo “[...] a condição de entreposto comercial, visto que reforçou as rotas econômicas históricas, assim como ampliou e melhorou a base infraestrutural associada aos transportes, às comunicações e à geração de energia [...]” (BESSA, 2007 p. 150).

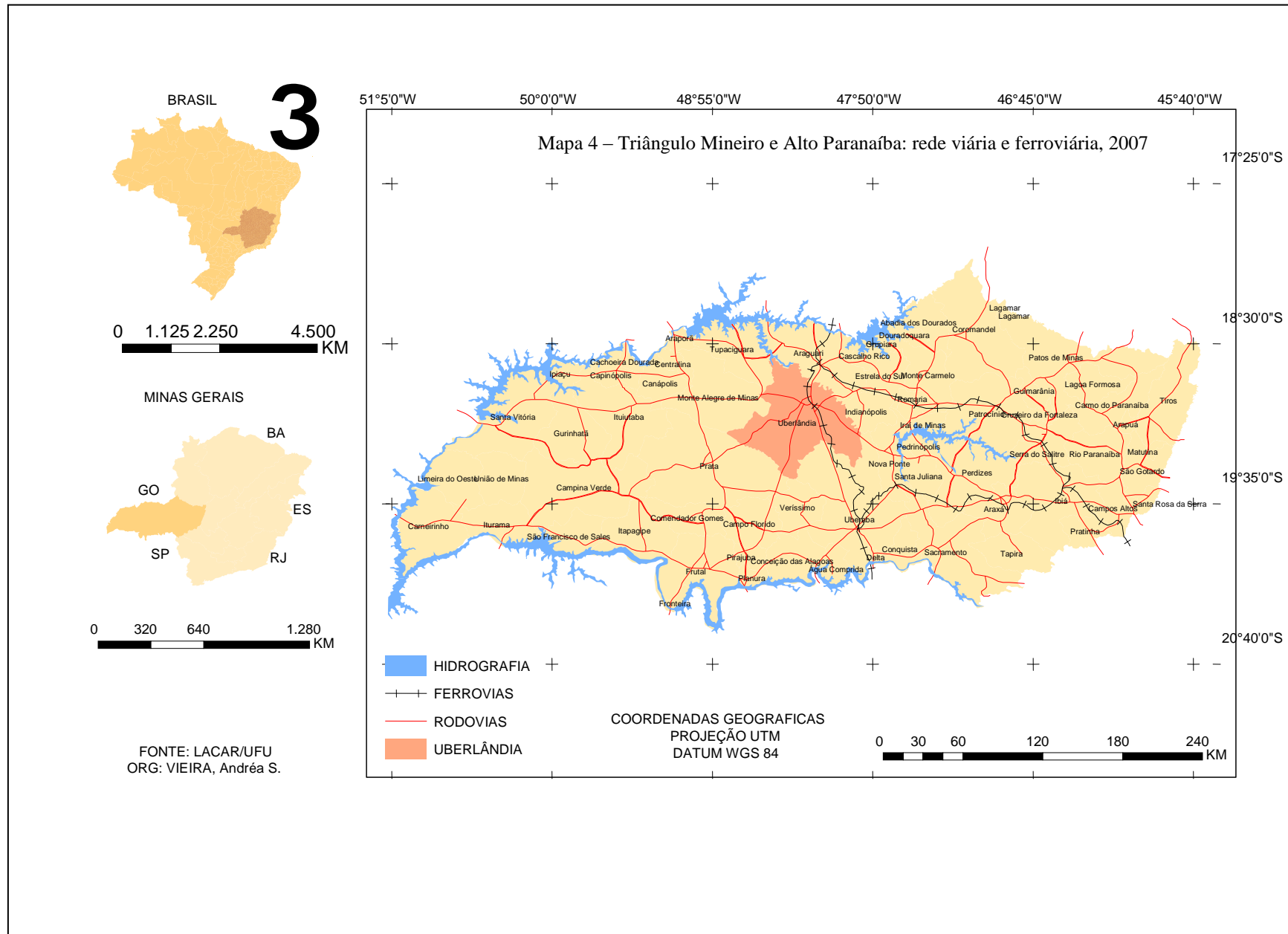
O acesso ao Sudoeste Goiano era viabilizado via ponte Afonso Pena pela BR-153, rodovia no sentido norte-sul que, inicialmente, favorecia a São José do Rio Preto, Frutal, Ituiutaba, Itumbiara, Goiânia e Anápolis, e cujo acesso foi garantido pelo entroncamento com a BR-365, passando a favorecer também a Uberlândia, pois possibilitou ligação à Brasília, Goiânia e aos demais circuitos mercantis do Centro-Oeste e também da região norte. Outro projeto no sentido norte-sul foi a construção da BR-050, que privilegiava a Ribeirão Preto, Uberaba, Uberlândia e Araguari, acompanhando a rota histórica instituída pela Companhia Mogiana, ligando ainda a sede do poder político federal ao principal centro econômico do país, e de grande importância para São Paulo, assim como a BR-153, pois alargaram os fluxos às regiões complementares à sua economia (QUADRO 10, MAPA 4).

No sentido leste-oeste, foram construídas as rodovias BR-365 e BR-262, sendo que a primeira interligava as cidades de Montes Claros, Patos de Minas, Uberlândia e Ituiutaba ao canal de São Simão, cuja conclusão ocorreu nos anos de 1970. Ainda no sentido leste-oeste, e por pressão do empresariado uberlandense, foi estabelecida a rodovia BR-452, que favoreceu a Uberlândia estabelecendo a ligação com Araxá e posteriormente, Belo Horizonte, a partir do entroncamento com a BR-262. Santos (1979 p. 131), ao reconhecer o Estado como fornecedor de infraestruturas de transportes vinculadas ao interesse dos empresários privados, em que “[...] a política dos transportes é, na maior parte do tempo, ditada pelos interesses do grande capital.

Quadro 10 – Triângulo Mineiro/Auto Paranaíba: implantação e evolução da malha viária rodoviária (1958-2010)

Evolução do sistema viário			
Ano	Rodovias	Avanço técnico	Função
1958	BR-365	Pavimentação do trecho Uberlândia-Monte Alegre	Interligar o oeste da região e o estado de Goiás (São Simão) à cidade de Uberlândia
	BR-153	Pavimentação do trecho Monte Alegre Itumbiara	Direcionar para o oeste da região o fluxo de demanda no sentido sul-Brasília, interligando a cidade paulista de São José do Rio Preto à Goiânia, Anápolis e Brasília
1960	BR-050	Pavimentação do trecho São Paulo Uberaba	Interligar o corredor Santos-São Paulo-Brasília, passando pela região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no eixo Uberaba-Uberlândia-Araguari
1965	BR-050	Pavimentação do trecho Uberlândia-Uberaba	Interligar o corredor Santos-São Paulo-Brasília, passando pelo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no eixo Uberaba-Uberlândia-Araguari
1966	BR-050	Pavimentação do trecho Uberlândia-Brasília	Interligar Santos-São Paulo-Brasília, passando pelo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no eixo Uberaba-Uberlândia-Araguari
	BR-365	Pavimentação do trecho Uberlândia-Brasília	Interligar Uberlândia-Brasília
	BR-153	Pavimentação da parte do Triângulo Mineiro e do trecho Goiânia-Brasília	Interligar o Estado de São Paulo ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e às cidades de Goiânia e Brasília
1974	BR-365	Pavimentação do trecho Uberlândia-Montes Claros	Promover a interligação Uberlândia-Montes Claros, ou seja, do Triângulo Mineiro /Alto Paranaíba ao noroeste do Estado, passando por Patrocínio e Patos de Minas, assim como Montes Claros-Brasília, passando por Uberlândia
	BR-452	Pavimentação do trecho Uberlândia-Araxá	Interligar Uberlândia-Belo Horizonte, passando por Araxá
1987	BR-497	Pavimentação do trecho Uberlândia-Prata	Interligar Uberlândia-Brasília, passando por Prata, com acesso à BR-153 no eixo sul-Brasília. Interligar Uberlândia-Itumbiara-Paranaíba/MS
1998-2000	BR-050	Duplicação das pistas no trecho Anhanguera-Uberaba-Uberlândia	Interligar Santos-São Paulo-Brasília, passando pelo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no eixo Uberaba-Uberlândia-Araguari
2010	BR-050	Duplicação das pistas no trecho Uberlândia Araguari	Interligar Santos-São Paulo-Brasília, passando pelo Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no eixo Uberaba-Uberlândia-Araguari
2010	BR-365	Duplicação das pistas no trecho Uberlândia/confluência com a BR-153 (trevão)	Interligar o oeste da região e o estado de Goiás (São Simão) à cidade de Uberlândia

Fonte: Adaptado de CLEPS JR.. 1998, p. 189 (com atualizações).



À reestruturação recente da referida malha viária, destaca-se a partir do ano de 2010, com obras de duplicação da BR-365 referente ao trecho de 80 quilômetros localizado entre Uberlândia e Monte Alegre de Minas (FIGURAS 12 e 13), à confluência com a BR-153, possibilitando o acesso até a cidade de Anápolis por meio de via duplicada. Em relação à BR-050, ressaltam-se os trabalhos de duplicação do trecho que liga as cidades de Uberlândia e Araguari (FIGURAS 14 e 15), salientando as intenções do Governo Federal em estabelecer a ligação entre o Distrito Federal e a cidade de São Paulo por meio de rodovia duplicada. Os recursos à realização das mencionadas obras foram disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.



Figura 12 – Uberlândia: obras de duplicação da BR-365, sentido Ituiutaba. Fonte: OLIVEIRA, 2010.



Figura 13 – Uberlândia trecho concluído da duplicação da BR-365, sentido Ituiutaba. Fonte: OLIVEIRA, 2012.



Figura 14 - Uberlândia: obras de duplicação da BR-050, sentido Araguari. Fonte: OLIVEIRA, 2010.



Figura 15 - Uberlândia: trecho concluído da duplicação da BR-050, sentido Araguari. Fonte: OLIVEIRA, 2012.

Os esforços do empresariado local, na busca de seus interesses e consciente de que um polo atacadista carecia de uma malha rodoviária densa e eficiente, surgiu como elemento fundamental à implantação das modernizações e da adequação do território. pois como menciona Santos (1985, p. 62),

[...] nas condições atuais circulação rápida do capital, isto é, pela necessidade de rápida transformação do produto em mercadoria ou capital-dinheiro, isto é, nas condições de reprodução, a capacidade maior ou menor de fazer circular rapidamente o produto é condição, para cada firma, de sua capacidade maior ou menor de realização, ou em outras palavras, do seu poder de mercado, o que também quer dizer poder político.

Dessa maneira, constatou-se a importância da constituição de uma malha viária que favorecesse as interações espaciais e a diversificação das atividades de acumulação dos empreendedores uberlandenses. Observa-se o estabelecimento de um espaço da racionalidade (SANTOS E SILVEIRA, 2011), constituído a partir da força política do empresariado local no tocante à requalificação do território para o melhor desempenho de suas atividades de acumulação de capitais.

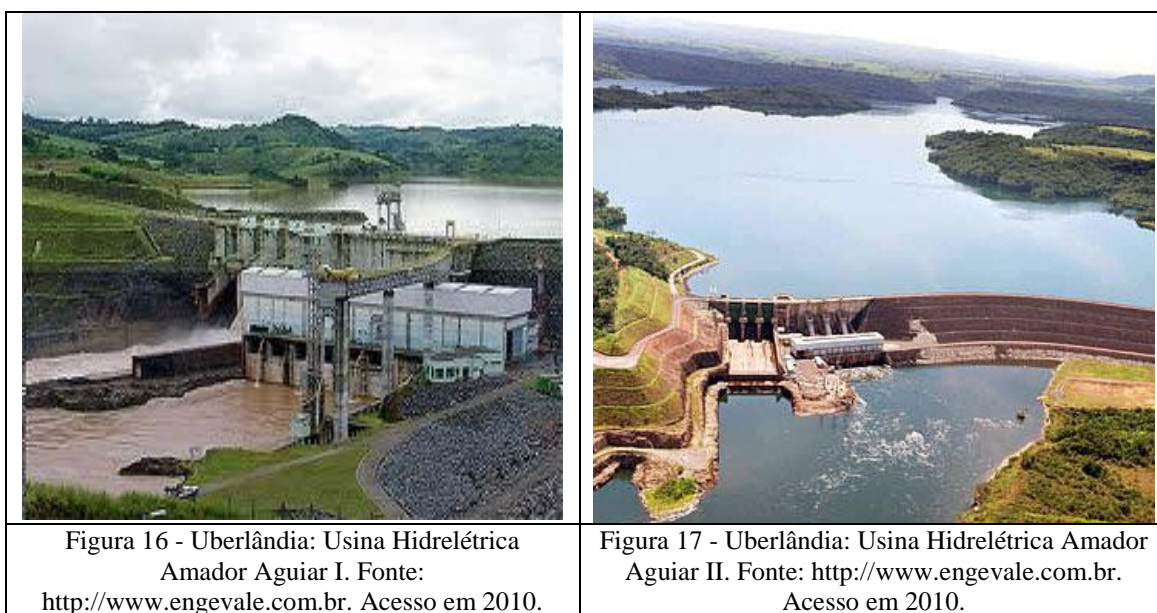
4.1.2 – Evolução das redes de transmissão de energia e a oferta de eletricidade

Em Uberlândia, os serviços relativos à concessão de energia elétrica eram realizados pela Companhia Prada de Eletricidade, concessionária particular que começou a atuar na cidade em 1909, operando até o ano de 1973, que marcou o início da atuação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG). Ainda nos anos de 1950 impõe-se sobre a região os problemas referentes à precariedade dos serviços energéticos, que passaram representar mais um entrave à industrialização e incremento dos centros urbanos. Diante da indisposição e inviabilidade financeira por parte da iniciativa privada em investir no setor energético, a necessidade de atuação por parte do estado tornou-se imprescindível. Conforme apontado por Bessa (2007) o programa energético do governo federal trazia a proposta de construção da hidrelétrica de Cachoeira Dourada no Rio Paranaíba, de responsabilidade da Companhia Energética de Goiás (CELG). A obra estendeu-se de 1955 a 1958 e teve como único propósito o abastecimento de Brasília, em detrimento do Triângulo Mineiro e da cidade de Uberlândia, distante 186 km da referida hidrelétrica.

Como o aproveitamento energético de Cachoeira Dourada não favorecia Uberlândia em seu projeto inicial, coube à elite uberlandense a solicitação junto à CEMIG e aos representantes da política local, o estabelecimento de uma linha de

transmissão entre a hidrelétrica de Cachoeira Dourada e Monte Alegre de Minas, onde a Companhia Prada repassaria energia para Uberlândia e Araguari, beneficiando ainda os centros de Capinópolis, Canápolis, Centralina, Ituiutaba e Campina Verde (BESSA, 2007).

Com a criação da Eletrobrás, em 1961, tem-se o início da integração dos sistemas hidrelétricos independentes e também a expansão das linhas de transmissão, que passaram de 4.513,3 km em 1955 para 159.291,6 km em 1995 (SANTOS E SILVEIRA, 2011), com propostas à interligação dos sistemas de Furnas (Rio Grande), Pai Joaquim (Rio Araguari) e Cachoeira Dourada (Rio Paranaíba), na busca de reforçar o aproveitamento energético na capital federal, Goiás e do Triângulo Mineiro. Ademais, destacam-se nas proximidades da cidade de Uberlândia as hidrelétricas de Emborcação (1982), Nova Ponte, Miranda (1998) e Amador Aguiar I e II, inauguradas em 2006 (FIGURAS 16 e 17) e concebidas a partir de uma parceria público-privada.



São, ao todo, 23 usinas hidrelétricas instaladas nas proximidades da cidade de Uberlândia (QUADRO 11), que de fato encontra-se em uma região produtora de energia elétrica. A capacidade chega aos 13.984 MW, operadas pelas concessionárias Cemig, CESP, Furnas e, no caso de Amador Aguiar I e II, pelo Consórcio Capim Branco de Energia (CCBE) responsável pela construção das mencionadas hidrelétricas (QUADRO 11).

Quadro 11 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: usinas hidrelétricas instaladas (2010)

Usina	Rio	Concessionária	Potência (MW)
1 - Itumbiara	Paranaíba	Furnas	2280
2 - São Simão	Paranaíba	CEMIG	1710
3 - Marimbondo	Grande	Furnas	1440
4 - Água Vermelha	Grande	CESP	1380
5 - Furnas	Grande	Furnas	1216
6 - Emborcação	Paranaíba	CEMIG	1192
7 - Barreto (Estreito)	Grande	Furnas	1050
8 - Nova Ponte	Araguari	CEMIG	510
9 - M. Moraes (Peixoto)	Grande	Furnas	476
10 - Cachoeira Dourada	Paranaíba	CELG	439
11 - Jaraguá	Grande	CEMIG	424
12 - Miranda	Araguari	CEMIG	397,5
13 - Volta Grande	Grande	CEMIG	380
14 - Porto Colômbia	Grande	Furnas	320
15 - Amador Aguiar I ¹	Araguari	CCBE	240
16 - Amador Aguiar II ¹	Araguari	CCBE	210
17 – Igarapava ¹	Grande	Consórcio	210
18 - Dos Martins	Uberabinha	-	7,7
19 - Pai Joaquim	Araguari	-	6,7
20 - Salto Moraes	Tijuco	-	2,4
21 - Lajes	C. Das Lajes	-	1,2
22 - Santa Lúcia	C. Piedade	-	0,9
23 - Piçarão	C. Piração	-	0,8
Total (potência/MW)	-	-	13.984

Fonte: Adaptado de Bessa, 2001 (Com atualizações). Organização: OLIVEIRA, 2010.

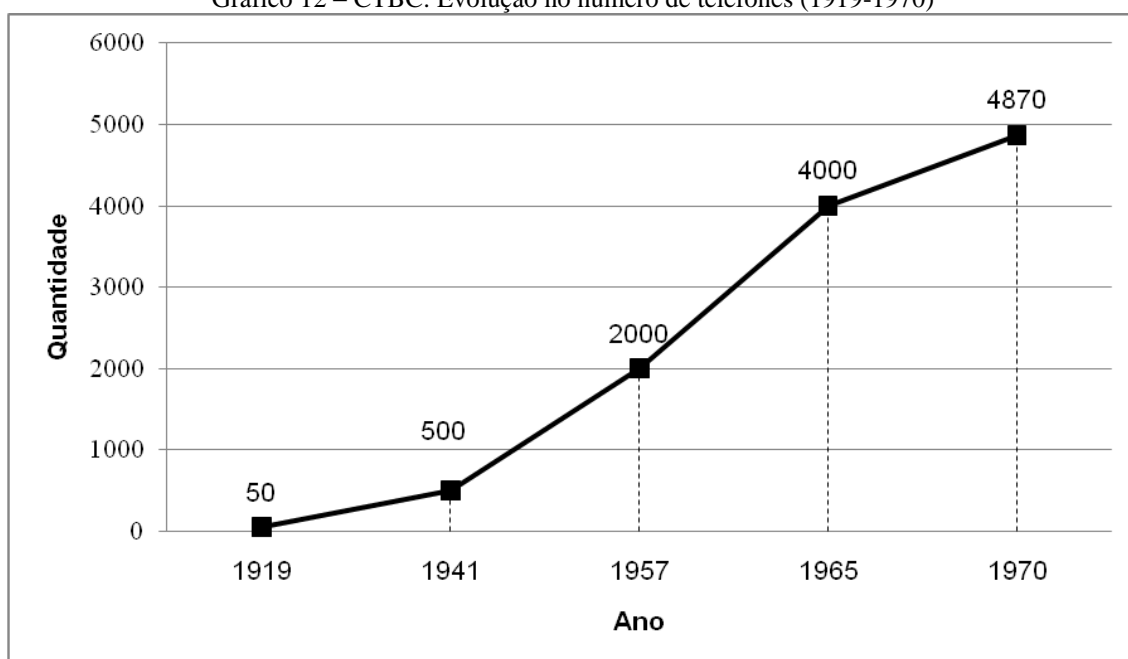
¹Construída a partir de parceria público-privada.

4.1.3 – Evolução das redes de comunicações

Os primeiros serviços telegráficos chegaram a Uberlândia em 1895, com a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, orientando-se, portando, pelos traçados da ferrovia e das estradas de rodagem, com a emergência de “[...] um meio técnico da circulação, particularmente pela implantação das ferrovias, estradas de rodagem, portos e telégrafos, que criava as bases materiais para a integração do território e consolidação do capital industrial [...]” (SANTOS E SILVEIRA, 2011, p.27). Na cidade, a partir de 1910, foi firmado contrato de concessão para a exploração dos serviços telefônicos entre a Câmara Municipal e Carmindo Coelho. Tal contrato de concessão, em 1917, foi transferido para José Monteiro da Silva e, em 1919, para os irmãos Arlindo Teixeira Júnior, proprietário da Casa Comercial Teixeira Costa e Cia., e Tito Teixeira, político

local que juntos formaram a Companhia Irmãos Teixeira, que, naquele momento, contava com uma mesa comutadora com capacidade para atender 50 telefones, como observado no Gráfico 12. Esses promoveram a primeira expansão da companhia, que passou a prestar serviços em Tupaciguara e Ituiutaba (MG), e Itumbiara (GO), por meio de uma linha de fio de ferro que seguia pelas estradas de rodagem da Companhia Mineira de Auto Aviação (BESSA, 2007; 2007a; BESSA E OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2010).

Gráfico 12 – CTBC: Evolução no número de telefones (1919-1970)



Fonte: Adaptado de BESSA (2001)

Em 1932, essa companhia passou a chamar-se Empresa Telefônica Teixeira, porque Arlindo Teixeira Júnior transferiu a sociedade para Tito Teixeira. Apesar das dificuldades da época, esse promoveu a expansão da base técnica, instalando, em 1941, um sistema automático de telefonia, que contava com 500 terminais telefônicos (GRÁFICO 12), além de promover nova ampliação da área de atuação da Companhia, que passou a prestar serviços de telefonia em Monte Alegre de Minas (MG) e Buriti Alegre (GO), em Goiás (TEIXEIRA, 1970; BESSA, 2001).

No ano de 1954 a Empresa Telefônica Teixeira foi adquirida pela sociedade anônima organizada por Alexandrino Garcia, então presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Uberlândia-Aciapu, juntamente com Hélvio Cardoso, Francisco Caparelli, Elpídio Aristides de Freitas e outros acionistas minoritários. A partir da aquisição da Teixeira, essa empresa passou a chamar-se

Companhia de Telefones do Brasil Central-CTBC (hoje Companhia de Telecomunicações do Brasil Central-CTBC, segmento Algar Telecom). A CTBC³⁸ não só manteve as concessões obtidas por Tito Teixeira como conseguiu novas concessões que caracterizaram a notória evolução da área de cobertura da referida corporação e dos serviços prestados, que no início dos anos de 1970 possuía 4.870 telefones instalados (GRÁFICO 12).

Cumprir registrar que a CTBC, embora vinculada ao Sistema Telebrás, foi a única operadora de serviços de telecomunicações não estatizada quando do estabelecimento do monopólio estatal desse setor no Brasil em 1969. Tal fato denota as práticas e articulações políticas bastante complexas, erigidas entre empresariado e Estado, no sentido de que sejam garantidos os interesses e as práticas de reprodução e acumulação ampliada de capitais por parte da corporação.

Para o início da década de 2010, a Algar Telecom, uma corporação oriunda do capital local, segue com a concessão de serviços de telecomunicação na cidade de Uberlândia, dentre outras localidades de Minas Gerais e dos Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul; com telefonia fixa e móvel, internet fixa e móvel, TV por satélite e serviços próprios no tocante à manutenção e engenharia de redes. Destaca-se ainda os serviços de *contact center*³⁹ (ACS Call Center), centralizados nas cidades de Uberlândia, Campinas e Rio de Janeiro. Segundo dados do Relatório de Sustentabilidade de 2010, cerca de 3,5 milhões de pessoas eram atendidas pelos serviços da Algar Telecom, dos quais 1,6 milhão eram clientes efetivos da corporação. Nota-se, pelos dados apresentados, uma redução do número de telefones celulares no período 2006 a 2009, fato que se deve à severa concorrência desta corporação local com grandes empresas de telecomunicações, dentre elas, corporações multinacionais que operam serviços de telefonia celular no país, desde a privatização do setor em 1998.

Juntamente com a modernização verificada nas redes de transmissão de energia e das infraestruturas de transportes, ocorreu também a evolução das telecomunicações, caracterizada pelas intervenções estatais e pelas pressões realizadas pelas elites locais que almejavam a expansão do seu processo de acumulação de capital. Nesse contexto, destaca-se a transferência da capital federal ao Planalto Central, que além de não alterar

³⁸ A respeito da análise acerca da espacialidade dos serviços de telecomunicações operados pela Algar Telecom, a captação inicial dos recursos da corporação *Holding Algar* e seus diversos ramos de atuação, ver Bessa (2007; 2007a), Bessa e Oliveira (2008) e Oliveira (2010).

³⁹ Refere-se às centrais de atendimento ao cliente e aos serviços de telemarketing e vendas realizadas via telefone.

as rotas econômicas históricas promoveu a interiorização das infraestruturas que conferiram à região do Triângulo Mineiro uma nova organização territorial, hierarquizada por Uberlândia.

4.2 - Atividade industrial e agroindustrial

Verifica-se, sobretudo, a atuação das corporações instaladas em Uberlândia ante os processos de reconfiguração espacial, suas práticas sociopolíticas e a constituição de suas complexas espacialidades, numa trama de relações que superam a perspectiva do lugar. Nesse contexto, destaca-se, em Uberlândia, a instalação de um número significativo de corporações oriundas dos capitais multinacionais que denotam a pujança da mencionada cidade ante ao controle de atividades produtivas especializadas sobre o território, indicadas a partir das complexas tramas espaciais das corporações globais, exibidas no Quadro 12, assim como os respectivos ramos de atuação e países de origem. Sobressaem-se, entre esses grupos multinacionais, a corporação Cargil Agrícola S/A, que atua no setor agroindustrial; a estadunidense Amerian Express, do setor de cartões eletrônicos de pagamento; os hipermercadistas Carrefour (França) e Wal-Mart (EUA); o atacadista holandês Makro e a Companhia de Cigarros Sousa Cruz, de origem inglesa (QUADRO 12).

No que tange à atividade industrial, ressalta-se a constituição da Cidade Industrial de Uberlândia inaugurada em 1965, a primeira área industrial planejada na região do Triângulo Mineiro. Conforme dados do Banco de Dados Integrados da Prefeitura Municipal de Uberlândia (BDI 2010), a Cidade Industrial agregava, em 2008, 3.762 empresas instaladas de ramos diversificados, com destaque às empresas ligadas às áreas de sementes agrícolas e biotecnologia, processamento de alimentos, produção de cigarros, dentre outras agroindústrias, além de importantes armazéns atacadistas, gráficas, empresas de logística e tecnologia (ELIAS, *et al.*, 2010). Segundo Soares (1995), o estabelecimento de uma Cidade Industrial representou um importante projeto político para a cidade, pois possibilitou a constituição de uma área apropriada à instalação de matrizes industriais⁴⁰, adequação a cargo dos poderes públicos. Bessa (2007) ressalta que, recentemente, ocorreram alterações em relação ao padrão locacional das indústrias, visto que parte delas vem se instalando fora do Distrito Industrial, o que

⁴⁰ Sobre os detalhes da infraestrutura disponibilizada pelo poder público à área da Cidade Industrial de Uberlândia, ver Bessa (2001; 2007).

tem configurado o surgimento de espaços industriais inseridos na malha urbana ou em acessos à cidade fora do Distrito Industrial⁴¹. Mediante dos dados sobre o número de empresas formais do setor secundário por ramo de atividade em Uberlândia (TABELA 8), verifica-se a retomada do crescimento após recuo do número total de empresas do mencionado setor entre os anos de 2003 e 2004. O crescimento registrado entre os anos de 2004 e 2008 é da ordem de 18,2%, confirmando a continuidade da expansão das atividades secundárias na cidade.

QUADRO 12 - Uberlândia: principais corporações multinacionais instaladas, 2011

País de origem	Corporação	Ramo de atividade
EUA	Rain Bird Brasil Ltda	Sistemas de Irrigação
	ADM do Brasil Ltda	Exp. e Imp. de produtos
	American Express	Cartões de crédito
	Cargill Agrícola S/A	Soja/milho/ácido cítrico
	D&PL Brasil Ltda	Pesq. e desenv. Sementes algodão
	Eso Brasileira de Petróleo	Dist. Derivados de petróleo
	Mc Donald's (M&C Comércio de Alimentos)	Alimentos
	MDM Sementes de Algodão Ltda Sementes de algodão	Sementes de algodão
	Monsanto do Brasil	Sementes de algodão
	Pepsico do Brasil Ltda (Elma Chips)	Produtos alimentícios
	SHELL Brasil S/A Dist.	Derivados de petróleo e álcool
	STOLLER do Brasil Ltda	Ind. Com. e Exp. Prod. Agrícolas
	Texaco Brasil Ltda Dist.	Derivados de Petróleo
	Wal-Mart Stores Inc.	Hipermercadista
Alemanha	Hauni do Brasil Máquinas	Equip. para tabaco
Espanha	Henkel Ltda	Cola adesiva - Super Bonder
	Prosegur Brasil S/A - Transporte de Valores de Segurança	Transporte de valores/segurança patrimonial
Holanda	Pinord do Brasil - Import. e Export. Ltda	Importação e exportação
	ITMS Brasil S/C Ltda	Telemedicina
Inglaterra	Makro Atacadista	Atacadista
	Reckitt & Benckiser Ltda	Importação e exportação
Suíça	Sousa Cruz S/A	Fumo/Processamento
	Pentapharm do Brasil Com. e Exportação	Criação de cobras p/ retirada do soro
França	Syngenta Seeds Ltda	Pesq. de sementes: milho, soja, arroz e algodão
Israel	Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	Hipermercadista
Itália	Plastro do Brasil S/A	Produtos para Irrigação
Japão	Tim Maxitel	Telecomunicação
Uruguai	Daiwa do Brasil Têxtil Ltda	Fios de algodão Open-End cardado e convencional
	Laboratórios Microsules do Brasil Ltda	Produtos Veterinários

Fonte: Adaptado de BDI (2010). Org.: OLIVEIRA, 2013.

⁴¹ A respeito da configuração de uma nova espacialidade industrial em Uberlândia, ver Martins (1996).

No contexto de expansão das atividades industriais em Uberlândia, sobressaem as corporações pertencentes ao setor agroindustrial. Para Cleps Jr. (1998), a requalificação da rede viária no Triângulo, já assinalada, foi de fundamental importância para o avanço da exploração agrícola rumo à região, assim como a evolução da capacidade de armazenamento da produção agrícola (TABELAS 9 e 10), fatores que possibilitaram ganho de competitividade no quadro nacional assim como favoreceram especialmente a intensificação das interações espaciais orquestradas pelas corporações do agronegócio. Cleps Jr. (1998, p. 204), ao analisar a evolução da agroindústria ligada ao processamento da soja no Triângulo Mineiro, atesta que

As agroindústrias ligadas à industrialização de soja tem-se concentrado junto às cidades-polo e eixos rodoviários das áreas de produção e estão vinculadas, sobretudo, à melhor oferta de estrutura urbana, transportes, comunicações e mercado consumidor.

TABELA 9 - Uberlândia: número de empresas do setor secundário por ramo de atividade, 2003-2008

Ramo de atividade	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Extrativa mineral	49	69	41	39	53	39
Indústria de produtos minerais não metálicos	69	80	84	86	87	88
Indústria metalúrgica	198	206	209	232	239	248
Indústria mecânica	81	92	86	117	116	138
Indústria do material elétrico e de comunicações	38	37	37	49	46	41
Indústria do material de transporte	38	37	37	49	50	52
Indústria da madeira e do mobiliário	165	173	176	175	184	188
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	179	167	179	196	216	206
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. Diversas	104	116	114	135	151	156
Ind. química de prod. farmacêuticos, veterinários, perfumaria	139	139	139	163	185	161
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	322	302	335	368	358	358
Indústria de calçados	69	62	68	73	72	70
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	486	484	487	542	521	541
Serviços industriais de utilidade pública	29	31	38	25	30	31
Construção civil	1.350	1.187	1.155	1.182	1.256	1.445
Total	3.316	3.182	3.185	3.425	3.564	3.762

Fonte: BDI, 2010. Org.: OLIVEIRA, 2013.

TABELA 10 - Uberlândia: capacidade de armazenamento de grãos na rede pública, 2011

Descrição	Estatística (em ton.)			Dinâmica total
	Granel	Convencional	Total	
CONAB	330.000	-	330.000	450.000
CASENG	80.000	39.000	119.000	178.000
Total	410.000	39.000	439.000	628.000

Fonte: BDI (2011).

TABELA 11 - Uberlândia: capacidade de armazenamento de grãos na rede privada, 2011

Descrição	Estatística (em ton.)			Dinâmica total
	Granel	Convencional	Total	
ABC	198.000	-	198.000	297.000
ARGIMPEL	48.000	15.000	63.000	126.000
Cargill	264.000	-	264.000	350.000
ADM Exportadora e Importadora S/A	120.000	-	120.000	180.000
Planalto	2.000	-	2.000	3.000
Cerealistas	-	99.000	99.000	150.000
Transcarga	12.000	-	12.000	18.000
Uberzem	70.000	5.000	75.000	104.000
Cossisa Agroind. S/A	10.000	-	10.000	15.000
Espaço - Armazéns Gerais	120.000	7.800	127.800	156.000
Betânia S/A	25.000	-	-	25.000
Total	869.000	126.800	995.800	1.399.000

Fonte: BDI (2011).

Soma-se a esse processo, “[...] a implantação de programas oficiais para a exploração dos cerrados [...] incorporando novos espaços e reconfigurando antigos centros de maior e menor expressão” (CLEPS JR., 1998, p. 188), fatores que contribuíram, notadamente, para o estabelecimento de diversas agroindústrias no Triângulo Mineiro e na cidade de Uberlândia, sobretudo aquelas ligadas ao processamento de produtos alimentares, bebidas, álcool, têxtil, madeira, couro e fumo.

Fruto dos processos de modernização do setor agropecuário ocorrido nas áreas de cerrado é possível perceber a constituição de um polo de armazenagem de grãos, que, para Bessa (2007), teve Uberlândia, dentre as cidades da região do Triângulo Mineiro, a que mais se beneficiou com a ampliação da rede de armazenamento da produção agrícola. Conforme dados do Banco de Dados Integrados da Prefeitura Municipal de Uberlândia (2011), a capacidade de armazenadora de grãos, entre a rede pública e privada, chegava a 2.027.000 de toneladas em 2011 (TABELAS 10 e 11).

No contexto de captura das vantagens oferecidas pelo reaparelhamento técnico do território e pelos incentivos governamentais à agroindústria, é possível observar os processos de diferenciação das práticas de gestão e a multifuncionalização das atividades das corporações do setor. Tal rearranjo funcional é alcançado mediante novos cultivos e práticas modernas de produção, assim como os estreitos vínculos criados tanto nos setores de insumos, de máquinas e de equipamentos, quanto nos setores de beneficiamento, armazenamento e transporte, como indica Bessa (2007). Ante essa realidade, Cleps Jr. (1998) atesta a ocorrência de estratégias de compra, venda e fusões de corporações dos mais variados segmentos pertencentes ao setor agroindustrial, na

busca do estabelecimento de novas oportunidades de negócios e na diversificação dos investimentos, processo marcado pelo claro caráter de fortalecimento das grandes corporações nacionais e multifuncionais do setor que atuam nos níveis nacional e global⁴².

Sobressaem-se, no setor agroindustrial de Uberlândia⁴³ (QUADRO 13), as corporações ABC-Inco (Algar Agro) e Granja Planalto, pertencentes aos capitais locais; Rezende Alimentos (Grupo Marfrig), Sadia (BRF) Uberlândia Refrescos (Coca-Cola) e Braspelco, cujos capitais são nacionais; Souza Cruz, Cargill Agrícola, ADM, Daiwa Têxtil e Monsanto, oriundas do capital multinacional. No contexto das atividades dessas corporações, é possível perceber o estabelecimento de proeminentes interações espaciais que, no tocante à multilocalização da produção, obedecem à configuração de uma estrutura verticalizada do comando, o que denota a ocorrência de solidariedades do tipo organizacional. Tal configuração espacial arquitetada pelas corporações do agronegócio é marcada por práticas de ordenamento territorial, como a seleção espacial, a antecipação espacial, a marginalidade espacial e a reprodução de regiões produtoras a cargo das necessidades da corporação, práticas apontadas por Corrêa (1991) e explicitadas no Capítulo I. Configuram-se, nesse sentido, diversas territorialidades imputadas pela atuação das grandes corporações que exploram o agronegócio brasileiro.

⁴² No que tange ao aparecimento de grandes conglomerados a partir dos processos de fusão e aquisição, o setor agroindustrial instalado em Uberlândia é testemunha. A Rezende Alimentos, agroindústria pertencente ao capital local, foi incorporada à Sadia S/A, fusão iniciada em meados da década de 1990 (PELEGRINI; CLEPS JR., 2001) e concluída no ano de 2002. Em 2009, durante o processo de fusão entre a Sadia S/A e a empresa Perdigão S/A, pertencente ao conglomerado BRF, a Rezende Alimentos foi vendida ao grupo brasileiro Mafrig, a partir de determinação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), como medida contrária ao estabelecimento de monopólios. Mesmo após a fusão com a Perdigão, a Sadia S/A mantém sua principal planta industrial instalada na cidade de Uberlândia.

⁴³ Acerca das características do setor agroindustrial em Uberlândia e à complexidade funcional de suas corporações, sobretudo ABC-Inco, Rezende Alimentos, Granja Planalto e Cargill Agrícola, ver Cleps Jr. (1998).

QUADRO 13 - Uberlândia: principais agroindústrias instaladas, 2006

Agroindústria	Setor de atividade	Origem
ABC A&P	Processamento de grãos e carne	Brasil/Uberlândia
ABC Inco	Processamento de grãos	Brasil/Uberlândia
ADM Exportação e Importação	Processamento de grãos	EUA
Bebidas Antártica do Sudeste	Bebidas	Brasil
Braspelco	Beneficiamento de couro	Brasil/Uberlândia
Calu	Beneficiamento de leite e derivados	Brasil/Uberlândia
Cargill	Processamento de grãos e ácido cítrico	EUA
Chocolates imperial	Chocolates, balas e bombons	Brasil/Uberlândia
Daiwa do Brasil Têxtil	Processamento de algodão	Japão
Disbram	Bebidas	Brasil
Erlan	Chocolates, balas e bombons	Brasil/Uberlândia
Granja Planalto	Granjas	Brasil/Uberlândia
Hartz Moutain	Ração	EUA
Icatril	Beneficiamento de café	Brasil/Uberlândia
Moinho 7 Irmãos	Trigo e derivados	Brasil/Uberlândia
Monsanto	Melhoramento genético	EUA
Refrigerantes Triângulo	Bebidas	Brasil/Uberlândia
Reimassas	Massas alimentícias	Brasil/Uberlândia
Rezende Alimentos (Grupo Mafrig)	Avicultura	Brasil
Sadia S/A (BRF)	Alimentos	Brasil
Souza Cruz	Fumo	Inglaterra
Swift-Amour	Processamento de Vegetais	Brasil
Tarumã	Sorvetes/Chocolates	Brasil/Uberlândia
Uberlândia Refrescos	Bebidas	EUA/Brasil
Vigor	Beneficiamento de leite e derivados	Brasil

Fonte: BDI, 2006 (com atualizações). Org.: OLIVEIRA, 2013.

4.3 - Consolidação e expansão do setor terciário

As melhorias verificadas nas infraestruturas de transporte e telecomunicações foram o suporte no estabelecimento, em Uberlândia, das grandes corporações que operam no segmento atacadista-distribuidor, cuja atuação conhece seus limites nas fronteiras do território nacional. Tal diferenciação funcional da cidade estabelece que, reconhecidamente, Uberlândia seja frequentemente apontada como a “Capital do Atacado” ou como o “Maior Polo Atacadista da América Latina”, como pontua Cleps (2005). De fato, pela pujança do setor atacadista-distribuidor instalado em Uberlândia e pelo fato de tais corporações serem oriundas do capital local, a cidade é capaz de se

impor como o centro da gestão territorial das atividades vinculadas ao mencionado setor.

Bessa (2007) menciona que, tradicionalmente, o segmento atacadista-distribuidor opera a conexão entre a indústria e o varejo pulverizado, desde o supermercado até o pequeno varejista, função que configura o ordenamento de complexas interações espaciais, geradas pela ampla gama de estabelecimentos comerciais atendidos e pelo vasto leque de mercadorias em movimento, a partir da orientação de fluxos materiais e imateriais.

[...] trata-se de um complexo ciclo de reprodução do capital, caracterizado, evidentemente, por uma complexa espacialidade entre fábricas, distribuidores atacadistas, varejistas e consumidores finais, e, ao mesmo tempo, por fluxos de decisão, nos centros de gestão dessa atividade, fluxos de mercadorias, pedidos varejistas, dentre outros. (BESSA, 2007, p. 247).

Dentre as mais de 2.842 empresas de comércio atacadista sediadas em Uberlândia em 2008 (TABELA 12), destacam-se: Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A; Arcom Comércio, Importações e Exportações Ltda.; Peixoto Comércio, Indústria e Serviço de Distribuição Ltda.; União Comércio e Exploração Ltda. e Aliança Atacadista, que figuram entre os maiores atacadistas distribuidores do Brasil⁴⁴, segundo os rankings da Associação Brasileira dos Atacadistas e Distribuidores (ABAD). Ressalta-se, ainda, a presença do atacadista Atacadão, oriundo do hipermercado francês Carrefour e do Makro Atacadista S/A, de capital holandês, que possuem unidades filiais na cidade.

Ao desenvolvimento das atividades terciárias vinculadas ao comércio e à prestação de serviços, ressalta-se, assim como ao próprio incremento do segmento atacadista-distribuidor, a antiga posição da cidade de Uberlândia como entreposto comercial, estabelecido a partir das rotas históricas que interligavam São Paulo, o centro econômico do país, às áreas do Brasil Central. A estratégica localização, além dos acréscimos técnicos já mencionados, principalmente a constituição de uma malha viária e das redes de telecomunicações que favoreceram a circulação de mercadorias, pessoas, fluxos imateriais e de informações, constituíram fator indispensável e diferenciador à dinamização do consumo.

⁴⁴ A respeito do setor atacadista-distribuidor de Uberlândia e da atuação de suas corporações, ver Cleps (1997) e Bessa (2001, 2007).

TABELA 12 - Uberlândia: número de empresas por subsetores do setor terciário, 2003-2008

Subsetores do setor terciário	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Comércio varejista	9.914	10.181	10.397	10.418	10.430	10.609
Comércio atacadista	2.071	2.138	2.197	2.716	2.773	2.862
Instituições de crédito, seguros e capitalização	386	412	414	406	418	440
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	3.958	4.151	4.259	4.096	4.218	4.545
Transportes e comunicações	1.333	1.421	1.473	1.564	1.581	1.638
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação...	2.808	2.930	2.995	3.040	3.165	3.148
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.040	1.069	1.072	1.131	1.173	1.201
Ensino	395	395	395	469	483	494
Total	21.958	22.775	23.284	23.887	24.283	24.981

Fonte: BDI (2010). Org.: OLIVEIRA, 2013.

Uberlândia, como reflexo dessa dinâmica, viu, no seio de suas atividades terciárias, um notável desenvolvimento caracterizado “[...] pela instalação de novas formas comerciais e de serviços, [...] da difusão dos supermercados e dos hipermercados, dos *shopping centers*, das lojas de conveniência e do comércio virtual [...]” (CLEPS, 2005, p. 194, grifos da autora). Ainda citando Cleps (2005), o complexo desenvolvimento do setor terciário atual é atestado pelo surgimento de cargos de elevado grau de especialização, caracterizados pelo trabalho intelectual, de remuneração mais elevada e que impõem, ao lugar, novas formas de consumo e relações econômicas.

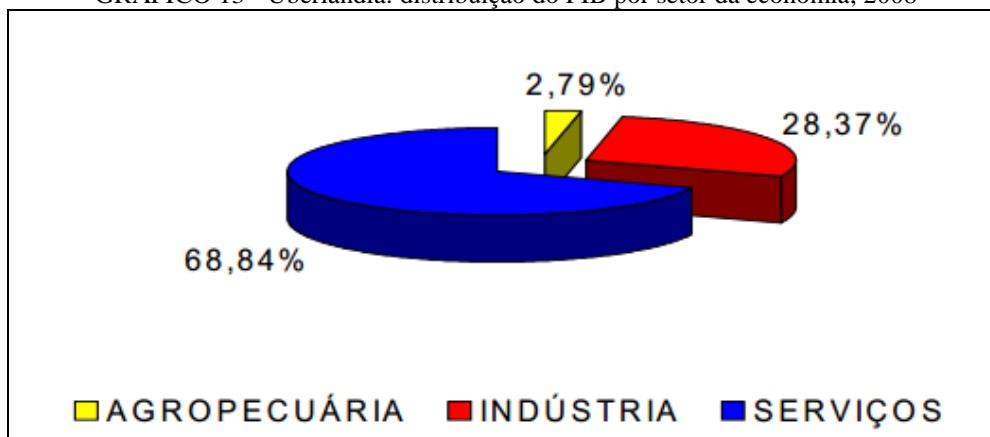
Nesse contexto, é possível perceber (TABELA 12) os relevantes números do setor terciário instalado na cidade de Uberlândia e sua contínua evolução, que, para Cleps (2005), expressam a propriedade das atividades ligadas ao comércio e aos serviços típicos de cidades terciárias. Nessa condição, ratifica-se a evolução para os anos de 2003 a 2008 da ordem de 13,7%. Os expressivos números dos estabelecimentos pertencentes ao comércio varejista denotam, conforme exposto por Elias (2010), a natureza das atividades varejistas no suprimento das demandas de uma população que vai além dos limites locais, canalizando as solicitações da população de toda a região. Observa-se, ainda, o peso do setor terciário no que concerne à participação da mão de obra (TABELA 13) empregada para o ano de 2009, assim como em relação à divisão do PIB por setor da economia (GRÁFICO 13).

TABELA 13- Uberlândia: participação de pessoal ocupado por setor da economia, 2009

Pessoal ocupado	Agropecuária	Indústria	Const. civil	Comércio	Serviços	Total
Nº de empregados	4.814	25.105	5.937	34.368	65.674	135.898
Participação %	3,54%	18,47%	4,37%	25,29%	48,33%	100

Fonte: BDI (2009). Org.: OLIVEIRA, 2013.

GRÁFICO 13 - Uberlândia: distribuição do PIB por setor da economia, 2008



Fonte: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO (2013).

Na óptica da expansão das atividades terciárias, que alinhadas à ampliação do consumo e do aumento dos fluxos populacionais em direção à cidade, é possível entender o crescimento econômico de Uberlândia e o seu acúmulo de funções. Nessa perspectiva, viu-se aumentar a demanda por produtos e serviços médico-hospitalares, o número de escolas de educação básica e superior e de equipamentos de entretenimento e lazer. Para Cleps (2005), é nesse contexto que se instalam, em Uberlândia, modalidades comerciais como os *shoppings centers*, supermercados e hipermercados, que, além de exercerem a captura dos consumidores locais, o fazem também regionalmente, alargando a área de influência do referido centro urbano.

No que diz respeito à diferenciação do setor terciário de Uberlândia⁴⁵, destaca-se a instalação dos “templos do consumo”, como os hipermercados, as redes de supermercados e os *shopping centers*; das instituições públicas privadas de educação básica, profissionalizante e de ensino superior, com a relevante presença de cursos de pós-graduação; dos serviços médico-hospitalares públicos, das clínicas particulares, do comércio de fármacos e da consolidação de um polo regional de saúde e dos serviços que implantam a rede hoteleira da cidade. Buscou-se destacar, com mais ênfase, os serviços vinculados à intermediação financeira e à consolidação de uma praça bancária que configuram serviços de extrema importância para o incremento e o desenvolvimento das atividades econômicas do lugar.

⁴⁵ Em relação à caracterização do setor terciário instalado em Uberlândia, ver os trabalhos de Elias *et al.* (2010); Bessa (2007) e Cleps (2005).

4.4 - Evolução da intermediação financeira em Uberlândia

Diante da evolução e da diversificação das atividades econômicas observadas em Uberlândia, tornou-se indispensável o aparelhamento e a difusão dos agentes financeiros que atendessem às solicitações do empresariado, em decorrência da necessidade de um sistema financeiro inovador e moderno, capaz de fomentar as demandas dos setores econômicos e que proporcionasse suporte à massificação do consumo e às solicitações das estruturas comerciais da cidade.

Em nenhum outro período histórico, o segmento financeiro ocupou a importância dos dias atuais, sendo incluído por Castells (1999) entre os chamados serviços avançados⁴⁶. Por meio de uma complexa reorganização nas esferas econômicas, políticas e socioculturais, ocorreu uma ampliação dos papéis exercidos pelo sistema financeiro. Esta foi propiciada, primordialmente, pelas inovações da tecnologia de informação, comunicação e eletrônica, que garantiram maior capacidade de processamento, armazenamento e transmissão de informações, que constituem o complexo circuito das redes e seus nós pelas quais se estruturam espacialmente as corporações do setor financeiro, conforme exposto no Capítulo III. Ante essa realidade, Silva (1994, p. 1) define que

[...] o sistema financeiro permite uma extensão do mercado. Estabelece uma integração espacial e uma continuidade onde não havia antes, criando novas oportunidades para a acumulação. O fato de a acumulação ser dependente da circulação do valor facilita o processo de unificação do capital, ou seja, o aparecimento do capital financeiro. Nesse momento, o banco passa a ter um papel fundamental na coleta e na redistribuição dos capitais em diferentes lugares e regiões.

Em Uberlândia, é fácil compreender a difusão dos agentes financeiros, uma vez que a modernização da agropecuária, a agroindústria e o comércio atacadista e varejista, base de sua economia, necessitam de um sistema financeiro inovador e moderno, que garanta o atendimento das necessidades desses setores econômicos, bem como proporcione suporte à massificação do consumo.

Como indicam Freitas e Sampaio (1985), a intensificação das atividades comerciais e industriais promoveu a expansão de uma rede bancária no Triângulo Mineiro. Em 1908, a primeira agência bancária da região - Banco de Crédito Real de Minas Gerais - instalou-se em Uberaba. Em 1935, foi criado, pelo capital local

⁴⁶ Os *serviços avançados*, segundo Castells (1999, p.405), “estão no cerne de todos os processos econômicos, seja na indústria, agricultura, energia, seja em serviços de diferentes tipos”.

uberabense, o Banco do Triângulo. Por sua vez, o Banco de Uberlândia foi fundado em 1944, também por intermédio do capital local. Várias outras instituições financeiras foram criadas nesse período, a saber: em Frutal, a Casa Bancária Raul de Paula e Silva (1929) e também a Casa Bancária Antônio Longo e Irmão (1937); em Araxá, a Casa Bancária Omar Dumont (1938); em Araguari, a Casa Bancária Irmãos Lemos (1940). A instituição dessas casas bancárias refletia a importância dos capitais locais. Contudo a presença delas não impediu a instalação de agências de outras matrizes bancárias, a exemplo das agências do Banco do Brasil.

Os bancos, nesse momento, estavam estruturados em redes locais e regionais, resultando numa pulverização bancária por todo o território nacional, como aponta Corrêa (1989)⁴⁷. No Triângulo Mineiro, segundo informações do Departamento Estadual de Estatística (1947), havia, em 1946, 47 agências bancárias, 63 correspondentes bancários, 13 escritórios bancários e seis matrizes de bancos, cujas ações eram, predominantemente, regionais. Uberlândia tinha apenas quatro agências (8,5% do conjunto total), um correspondente bancário e uma matriz de banco. A atividade financeira, especificamente, pela presença das agências bancárias, tornou-se importante função urbana, que, a partir de 1950, já se fazia presente na maioria das cidades triangulinas, a exemplo de Araxá, Ituiutaba, Frutal, Monte Carmelo, Patrocínio, Prata e Tupaciguara.

Nos anos de 1970, Uberlândia contava com os serviços dos bancos do Brasil, Brasileiro de Descontos, Comercial do Estado de São Paulo, Comércio e Indústria de Minas Gerais, Crédito Real de Minas Gerais, Comércio e Indústria de São Paulo, de Minas Gerais, da Bahia, do Estado de São Paulo, Triângulo Mineiro, Financial de Mato Grosso, Mercantil de Minas Gerais, Mercantil de São Paulo, Português do Brasil, Itaú América, União de Bancos Brasileiros, Caixa Econômica Estadual, Lavoura de Minas Gerais, do Estado de Minas Gerais e Caixa Econômica Federal, sendo que estes três últimos possuíam duas agências cada, totalizando 23 agências, o que correspondia a um crescimento da ordem de 53,3% em relação à década anterior (FIBGE, 1970). Desse modo, a década de 1970 foi marcada pela difusão do número de bancos nacionais

⁴⁷ De acordo com Corrêa (1989), os dados de 1941 denotam uma enorme pulverização de matrizes bancárias: 512 bancos e apenas 1.134 unidades funcionais, apresentando, em média, 2,2 unidades por banco. Tal quadro começou a mudar a partir do ano de 1945, com a instituição da SUMOC, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, que fora concebido para normatizar a intermediação financeira no país, passando a estimular a concentração do capital bancário no Brasil. Trata-se da instituição de uma série de aparatos legais e normativos que priorizaram a diminuição da expansão de matrizes bancárias a partir da formação de oligopólios financeiros, conforme apontado no Capítulo II.

privados, dentre os quais, destacavam-se os bancos estaduais e os privados Bradesco, Itaú e Unibanco. A instalação desses bancos na cidade, antes presentes apenas nas principais capitais, foi expressão do dinamismo do setor financeiro de Uberlândia, que era a quarta praça bancária do estado mineiro, logo após Belo Horizonte, Juiz de Fora e Montes Claros, segundo a Fundação IBGE (1970).

Os bancos estrangeiros vieram na década de 1980, entre eles: o BankBoston (EUA) e o Sudameris (Itália). Desse modo, em 1985, Uberlândia contava com 34 agências bancárias e intermediários financeiros, o que representava 17,7% do total do suporte financeiro da região, que era de 192 estabelecimentos financeiros e 2,3% do total do estado, que contava com 1.455 estabelecimentos do segmento financeiro (BESSA, 2001). Assim, ocorreu um crescimento de 466,7% no número de agências entre o ano de 1946 e o ano de 1985.

No início da década de 1990, havia, em Uberlândia, cerca de 50 agências bancárias, o que equivale a um crescimento de 47,1%, em relação ao ano de 1985, e 29 postos de atendimento. Em 1996, o número de agências elevou-se para 57 e o número de postos para 47, o que correspondeu a um incremento da ordem de 14,0% e 62,1%, respectivamente (BESSA, 2001).

Para o ano de 2000, esses números sofreram mudanças importantes, que retratam o conjunto de transformações pelas quais vem passando o Sistema Financeiro Nacional, ante os processos de fusão e aquisição explicitados no Capítulo II. Nesse sentido, com relação ao número de agências, ocorreu, entre os anos de 1996 e 2000, uma redução de -8,8%, decaindo para o total de 52 agências. No que diz respeito ao número de postos de atendimento, a diminuição foi de -51,1%, restando apenas 23 postos de atendimento. De modo geral, o número total de estabelecimentos do segmento financeiro local sofreu, no período compreendido entre os anos de 1992 e 2000, uma redução da ordem de -5,1%, proporcionada pelo número de postos de atendimento automático, que sofreram uma redução de -20,7% (BESSA, 2001). Entretanto cumpre ressaltar que foram instalados postos de atendimento automático 24 horas. Conforme dados do IBGE, em 2006, eram 51 agências em Uberlândia. Esse período caracteriza o enxugamento dos agentes que atuam no setor financeiro brasileiro, assinalado pelas liquidações, fusões e aquisições ocorridas no setor.

No ano de 2010, registram-se, conforme dados do IBGE (2013), 63 agências bancárias instaladas em Uberlândia, um aumento de 23,5% em relação aos números encontrados em 2006, que colocam Uberlândia como a segunda principal praça bancária

de Minas Gerais. Essa evolução denota o peso das transações financeiras efetuadas na cidade, demonstrando a evolução na instalação de agências num período posterior aos processos de fusão e aquisição, que fizeram reduzir o número de corporações que atuam no setor financeiro, mas não a disponibilidade dos serviços prestados. Trata-se, segundo Corrêa (1989), do processo de concentração-dispersão dos agentes financeiros. Em relação às operações de crédito verificadas, verificou-se um aumento de, aproximadamente, 130% nos valores das operações financeiras (FIBGE, 2013) realizadas na cidade (TABELA 14), números que demonstram a pujança econômica de Uberlândia.

TABELA 14 - Uberlândia: evolução do número de agências e das operações de crédito, 2006-2010

Bancos	2006	2009	2010	Evolução % 2006-2010
Nº de Agências	51	62	63	23,50%
Operações de Crédito (em Mil Reais)	2.655.482	4.832.326	6.094.253	130%

Fonte: FIBGE (2013). Org.: OLIVEIRA, 2013.

Para o ano de 2012, destacam-se, na rede bancária uberlandense, os maiores bancos que atuam no Sistema Financeiro Nacional. Entre os bancos estatais, o Banco do Brasil, com 12 agências e 59 postos eletrônicos, e a Caixa Econômica Federal, com 10 agências e 12 postos eletrônicos. Entre os bancos do setor privado, sobressaem o Tribanco, pertencente ao capital local; o Banco Bradesco, com 15 agências e 81 postos eletrônicos; o Itaú Unibanco, com 15 agências e 22 postos eletrônicos, dentre outros. Entre os bancos estrangeiros, é possível ressaltar o HSBC Bank (Inglaterra), com 3 agências e 10 postos eletrônicos e o Banco Santander (Espanha), com 10 agências e 27 postos eletrônicos (TABELA 15).

Somados, todos os bancos que possuem agência em Uberlândia disponibilizam um total de 213 postos de atendimento, distribuídos nas modalidades PAB, PAA, PAE, PAM, PAP, PAT e PCP⁴⁸, o que evidencia a *hipercapilaridade* (CONTEL, 2007; 2009) das finanças e de suas modernas técnicas pelo tecido urbano da cidade. A nova base técnica disponibilizada pelas modernas topologias financeiras foi responsável pelo estabelecimento de uma nova dinâmica às práticas de concessão de créditos, cujas facilidades de utilização promoveram uma verdadeira hipercapilaridade do crédito que se instala sobre o território. Por hipercapilaridade de créditos entende-se a relação

⁴⁸ Conforme conceituação da FEBRABRAN (2013): PAB - Posto de Atendimento Bancário; PAA - Posto Avançado de Atendimento; PAE - Posto de Atendimento Bancário Eletrônico; PAM - Posto de Atendimento ao Micro Crédito; PAP - Posto Bancário de Arrecadação e Pagamento; PAT - Posto de Atendimento Transitório; PCP - Posto de Câmbio Permanente. Em suma, são os caixas eletrônicos e seus recursos e operações financeiras caracterizadas pelo autoatendimento.

estabelecida entre as modernas práticas do setor financeiro, que, ao vincular seus processos à velocidade das redes técnicas atuais, juntamente ao desenvolvimento de um padrão eletrônico às finanças, permitiu uma verdadeira disseminação das operações creditícias pelo território, de modo simples, acessível e dinâmico, possibilitado pelo

[...] aparecimento de novos objetos técnicos que aumentou o alcance social e espacial desses serviços, podemos dizer que foi incrementada sensivelmente a capilaridade da concessão de crédito no território brasileiro. No limite, podemos falar de uma *hipercapilaridade das finanças* (CONTEL, 2009, p. 128, grifos do autor).

TABELA 15 - Uberlândia: total de agências instaladas por banco, 2012

Bancos	Nº de agências	Nº de postos ¹
Banco Bradesco S.A.	15	81
Banco Daycoval S.A.	1	-
Banco do Brasil S.A.	12	59
Banco Fibra S.A.	1	-
Banco Industrial e Comercial S.A.	1	-
Banco Indusval S.A.	1	-
Banco Mercantil do Brasil S.A.	1	-
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	1
Banco Rabobank International Brasil S.A.	1	-
Banco Safra S.A.	1	-
Banco Santander (Brasil) S.A.	10	27
Banco Triângulo S.A.	1	1
Banco Votorantim S.A.	1	-
Caixa Econômica Federal	10	12
HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo	3	10
Itaú Unibanco S.A.	15	22
Total	74	213

Fonte: FEBRABAN, 2012. Org.: OLIVEIRA, 2013.

¹ Representa a soma dos PAB, PAA, PAE, PAM, PAP, PAT e PCP.

Em 2010, conforme dados da FIBGE (2013), foram identificadas 63 agências bancárias na cidade de Uberlândia (TABELA 14). Segundo dados da FEBRABAN (2012), em 2012, eram 74 agências espalhadas pelo tecido urbano da cidade (TABELA 16), uma evolução da ordem de 17,4% para o período entre os anos de 2010 a 2012.

Em relação à distribuição das agências bancárias pelo tecido urbano de Uberlândia (MAPA 5), salienta-se a concentração elevada destas na área central da mencionada cidade. É possível perceber, ao contrário do número de agências, a relevante participação da Zona Norte e seus 35 postos instalados (MAPA 6 e TABELA 17). Tais postos são disponibilizados pelos bancos às empresas e indústrias localizadas no Distrito Industrial, facilitando o acesso dos trabalhadores às finanças de

autoatendimento realizado por meio dos caixas e dos cartões eletrônicos, com suas múltiplas possibilidades de operações financeiras.

TABELA 16 - Uberlândia: localização das agências bancárias segundo o zoneamento⁴⁹, 2012

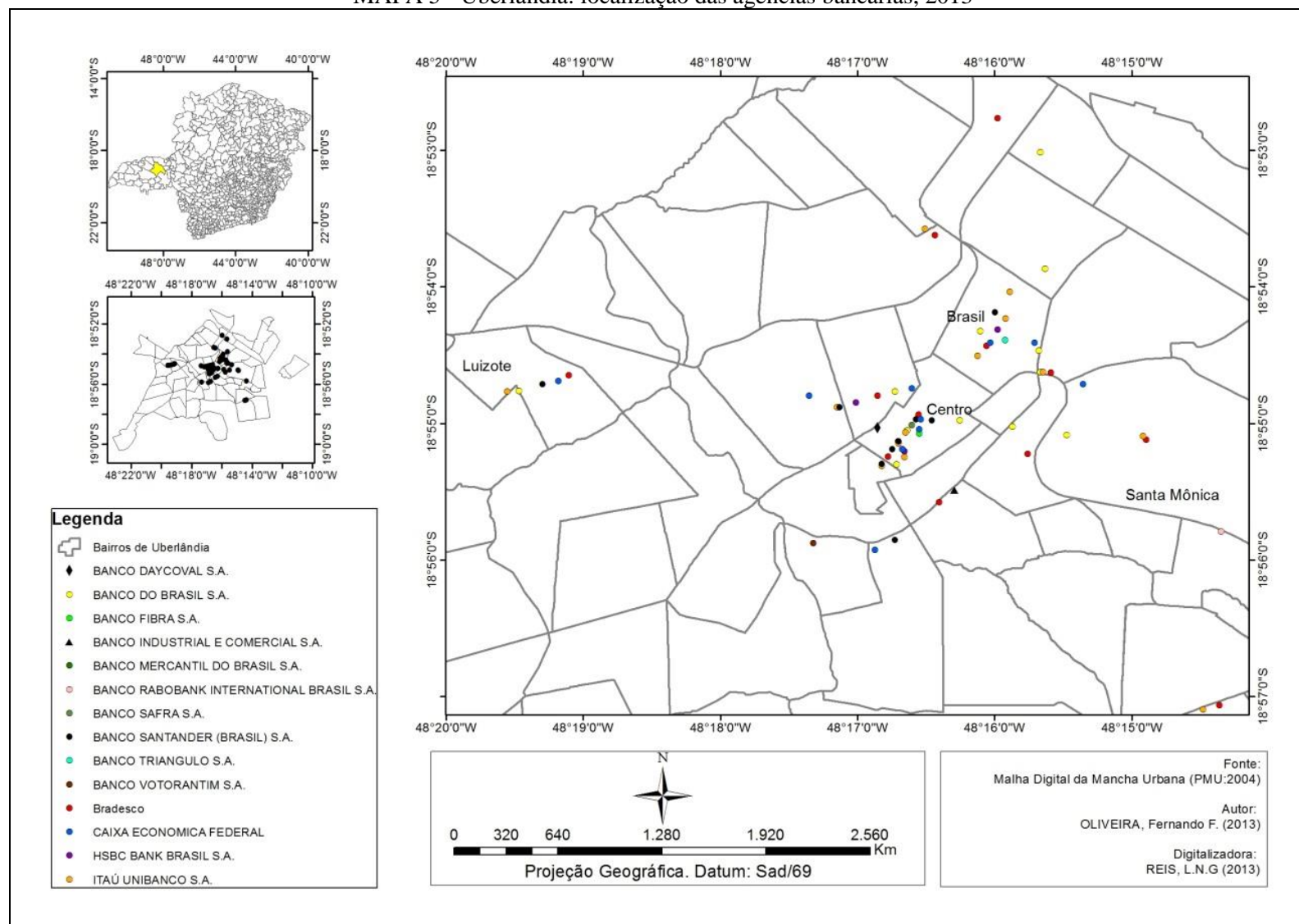
Agências	Zona Central	Zona Norte	Zona Oeste	Zona Sul	Zona Leste	Total
Banco Bradesco S.A.	5	2	1	4	3	15
Banco Daycoval S.A.	1					1
Banco do Brasil S.A.	7		1	2	2	12
Banco Fibra S.A.	1					1
Banco Industrial e Comercial S.A.				1		1
Banco Indusval S.A.					1	1
Banco Mercantil do Brasil S.A.	1					1
Banco Rabobank International Brasil S.A.					1	1
Banco Safra S.A.	1					1
Banco Santander (Brasil) S.A.	8		1	1		10
Banco Triângulo S.A.	1					1
Banco Votorantim S.A.				1		1
Caixa Econômica Federal	7		1	1	1	10
HSBC Bank Brasil S.A.	3					3
Itaú Unibanco S.A.	10	1	1	1	2	15
Total	45	3	5	11	10	74

Fonte: FEBRABAN (2012). Org.: OLIVEIRA, 2013.

Em relação à concessão de crédito por financeiras, Elias *et. al.* (2010) e Oliveira (2007) mencionam a evolução das empresas que oferecem créditos pessoais em Uberlândia, que aumentaram de 14 unidades em 1997 para 33 no ano de 2007, enfatizando a tendência nacional do aparecimento desse tipo de intermediador financeiro.

⁴⁹ De acordo com a Lei Complementar nº 525, de 14 de abril de 2011.

MAPA 5 - Uberlândia: localização das agências bancárias, 2013



MAPA 6 - Uberlândia: capilaridade bancária - postos de atendimento bancário, 2013

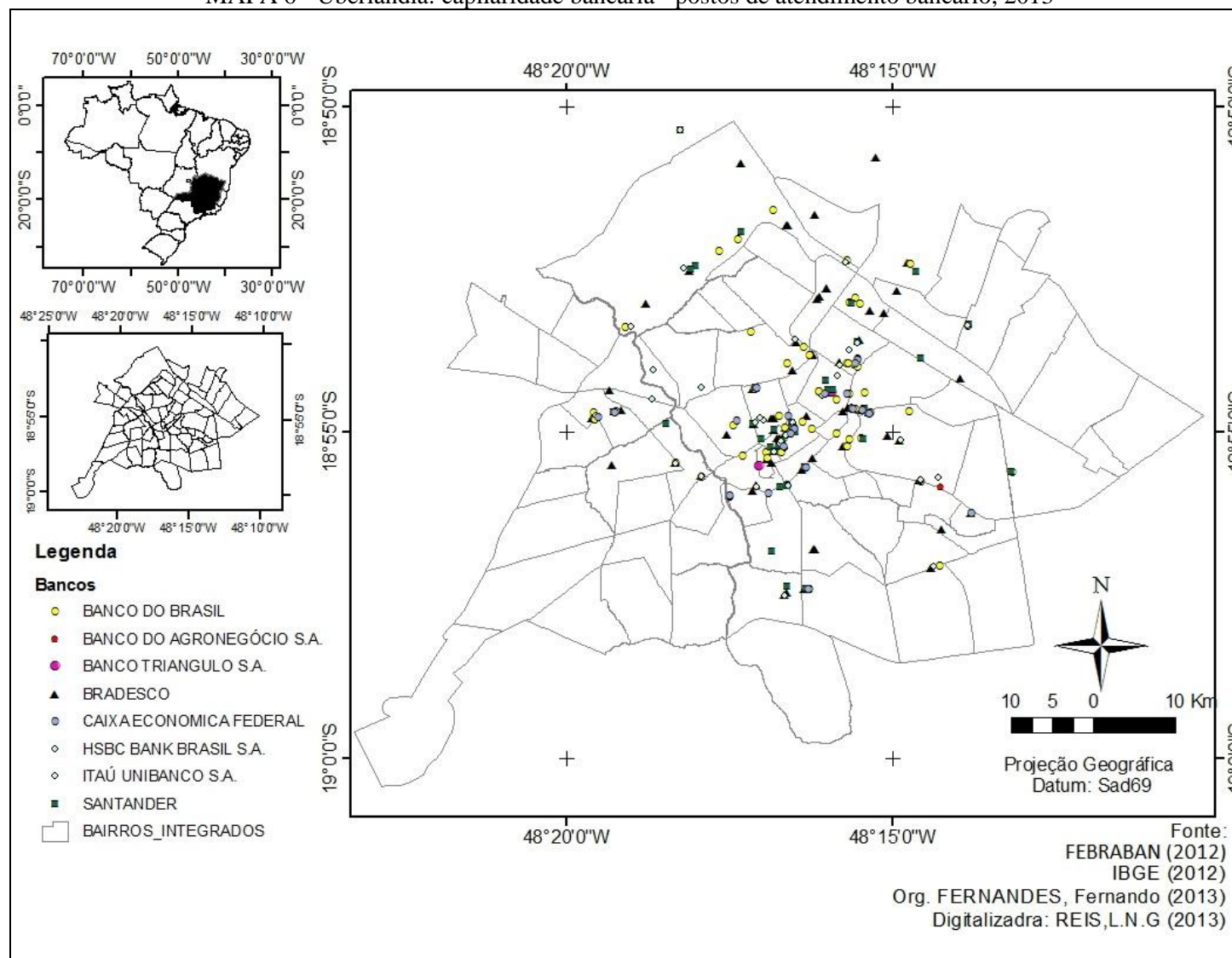


TABELA 17 - Uberlândia: postos de atendimento bancário segundo o zoneamento, 2013

Postos	Zona Central	Zona Norte	Zona Oeste	Zona Sul	Zona Leste	Total
Banco Bradesco S.A.	23	17	6	17	18	81
Banco do Brasil S.A.	21	8	2	9	19	59
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	-	-	-	1	1
Banco Santander (Brasil) S.A.	8	4	1	6	8	27
Banco Triângulo S.A.	1	-	-	-	-	1
Caixa Econômica Federal	5	-	1	6	-	12
HSBC Bank Brasil S.A.	3	2	2	1	2	10
Itaú Unibanco S.A.	7	4	1	4	6	22
Total	68	35	13	43	54	213

Fonte: FEBRABAN, 2012. Org.: OLIVEIRA, 2013.

Sobressaem, dentre as instituições que promovem a intermediação financeira na cidade de Uberlândia, duas corporações multilocalizadas oriundas do capital local uberlandense e que utilizam a referida cidade como a base para a gestão de seus espaços de atuação, as empresas operadoras de meios eletrônicos de pagamento Valecard e Policard. A atuação e a expansão multilocacional dessas corporações evidenciam o processo de financeirização do território e da própria sociedade, marcada pelas novas associações corporativas e diferenciações funcionais estratégicas pertinentes ao setor das finanças em sua difusão pelo território, o uso das modernas técnicas da eletrônica e das telecomunicações indispensáveis à constituição de finanças hipercapilarizadas, e cada vez mais presentes no cotidiano das populações, que denotam ainda importantes alterações culturais aos hábitos de consumo.

O que segue é uma apreciação baseada nos estudos da Geografia voltada à análise da difusão e da gestão espacial de corporações, que se tornam multilocalizadas, suas práticas de ordenamento e ampliação dos horizontes espaciais e, conseqüentemente, da acumulação de capitais. Ante a complexidade dos processos de gestão e seletividade dos espaços de atuação erigidos pelas corporações multilocalizadas, evidenciam-se os processos de configuração das horizontalidades e verticalidades que implicam, necessariamente, a consolidação e expansão das espacialidades das mencionadas empresas, o ordenamento territorial reticular e ramificado envolvendo as várias localizações, e as interações espaciais impetradas nos limites de suas espacialidades. Tal complexidade organizacional cuja base é espacial, não prescinde do estabelecimento de um notório circuito de cooperação espacial, que abrange diversos atores econômicos arquitetados pelo imperativo das práticas financeiras das corporações Valecard e Policard.

CAPÍTULO 5

GÊNESE E EVOLUÇÃO DAS ESPACIALIDADES DAS CORPORAÇÕES POLICARD E VALECARD

O presente capítulo apresenta no tocante à estruturação do suporte financeiro em Uberlândia, a dimensão espacial reticular das empresas Policard e Valecard, duas corporações financeiras oriundas do capital local que operam serviços de cartões eletrônicos de pagamento. No sentido de evidenciar a construção das espacialidades das referidas corporações financeiras, buscou-se tornar as suas práticas compreensíveis, abordando as suas horizontalidades e verticalidades, a sua estruturação em forma de rede que aprofundam, notadamente, as interações espaciais e propiciaram o processo de difusão de suas atividades pelo território brasileiro. A expansão vertical das referidas corporações é caracterizada por um notório processo de territorialização, dados os vínculos e as associações erigidas pelas mencionadas corporações concernentes à natureza peculiar de sua atividade de acumulação.

A Valecard iniciou suas operações em dezembro de 1997, quando disponibilizou cerca de 1.600 cartões de pagamento, que atendiam os funcionários das empresas Refrigerantes do Triângulo, Pneus Uberlândia, Guaraná Mineiro, Sindicato Rural de Uberlândia, dentre outras (BESSA, 2007). O ano de 1995 representou o início das atividades da Policard, quando da disponibilização de 2000 cartões voltados ao atendimento dos trabalhadores das empresas do Grupo Algar, sediado em Uberlândia.

No âmbito da presente pesquisa, é possível considerar esse primeiro momento do estabelecimento das espacialidades das referidas corporações, como a organização de suas *horizontalidades*, o arranjo inicial do processo de difusão espacial de suas áreas de atuação e o ponto da configuração das solidariedades do tipo orgânica, imprescindíveis à afirmação econômica das corporações assinaladas. O espaço imediato de atuação das corporações representam os espaços do predomínio da produção e interação localizada e contígua, caracterizada por uma interação verdadeiramente próxima aos agentes econômicos que constituem o circuito de operação e cooperação da empresa, fruto de

atividades que “[...] devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local” (SANTOS, 2000, p. 109).

Nessa condição, faz-se importante registrar os espaços de horizontalidades das corporações Valecard e Policard, caracterizados pelos processos de consolidação das atividades das empresas no lugar e em seus espaços imediatos, configurados pela formação de uma rede arquitetada por pontos contínuos e contíguos e seus fluxos reguladores, assinalados pela solidariedade existente entre os elementos formadores do fenômeno espacial, no caso, a difusão espacial das mencionadas corporações, a base para a constituição das suas *verticalidades*. Logo, as horizontalidades representam a gênese de uma corporação multilocalizada, “[...] o *locus* de uma cooperação mais limitada” (SANTOS, 2012, p. 284, grifos do autor).

5.1 - As *horizontalidades* e as *verticalidades* da corporação Valecard

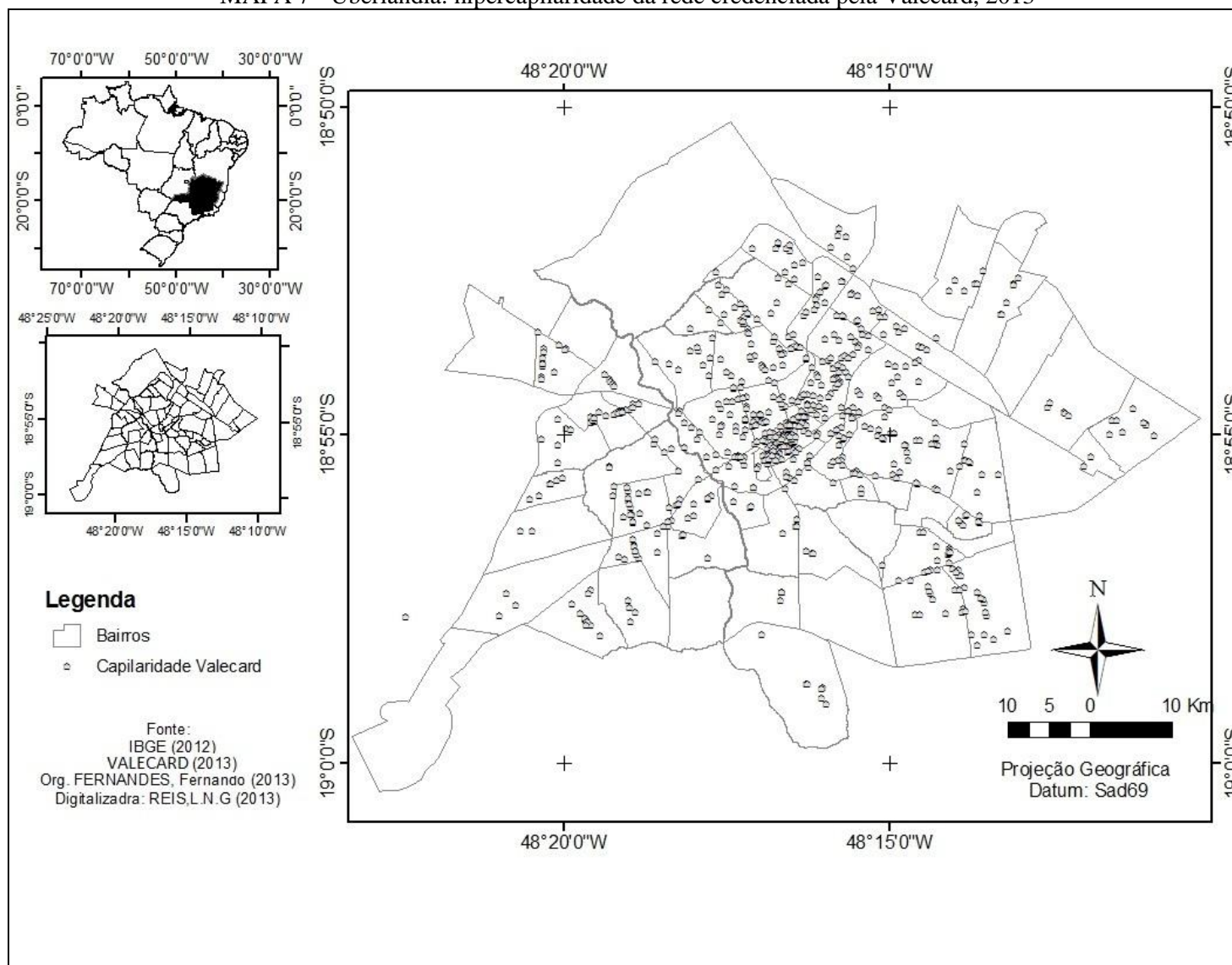
Conforme conferido em pesquisa direta, a gênese das atividades da Valecard se estabeleceu em Uberlândia, a cidade sede e o centro do comando de suas espacialidades, tendo como base de suas operações as empresas locais, inicialmente, foco para os primeiros convênios, além do próprio setor terciário da cidade, que constituíram os fixos comerciais, que primeiramente, foram credenciados à rede da mencionada corporação. Posteriormente, a corporação ampliou sua área de atuação aos limites regionais do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e também ao sul do estado de Goiás. Configurou-se, assim, o recorte espacial correspondente às horizontalidades da corporação Valecard. Dadas as dificuldades verificadas na construção de um histórico que representasse os passos desta construção horizontal, decidiu-se considerar o atual grau de imbricação da mencionada empresa nos espaços que correspondem às suas horizontalidades, ou seja, o espaço caracterizado pelo estabelecimento de suas atividades e o ponto de partida para a configuração de suas *verticalidades*.

Cumprir registrar a capilaridade da Valecard sobre o tecido urbano de Uberlândia, a partir da verificação de sua rede credenciada pulverizada pela cidade. A espacialização da imbricada rede de credenciamento constituída pela Valecard em Uberlândia representa a constituição de seu espaço adjacente, caracterizado pelo estabelecimento de uma cooperação imediata com as empresas parceiras e os fixos comerciais credenciados a receber os seus cartões eletrônicos de pagamento. Conforme

pesquisa realizada junto ao sítio da Valecard, em abril de 2013, a rede credenciada apta a receber os cartões eletrônicos da referida corporação era de, aproximadamente, 850 fixos comerciais e de serviços (MAPA 7), denotando um alto grau de hipercapilaridade financeira. De acordo com pesquisa direta, em setembro de 2012, a Valecard administrava um total de 125.930 cartões ativos em Uberlândia, valores que indicam a pujança das operações de crédito ordenadas pela referida corporação.

Percebe-se, sob a influência da prestação de serviços financeiros a cargo da mencionada corporação, uma densa e articulada rede constituída por pontos eletrônicos, que possibilitaram uma verdadeira hipercapilaridade de finanças, caracterizada pela captura eletrônica do pagamento de produtos e serviços.

MAPA 7 - Uberlândia: hipercapilaridade da rede credenciada pela Valecard, 2013



Nota-se, ainda, o estabelecimento de circuitos de cooperação entre os fixos varejistas, as empresas conveniadas e os serviços financeiros prestados pela Valecard, no tocante às atividades de credenciamento dos estabelecimentos comerciais e à disponibilização dos cartões eletrônicos às empresas parceiras. Ainda no que se refere à estruturação das horizontalidades da Valecard, observa-se a expansão de sua área de atuação ao contexto regional da cidade sede rumo aos centros urbanos próximos, espacialidade que corresponde aos limites da Mesorregião do Triângulo Mineiro-Alto Paranaíba, que, conforme pesquisa direta na sede da referida corporação, representam os primeiros passos rumo à configuração das suas *verticalidades*.

Assinala-se o controle concentrado da tomada de decisões sobre Uberlândia, que, para as atividades da Valecard, representa o centro de gestão do território (CORRÊA, 1989; 1996) e o ponto de comando das *interações espaciais* (CORRÊA, 1997) orientadas pela empresa e caracterizadas pelos fluxos financeiros, de materiais publicitários, cartões emitidos e do próprio gerenciamento. Admite-se, assim, a notória capacidade de as corporações multilocalizadas na instituição de hierarquias urbanas a partir de centros urbanos privilegiados, o foco da configuração de suas interações espaciais.

Em relação à constituição das horizontalidades verificadas nos centros urbanos próximos à cidade sede das operações, destacam-se as cidades de Patos de Minas, Uberaba e Araxá, no Triângulo Mineiro (TABELA 18), como centros de relevante presença da atividade de credenciamento conferida pela Valecard. Mormente, a considerável capilaridade da rede conveniada pela Valecard nos mencionados centros urbanos, atesta os vínculos desta corporação financeira com os demais os agentes econômicos instalados nos respectivos lugares, mediante o estabelecimento de convênio com diferentes empresas parceiras. Aprecia-se, nessa condição, o ordenamento das horizontalidades da Valecard, caracterizado pela atuação da mencionada corporação por um espaço contínuo e contíguo, que agrupa diversos núcleos urbanos próximos ao centro de gestão das operações da empresa, que, para Santos (2012, p. 284) representam “[...] pontos no espaço que se agregam sem descontinuidade, como a noção tradicional de região”.

Nessa óptica, verifica-se, mesmo em cidades de pequeno contingente populacional e de reduzida modernização do setor terciário, uma considerável capilaridade da rede credenciada pela mencionada corporação financeira, com destaque para Conceição das Alagoas (MG), com 23 mil habitantes e 46 fixos comerciais

credenciados, e Delta (MG), com 8 mil habitantes e 21 fixos credenciados pela Valecard (TABELA 18). Cumpre ressaltar o peso da produção de etanol e açúcar nos referidos municípios, que contam com usinas de beneficiamento de cana de açúcar pertencentes ao Grupo Carlos Lyra⁵⁰.

TABELA 18 - Valecard: rede credenciada por município da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - acima de 10 estabelecimentos, 2013

Cidade	Total de estabelecimentos credenciados
Uberlândia	850
Patos de Minas	404
Uberaba	381
Araxá	108
Ituiutaba	83
Araguari	79
Patrocínio	46
Prata	46
Conceição das Alagoas	46
Frutal	26
Delta	21
Iturama	18
Ibiá	17
Carno do Paranaíba	17
Conquista	16
Monte Alegre de Minas	16
Nova Ponte	15
São Gotardo	15
Sacramento	13
Coromandel	12
Monte Carmelo	11
Campos Altos	10
Campo Florido	10

Fonte: VALECARD, 2013. Org.: OLIVEIRA, 2013.

À constituição das verticalidades de uma corporação multilocalizada, observa-se o estabelecimento de solidariedades do tipo organizacional caracterizadas pelo ordenamento intrínseco à empresa sobre contextos regionais distantes e diferenciados quanto às suas características de coesão espacial. Tal comando, vindo de fora exercido por corporações multilocalizadas, remete à introdução, às conjunturas locais, de racionalidades distantes que, a partir de sua tendência à hierarquização dos lugares, se realizam por meio de um comando hegemônico. As verticalidades, nessa condição, retratam pontos descontínuos que, embora separados, mantêm seus diversos fluxos

⁵⁰ Grupo de origem do estado de Alagoas, que atua nos setores de extração mineral e agroindústria, com destaque ao beneficiamento da cana de açúcar.

conectados por meio das técnicas reticulares do atual período, condição fundamental ao funcionamento do sistema. Trata-se, nas palavras de Santos (2012, p. 285), de um processo de homogeneização que “[...] exige uma integração dependente, referida a um ponto do espaço, dentro ou fora do mesmo país”, cuja tendência é a desagregação das horizontalidades e suas solidariedades orgânicas.

Destaca-se, na óptica de desenho das verticalidades da corporação Valecard, o estabelecimento de sua atividade de intermediação financeira sobre a região do Sul Goiano, que, conforme pesquisa direta, constitui os primeiros passos da referida corporação rumo à ampliação dos seus horizontes geográficos. A cidade de Catalão⁵¹ e os 173 fixos comerciais credenciados caracterizam esse primeiro momento da constituição das verticalidades da Valecard, cuja relevância da rede credenciada insere-se no contexto da parceria instituída com a Mistubishi Motors do Brasil, montadora de autos multinacional, que passou a disponibilizar os cartões eletrônicos aos seus funcionários. Silva (2010) atesta que a parceria entre Valecard e Mistubishi Motors foi responsável pela intensificação das trocas comerciais e dos fluxos financeiros não só sobre o setor terciário de Catalão, assim como sobre os fixos comerciais dos pequenos núcleos urbanos próximos, como Anhanguera, Cumari, Goiandira, Nova Aurova, Ouvidor e Três Ranchos, denotando a força da Valecard também nas pequenas cidades do Sul Goiano e, conforme registrado na Tabela 19, para centros urbanos com mais de 10 estabelecimentos comerciais credenciados.

Ante a ampliação dos horizontes geográficos de atuação da Valecard, é viável registrar um significativo crescimento, sobretudo a partir do estabelecimento de sucursais espalhadas pelo território nacional. Em 2007, a Valecard possuía 18 escritórios regionais, distribuídos por 11 estados brasileiros (BESSA, 2007). Em 2013, são 28 sucursais espalhadas por 15 estados da Federação mais o Distrito Federal, a saber: Amazonas, Pará, Tocantins, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul (QUADRO 14 e MAPA 8), cuja matriz e centro do comando das operações encontra-se na cidade de Uberlândia. Atesta-se, nessa condição, a difusão espacial da Valecard a partir de uma trama reticular complexa que obedece a lógica de se

⁵¹ A dificuldade em estabelecer a relação sobre as demais cidades que possuem relevante número de estabelecimentos credenciados com as empresas que se tornam parceiras da Valecard, assim como ocorre em Catalão-GO e região, se deu frente ao sigilo sobre informações que a administração da referida corporação julgou como estratégicas.

agruparem à rede da empresa algumas localidades que possuam um privilegiado quadro à eficiência funcional e administrativa nas suas atividades de acumulação de capitais.

TABELA 19 - Valecard: rede credenciada por município da mesorregião Sul Goiano - acima de 10 estabelecimentos, 2013

Cidade	Total de estabelecimentos credenciados
Catalão	173
Rio Verde	56
Itumbiara	53
Caldas Novas	33
Jataí	24
Quirinópolis	21
Ipameri	17
Mineiros	13
Goiatuba	12
Morrinhos	11
Pires do Rio	11

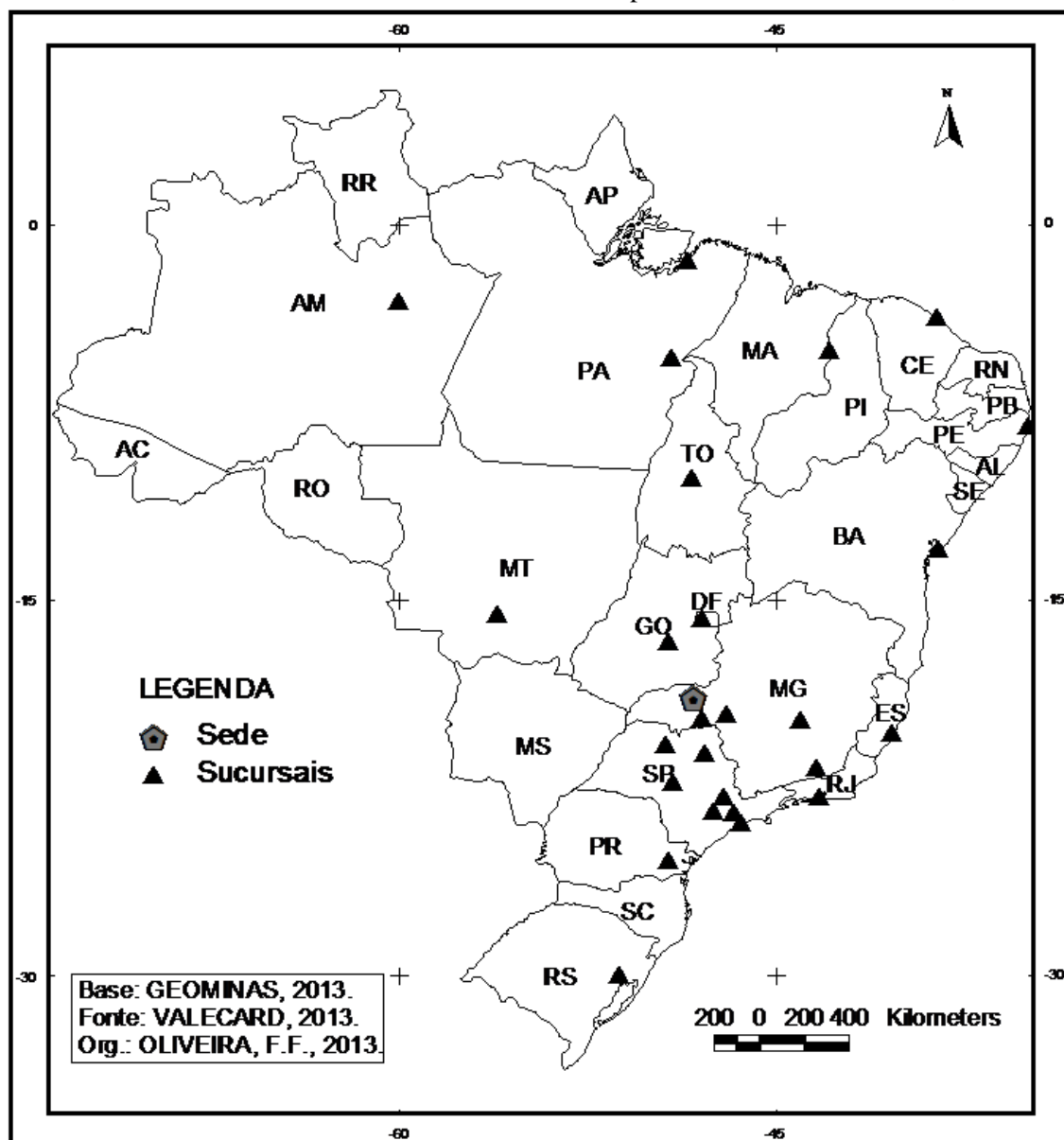
Fonte: VALECARD, 2013. Org.: OLIVEIRA, 2013.

QUADRO 14 - Valecard: sucursais a partir da sede em Uberlândia, 2013

Uberlândia (Centro da Gestão do Território)	Região Norte	Manaus-AM, Belém-PA, Marabá-PA, Palmas-TO
	Região Nordeste	Terezina-PI, Fortaleza-CE, Recife-PE, Salvador-BA
	Região Centro-Oeste	Distrito Federal-DF, Goiânia-GO, Cuiabá-MT
	Região Sudeste	Uberaba-MG, Araxá-MG, Belo Horizonte-MG, Juiz de Fora-MG, Vitória-ES, Rio de Janeiro-RJ, São José do Rio Preto-SP, Ribeirão Preto-SP, Bauru-SP, Campinas-SP, Sorocaba-SP, São Paulo-SP, Santos-SP
	Região Sul	Curitiba-PR, Porto Alegre-RS

Fonte: VALECARD, 2013. Org.: OLIVEIRA, 2013.

MAPA 8 - Valecard: verticalidades das sucursais a partir da sede em Uberlândia, 2013



Como assevera Silva (1997), a difusão espacial das agências e filiais de uma corporação financeira multilocalizada, estabelecida em uma economia capitalista, é resultado da iminente necessidade de inserção das atividades da corporação sobre contextos espaciais e econômicos diferenciados, assim como a assimilação e introdução das estratégias direcionadas às particularidades de cada conjuntura. Destarte, ressalta-se a diversidade socioespacial do território nacional como o principal estímulo à implantação de filiais da corporação multilocalizada em lugares estratégicos. Na busca da expansão vertical de duas operações, a Valecard lançou-se sobre o estado de São Paulo, pautando-se nesse amplo, forte e diversificado mercado econômico, instalando sucursais nos mais importantes centros da rede urbana paulista (TABELA 20), além do aprofundamento da rede credenciada no referido Estado, a mais densa de toda a área de atuação da empresa.

É interessante notar, nessa perspectiva que rompe os limites regionais da cidade sede, a configuração de um padrão hierárquico entre as cidades no que tange ao processo de espacialização da corporação em vias de multilocalização de suas atividades, caracterizada pelo grau de importância de cada lugar no ciclo de reprodução de capitais erigido pela empresa, em perspectiva semelhante às contribuições de Chandler (1962) e Hymer (1978), que constituem, segundo Santos e Silveira (2011, p. 292-293), um “[...] conjunto de pontos essenciais ao exercício de sua atividade, nos seus aspectos mais fortes”. Cria-se, portanto, “[...] uma rede de localidades centrais caracterizada por uma hierarquia de lugares [...]” (CORRÊA, 1997, p. 290), que possui como elemento norteador o ordenamento territorial demandado pela corporação multilocalizada, que impõe aos lugares uma “[...] coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes [...]” (SANTOS, 2012, p. 285), configurando assim a estrutura de suas verticalidades.

Essa hierarquia de lugares estabelecida pela Valecard pode ser verificada a partir da concentração de estabelecimentos credenciados em algumas cidades, números que denotam a relevante circulação dos cartões pelo setor terciário desses centros urbanos e, em decorrência, da marcante movimentação financeira realizada. Destacam-se as cidades de Rio de Janeiro-RJ, que conta com, aproximadamente, 2.400 estabelecimentos credenciados, Campinas-SP, Belo Horizonte-MG, Goiânia-GO, Brasília-DF e Fortaleza-CE, todas com mais de 1000 fixos comerciais credenciados, e a metrópole paulista, que, pela pujança e diversificação de suas atividades econômicas, encontra-se no topo dessa

hierarquia urbana arquitetada pela corporação Valecard, com, aproximadamente, 8.100 estabelecimentos credenciados (TABELA 20).

TABELA 20 - Valecard: rede credenciada por unidade da federação, 2013

Estado	N. total credenciado	Cidade com sucursal	Rede credenciada da cidade com sucursal
São Paulo	25.000	São Paulo	8.100
		Campinas	1.230
		Santos	450
		Ribeirão Preto	435
		Sorocaba	400
		São José do Rio Preto	340
		Bauru	90
		Belo Horizonte	1.260
Minas Gerais	9.240	Uberlândia - sede	850
		Uberaba	600
		Patos de Minas	404
		Juiz de Fora	195
		Araxá	165
		Goiânia	1.500
Goiás	4.520	Rio de Janeiro	2.240
Rio de Janeiro	4.200	Salvador	930
Bahia	3.065	Brasília	1.290
Distrito Federal	1.290	Fortaleza	1.040
Ceará	1.515	Belém	310
Pará	1.170	Marabá	40
Paraná	1.120	Curitiba	65
Rio Grande do Sul	1.000	Porto Alegre	140
Pernambuco	970	Recife	320
Mato Grosso	725	Cuiabá	255
Espírito Santo	510	Vitória	80
Tocantins	400	Palmas	125
Piauí	260	Terezina	115
Amazonas	70	Manaus	60
Maranhão	520	São Luís	220
Mato Grosso do Sul	375	Campo Grande	130
Santa Catarina	410	-	-
Rondônia	415	-	-
Sergipe	235	-	-
Paraíba	215	-	-
Alagoas	165	-	-
Rio Grande do Norte	120	-	-
Amapá	50	-	-
Acre	23	-	-
Roraima	7	-	-

Fonte: VALECARD, 2013. Org.: OLIVEIRA, 2013.

No contexto do processo de difusão espacial, erigido por uma corporação promotora de fluxos e intermediação financeira a partir da marcante hierarquização de uma rede de centros urbanos, cumpre registrar o decisivo papel exercido pelas redes técnicas que se estabelecem no espaço, cujo adensamento ou rarefação da trama reticular passa a ser uma referência à seleção espacial asseverada pela empresa multilocalizada. Nessa óptica, as técnicas reticulares do atual período, sobretudo no que tange às possibilidades do trato simultâneo dos fluxos de capitais, de informações e do comando a cargo da simultaneidade das telecomunicações, permitem às empresas a interconexão de localizações geográficas, cuja rede que une pontos e nós é animada por um sistema de ações que caracteriza as demandas particularistas das práticas de reprodução de capitais orquestradas pela corporação por amplo espaço.

Ante essa realidade, Silva (1997) atesta a ocorrência, no âmbito da difusão espacial de uma corporação financeira, da busca de *zonas de oportunidade*, cujo foco do planejamento locacional da empresa versa sobre as melhores áreas para a implantação de filiais e dos seus serviços. Desse modo, a densa capilaridade da rede credenciada e a implantação de sucursais nas principais cidades da rede urbana paulista certificam a busca da Valecard na instalação de suas atividades sobre o mais concorrido e denso mercado econômico do país. Não obstante, segundo Corrêa (1991), a busca por áreas que melhor atendam às demandas da corporação multilocalizada parte do pressuposto da prática de *seletividade espacial*, em que a corporação “[...] decide sobre um determinado lugar segundo este apresenta atributos julgados de interesse por ela” (CORRÊA, 1991, p. 36).

A disposição, tanto das infraestruturas reticulares quanto no que se refere ao peso econômico e populacional concentrado sobre São Paulo, configura a grande zona de oportunidade às atividades econômicas da Valecard. Logo, é possível convalidar a penetração da Valecard no mercado paulista, a partir do credenciamento aproximadamente, 25.000 estabelecimentos em todo o estado (MAPA 9 e TABELA 20), além da abertura de sucursais nas cidades de São Paulo, Campinas, Santos, Ribeirão Preto, Sorocaba, São José do Rio Preto e Bauru (MAPA 9), assim como o credenciamento verificado no setor terciário dos referidos centros urbanos. Ademais, a diversificação econômica verificada no referido estado e a vasta quantidade de empresas públicas e privadas aptas a firmar parcerias junto à Valecard fecham o leque de possibilidades que o mercado paulista representa.

Na perspectiva da constituição das verticalidades da mencionada corporação, mesmo que a cidade de Uberlândia seja o centro do comando do processo de difusão espacial da empresa e o lugar para onde fluem as suas interações espaciais, o estado de São Paulo e a Capital Paulista emergem como os principais focos de concentração das atividades de acumulação de capitais da Valecard. Outrora, quando do início da consolidação das atividades desta corporação financeira, o embrião foi estabelecido ante as associações arquitetadas na cidade sede, como o palco para a constituição das suas horizontalidades.

Como é sabido, a circulação de capitais nasce das trocas de mercadorias entre pessoas e lugares. Os negócios decorrentes das trocas comerciais é, portanto, a prática social que mais manipula o dinheiro. Desse modo, nada mais natural do que a densidade de agências bancárias [ou das atividades de uma corporação financeira] esteja nos locais de comércio mais intenso (SILVA, 1997, p. 52).

Nota-se, portanto, a relevante participação da atividade de credenciamento da Valecard nos mercados de Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Distrito Federal, cuja lógica de instalação de filiais nas capitais e principais cidades obedece à prática de seleção espacial pautada no pressuposto atrativo das zonas de oportunidades e seus mercados bem consolidados. Trata-se ainda, do processo de *fragmentação espacial*, prática espacial de corporações multilocalizadas identificada por Corrêa (1991, p. 37), pelo qual a “[...] corporação elege primeiramente os lugares que apresentam maior potencial face à natureza das unidades a serem implantadas”.

5.2 - As horizontalidades e as verticalidades da Policard

A corporação Policard, uma empresa que gere cartões eletrônicos de pagamento, teve como gênese de suas atividades financeiras a cidade de Uberlândia, palco de suas horizontalidades e centro da gestão do seu processo de difusão espacial. Assim como a Valecard, a Policard teve como base, no início de suas operações, a aliança com empresas locais, além dos estabelecimentos de comércio e serviços instalados na referida cidade, os primeiros a serem credenciados à rede conveniada da Policard. A mesorregião do Triângulo Mineiro e sua rede urbana podem ser consideradas como a extensão das horizontalidades da Policard, recorte espacial caracterizado por uma série de pontos que se agregam sem descontinuidade, o foco de uma cooperação mais

limitada instituída a partir da consolidação de solidariedades orgânicas (SANTOS, 2012).

Na perspectiva da consolidação das horizontalidades da Policard, priorizou-se a análise da densidade de sua rede de fixos comerciais credenciados espalhados pelo tecido urbano da cidade sede, que, na perspectiva de uma cooperação mais limitada, demonstra o peso do setor terciário estabelecido em Uberlândia e as múltiplas associações com demais agentes econômicos instalados no lugar na gênese e fortalecimento das atividades da mencionada corporação financeira. Em pesquisa realizada junto ao sítio da Policard em abril de 2013, foram reconhecidos, aproximadamente, 2.100 fixos comerciais credenciados e aptos a receber cerca de 70.000 cartões eletrônicos de pagamento que circulam pela cidade (PESQUISA DIRETA, 2013), números que demonstram a densa hipercapilaridade financeira ordenada pela referida corporação no circuito econômico da cidade sede (MAPA 10).

Na estrutura horizontal da Policard, atesta-se uma ampla pulverização de sua rede credenciada pela Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com significativa atividade de credenciamento em alguns pequenos municípios da mencionada mesorregião, como no caso das cidades de Nova Ponte (MG), que, com 12 mil habitantes, possui 60 fixos comerciais credenciados, e Araporã (MG), com população de 6500 habitantes e 42 pontos aptos a receber os cartões eletrônicos Policard, conforme informações verificadas no sítio da mencionada administradora de cartões e trabalhadas na Tabela 21. Assim como para a Valecard, embora não tenham sido disponibilizados dados sobre a localização de empresas parceiras, é possível que, nesses municípios de baixo contingente populacional e de marcante presença de práticas comerciais tradicionais, a ocorrência de empresas ou órgãos públicos que se associam às corporações Policard e Valecard para a disponibilização dos seus cartões a funcionários e/ou à gestão de gastos internos da empresa.

MAPA 10 - Uberlândia: hipercapilaridade da rede credenciada pela Policard, 2013

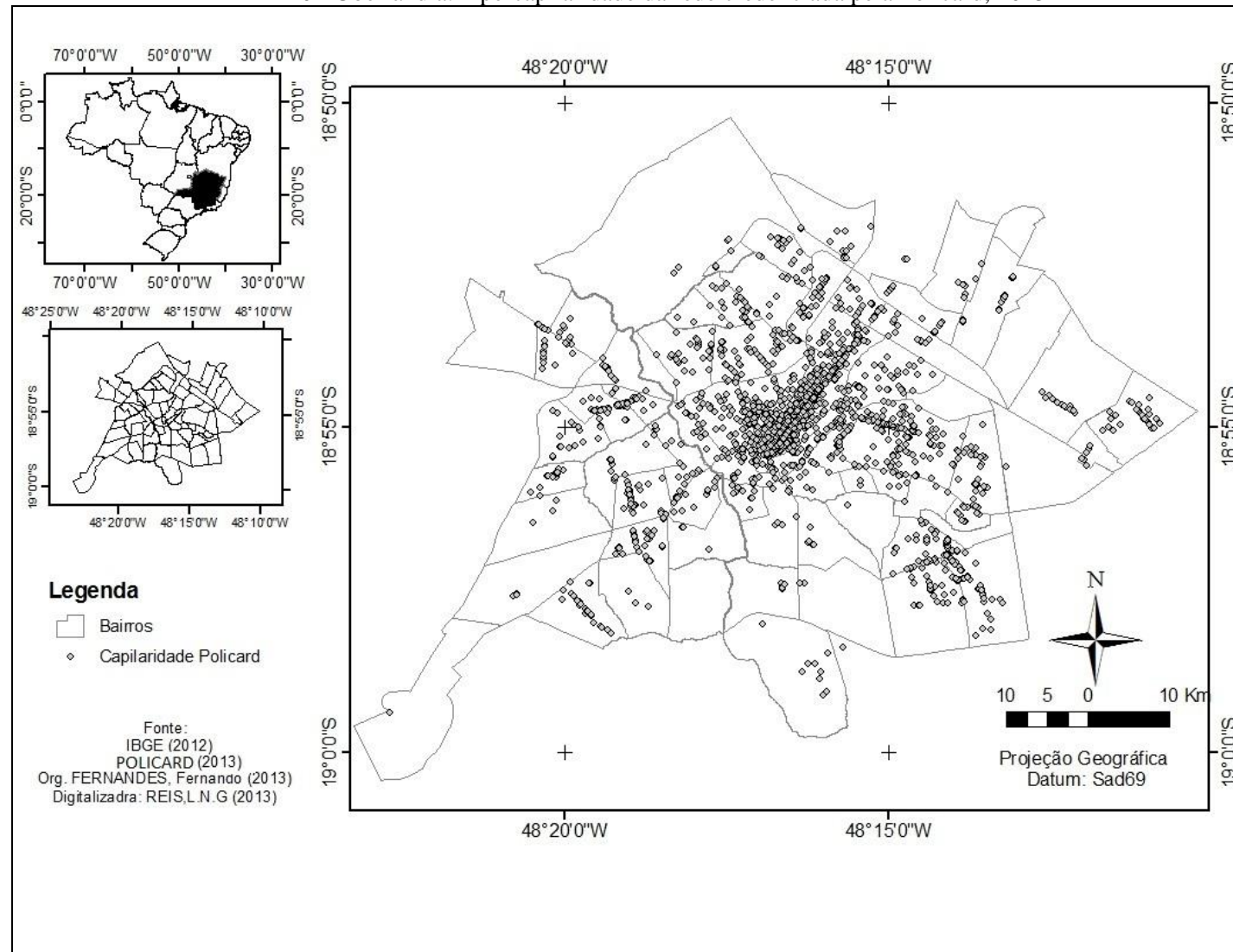


TABELA 21 - Policard: rede credenciada por município da Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - acima de 10 estabelecimentos, 2013

Cidade	Total de Estabelecimentos Credenciados
Uberlândia	2200
Uberaba	390
Frutal	314
Ituiutaba	205
Patos de Minas	129
Araxá	116
Patrocínio	104
Iturama	89
Araguari	86
Nova Ponte	60
Monte Alegre de Minas	53
Sacramento	53
Campina Verde	45
Araporã	42
Monte Carmelo	38
Prata	33
Conceição das Alagoas	33
Centralina	33
Tupaciguara	31
São Gotardo	26
Pirajuba	25
Coromandel	24
Tapira	22
Ibiá	20
Comendador Gomes	18
Santa Vitória	17
Capinópolis	17
Canápolis	17
Campos Altos	15
Carneirinho	15
Carmo do Paranaíba	14
Perdizes	14
Estrela do Sul	14
Serra do Salitre	12
Rio Paranaíba	12
Guimarânia	11
Delta	10
Itapagipe	10
Cruzeiro da Fortaleza	10
Santa Juliana	10

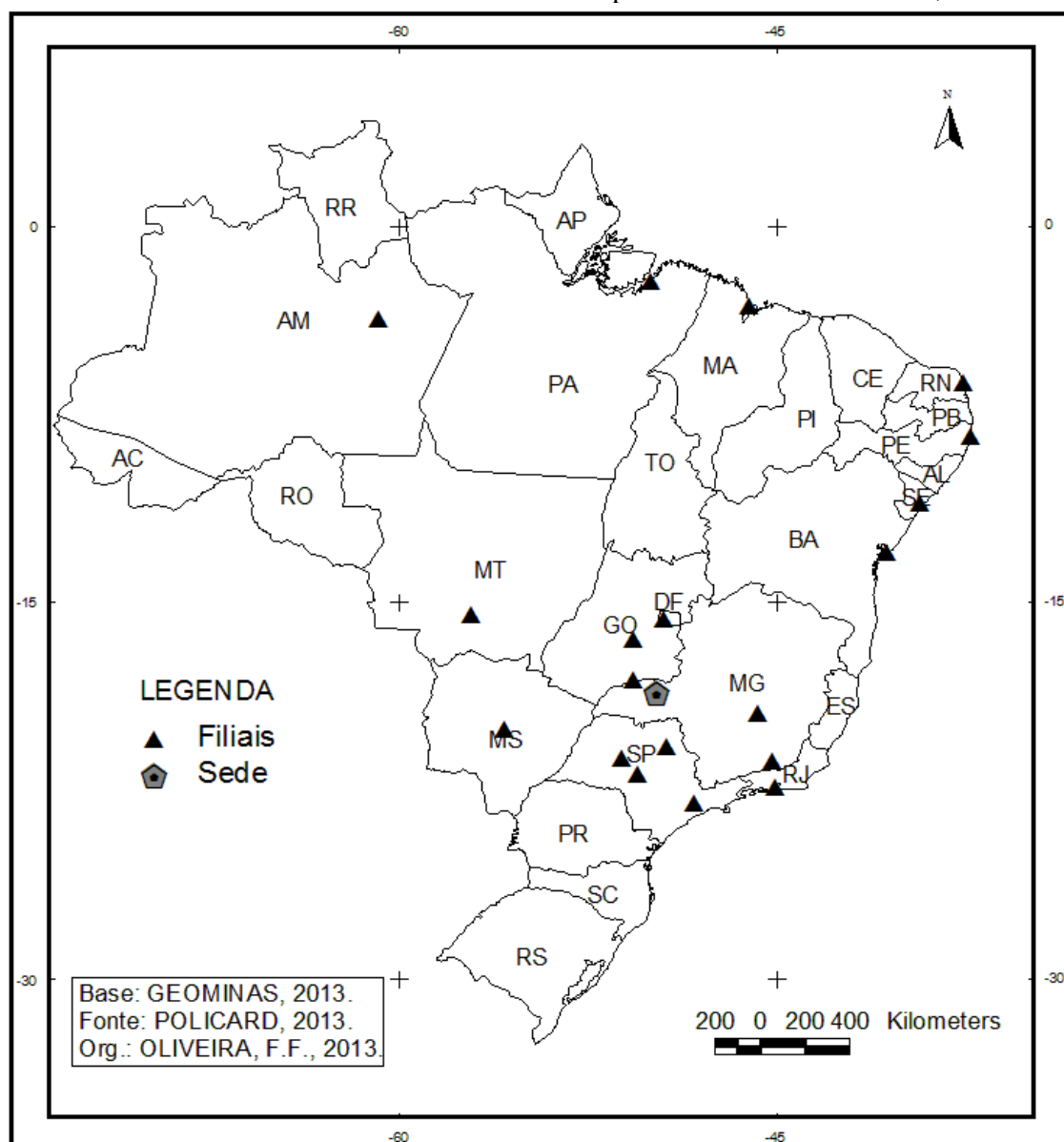
Fonte: POLICARD, 2013. Org. OLIVEIRA, 2013.

A relevante presença de estabelecimentos comerciais disponíveis aos cartões atesta a ocorrência do seu uso e de sua circulação pelo comércio. Ademais, assim caracterizam-se as horizontalidades dessas duas corporações cujo centro do comando é a cidade de Uberlândia, a partir do credenciamento de fixos comerciais nas cidades próximas à cidade sede das atividades das referidas corporações financeiras. Atesta-se, nessa óptica, a constituição de um espaço contíguo e contínuo, marcado por uma ligação funcional dos lugares que se agregam sem descontinuidade e alinhados sob a construção de solidariedades do tipo orgânica, alicerçadas pelo estabelecimento de uma cooperação mais próxima e limitada.

Ordena-se, nesse contexto, a redistribuição regional das áreas de influência do núcleo urbano principal dessa rede, no caso, a rede urbana triangulina, agora, atestada e veementizada pela influência de corporações que se distribuem espacialmente em uma trama reticular, cujo foco do comando concentra-se sobre a cidade de Uberlândia. Como assevera Santos (2012, p. 285), essa hierarquia institui-se por meio de ordens técnicas, políticas e financeiras e representam as condições indispensáveis ao funcionamento dos processos de acumulação de capitais das mencionadas corporações, que mantêm suas demandas horizontais e verticais ante ao estabelecimento de uma ordem técnico-reticular hierárquica.

No processo de difusão espacial arquitetado pela Policard, cuja base encontra-se na cidade de Uberlândia, o foco do comando e de suas horizontalidades, tem-se a constituição de suas verticalidades caracterizadas por espaços descontínuos que ratificam a ocorrência de um comando vindo de áreas longínquas, ligando pontos no espaço articulados pelas redes informacionais e hierarquizados por meio do ordenamento erigido pela referida corporação. No contexto da constituição das suas verticalidades, é possível atestar a ampliação das áreas de atuação da Policard pelo território nacional, que agregam 21 escritórios regionais espalhados por 14 estados da Federação mais o Distrito Federal: São Luís-MA, Salvador-BA, Recife-PE, Natal-RN, Aracaju- SE, Brasília-DF, Goiânia-GO, Itumbiara-GO, Cuiabá-MT, Campo Grande-MS, Belo Horizonte-MG, Juiz de Fora-MG, Rio de Janeiro-RJ, Bauru-SP, Lins-SP, Ribeirão Preto-SP, São Paulo-SP (MAPA 11), distribuídas por quatro regiões do país (QUADRO 15). Esse movimento denota a busca da Policard na inserção de suas atividades em realidades econômicas diferentes, como fruto das estratégias que visam ao direcionamento das decisões voltadas às particularidades de cada conjuntura como uma forma de se tirar o máximo proveito do espaço.

MAPA 11 - Policard: verticalidades das filiais a partir da sede em Uberlândia, 2013



QUADRO 15 - Policard: escritórios regionais a partir da sede em Uberlândia, 2013

Uberlândia (Centro da Gestão do Território)	Região Norte	Manaus-AM, Belém-PA
	Região Nordeste	São Luís-MA, Salvador-BA, Recife-PE, Natal-RN, Aracaju- SE
	Região Centro-Oeste	Brasília-DF, Goiânia-GO, Itumbiara-GO, Cuiabá-MT, Campo Grande-MS
	Região Sudeste	Belo Horizonte-MG, Juiz de Fora-MG, Rio de Janeiro-RJ, Bauru-SP, Lins-SP, Ribeirão Preto-SP, São Paulo-SP

Fonte: POLICARD, 2013. Org.: OLIVEIRA, 2013.

Ante a égide da difusão espacial pautada na busca por zonas de oportunidades, por mercados bem consolidados e munidos de relevante densidade dos meios técnicos necessários ao estabelecimento de uma corporação financeira, afirma-se para a Policard, a exemplo do que foi pontuado nas espacialidades da Valecard, uma relevante concentração de filiais no estado de São Paulo, em importantes centros que compõem a sua rede urbana, como no caso das filiais instaladas em Lins, Bauru, Ribeirão Preto e na metrópole paulista (MAPA 12).

Em referência à concentração de estabelecimentos credenciados, o estado de Minas Gerais possui destaque, concentrando, segundo os dados disponibilizados pelo sítio da Policard, o maior número de estabelecimentos aptos a receber os seus cartões eletrônicos entre todos os estados da Federação, com mais de 10.000 fixos comerciais credenciados, seguido pelo estado de São Paulo, que possui uma rede credenciada de, aproximadamente, 7.500 estabelecimentos (TABELA 22). Percebe-se, ainda, a estratégia de fragmentação espacial (CORRÊA, 1991), caracterizada pela busca das áreas mais aptas ao desenvolvimento das atividades da corporação multilocalizada.

No contexto da busca de zonas de oportunidades aos serviços da Policard, os mercados bem consolidados e diversificados de Minas Gerais e de São Paulo, assim como a concentração populacional e das infraestruturas indispensáveis à promoção dos fluxos financeiros e das informações, ratificam o foco da mencionada corporação sobre estes espaços. Atesta-se, ante a relevante rede credenciada nos mencionados estados, a marcante presença de empresas públicas e privadas que aderem aos convênios e serviços financeiros prestados pela Policard. Assim como para a Valecard e conforme verificado em pesquisa direta, a cidade de Uberlândia, que constitui o cerne das horizontalidades da Policard, já não representa mais o seu maior mercado de atuação, embora tenha sido registrado pela presente pesquisa um grande número de estabelecimentos credenciados na cidade sede, que supera os 2.000 fixos comerciais.

Nessa condição, verifica-se que os mercados que configuram as verticalidades das mencionadas corporações financeiras representam, atualmente, a base dos serviços prestados e dos seus processos de acumulação de capitais.

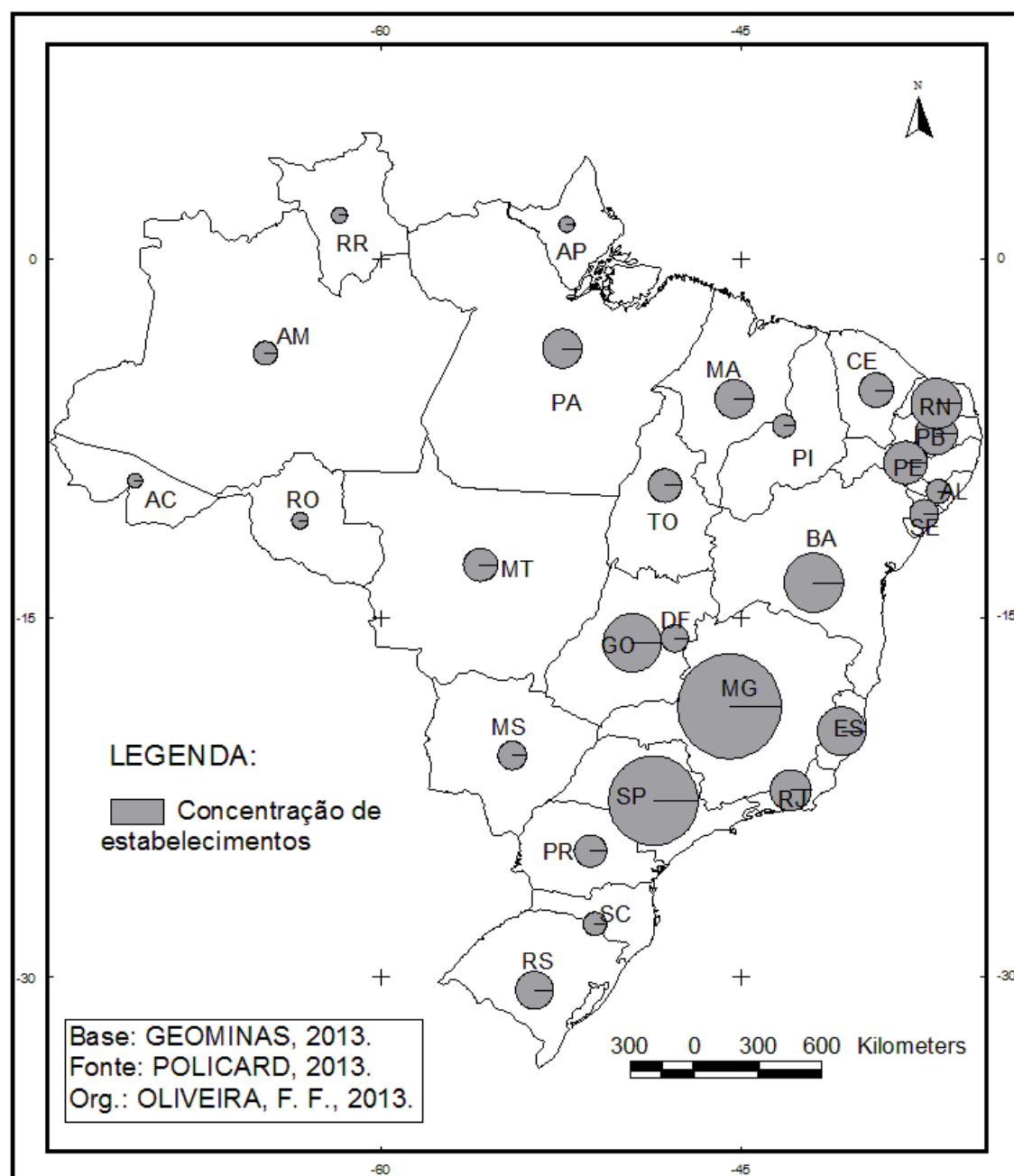
TABELA 22 - Policard: rede credenciada por unidade da federação, 2013

Estado	N. total credenciado	Cidade da Filial	Rede Credenciada da Cidade com Filial
Amazonas	235	Manaus	207
Bahia	3.113	Salvador	1.124
Distrito Federal	398	Brasília	398
Espírito Santo	1.964	Vitória	314
Goiás	3.000	Goiânia	909
Maranhão	1.117	Itumbiara	153
		São Luís	180
Minas Gerais	10.061	Belo Horizonte	682
		Juiz de Fora	336
Mato Grosso	706	Uberlândia – sede	2.200
Mato Grosso do Sul	460	Cuiabá	223
Pará	1.150	Campo Grande	190
Pernambuco	1.470	Belém	320
Rio de Janeiro	1.287	Recife	335
Rio Grande do Norte	2.157	Rio de Janeiro	359
Sergipe	480	Natal	870
		Aracaju	250
		Bauru	187
São Paulo	7.498	Lins	224
		Ribeirão Preto	494
		São Paulo	1.472
Acre	9		
Alagoas	261		
Amapá	18		
Ceará	800		
Paraíba	1.371		
Paraná	670		
Piauí	200		
Rio Grande do Sul	1.028		
Rondônia	33		
Roraima	21		
Santa Catarina	225		
Tocantins	740		

Fonte: POLICARD, 2013. Org.: OLIVEIRA, 2013.

Os dados contidos na Tabela 22 retratam os números oriundos do sítio da Policard para informações sobre sua rede credenciada, tratando-se, portanto, de informações oficiais e abertas ao público, cujos números foram espacializados no Mapa 11. Conforme pesquisa direta realizada na sede da empresa, a informação obtida versa sobre a existência de cerca de 70 mil fixos comerciais, que constituem a rede credenciada da Policard pelo território nacional, dado não verificado pelas informações contidas em seu sítio.

MAPA 12 - Policard: concentração da rede de estabelecimentos credenciados, 2013

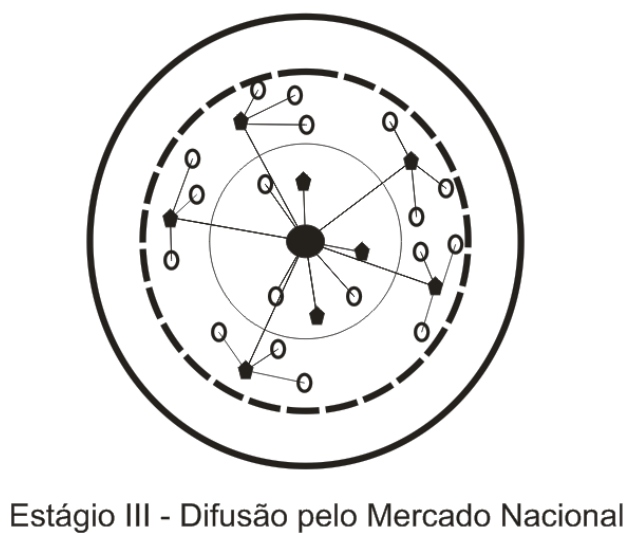
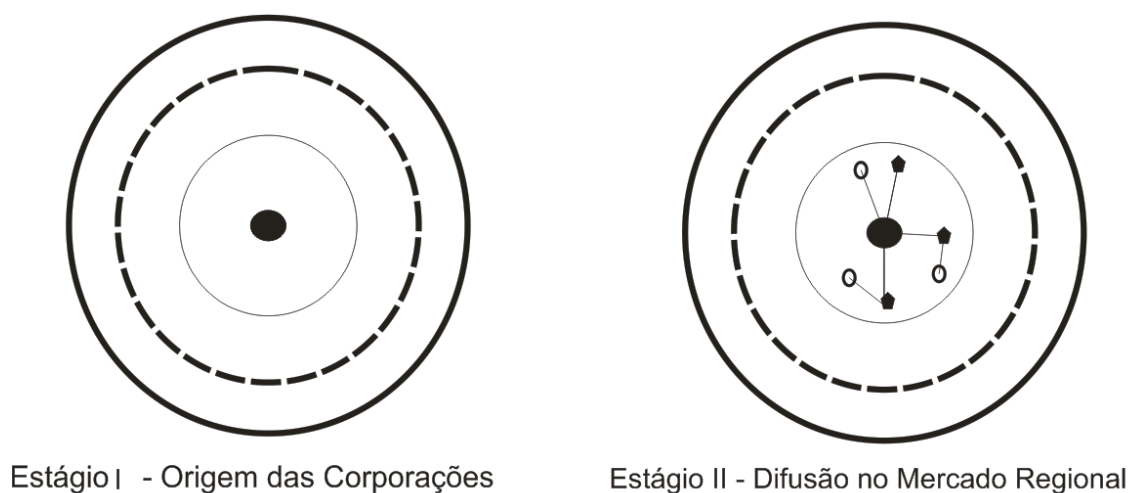


Considera-se, portanto, que a rede credenciada da mencionada corporação é muito superior aos dados colhidos em seu sítio. Ante a dificuldade de verificação dos verdadeiros números da rede credenciada da referida corporação mediante pesquisa direta, decidiu-se utilizar as informações contidas no sítio para a espacialização da atuação da Policard pelo país e da operação de suas interações espaciais. Ante a confirmação dos números da atuação da corporação Policard, a expressiva evolução das suas atividades. Em pesquisa realizada por Bessa (2007) foi registrado, no ano de 2006, um total de 22 mil fixos comerciais credenciados pela mencionada corporação, conforme pesquisa direta. Os mais de 70 mil estabelecimentos credenciados pela Policard, em 2013, credenciam a significativa evolução de suas atividades creditícias no mercado nacional.

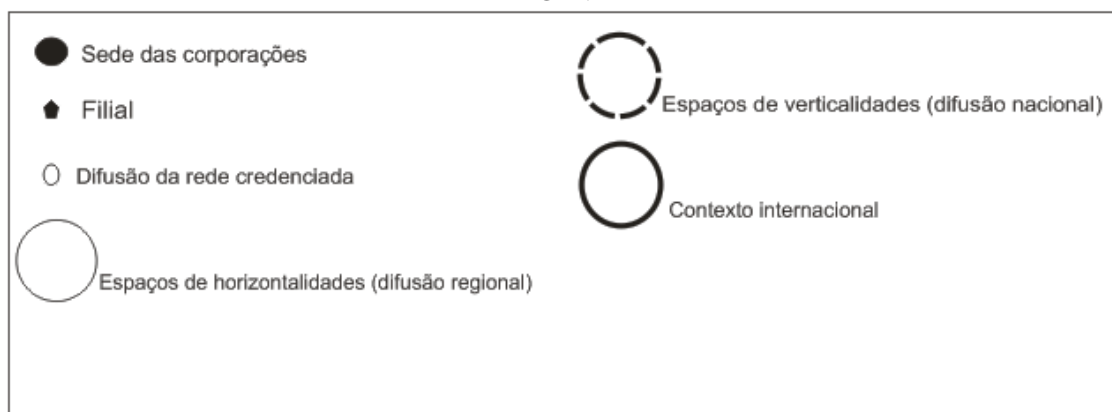
Outro ponto importante relativo às espacialidades da Policard versa sobre os correspondentes bancários que a corporação mantém por meio da associação com o Banco Bradesco, um dos maiores bancos privados que atuam no Brasil. Segundo pesquisa direta, a mencionada corporação mantém correspondentes bancários do Bradesco em todo o território nacional. Cumpre ressaltar que em, aproximadamente, 430 pequenas cidades e localidades remotas espalhadas pelo país, o correspondente bancário Bradesco associado à Policard consiste no único acesso dessas populações a uma forma de intermediação financeira institucionalizada, não sendo possível realizar a espacialização desses dados por constituírem informações estratégicas e confidenciais entre a Policard e o Banco Bradesco. Para Corrêa (1991) trata-se de uma medida estratégica de *antecipação espacial*. Como reserva de território, a antecipação espacial “[...] significa garantir para o futuro próximo o controle de uma dada organização espacial, garantindo, assim, as possibilidades, via ampliação do espaço de atuação, de reprodução de suas condições de produção” (CORRÊA, 1991, p. 38), ou, no caso de uma corporação financeira multilocalizada, das condições para o acesso, a circulação de créditos e a ampliação das formas de reprodução dos seus capitais.

Na intersecção das horizontalidades e verticalidades de uma corporação multilocalizada a partir de seu estabelecimento e de sua consolidação, junto ao mercado imediato e a posterior expansão vertical das áreas de atuação, destaca-se o padrão de crescimento de uma corporação postulado por Hakanson (1979) (FIGURA 11).

FIGURA 11 - Modelo de crescimento das corporações Policard e Valecard, 2013



LEGENDA



Fonte: Adaptado de Hakanson (1979). Org.: OLIVEIRA, 2013.

Por meio das redes que possibilitam a penetração da empresa em espaços longínquos, possuindo como substrato as bases lançadas em seu espaço imediato, percebe-se o processo de difusão espacial que obedece a uma lógica hierárquica de seleção e de ligação entre lugares que se vinculam ao centro do comando da corporação a partir da instituição de uma trama reticular e da complexa expansão histórico espacial das atividades da empresa.

Nessa óptica, é possível reconhecer, com base na proposta de Hakanson (1979), um padrão para a espacialização das atividades das corporações Policard e Valecard, que obedecem à busca de novos mercados mediante o estabelecimento de escritórios regionais que operem de modo diferenciado obedecendo à diversidade regional verificada no território nacional. A base da alavancagem vertical instaura-se nos espaços de horizontalidades, que configuram a área *core* do processo de evolução da corporação multilocalizada e que correspondem Estágio I da evolução de suas espacialidades. Para Policard e Valecard, esse espaço corresponde ao diversificado mercado uberlandense, que, pela sua relevância, proporcionou as condições necessárias à consolidação das atividades financeiras geridas pelas mencionadas administradoras de cartões eletrônicos.

O Estágio II do modelo de crescimento supracitado corresponde à penetração nos mercados regionais, que, associados ao mercado sede das corporações Valecard e Policard, corresponderam, ante ao processo histórico de expansão territorial, à *core* área de suas atividades, o ponto inicial da consolidação de suas verticalidades e da instalação dos primeiros escritórios regionais. Destacam-se, portanto, as cidades próximas à sede que comportam escritórios das mencionadas corporações, como Araxá, Uberaba e Patos de Minas para Valecard e, para a Policard, a relevante atividade de credenciamento verificada nos centros próximos a Uberlândia-MG.

O Estágio III da proposta de Hakanson corresponde à constituição das verticalidades de Policard e Valecard, pela difusão de suas atividades pelo mercado nacional. Nesse contexto, destaca-se a instalação de escritórios em diferentes contextos regionais, fruto da necessidade da corporação planejar de forma eficaz a exploração em áreas longínquas e com traços econômicos peculiares. Conforme já registrado, os escritórios regionais mantidos pelas referidas corporações pelo país representam esse estágio de suas atividades, marcado pela inserção em espaços descontínuos, mas interligados, por meio das redes técnicas, ao ordenamento centralizado na sede.

Conforme exposto por Silva (1997), essa expansão vertical dos espaços de atuação da corporação multilocalizada é acompanhada pela multifuncionalização de

suas atividades. Nesse contexto, a expansão do leque de possibilidades dos serviços financeiros prestados por Policard e Valecard confirma a difusão espacial vinculada à agregação de novas possibilidades. Em relação à Policard, ressalta-se, ainda, a função de correspondente bancário do Banco Bradesco, atividade fortemente difundida pelo território nacional. Como a Policard e a Valecard não constituem corporações multinacionais, os Estágios IV e V da análise de Hakanson (1979) não correspondem às alternativas no entendimento de suas espacialidades concentradas nos limites do território nacional.

Ante a lógica das associações erigidas pelas empresas Valecard e Policard, a partir dos nexos estabelecidos entre as empresas parceiras e os fixos comerciais do setor terciário, é possível atestar a ocorrência, nessas áreas de maior densidade da rede credenciada, de um expressivo adensamento de empresas públicas e privadas que firmam parceria com as referidas corporações financeiras. Essa ordem asseverada pela articulação de uma rede de estabelecimentos comerciais, que busca a inserção de vários lugares sobre a lógica particularista dessas corporações que se organizam em rede não prescinde, no equipamento do território, das modernas técnicas reticulares que operam a fluidez espacial característica do atual período histórico. Trata-se, em maior escala, da constituição de uma rede urbana articulada pela instantaneidade das telecomunicações que, em última análise, representam um imperativo à integração econômica das regiões do país pautada no dinamismo dos fluxos financeiros, em que a expansão das corporações Policard e Valecard vale-se de tal imperativo na integração nacional por meio das finanças e, nessa condição, pela constituição dos seus espaços de atuação.

5.3 - As *interações espaciais* das corporações Valecard e Policard

Com a expansão dos horizontes de atuação das corporações Valecard e Policard, temos a configuração de suas verticalidades, marcadas por solidariedades que atuam sobre espaços descontínuos com pontos espacialmente separados, porém interligados e regulados por racionalidades superiores e distantes do lugar onde o comando se faz sentir. Ante a afirmação das verticalidades de corporações que transmitem ações sobre espaços distantes do foco da gestão de seu território, as *interações espaciais* (CORRÊA, 2006) surgem como recorte de interpretação precioso para a análise das espacialidades das empresas multilocalizadas, como processo inerente e indispensável aos seus

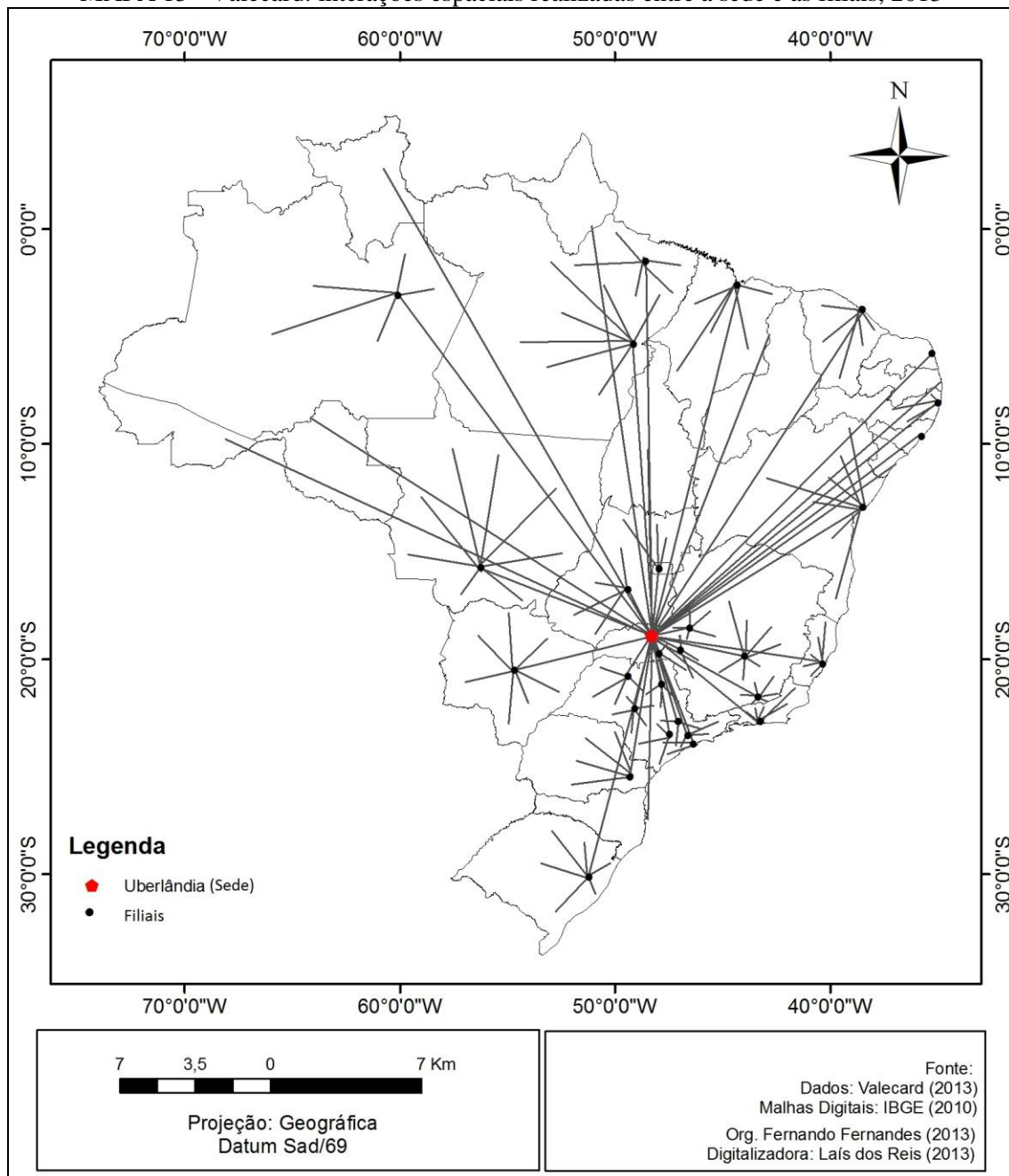
caminhos de reprodução e acumulação de capitais, à medida em que “[...] rompem-se as amarras de horizontes espaciais limitados e fortemente fechados, submetidos a uma economia preponderantemente autárquica” (CORRÊA, 2006, p. 282).

No domínio da presente pesquisa, atesta-se a importância das interações espaciais à consolidação das espacialidades das empresas Policard e Valecard, verificadas pelas associações estabelecidas com empresas parceiras e com fixos comerciais, dos fluxos financeiros, dos cartões eletrônicos de pagamento, de materiais publicitários e do comando ordenado pelas mencionadas corporações em direção a lugares distantes. Tal processo mantém os fluxos concentrados em Uberlândia, a cidade sede do ordenamento de seus espaços de atuação, cujo comando fixado a partir deste centro urbano gera uma notável “[...] articulação entre áreas e cidades através de uma rede urbana cada vez mais importante e fortemente articulada” (CORRÊA, 2006, p. 282).

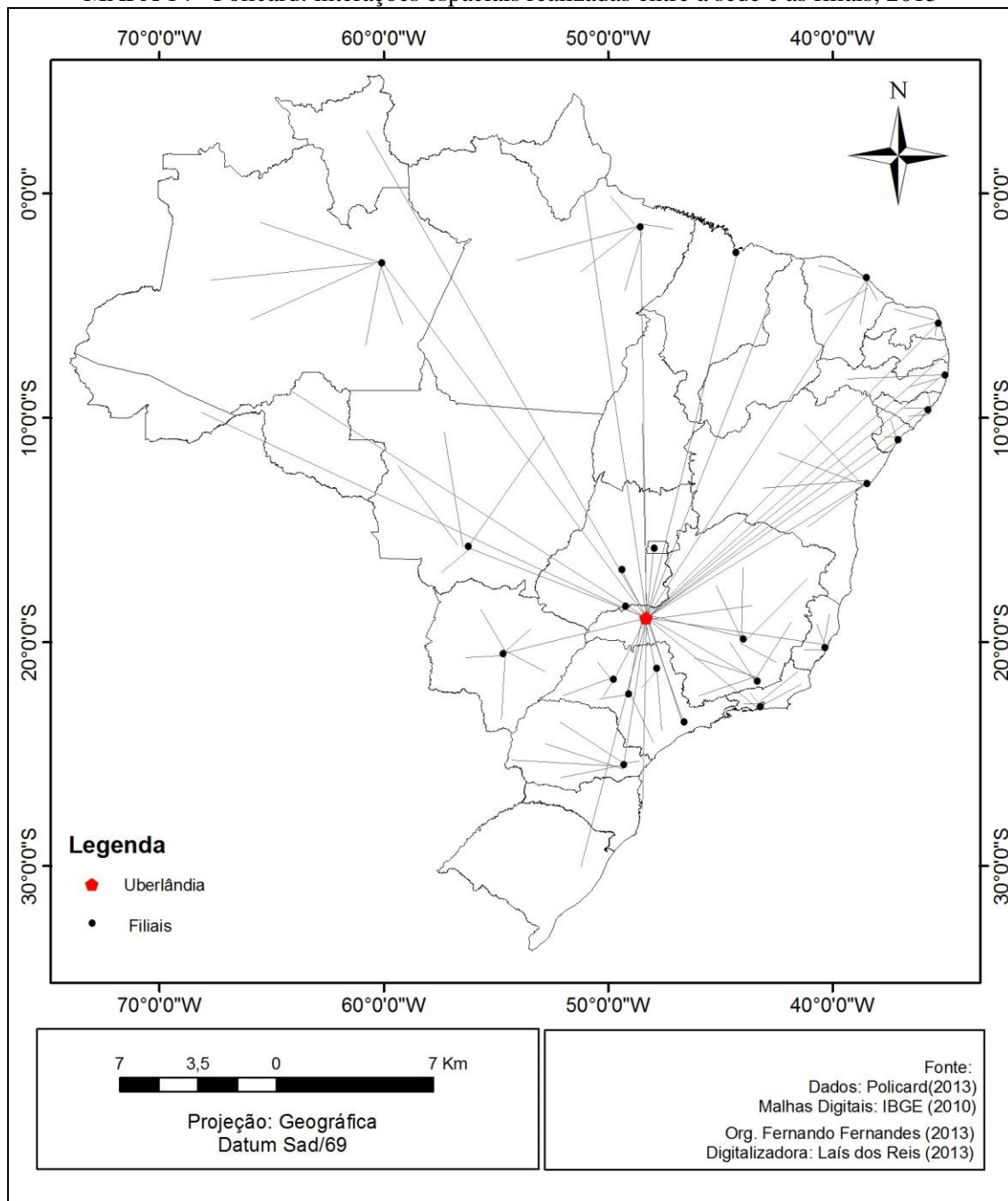
Torna-se iminente, no contexto da reprodução de capitais ordenado por Policard e Valecard, o imperativo pela afirmação de múltiplas localizações e das articulações necessárias à natureza dos seus serviços financeiros, caracterizadas pelos vínculos tecidos com as empresas parceiras, os fixos comerciais credenciados e os operadores dos seus cartões de pagamento, responsáveis pela consolidação do consumo que gera os fluxos financeiros e a demanda creditícia. Conforme exposto por Corrêa (2006) e abordado no Capítulo I, as interações espaciais arquitetadas por corporações multilocalizadas efetuam-se por meio da configuração de uma série de medidas estratégicas e caminhos que representam o complexo ciclo de reprodução do capital em sua configuração espacial. Como aponta CORRÊA (2006, p. 286), “[...] as complexidades são potencializadas com a constituição de poderosas corporações multifuncionais e multilocalizadas envolvendo ampla gama de produtos e serviços e inúmeras localizações”.

O momento descrito, nos Mapas 13 e 14, consiste em importante faceta à consolidação da atuação das mencionadas corporações sobre espaços longínquos, o que caracteriza a busca por associações locais que configuram os laços arquitetados por Policard e Valecard com empresas parceiras, cuja atividade consiste na prospecção de novos clientes realizada a partir das filiais instaladas em contextos regionais díspares, conforme exposto pelos Mapas 13 e 14, que representam as interações espaciais erigidas por Valecard e Policard respectivamente.

MAPA 13 - Valecard: interações espaciais realizadas entre a sede e as filiais, 2013



MAPA 14 - Policard: interações espaciais realizadas entre a sede e as filiais, 2013

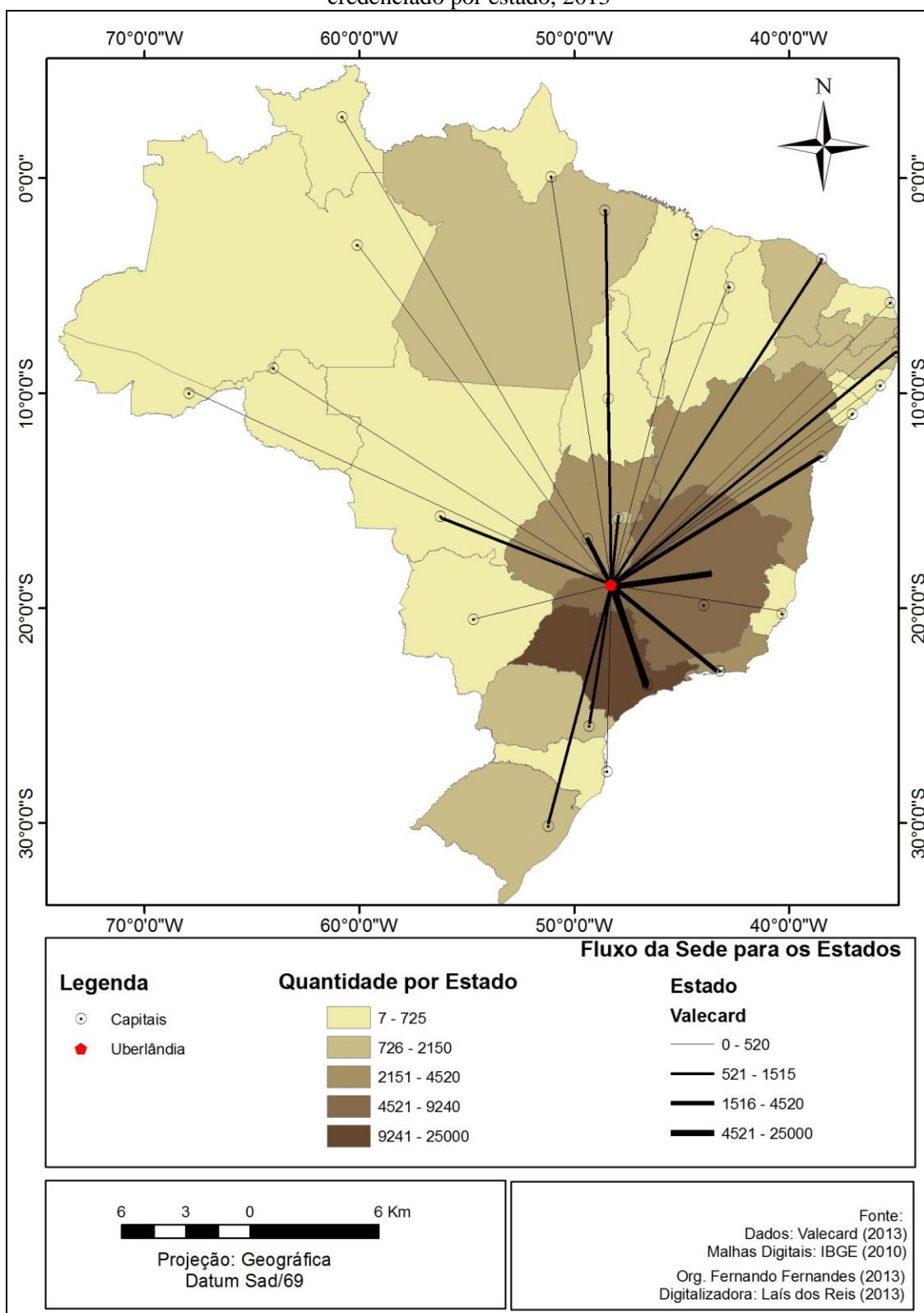


Para o início do processo da construção das verticalidades de Valecard e Policard e por meio de decisões tomadas em suas sedes administrativas localizadas em Uberlândia, verifica-se o imperativo da constituição de filiais espacialmente dispersas. Nesse estágio, as interações iniciais, conforme asseverado por Corrêa (2006, p. 286) acontecem por meio de “[...] fluxos de informações e recursos financeiros [...]”, possibilitados pelo uso das redes informacionais e direcionados ao fechamento de parcerias e contratos de serviços (MAPAS 13 e 14).

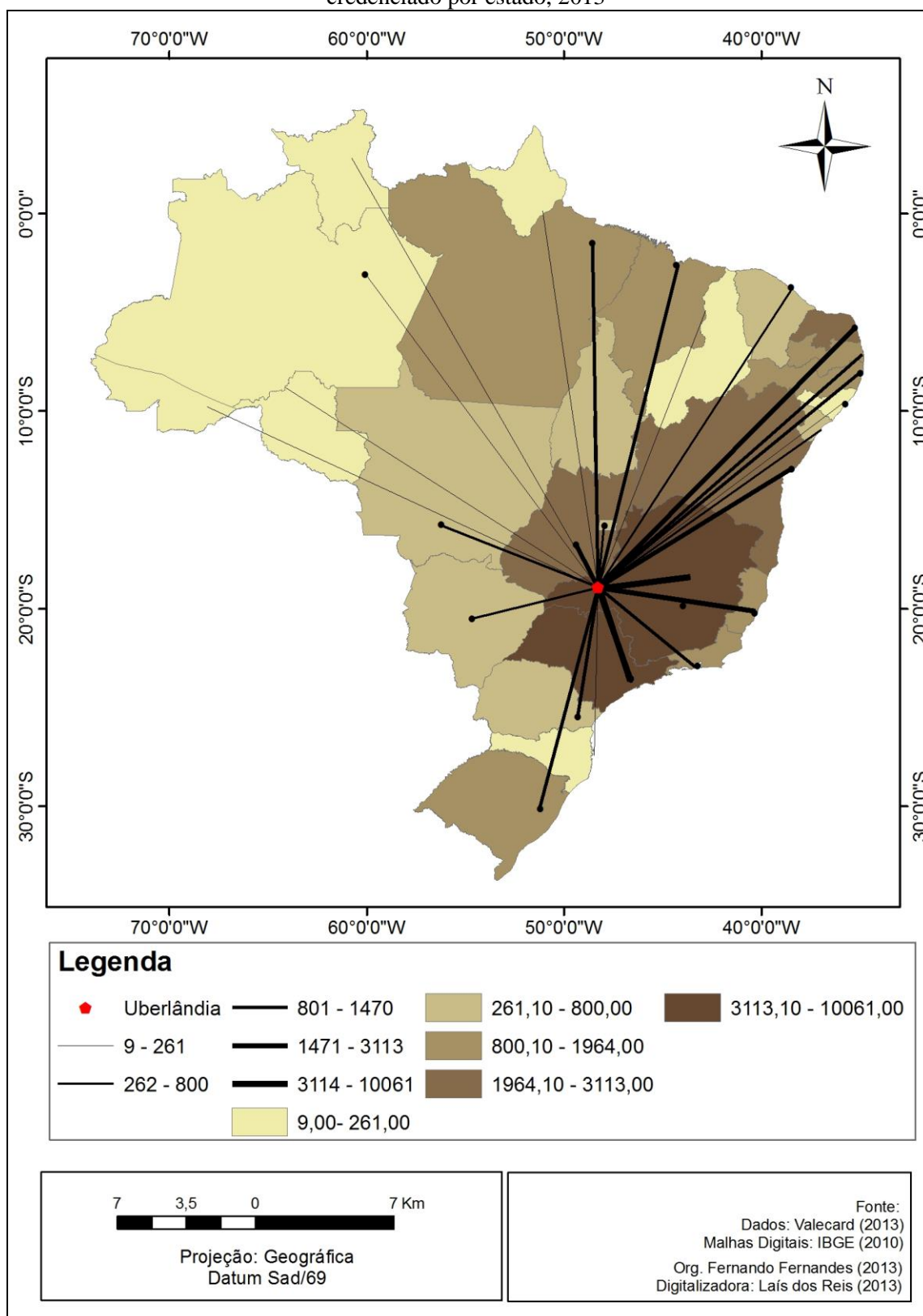
O momento posterior à configuração das interações espaciais de Policard e Valecard mantém-se relacionado à realização da atividade de credenciamento aos fixos comerciais instalados nos lugares onde as parcerias dos serviços financeiros prestados às empresas clientes se concretizam. Embora, ante a dificuldade de se averiguar a concentração locacional exata das empresas parceiras, admita-se que a maior densidade da rede credenciada pelas referidas corporações financeiras esteja necessariamente associada à maior circulação dos seus cartões eletrônicos de pagamento pelo lugar, configurando, assim, um maior número de empresas que utilizam e disponibilizam os cartões aos seus colaboradores.

A concentração dos fluxos financeiros, gerados a partir do consumo realizado pelos usuários dos cartões nos fixos comerciais credenciados, é encaminhada, por meio das redes técnicas informacionais do atual período, para o centro de comando do território de Policard e Valecard, a cidade de Uberlândia. Assim, tornam-se muito complexas as interações espaciais instituídas pela demanda particularista dessas corporações, que denotam a peculiar relação estabelecida em suas áreas de atuação, que, no contexto de suas verticalidades associadas ao centro da gestão das operações pelas interações espaciais, configuram “[...] arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes [...]” (SANTOS, 2012, p. 285). Amplia-se, significativamente, a rede de centros envolvidos (CORRÊA, 2006) ante a atividade de credenciamento de fixos comerciais, vista a ocorrência de credenciamento do comércio em cidades que não possuem filiais instaladas, mas passam a participar efetivamente da trama espacial arquitetada pelas interações orquestradas pelas corporações em questão, por estarem associados à sua rede (MAPAS 15 e 16).

MAPA 15 - Valecard: fluxos verticais ordenados de acordo com o total de estabelecimentos credenciado por estado, 2013



MAPA 16 - Policard: fluxos verticais ordenados de acordo com o total de estabelecimentos credenciado por estado, 2013



A circulação financeira realizada por Valecard e Policard, instituída por meio das relações que configuram a natureza dos seus serviços, se estabelece, assim como a reprodução dos seus capitais em sua faceta espacial. Surge a partir desse ponto a ocorrência de novas interações, como pontuado por Corrêa (2006), cujo cerne encontra-se em escala intraurbana, o foco dos fluxos financeiros verificados a partir dos modernos aparatos creditícios da atualidade (CONTEL, 2007) e, conseqüentemente, do uso de cartões de pagamento.

O movimento dos trabalhadores, o fluxo de mercadorias de, serviços e de produtos aos fixos credenciados constituem interações espaciais estabelecidas em cada lugar e, mesmo que independentes da ação, as corporações Policard e Valecard, representam faceta importante na consolidação dos seus fluxos financeiros gerados. Certifica-se que quanto mais eficientes forem essas interações e os meios que possibilitam a sua realização, mais dinâmica será a atividade de acumulação das referidas corporações creditícias, sendo, assim, um importante diferencial à iminente hierarquização dos lugares a cargo de suas demandas. Arquiteta-se, portanto,

[...] uma rede de localidades centrais caracterizada por uma hierarquia de lugares, atacadistas e varejistas, por exemplo, que dispõem de áreas de mercado definidas pelos mecanismos de alcance espacial máximo e mínimo (CORRÊA, 2006, p. 290).

Nessa condição, conforme já pontuado, emerge a importância da requalificação técnica e funcional verificada na cidade de Uberlândia, ponto fundamental para a constituição, nesse centro urbano, das condições ideais à consolidação dessas duas corporações financeiras que tiveram no relevante mercado uberlandense a base à constituição de suas horizontalidades. Ante o equipamento da mencionada cidade e de sua região, Bessa (2007, p. 167) pontua que “[...] a elite uberlandense, por intermédio de seus representantes políticos, orientou-se no sentido de garantir a base material para a expansão das atividades econômicas [...]”, tanto no que diz respeito às redes de transportes, importantes na consolidação do polo atacadista, às redes de energia, indispensáveis à constituição do setor industrial e às telecomunicações, com destaque a empresa Algar Telecom (CTBC), sediada na cidade. Esses fatores associados são determinantes à configuração das interações espaciais das corporações aí sediadas, de modo que

As diversas soluções encontradas pela elite econômica do centro nodal, visando sua própria reprodução através da criação de atividades capazes de (re)inserir o mais eficientemente possível centro e hinterlândia na vida econômica, é outra razão que suscita padrões variáveis de interações (CORRÊA, 2006, p. 298).

Corrêa (2006, p. 292) assevera que “[...] com o consumo a mais-valia efetivamente se realiza”. O consumo efetuado a partir dos cartões eletrônicos de pagamento Policard e Valecard encerra o ciclo local do seu processo de reprodução de capitais e, por meio das redes técnicas, o fluxo financeiro gerado retorna à sede das corporações de forma instantânea para o devido processamento. Esse momento caracteriza o reinício do ciclo de reprodução dos capitais a partir da sede aos lugares distantes. Corrêa (2006, p. 292) sinaliza que

A mais-valia centrada na sede da corporação não apenas permite o reinício do ciclo como também o investimento e aplicação em outros setores, como o financeiro e o imobiliário, e no consumo pessoal daqueles que controlam o processo produtivo. Isso engendra novas localizações e novas interações espaciais.

Não obstante a configuração das interações espaciais das corporações Policard e Valecard, emerge sobremodo a importância das redes técnicas informacionais necessárias à sua realização, visto que “[...] as redes geográficas, em última análise, são as formas com que as interações espaciais se verificam” (CORRÊA, 2006, p. 295). No caso das corporações Policard e Valecard, as redes técnicas desempenham papel imprescindível na realização do seu ciclo de reprodução de capitais que demandem a associação de múltiplos segmentos e agentes, sobretudo à circulação financeira requerida. Nota-se, portanto, a importância das telecomunicações à difusão espacial e operação das corporações do setor financeiro, um dos segmentos mais demandantes por velocidade e instantaneidade para a organização espacial de suas atividades.

Ressalta-se importância das telecomunicações à circulação financeira promovida por Valecard e Policard no que se refere aos créditos depositados nos seus cartões eletrônicos, à captura das transações financeiras realizadas pelos aparelhos POS e aos fluxos financeiros registrados entre as mencionadas corporações e suas empresas parceiras. O resultado consiste na conformação de um complexo sistema pautado em várias interconexões entre os nós formadores dessa trama reticular. Trata-se, sobretudo, de corporações promotoras de fluxos financeiros que se organizam espacialmente em rede, constituindo empresas-rede que operam um complexo padrão espacial e reticular hierárquico, que apresenta tanto “[...] uma hierarquia entre os seus nós como complementaridade entre eles” (CORRÊA, 2006, p. 313).

O padrão reticular, oriundo das relações engendradas pelas corporações Policard e Valecard, descreve uma rede de múltiplos circuitos, assinalada por inúmeras ligações

verificadas nos espaços que configuram suas horizontalidades e verticalidades. O comando, hierarquizado e centralizado na cidade de Uberlândia denota o padrão da hierarquia entre as inúmeras localizações e para onde, por meio das redes técnicas, fluem instantaneamente os fluxos financeiros de característica imaterial. O perfil de complementaridade dessa complexa trama reticular emerge ante o fato de a cidade centro da gestão do território de atuação de Policard e Valecard não constituir mais o principal mercado à reprodução dos seus capitais.

A complementaridade que caracteriza essa rede de múltiplos circuitos fica ainda mais evidente para a Valecard e os dados verificados em seu sítio, em que foi possível atestar o peso do mercado paulista à sua atividade de credenciamento, como exposto no Mapa 9. Nessa óptica, o padrão reticular das referidas corporações e a complexa trama de suas interações espaciais mantém-se pautado na centralização dos fluxos financeiros, das informações e do comando em Uberlândia, conquanto, para ambas, o mercado paulista apareça como o grande foco das associações construídas e da reprodução dos capitais investidos. No que tange às interações que não dependem diretamente da ação de Policard e Valecard, como o fluxo de pessoas e de mercadorias aos fixos comerciais credenciados, é viável constatar a complexidade das múltiplas interações envolvidas em que cada centro participa “[...] de várias redes geográficas distintas entre si no que se refere à natureza dos fluxos, intensidade, frequência, agentes sociais e outros atributos organizacionais, temporais e espaciais” (CORRÊA, 2006, p. 313).

Conforme já pontuado, embora as interações oriundas dessas múltiplas relações não estejam diretamente vinculadas à ação das corporações foco do presente estudo, quanto mais dinâmicas e facilitadas forem pelos fixos espaciais, mais predisposto será o mercado para a atuação de Policard e Valecard. A diferenciação entre a pujança de cada mercado de atuação, a centralização dos fluxos financeiros e do comando caracterizam um sistema reticular, que denota a organização de uma divisão territorial do trabalho para as atividades de reprodução de capitais das corporações mencionadas. Ante as múltiplas associações impetradas pelas corporações em tela, é possível atestar a instituição de uma divisão territorial do trabalho corroborada pelas demandas de Policard e Valecard, por meio de uma trama reticular que denota, ainda, a notória configuração de círculos de cooperação com amplo reflexo espacial baseado na natureza das relações e dos vínculos ordenados.

5.4 - A configuração das territorialidades da Policard e Valecard e as articulações elencadas

No decorrer da constituição das geografias estabelecidas pelas corporações multilocalizadas, seus processos, práticas de gestão do território e múltiplas associações estratégicas, salienta-se o imprescindível papel exercido pelas redes técnicas, políticas e de poder necessárias ao estabelecimento, alargamento e controle das atividades de acumulação do capital empreendidas sobre amplo espaço. A integração física, proporcionada pela instituição de um espaço reticular, potencializa as interações espaciais que proporcionam à corporação o máximo proveito do espaço e das estruturas disponibilizadas, a partir de um ordenamento estabelecido por forças hegemônicas, cuja finalidade versa sobre a ampliação dos horizontes de acumulação de capitais.

Conforme assevera Santos e Silveira (2011), para que se entenda o funcionamento do espaço a partir das divisões territoriais do trabalho que se impõem, faz-se necessário analisar os movimentos, cuja ordem é responsável pela instituição das diferenciações produtivas ordenadas por poderosas corporações multifuncionais e multilocalizadas. Essa ordem a cargo de uma empresa promotora de fluxos imateriais, que animam as redes do período técnico-científico-informacional, sobrevém da necessidade de integrar as múltiplas localizações que implicam a justaposição entre horizontalidades e verticalidades por meio da associação funcional dos mais variados atores que estejam vinculados à sua trama de reprodução de capitais. Como um poderoso instrumento de ação de grandes empresas, as redes técnicas ganham notoriedade como aparato indispensável ao exercício de poder no território (COSTA E UEDA, 2007). Logo, o acesso privilegiado às redes promotoras de toda ordem de fluxos, torna-se imprescindível ao controle do próprio território, pois “[...] territorializar-se, hoje, implica a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar redes [...]” (HAESBAERT, 2011, p. 301).

Nesse contexto, destaca-se a configuração das territorialidades das corporações Policard e Valecard, que, como promotoras de fluxos imateriais possibilitados pelo acesso privilegiado às redes das telecomunicações e ante as múltiplas associações instituídas pelos serviços financeiros das mencionadas administradoras de cartões, são capazes de articular, sob sua demanda particular, uma série de sujeitos e de atores

econômicos associados por uma complexa trama reticular hierarquizada por um comando centralizado.

Trata-se, para Raffestin (1993), da constituição, por meio de uma demanda orientada pelo poder, de sistemas compostos por malhas nós e redes que conformam o território de atuação, animado pelas ações econômicas das corporações em tela. Conforme exposto no Capítulo III, a base dos vínculos articulados por Valecard e Policard mantém-se na prestação de uma gama de serviços financeiros às empresas parceiras que vão aderir às possibilidades elencadas, um dos elementos da formação de um circuito de cooperação de amplo reflexo espacial. A interação arquitetada se estende aos fixos comerciais credenciados e aos usuários dos cartões, que, por meio da efetivação do consumo, reiniciam o ciclo sob comando de Policard e Valecard. Sobre a trama reticular que envolve vários atores sob a orientação de Policard e Valecard, é possível atestar a configuração de seus territórios de atuação, produzido a partir das interações engrenadas por “[...] relações econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes em um jogo contínuo de dominação e submissão, de controle dos espaços econômico, político e cultural” (SAQUET, 2002, p. 18).

Desde a sua fundação, a Valecard registrou um expressivo crescimento de suas atividades. Em 2001, eram 390.000 cartões emitidos e, em 2007, o montante alcançava, aproximadamente, 800.000 cartões eletrônicos de pagamento (BESSA, 2007). Juntamente com a evolução do número de cartões emitidos, de empresas conveniadas e de fixos comerciais credenciados, evoluiu também o alcance espacial da empresa, evidenciando o seu expressivo processo de difusão espacial que denota os esforços das corporações multilocalizadas para criar oportunidades à acumulação ampliada de capitais.

Conforme informações cedidas em pesquisa direta, a Valecard, atualmente, possui perto de 6.300 empresas públicas e privadas conveniadas a utilizarem os seus serviços financeiros, seja para a organização interna de gastos ou ao repasse para os trabalhadores. Desse total, um terço tem sede no Estado de São Paulo e aproximadamente 20% em Minas Gerais (PESQUISA DIRETA, 2013). Desse modo, o peso dos mercados paulista e mineiro em relação à atuação da Valecard, fato também reforçado pelos dados sobre a rede credenciada (TABELA 21). A impossibilidade na espacialização dos dados referentes à concentração e localização das empresas parceiras

de Policard e Valecard deve-se à dificuldade de acesso a essa informação, considerada pela administração das mencionadas corporações, de conteúdo estratégico.

O total de estabelecimentos credenciados, consoante dados colhidos no sítio da empresa, versavam sobre aproximadamente 55.000 fixos comerciais vinculados à rede da Valecard em todo o território nacional, aptos a receber os mais de dois milhões de cartões emitidos (VALECARD, 2013). Os dados sobre as empresas conveniadas e a rede credenciada caracterizam a ocorrência, ante a natureza dos vínculos estabelecidos e da difusão pelo território, da formação de um notório circuito de cooperação espacial (SANTOS e SILVEIRA, 2011), organizado pelas corporações financeiras em tela por meio da associação entre variados agentes financeiros interessados na otimização dos ganhos e da acumulação de capitais. Por meio de um ordenamento reticular a cargo de Policard e Valecard, verifica-se a configuração de um território, entendido como a articulação de um espaço mediante ação de atores sintagmáticos de modo egocêntrico. (RAFFESTIN, 1993).

No início de suas atividades, no ano de 1995, a Policard disponibilizou 2.000 cartões que atendiam a empresas sediadas em Uberlândia. O crescimento registrado a partir de sua fundação é vertiginoso, visto que, em 2001, a operadora administrava 400.000 cartões eletrônicos (BESSA, 2007). Em 2006, conforme pesquisa realizada por Bessa (2007), era um milhão de cartões que circulavam por uma rede credenciada de 22 mil fixos comerciais.

De acordo com pesquisa direta, a Policard atendia a empresas parceiras públicas e privadas em todos os Estados da Federação, a partir da disponibilização de, aproximadamente, 3,5 milhões de cartões emitidos, que circulam por uma rede credenciada de cerca de 70.000 estabelecimentos comerciais espalhados por todo o território nacional, realizando cerca de 5 milhões de transações por mês (PESQUISA DIRETA, 2013). A pujança dos números da Policard é atestada pelos fluxos financeiros ordenados pela referida corporação, que, somadas as transações realizadas a partir dos cartões eletrônicos de pagamento e dos correspondentes bancários associados ao Bradesco, movimentou, em 2012, um total de 10 bilhões de reais (PESQUISA DIRETA, 2013). Segundo a administração da empresa, a projeção para o ano de 2013 almeja alcançar valores movimentados da ordem de 22 bilhões de reais⁵².

⁵² Ainda segundo informações da pesquisa direta realizada na sede da Policard em Uberlândia-MG, em 2014, a corporação busca lançar licitação de ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&BOVESPA).

Os números convalidam o poderio das interações erigidas por Policard e Valecard, que, no contexto de sua difusão espacial, promovem a orientação de uma série de fluxos imateriais, com base nas técnicas reticulares do atual período. Esse movimento denota a ocorrência de uma solidariedade arquitetada entre diversos atores econômicos por meio de uma rede de interesses que ratificam a “[...] inteligência do capital, reunindo o que o processo direto da produção havia separado em diversas empresas e lugares, mediante o aparecimento de verdadeiros círculos de cooperação” (SANTOS e SILVEIRA, 2011, p. 144).

As associações verificadas entre uma diversidade de agentes validam a racionalidade do capital na estruturação de diferenciadas formas de acumulação orientadas por uma solidariedade abrangente e pautada, como no caso das mencionadas administradoras de cartões eletrônicos, num sistema coligado de circulação de capitais que visa à efetivação e à massificação do consumo. Tal articulação denota o estabelecimento de uma rede orientada pelo poder, arquitetando as territorialidades impetradas por Policard e Valecard ante a associação de diferenciados atores à uma trama de reprodução de capitais. No tocante à natureza dos vínculos estabelecidos por Policard e Valecard, foram buscadas a compreensão e as circunstâncias que levam aos variados atores econômicos a se associar a este complexo circuito de cooperação. Nesse ponto, emergem as dificuldades encontradas para um melhor entendimento desses vínculos, ante a restrição de empresas e outros agentes econômicos para a maior elucidação das ligações por se tratarem de questões estratégicas e/ou sigilosas.

Policard e Valecard possuem um sistema operacional próprio à execução dos seus serviços creditícios, baseado em um *software* maleável para as necessidades e demandas de cada cliente (PESQUISA DIRETA, 2013). Conforme informações obtidas em pesquisa direta, a abordagem flexível às particularidades de cada empresa parceira é vista pela administração das referidas administradoras de cartões como um dos diferenciais na vinculação ao seu circuito de cooperação. Entretanto a possibilidade de transferência de montantes a serem gastos por meio de cartões eletrônicos nos fixos comerciais credenciados, de modo a não gerar ganhos salariais, aparece como uma consistente vantagem à empresa empregadora. Os recursos financeiros depositados nos cartões e direcionados aos trabalhadores da empresa conveniada não caracterizam ganhos salariais registrados em folha que, livres de impostos aos funcionários, são também livres de ônus trabalhistas legais ao empregador no momento de desligamento do funcionário.

Valida-se, portanto, no que tange à relação empregatícia entre empresa e funcionário, a possibilidade de uma flexibilização das leis trabalhistas referentes aos ganhos salariais, por meio da descaracterização de montantes de créditos eletrônicos que aumentam o poder de consumo do trabalhador de forma a não configurar salários tributados pelas leis trabalhistas em folha de pagamento. Durante o planejamento da presente pesquisa, objetivou-se a realização de entrevistas com empresas parceiras que aderiram ao círculo de cooperação de Policard e Valecard para o melhor entendimento desses vínculos, não sendo possível a realização desses contatos ante a dificuldade de atendimento verificada em relação a estes atores econômicos.

No tocante aos estabelecimentos credenciados, dentre os segmentos do comércio entrevistados, estavam um restaurante, uma loja de calçados e confecções, um mini mercado, uma farmácia e uma rede de postos de combustível que possuía 6 lojas no total. A grande vantagem na adesão aos cartões Policard e Valecard advém da fidelização do usuário desses cartões. Embora houvesse a dificuldade em relação ao esclarecimento das taxas cobradas, os comerciantes atestaram que as taxas de serviço das mencionadas administradoras girem em torno dos 3,5% sobre os montantes comercializados, não diferindo das taxas praticadas pelas grandes bandeiras multinacionais. Conforme observado na pesquisa realizada junto aos fixos comerciais, as bandeiras Visa e Mastercard são detentoras da absoluta maioria das transações realizadas, denotando o caráter monopolista que caracteriza o setor de cartões eletrônicos de pagamento no Brasil. confirmam-se, portanto, as estratégias e associações erigidas entre diferentes atores econômicos necessária à consolidação de corporações não dominantes que, por meio de serviços diferenciados, conseguem se manter em setores dominados pelo monopólio de grandes empresas. Percebe-se que, para o comércio e aos prestadores de serviços, é importante aderir à rede de administradoras de cartão não hegemônicas como Policard e Valecard, dada a importância de se fidelizar toda a diversidade encontrada no leque de consumidores.

Os trabalhadores entrevistados estavam na faixa salarial em torno de um salário mínimo, recebendo os cartões Policard e Valecard para as funções de adiantamento salarial e vale refeição. Verifica-se, portanto, que os mencionados cartões têm como público alvo baixas faixas salariais, que, em momentos anteriores, não consistiam o foco de clientes das bandeiras de crédito e débito convencionais. As vantagens enumeradas pelos trabalhadores entrevistados versam sobre a praticidade dos cartões eletrônicos de pagamento e a possibilidade de não se transitar com montantes em

espécie, minimizando os prejuízos com possíveis assaltos ou mesmo perda do dinheiro vivo e, portanto, valores irrecuperáveis. Alegaram, ainda, o formato de benefício com que os cartões são vinculados à sua renda, no que tange à agregação de uma renda extra voltada ao consumo imediato de bens e serviços. Como desvantagens, os trabalhadores entrevistados descreveram os constrangimentos gerados em relação a estabelecimentos que não aceitam os cartões eletrônicos Valecard e Policard. Todos os entrevistados apontaram a priorização de realização dos gastos em fixos comerciais que aceitam os seus cartões, fator importante à associação dos estabelecimentos do comércio e serviços à rede credenciada das mencionadas administradoras de cartões a partir da fidelização desse trabalhador cliente.

Nota-se, portanto, o fechamento de uma rede de cooperação com base espacial peculiar à natureza das relações erigidas por Policard e Valecard, a partir da associação das empresas parceiras, dos fixos comerciais credenciados e do usuário dos cartões, responsável pela efetivação do consumo ao fechamento do circuito. Os créditos concedidos pelas empresas parceiras e geridos pelas administradoras dos cartões citados circulam em uma rede bem arquitetada e animada pela induzida efetivação do consumo do trabalhador. Algumas vezes, o movimento dos créditos virtuais é fechado, como no caso da funcionária de uma rede de supermercados que recebe créditos em seu cartão, cuja única possibilidade de realização do consumo encontra-se nos limites da própria rede de supermercados que a contrata.

A indução à prática do consumo é notória, dada a natureza de aquisição desse recurso financeiro não material e, portanto, atrelado aos cartões eletrônicos de pagamento. Nessa óptica, verifica-se a impossibilidade da realização de poupança sobre esse excedente recebido no formato de benefícios, caracterizados como créditos unicamente voltados ao consumo e à movimentação de capitais entre a rede credenciada. Em unânime, todos os trabalhadores entrevistados afirmaram preferir receber os montantes em dinheiro, fator que caracterizaria ganhos salariais onerados pelas leis trabalhistas ao empregador parceiro das corporações financeiras em pauta.

A organização desse circuito de cooperação, orientado pelos vínculos mantidos por Policard e Valecard com múltiplos agentes econômicos, atesta a importância do acesso privilegiado das mencionadas administradoras de cartões de pagamento às redes de telecomunicações, que possibilitam o trato simultâneo das informações e dos fluxos financeiros erigidos. A articulação impetrada pelas referidas corporações a partir do envolvimento de múltiplos atores confirma o estabelecimento de uma interação

econômica oriunda das relações de oferta e de procura provenientes das necessidades demandadas pelos agentes envolvidos, sejam empresas conveniadas, rede credenciada ou o próprio usuário dos cartões eletrônicos. Em seu conjunto, tais ações implicam “[...] relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial [...]” (SOUZA, 1995, p. 99). Tendo o espaço geográfico como palco referencial, o território imprime-se com o caráter de relações sociais projetadas no espaço, que corresponde ao substrato das ações e práticas que constituem as territorialidades de Policard e Valecard ante a multiplicidade dos seus vínculos.

Para Santos (2012), a existência das redes é intrínseca à prática do poder e, segundo Raffestin (1993, p. 157), “toda rede é uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder do ou dos atores dominantes”. A trama espacial de Policard e Valecard e a natureza de suas articulações econômicas denotam a capacidade de as corporações multilocalizadas, organizadas espacialmente em redes, de cumprirem uma seletividade econômica que não prescinde da seletividade dos lugares de atuação. Como proposto por Bakis (1993 *apud* HAESBAERT, 2011), é possível verificar a constituição de um *território-rede* sob o comando das mencionadas corporações de crédito, caracterizados por possuírem ocorrência palpável e articularem diferentes espaços e atores de forma simultânea ao seu ordenamento particular.

Ressalta-se, portanto, a ocorrência das territorialidades de Policard e Valecard e seu caráter multidivisional, ao articularem uma série de atores econômicos e espaços contínuos e descontínuos interligados pelas técnicas reticulares. A superposição de territorialidades, redes e relações é notória, vista a existência dos demais atores econômicos que exploram o setor de meios eletrônicos de pagamento no país, dentre eles, as grandes bandeiras multinacionais e os grandes credenciadores nacionais que, de modo hegemônico, condicionam toda a caracterização do segmento. Imprime-se, assim, sob a égide das redes que fazem fluir movimentos dotados de funcionalidade, das múltiplas territorialidades, tempos e escalas, uma perspectiva da abordagem territorial que nos permita visualizar diferentes formas territoriais, que, superpostas e descontínuas, se inscrevem sob variadas relações orientadas pelo poder, nas quais se insere a configuração territorial de Policard e Valecard por meio de suas demandas e interações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a gênese e os caminhos da configuração espacial de uma corporação financeira, a tipologia multifuncional de sua atividade, sua rede de atuação e cooperação que se expressam pela justaposição de múltiplas associações, não constitui tarefa simples. O estabelecimento de suas práticas espaciais e as consequentes territorialidades oriundas são fruto de uma racionalidade que lhe confire o máximo proveito do espaço, por meio de processos que propiciem o alargamento dos caminhos que levam à acumulação e reprodução ampliada de capitais.

Dessa natureza peculiar, surgem diversas práticas e caminhos pontuados pela corporação financeira cuja perspectiva espacial é inerente, tais como a difusão de filiais, à busca por novos mercados, fusões, múltiplas associações com comércio e serviços, dentre outras, práticas que buscam dar suporte à massificação do consumo. Nessa condição, a expansão da corporação financeira acompanhará os movimentos do capital no seu processo de conformação de áreas de dinamismo econômico, ou seja, o conjunto de espaços e lugares selecionados por abrigarem os elementos que propiciem melhor desempenho à acumulação de capitais, um processo que, em última análise, representa uma verdadeira financeirização/creditização do território.

Assim, a corporação financeira em vias de multilocalização das suas atividades ampliará seu espaço de atuação levando em consideração o grau de competência dos lugares na inserção de suas atividades econômicas. Trata-se de uma racionalidade espacial perfeitamente orientada por princípios hierárquicos concernentes à difusão espacial da empresa e aos mecanismos de gestão elencados. Logo, no que tange à sua geograficidade, a corporação financeira, desde aquelas de atuação regional, ou mesmo os grandes bancos nacionais ou globais acompanham, no seu processo de dispersão espacial, os dinamismos econômicos latentes no território nacional, sejam estes industriais, agrícolas ou relacionados à atividade comercial e de prestação de serviços. A efervescência econômica gerada por tais atividades constituem a base para a instituição das múltiplas associações necessárias à reprodução dos capitais dos intermediadores financeiros.

A constituição das espacialidades das corporações Policard e Valecard não foge a essa realidade, cujo ponto de partida e da construção de suas horizontalidades encontra-se fundamentado no mercado local da cidade de Uberlândia. O

desenvolvimento econômico verificado no mencionado centro urbano, sobretudo a partir da década de 1970, caracterizado pela diversificação produtiva nos setores agropecuário, industrial, da ampliação das atividades comerciais e da prestação de serviços constituiu fator indispensável ao estabelecimento das referidas administradoras de cartões eletrônicos de pagamento.

Por conseguinte, a diversificação e a ampliação das atividades econômicas observadas em Uberlândia são resultado das solicitações de sua elite local interessada no alargamento das suas atividades de reprodução de capitais. Para tanto, foi imprescindível a modernização das infraestruturas que caracterizam a mecanização do território, verificada a partir da reestruturação de ferrovias, estradas de rodagem, produção e transmissão de energia elétrica e da constituição de redes de telecomunicações e transmissão de dados. Trata-se da expansão dos sistemas de engenharia importantes para a fluidez do espaço e indispensáveis na ação dos sistemas sociais representados pelos interesses dos distintos agentes envolvidos e suas respectivas necessidades de simultaneidade e velocidade, com destaque para a atuação das corporações multilocalizadas oriundas ou não dos capitais locais.

As transformações econômicas observadas em Uberlândia constituíram fator determinante à consolidação das corporações Policard e Valecard, na medida em que o ampliado mercado uberlandense representou o substrato às primeiras associações com empresas parceiras e ao credenciamento dos primeiros estabelecimentos comerciais aptos a capturar as transações financeiras realizadas a partir dos cartões eletrônicos de pagamento. Nessa condição, as referidas corporações financeiras se beneficiaram do dinamismo econômico verificado em Uberlândia ante a constituição, junto aos atores econômicos sediados neste centro urbano, da base para sua expansão vertical. Essa configuração espacial, marcada como o cerne de uma cooperação mais limitada pela proximidade dos agentes econômicos interagidos pela ordem reticular de Policard e Valecard, representa os espaços de horizontalidades, o palco de vivências próximas, contíguas e de relações profundamente imbricadas no lugar. Percebe-se, nesse contexto de horizontalidades, uma lógica de cooperação que se sustenta e se explica mediante um conjunto de associações localizadas e interdependentes, cuja pujança das atividades econômicas apreciadas em Uberlândia serviu à consolidação inicial das referidas administradoras de cartões.

As articulações possibilitadas às empresas Valecard e Policard no diversificado mercado uberlandense fomentaram a base da configuração de sua expansão vertical pelo

território brasileiro, marcada pela difusão geográfica de filiais que buscam adaptar-se aos diferentes contextos locais e regionais, a fim de um melhor aproveitamento dos mercados edificados nesses espaços longínquos do centro de tomada de decisões das corporações em tela. É possível perceber a crescente expansão das escalas geográficas de operação caracterizada pela busca de espaços privilegiados pela natureza das associações impetradas que denotam a organização de espaços ordenados por verticalidades, cuja demanda e solicitações encontram-se concentradas em local distante.

Logo, a hierarquização dos lugares mais ou menos aptos aos processos de reprodução de capitais erigidos pelas corporações multilocalizadas Policard e Valecard é notória. Atesta-se, portanto, o estabelecimento de uma divisão territorial do trabalho a cargo do ordenamento das mencionadas empresas, embasado na articulação reticular entre empresas conveniadas, comércio credenciado, usuários dos cartões eletrônicos e filiais administrativas, ante a sua segmentação pelo espaço, unidos por meio dos fluxos informacionais e das demandas particularistas de Policard e Valecard, um movimento assinalado por uma ordem hierárquica entre os lugares e os atores vinculados à sua trama reticular.

No processo hierárquico de seleção dos espaços de atuação exercido por uma corporação financeira, torna-se imprescindível que possíveis gargalos e limitações espaciais sejam transpostos, sendo necessária a difusão espacial de suas atividades, a implantação dos fixos referentes às redes de transporte e telecomunicações, numa condição em que o próprio estabelecimento das redes financeiras implica controle e acesso privilegiados sobre as infraestruturas reticulares espaciais. Ante essa realidade, é iminente a necessidade de o capital acelerar a circulação, em que a relativização da distância sugere um conjunto de práticas de apropriação e gestão do território, cujo foco envolve a eliminação das barreiras que emperram a fluidez e a mobilidade do capital. Portanto, faz-se necessária a instalação de um conjunto de normas favoráveis e institucionalizadas legalmente à expansão dos intermediadores financeiros que regule de maneira organizada e unificada a sua atuação.

Nesse contexto, no processo de financeirização do território nacional, percebe-se o implemento de sistemas técnicos e normativos que buscaram a unificação dos fazeres financeiros no país. As normas que possibilitaram a concretização de um processo de dispersão-concentradora dos agentes financeiros tinham por finalidade a unificação dos fazeres creditícios a partir do estabelecimento de solidariedades organizacionais sobre

as práticas financeiras, um sistema de normas e de técnicas uníssonas que operasse de forma vertical sobre todo o território. Em última análise, o mencionado processo de concentração-dispersão, que retrata a própria construção da creditização do território nacional, representa os esforços voltados para a integração nacional por meio das técnicas financeiras, fruto das solicitações oriundas dos grandes capitais nacionais e multinacionais que atuam no segmento financeiro nacional.

Em realidade, as corporações financeiras Valecard e Policard foram capazes de usufruir dessa padronização normativa e técnica na consolidação dos seus serviços e na ampliação das suas escalas geográficas de atuação, valendo-se da instalação de uma série de aparatos técnicos convertidos em funções financeiras. Tal processo caracteriza a evolução técnico-informacional erigida pelas demandas do grande capital que atua no setor financeiro nas escalas nacional e multinacional. No contexto da ocorrência de grandes conglomerados financeiros de origem nacional e multinacional, é possível verificar marcante tendência de monopolização e da concentração espacial das sedes das grandes corporações financeiras que atuam no Sistema Financeiro Nacional. Tal concentração das atividades financeiras é demasiado intensa no segmento dos meios eletrônicos de pagamento, seja no que tange às bandeiras multinacionais, que dominam amplamente o mercado, na atividade de emissão dos cartões eletrônicos, a cargo dos grandes bancos nacionais e à atividade de credenciamento dos estabelecimentos comerciais, fortemente concentrada em dois atores vinculados aos grandes bancos nacionais.

Ante o quadro de concentração oligopolista dos atores que atuam no setor financeiro nacional, sobretudo no que diz respeito aos cartões eletrônicos de pagamento e do agrupamento espacial do comando na região metropolitana de São Paulo, que corresponde ao grande centro da gestão territorial das finanças nacionais, confirma-se a consolidação da atuação dos intermediadores financeiros Policard e Valecard. Os serviços diferenciados, as associações erigidas e as possibilidades elencadas pelas mencionadas administradoras de cartões eletrônicos de pagamento são os fatores responsáveis pela sua ascensão e sua difusão espacial, embora atuem em um setor caracterizado pela forte concentração das atividades sob a ação de atores hegemônicos nacionais e globais. Com uma estrutura de serviços que busca associar as necessidades de empregadores e a fidelização de clientela ao comércio credenciado, realizada por meio de um mecanismo voltado exclusivamente ao consumo, as corporações Valecard e Policard, oriundas dos capitais sediados em Uberlândia, foram capazes não só de se

firmarem no concentrado mercado dos meios eletrônicos de pagamento, mas ampliem as escalas geográficas de atuação.

Uberlândia, como centro competente a absorver os impulsos não só de capitais nacionais, mas também de corporações multinacionais, manteve-se fortemente articulada com a economia paulista e apta ao desenvolvimento de novas formas de organização das atividades produtivas, tornando-se um ponto de confluência de verticalidades mediante o recebimento de demandas distantes, criadoras de uma interdependência hierárquica entre os lugares. Não obstante os atores econômicos locais por meio do seu fortalecimento horizontal e do entrelaçamento de solidariedades orgânicas caracterizadas pela proximidade de uma produção limitada, constituíram as forças geradoras de corporações que, oriundas desta solidariedade imediata, foram capazes de construir espaços de verticalidades a partir da expansão de suas escalas geográficas de atuação. Estas, a exemplo de Policard e Valecard, foram capazes de articular solidariedades do tipo organizacional em lugares distantes, como uma demanda privada vinda de um centro longínquo.

Nessa óptica, é possível perceber a ocorrência de corporações multilocalizadas aptas a engendrar uma estrutura espacial calcada na intersecção de horizontalidades e verticalidades, possibilitada pela ampliação das interações espaciais, cuja base do processo de expansão espacial parte de centros intermediários da rede urbana nacional. Estas se tornaram competentes para consubstanciar verticalidades cuja atuação atinge os limites fronteiriços do território brasileiro. Ademais, confirma-se a condição de que as grandes cidades médias são capazes de configurar centros da gestão do território, verificados por meio da criação e do controle da organização de vasto território, função determinada a partir do incremento das verticalidades de corporações multilocalizadas.

A pujança das atividades econômicas e a polarização verificadas em Uberlândia, por meio das corporações multilocalizadas, com destaque àquelas oriundas dos capitais locais, reflete bem esta realidade. Na condição de uma grande cidade média como um ponto de justaposição entre horizontalidades e verticalidades, cuja área de influência é notadamente, verificada a partir do suprimento dos serviços exigidos por ela própria e pelo seu entorno, cumpre aqui questionar a medida que a hinterlândia de um centro urbano possa ser redesenhada com base na configuração das verticalidades de corporações multilocalizadas oriundas dos capitais locais e da força dos circuitos horizontais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE CARTÕES DE CRÉDITO E SERVIÇOS - ABECS. Disponível em: <<http://www.abecs.org.br/site2012/default.asp>>. Acesso em: 2013.

ALGAR. Disponível em: <<http://www.algar.com.br/>>. Acesso em: 2013.

ALMEIDA, Daniel B. de C.; JAYME JUNIOR, Frederico G. Bancos e concentração no Brasil: um estudo com dados em painel para os estudos (1995-2004). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXXV, 2007, Recife. **Anais...** Recife: ANPEC, 2007. p. 1-25.

BAKIS, H. **Les réseaux et leurs enjeux sociaux**. Paris: Presses Universitaires de France, 1993. 127 p.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>>. Acesso em: 2012.

_____. **Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamentos**. Adendo Estatístico de 2005. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/spb/Relatorio_sobre_a_Industria_de_Cartoes_de_Pagamentos_-_Adendo%20Estatistico_2008_2009.pdf>. Acesso em: 2012.

_____. **Relatório sobre a indústria de cartões de pagamentos**. Adendo Estatístico de 2006. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/spb/Relatorio_Cartoes.pdf>. Acesso em: 2012.

_____. **Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamentos**. Adendo Estatístico de 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/spb/Relatorio_Cartoes_Adendo_2010.pdf>. Acesso em: 2012.

_____. **Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamentos**. Adendo Estatístico de 2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/spb/Relatorio_Cartoes_Adendo_2011.pdf>. Acesso em: 2012.

BANCO DE DADOS INTEGRADOS DE UBERLÂNDIA - BDI. Uberlândia: PMU, 2006-2009-2010-2011.

BENAKOUCHE, Tâmara. Redes técnicas - redes sociais: a pré-história da Internet no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 35, p. 125-133, 1997.

BESSA, Kelly. **Constituição e expansão do meio técnico-científico-informacional em Uberlândia**: o lugar na era das redes. 2001. 333f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2001.

_____. **A dinâmica da rede urbana no Triângulo Mineiro:** convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. Uberlândia: [s.n.], 2007. 348p.

BESSA, Kelly C. F. O.; OLIVEIRA, Fernando F. Corporações e práticas de ordenamento territorial: a construção e a reconstrução das espacialidades da CTBC (Holding Algar). **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 9, p. 201-220, 2008.

BOTTOMORE, Thomas B. **As elites e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. 135p.

BRAGA, Rhalf. Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partir das corporações. **Geografias**, Belo Horizonte, ano 6, n.2, p. 26-36, jul./dez. 2010.

BRANDÃO, Carlos A. **Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria**. 1989. 189f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Planejamento Regional) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

BRASIL. Decreto nº 22.626, de 7 de abril de 1933. Dispõe sobre juros nos contratos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d22626.htm>. Acesso em: 2013.

BRASIL. Instrução nº 37, de 12 de junho de 1951. Esgota os inconvenientes da expansão imoderada da rede bancária. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com/diarios/2607957/pg-15-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-07-1951>>. Acesso em: 2013.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.293, de fevereiro de 1945. Cria a Superintendência da Moeda e do Crédito, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7293-2-fevereiro-1945-416335-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952. Dispõe sobre a restituição dos adicionais criados pelo art. 3º da Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, e fixa a respectiva bonificação; autoriza a emissão de obrigações da Dívida Pública Federal; cria o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; abre crédito especial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1628.htm>. Acesso em: 2013.

BRASIL. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4728.htm>. Acesso em: 2013.

BRASIL. Norma 004/1995. Uso dos meios da Rede Pública de Telecomunicações e para acesso à Internet. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/hotsites/Direito_Telecomunicacoes/TextoIntegral/ANE/prt/minicom_19950531_148.pdf>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Resolução nº 2.208, de 3 de novembro de 1995. Institui Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1995/pdf/res_2208_v2_L.pdf>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.514, de 7 de agosto de 1996. Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1996/medidaprovisoria-1514-7-agosto-1996-359354-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2012.

BOWN, Lowrence A. **Inovation diffusion**: a new perspective. London and New York: Methuen, 1981. 345p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **CPI do PROER divulga relatório com críticas ao Bacen**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/17064.html>>. Acesso em 2013.

CAPUTO, Ana C. **Desenvolvimento econômico brasileiro e o investimento direto estrangeiro**: uma análise da instrução 113 da SUMOC - 1955/1963. 2007. 114f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007.

CARVALHO, Carlos Eduardo; OLIVEIRA, Giuliano C. de. Fragilização de grandes bancos no início do Plano Real. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 69-84, 2002.

CARVALHO, Marcelo S. R. M. **A trajetória da Internet no Brasil**: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. 2006. 239f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Sistemas e Computação) - COOPE/UFRJ. 2006.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617p. (vol. 1).

CASTRO, Henrique G.; CARVALHO, Marly M.; LAURINDO, Fernando J. B. Aliança estratégica: um estudo de caso no setor de cartão de crédito. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXVI, Fortaleza, 2006. **Anais...** Fortaleza: ENEGEP, 2006. p. 1-9.

CHANDLER, Alfred D. **Strategy and structure**. Cambridge: MIT Press, 1962. 463p.

CIELO. **Bandeiras**. Disponível em: <<http://www.cielo.com.br/portal/cielo/bandeiras.html>>. Acesso em: 2013.

CLEPS, Geisa D. G. **Estratégias de reprodução do capital e as novas espacialidades urbanas**: o comércio de auto-serviços em Uberlândia (MG). 2005. 317f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

CLEPS JR., João. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado**: o caso do Triângulo Mineiro. 1998. 256f. Tese (Doutorado em Geografia) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 1998.

CONTEL, Fabio B. **Território e finanças**: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. 2006. 323f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, FFLCH da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil**. Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 119-134, 2009.

CORRÊA, Roberto L. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.53, n.3, p.33-66, jul./set.1991.

_____. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.54, n.3, p.115-121, jul./set.1992.

_____. Redes, fluxos e territórios: uma introdução. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3 Rio de Janeiro, 1993. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ/AGB/IBGE, 1993, p. 31-32.

_____. Os centros de gestão do território: uma nota. **Território**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 23-30, 1996.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.279-318.

_____. Concentração bancária e os centros de gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 17-31, abr/jun 1989.

_____. Comércio e espaço: uma retrospectiva e algumas questões. **Textos LAGET - Série Pesquisa e Ensino**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 23-33, 2000.

_____. Concentração bancária e centros de gestão do território: o caso do Brasil, 2006.

COSTA, Fernando N. da. **Banco do estado**: o caso Banespa. 1988. 609 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas. 1989.

COSTA NETO, Yttrio da. **Bancos oficiais no Brasil**: origem e aspectos de seu desenvolvimento. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. 156 p.

COSTA, Jovial M.; UEDA, Vanda. Redes técnicas e território: sobre a reticulação espacial. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 32, p. 131-145, dez. 2007.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DE MINAS GERAIS. **Anuário Estatístico de Minas Gerais**. Ano I, 1947. Belo Horizonte, 1947.

DIAS, Leila C. O sistema financeiro: aceleração dos ritmos econômicos e integração territorial. **Anuário do Instituto de Geociências**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 43-54, 1992.

_____. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, Leila C.; SILVEIRA, Rogério L. L. (Org.). **Redes, sociedade e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 115-144.

ELIAS, Denise; SPOSITO, Maria E. B.; SOARES, Beatriz R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Tandil e Uberlândia**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

EXAME.COM. **Os 50 maiores bancos do Brasil em 2012**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/os-50-maiores-bancos-do-brasil-2>>. Acesso em: 2012.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1970.

_____. **Cidades@ - Uberlândia**. Instituições financeiras. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 2013.

FEBRABAN. **Busca banco**. Disponível em: <<http://www.buscabanco.com.br/>>. Acesso em: 2012.

GUIMARÃES, Eduardo N. **Infra-estrutura pública e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho**. 1990. 224p. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 1990.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 349p.

HARVEY, D. **Los limites del capitalism y la teoria marxista**. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1990. 469p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 6 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAGERSTRAND, Tosten. **Innovation diffusion as a spatial process**. Chicago: University of Chicado Press, 1967. 334 p.

HAKANSON, Hars. Towards a theory of location and corporate growth. In: HAMILTON, F. E. I.; LINGE, G. J. R. (Org.). **Spatial analysis, industry and the industrial environment**. Chichester: John Wiley and Sors, 1979. p.115-138.

HIPERCARD. Disponível em: < <https://www.hipercard.com.br/pf/index.asp>>. Acesso em 2013.

HYMER, Stephen. **Empresas multinacionais**: a internacionalização do capital. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 118p.

LABASSE, Jean. **L'espace financier**. Analyse Géographique. Paris: Librairie Armand Colin, 1974.

LENIN, Vladimir, I. **O imperialismo**: a fase superior do Capitalismo. São Paulo: Global, 1979.

LIMA, Jorge C. C. O. **A demanda por moeda e as inovações financeiras**: o caso do cartão de crédito. 1990. 188f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 1990.

MARTINS, Humberto E. P. **Distribuição da indústria no espaço urbano**: um estudo de Uberlândia no período recente. 1996. 159f. Dissertação (Mestrado em Organização do Espaço Urbano) - Departamento de Geografia, Instituto de Geo-Ciências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. 6 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MINELLA, Ary. Grupos financeiros e organização da burguesia financeira no Brasil. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 80-94. 1996.

_____. Reforçando a hegemonia financeira privada: a privatização dos bancos estaduais. In: FERREIRA, A. C.; ALVIM, V. A. **A trama da privatização**: a reestruturação neoliberal do Estado. Florianópolis: Insular, 2001, p. 49-72.

MUSSO, P. **Territorial deregulation**: local authorities at risk from technical networks. *International journal of urban and regional research*, v. 24, p. 165-182, march 2000.

_____. **Critique des réseaux**. Paris: PUF, 2003.

OLIVEIRA, Fernando F. **Corporações e práticas de ordenamento territorial**: a construção e a reconstrução das espacialidades da CTBC (holding Algar), 2010. 75 f. Monografia (Graduação em Geografia). Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2010.

PELEGRINI, D. F.; CLEPS JR. J. **Transformações da suinocultura brasileira**: o programa de integração da Rezende Alimentos/Sadia no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXIX, Recife. **Anais...** Recife: SOBER, 2001. p. 1-15.

PIRES DO RIO, Gisela. Estrutura organizacional e reestruturação produtiva: uma contribuição para a Geografia das corporações. **Território**, Rio de Janeiro, ano III, n. 5, p. 51-66, jul./dez. 1998.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012. 132p.

POLICARD. Disponível em: <<http://www.policard.com.br/>>. Acesso em: 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993. 269p.

RAMIRES, Julio César de L. As corporações multinacionais e a organização espacial: uma introdução. **Revista Brasileira de Geografia.** Rio de Janeiro, v.51, n.1, p.103-112, jan./mar. 1989.

REDECARD. **Nossas bandeiras.** Disponível em: <<http://www.redecard.com.br/pt-BR/conhecaredecard/Paginas/nossasbandeiras.aspx>>. Acesso em: 2013.

RISKBANK. **Sistema de classificação de risco bancário. Fusões e aquisições 1998-2012.** Disponível em: <<http://www.riskbank.com.br/>>. Acesso em: 2012.

SALVIANO JUNIOR, Cleofas. **Bancos estaduais:** dos problemas crônicos ao PROES. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004. 152p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/BancosEstaduais/livro_bancos_estaduais.pdf>. Acesso em: 2012.

SANTANDER/GETNET. Disponível em: <<https://www.santandergetnet.com.br/site/index>>. Acesso em 2013.

SANTOS, Milton. **Economia espacial:** críticas e alternativas. São Paulo: HUCITEC, 1979. 167p.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979b. 345p.

_____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985. 88p.

_____. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308p.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 20 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

_____. **Técnica, espaço e tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. 5 Ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 174p.

_____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 15 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. 475 p.

SAQUET, Marcos. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://books.google.com/>>. Acesso em: 2011.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/135.pdf>. Acesso em: 2013.

SILVA, Carlos A. F. da. Espacialidade da concentração bancária. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiania, v. 14, n. 1, p. 1-21, jan./dez. 1994.

_____. Os avatares da teoria da difusão espacial: uma revisão teórica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 25-52, 1995.

_____. **Dinâmica espacial do capital bancário - difusão, integração e crise**: estudo de caso do Banco Nacional S.A. 1997. 204 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1997.

_____. As transformações da rede de gestão territorial do Banco Nacional S/A sob a égide da revolução telemática. **Território**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 55-72, 1999.

_____. **Grupo André Maggi**: corporação e rede em áreas de fronteira. Cuiabá: Entrelinhas, 2003. 222p.

SILVA, Magda V. **A indústria automobilística em Catalão/Goiás**: da rede ao circuito espacial da produção da MMC Automotores do Brasil S.A. 2010. 431f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2010.

SILVA, Maria A.; PINHEIRO, Maria S. F.; FRANÇA, Maira Nani. **Guia para a normatização de trabalhos técnico-científicos**: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5 ed. Uberlândia: Edufu, 2008. 145 p.

SMIDT, Marc; WEVER, Egbert. **The corporate firm in a changing world economy**: case studies in the geography of enterprise. London: Routledge, 1990. 247p. Disponível em: <<http://books.google.com/>>. Acesso em: 2012.

SOARES, Beatriz R. **Uberlândia**: da “Cidade Jardim” ao “Portal do Cerrado” - imagens e representações no Triângulo Mineiro. 1995. 290f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1995.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo Cesar C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-

116.

SWIFT. The global provider of secure financial messaging services. Disponível em: <<http://www.swift.com/>>. Acesso em: 2012.

TAYLOR, M. J.; THRIFT, N. J. **Industrial linkage and the segmented economy: 1.** Some theortical proposals In: Environment and planning, v. 14, p. 1601-1613, 1982.

TEIXEIRA, Tito. **Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central.** Uberlândia: Uberlândia Gráfica Ltda. Editora, 1970. 544p.

UBERLÂNDIA. Lei Complementar nº 525, de 14 de abril de 2011. Dispõe sobre o zoneamento do uso e ocupação do solo do município de Uberlândia e Revoga a Lei Complementar nº 245 de 30 de novembro de 2000 e suas alterações posteriores. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/1836.pdf>. Acesso em 2013.

VALECARD. **Portal de compras e serviços.** Disponível em: <<https://www.valecard.com.br/portal/web/guest;jsessionid=CA3F037BF856B843F8AF65493BA9CCFF.app1>>. Acesso em: 2013.

VIDEIRA, Sandra L. **A territorialização dos bancos estrangeiros no Brasil: o caso da rede do Santander.** 2006. 227f. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT/UNESP, Presidente Prudente. 2006.

ZOUAIN, Deborah; BARONE, Francisco; ESTRELLA, Juliana. **Estudo sobre o mercado dos cartões de crédito no Brasil e sua relação com as micro e pequenas empresas.** Brasília: Sebrae, 2007. 152p.